REDIS

REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO

Alexandra Pinto
Direção Editorial

2026

ISSN 2183-3958

Centro de Linguística da Universidade do Porto

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

APOIO fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

REDIS

REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO

FLUP/CLUP

N.º18 ANO 2026

ISSN 2183-3958

DOI HTTPS://DOI.ORG/10.21747/21833958/RED18

EM PARCERIA COM A

USP UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BASE DE DADOS
OPEN ACCESS

BASE DE DADOS
COMERCIAIS

DIRETÓRIOS
ÍNDICES

REPOSITÓRIOS
AGREGADORES
MOTORES DE BUSCA

BASE DE DADOS
BIBLIOGRÁFICOS

A *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação. / *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO *REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO*
N.º 18 ANO 2026

EDITORES CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
EM PARCERIA COM A FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT – FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO UID/00022/2025.

LOCAL DE EDIÇÃO PORTO, PORTUGAL

ISSN 2183-3958

DOI https://doi.org/10.21747/21833958/red18

PERIODICIDADE SEMESTRAL

DIREÇÃO EDITORIAL
Alexandra Guedes Pinto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
MAPINTO@LETRAS.UP.PT

EDITORES-ADJUNTOS
Rui Ramos Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal
RLRAMOS@IE.UMINHO.PT
Valdir Heitor Barzotto Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil
BARZOTTO@USP.BR
Zilda Aquino Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil
ZIAQUINO@USP.BR

COMISSÃO EDITORIAL

Alexandra Guedes Pinto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta Faculdade de Letras da Universidade do Porto**,** Portugal
Gabriel Isola-Lanzoni Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL

Silvana Costa Faculdade de Letras da Universidade do Porto**,** Portugal

ACESSO EM LINHA

http://ojs.letras.up.pt/index.php/re

FICHA TÉCNICA

CONSELHO CIENTÍFICO DA REDIS N. 18 (2026)

Amanda Maria de Oliveira Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
André Lima Cordeiro Universidade Federal Fluminense, Brasil
André Matumoto Universidade de São Paulo, Brasil
Ângela Correa Ferreira Baalbaki Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Argus Romero Abreu de Morais Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil
Beatriz Amorim de Azevedo e Silva Universidade de São Paulo, Brasil
Ceres Ferreira Carneiro Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Cleudemar Alves Fernandes Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Débora Raquel Hettwer Massmann Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Décio Rocha Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Elsa Simões Universidade Fernando Pessoa, Portugal
Enio Soares Universidade do Porto, Portugal
Érika de Moraes Universidade Estadual Paulista, Brasil
Fabiele Stockmans De Nardi Sottili Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Fernanda Luzia Lunkes Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil
Fernanda Moraes D'Olivo Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Fernando César Silva Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Flávio Benayon Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
George Lima dos Santos Instituto Federal de Minas Gerais
Gislaine Cristina da Silva Universidade de Franca, Brasil
Carla Teixeira Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
Inês Cantante Universidade do Porto, Portugal
Isabel Cristina Rodrigues Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Israel de Sá Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Jacyane Dantas de Sousa Universidade Federal da Paraíba, Brasil

FICHA TÉCNICA

CONSELHO CIENTÍFICO DA REDIS N. 18 (2026)

Jane Batista Rodrigues Universidade de Franca
João Paulo da Silva Nascimento Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
João Vitor Moreira Universidade de São Paulo, Brasil
José Cezinaldo Rocha Bessa Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Lucas da Silva Universidade de São Paulo, Brasil
Luiz Felipe Andrade Silva Universidade Federal da Bahia, Brasil
Maira Guimarães Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil
Maria Clara Ribeiro Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
Maria das Graças Soares Rodrigues Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Maria João Ferro Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Mariana Ninitas Universidade Aberta, Portugal
Marina Rodrigues Martins Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
Micaela Aguiar Universidade do Porto, Portugal
Michel Marques de Faria Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Miguel Fuentes Cortés Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo, Chile
Patrícia Fernanda Gouveia Universitat Pompeu Fabra. Centre of Discourse Studies, Espanha
Phellipe Marcel da Silva Esteves Universidade Federal Fluminense, Brasil
Renata Palumbo Universidade de São Paulo, Brasil
Rosalice Pinto Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
Sandra Gomes Rasquel Universidade de São Paulo, Brasil
Susete Albino Universidade NOVA de Lisboa, Portugal
Theodoro Farhat Universidade de São Paulo, Brasil / Universidade Complutense de Madrid, Espanha
Vanessa Fonseca Barbosa Universidade de São Paulo, Brasil

ÍNDICE

ALVES JUNIOR, MÁRIO ACRISIO & SOUZA JUNIOR, CANDIDO FERREIRA DE **15-41**
Ethos, tipos e a construção do universo de sentidos no discurso constituinte teológico
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a1

ARIAS-ARIAS, IVÁN **42-76**
Far-right political discourse in Germany and Portugal: A corpus-driven contrastive analysis of nominal semantics
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a2

CATTELAN, JOÃO CARLOS & FARHAT, YASMIN BOGARIN **77-105**
"A reversão da verdade": sobre o sionismo de Netanyahu e o direito à matança
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a3

FELICÍSSIMO, MANUELLA **106-127**
O ethos da alta performance: uma análise do discurso
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a4

LIMA, ANTONIO PABLO MOURA & TAVARES, EDGLEY FREIRE & COSTA, SANDSON DE SOUZA **128-156**
Negação e gênero na fala pública brasileira
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a5

MELLO, RENATA AIALA DE **157-185**
Analyse discursive des communautés émotionnelles dans le procès contre Flaubert
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a6

RODRIGUES, HÍCARO RASSELE & FRANCO, SEBASTIÃO PIMENTEL **186-214**
A "grande cruzada" capixaba: o Hospital Colônia de Itanhenga nas páginas do Diário da Manhã (1934-1937)
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a7

RODRIGUES, MARCOS ALEXANDRE FERNANDES **215-245**
Tráfico humano, discurso e vulnerabilidade: análise metalinguística de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre trabalho análogo à escravidão de brasileiros em Mianmar
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a8

SANTIAGO, GABRIELA PEREIRA JARDIM & CARVALHO, FLAVIANE FARIA **246-276**
A construção neoliberal do sucesso empreendedor e seus impactos no contexto da educação: uma análise crítica do discurso de Pablo Marçal
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a9

SANTOS, REJANE DE FREITAS TORRES & SILVA, AURÍLIO SOARES DA **277-298**
As discursividades na instância da sala de aula virtual durante a pandemia: uma análise da produção de sentidos
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a10

SILVA, AGDDA BYANCA BORGES E & LUTERMAN, LUANA ALVES **299-323**
Entre dispositivos e governamentalidade: efeitos discursivos dos incentivos financeiros e metodológicos do Programa AlfaMais Goiás na formação docente
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a11

SILVA, ROBERTA BEZERRA DA & FARIA, VANESSA FABÍOLA SILVA DE **324-358**
"Vagabunda petista": violência política de gênero como efeito de formações sociodiscursivas
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a12

MARQUES, MARIA ALDINA & MENESES-SILVA, SOFIA **359-388**
Entrevista à Professora Doutora Maria Aldina Marques: Revisitando 35 anos de docência e investigação científica
DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red18a13

NOTA EDITORIAL

O presente número da REDIS, Revista de Estudos do Discurso (número 18, 2026), reúne doze artigos e uma entrevista que dão continuidade à diversidade teórica e metodológica que tem caracterizado a Revista. Os trabalhos analisam o funcionamento do discurso em diferentes contextos sociais e institucionais, abrangendo domínios como a religião, a política, a literatura, a justiça, os meios de comunicação e a educação.

O conjunto de contributos evidencia a vitalidade dos estudos do discurso e a sua relevância para a compreensão de fenómenos linguísticos e sociais contemporâneos. Entre as questões abordadas, destacam-se as relações entre discurso, poder e ideologia, a construção discursiva de identidades e os processos de legitimação, exclusão e resistência.

O número abre com o artigo de Mário Acrísio Alves Junior e Cândido Ferreira de Souza Junior, *Ethos, tipos e a construção do universo de sentidos no discurso constituinte teológico*, que examina a articulação entre o discurso bíblico e a construção do ethos, a partir de uma análise do Prólogo do Evangelho segundo João, no quadro da Análise do Discurso de orientação enunciativo-discursiva.

Em *Discurso político de extrema-direita na Alemanha e em Portugal: uma análise contrastiva baseada em corpus da semântica nominal*, Iván Arias-Arias analisa os programas eleitorais da Alternative für Deutschland e do Chega, mostrando como determinadas construções nominais, nomeadamente com nomes abstratos, contribuem para legitimar posições ideológicas e naturalizar políticas de exclusão.

João Carlos Cattelan e Yasmin Bogarin Farhat, em "*A reversão da verdade": sobre o sionismo de Netanyahu e o direito à matança*, examinam, a partir da Análise de Discurso Materialista, os processos de construção de sentidos nos pronunciamentos de Benjamin Netanyahu, com particular atenção à mobilização de uma memória discursiva associada à guerra e ao terrorismo para justificar a violência contra os palestinianos.

O artigo de Manuella Felicíssimo, *O ethos da alta performance: uma análise do discurso*, explora a construção discursiva de um ideal de desempenho e eficiência que atravessa diferentes esferas da vida contemporânea. A partir da análise de uma peça publicitária, a autora identifica a fantasia de omnipotência como elemento central da construção do ethos da alta performance.

Antonio Pablo Moura Lima, Edgley Freire Tavares e Sandson de Souza Costa, em *Negação e gênero na fala pública brasileira,* analisam o funcionamento da negação e do negacionismo nas disputas políticas em torno do género e da sexualidade, tomando como referência o movimento #EleNão e os discursos que circularam no contexto das eleições presidenciais brasileiras de 2018.

Em *Analyse discursive des communautés émotionnelles dans le procès contre Flaubert*, Renata Aiala de Mello propõe uma análise discursiva e retórica das estratégias argumentativas mobilizadas pela acusação e pela defesa no julgamento de Flaubert. A autora explora o papel das emoções e das comunidades emocionais na construção dos posicionamentos em confronto, contribuindo para a compreensão dos valores e das representações sociais da burguesia francesa do século XIX.

Hícaro Rassele Rodrigues e Sebastião Pimentel Franco apresentam, em *A "grande cruzada" capixaba: o Hospital Colônia de Itanhenga nas páginas do Diário da Manhã (1934-1937)*, um estudo do discurso médico-político difundido pela imprensa do Espírito Santo sobre a lepra e o internamento compulsivo dos doentes. A análise evidencia os processos discursivos que sustentaram práticas de exclusão social, sob uma representação institucional de proteção da saúde pública.

No artigo *Tráfico humano, discurso e vulnerabilidade: análise metalinguística de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre trabalho análogo à escravidão de brasileiros em Mianmar,* Marcos Alexandre Fernandes Rodrigues examina, numa perspetiva bakhtiniana, os modos como uma decisão judicial representa relações de poder, desigualdade e violência, destacando o papel das promessas de emprego nos mecanismos de aliciamento e exploração das vítimas.

Gabriela Pereira Jardim Santiago e Flaviane Faria Carvalho, em *A construção neoliberal do sucesso empreendedor e seus impactos no contexto da educação: uma análise crítica do discurso de Pablo Marçal*, analisam a circulação de discursos sobre empreendedorismo e sucesso individual nas redes sociais. As autoras mostram como determinadas estratégias discursivas contribuem para naturalizar valores meritocráticos e secundarizar o papel emancipatório da educação.

O domínio educativo constitui também o objeto do artigo de Rejane de Freitas Torres Santos e Aurílio Soares da Silva, *As discursividades na instância da sala de aula virtual durante a pandemia: uma análise da produção de sentidos*. A partir da Análise de Discurso Materialista, os autores refletem sobre as condições de produção do discurso pedagógico no ensino remoto e sobre os processos de ressignificação das posições dos sujeitos na sala de aula virtual.

Em *Entre dispositivos e governamentalidade: efeitos discursivos dos incentivos financeiros e metodológicos do Programa AlfaMais Goiás na formação docente*, Agdda Byanca Borges e Silva e Luana Alves Luterman analisam, numa perspetiva foucaultiana, os mecanismos de regulação das práticas pedagógicas associados a um programa de alfabetização brasileiro. O estudo problematiza os efeitos dos incentivos financeiros, da avaliação e da monitorização na orientação do trabalho docente para metas de eficiência e produtividade.

O último artigo, *"Vagabunda petista": violência política de gênero como efeito de formações sociodiscursivas*, de Roberta Bezerra da Silva e Vanessa Fabíola Silva de Faria, examina os processos de desqualificação discursiva de uma mulher no espaço político brasileiro. A análise mostra como determinadas estratégias de referenciação e predicação reproduzem discursos misóginos e contribuem para legitimar a violência política de género.

O volume encerra com uma entrevista à Professora Doutora Maria Aldina Marques, conduzida por Sofia Meneses-Silva, intitulada *Entrevista à Professora Doutora Maria Aldina Marques: Revisitando 35 anos de docência e investigação científica*. A entrevista percorre o trajeto académico e científico da investigadora e oferece uma reflexão sobre o desenvolvimento e a consolidação dos estudos do discurso em Portugal. Através deste testemunho, a REDIS dá continuidade ao propósito de documentar a história e a evolução deste campo de investigação, valorizando o contributo de quem participou ativamente na sua construção.

Os trabalhos reunidos neste número reafirmam a importância dos estudos do discurso para a compreensão das relações entre linguagem e sociedade. A diversidade dos objetos e das perspetivas de análise confirma a vocação da REDIS como espaço de diálogo entre diferentes tradições de investigação.

Esperamos que a leitura deste volume estimule novas reflexões e contribua para o desenvolvimento dos estudos do discurso.

Alexandra Pinto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 18, 2026

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a1

Ethos, tipos e a construção do universo de sentidos no discurso constituinte teológico

MÁRIO ACRISIO ALVES JUNIOR
mario.a.alves@ufes.br

Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2015)
Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1732-8251

CANDIDO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR
candido.souzajunior@gmail.com

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil (2025)
Professor substituto da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1790-3826

PALAVRAS-CHAVE:
Ethos Discursivo;
Tipologia Bíblica;
Análise do Discurso Francesa;
Discurso Constituinte Teológico.

ARTIGO RECEBIDO A:
01/08/2025
ARTIGO APROVADO A:
20/04/2026

RESUMO: Nosso artigo focaliza a ocorrência da tipologia bíblica no discurso constituinte teológico na perspectiva dos estudos linguísticos, com o objetivo de compreender como a categoria dos tipos e a noção de ethos discursivo se articulam na constituição da produção de sentidos. Lançando mão de um estudo de interface, buscamos, pela via da análise do discurso, alargar nosso entendimento acerca de uma categoria consagrada pela hermenêutica e pela exegese bíblica. Embora essas matrizes interpretativas teológicas venham contribuindo sistematicamente para o estudo das Escrituras, compreendemos que esta é uma seara em que a Linguística, enquanto ciência da linguagem, pode e deve lançar o seu olhar investigativo. Assim, o fundamento teórico-metodológico que norteia nossa investigação advém da vertente enunciativo-discursiva de Análise do Discurso Francesa, a partir das contribuições de Maingueneau (1995, 2000, 2008, 2009, 2015, 2020, 2022), em diálogo com as reflexões de Nascimento (2009, 2020a, 2020b). Após breve exposição de caráter histórico, teórico e conceitual acerca dos tópicos que se entrelaçam, apresentamos, a título de amostragem, a análise de um recorte particular das Sagradas Escrituras – o Prólogo do Evangelho segundo João, situado no capítulo 1. Acreditamos que o caminho teórico-analítico trilhado, além de dar cabo ao nosso objetivo, desvela uma enunciação por meio da qual é projetada a imagem de alguém que fala em nome de Deus e que é por Ele avalizado, além de corroborar, em sintonia com estudos anteriores, que os tipos evidenciam a estreita relação de correspondência entre Antigo e Novo Testamentos da Bíblia Sagrada.

Ethos, types and the construction of the universe of meanings in the theological constituent discourse

MÁRIO ACRISIO ALVES JUNIOR
mario.a.alves@ufes.br

PhD in Vernacular Languages (Portuguese Language) from Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brazil (2015).
Associate Professor at Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1732-8251

CANDIDO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR
candido.souzajunior@gmail.com

PhD in Linguistics from Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil (2025).
Substitute Professor at Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1790-3826

KEYWORDS:
Discursive *Ethos*;
Biblical Typology;
French Discourse Analysis;
Theological Constituent Discourse.

ARTICLE RECEIVED ON:
08/01/2025
ARTICLE ACCEPTED ON:
04/20/2026

ABSTRACT: Our article focuses on the biblical typology in the theological constituent discourse from the perspective of linguistic studies, with the aim of understanding how the category of types and the notion of discursive ethos are articulated in the constitution of meaning production. By employing an interface study, we seek, through discourse analysis, to broaden our understanding about a category established by hermeneutics and biblical exegesis. Although these theological interpretative methods have systematically contributed to the study of the Scriptures, we understand that this is a field in which Linguistics, as a science of language, can and should direct its investigative gaze. Thus, the theoretical-methodological foundation that guides our research stems from the enunciative-discursive approach of French Discourse Analysis, drawing on the contributions of Maingueneau (1995, 2000, 2008, 2009, 2015, 2020, 2022), in dialogue with the reflections of Nascimento (2009, 2020a, 2020b). After a brief historical, theoretical, and conceptual exposure regarding the intertwined topics, we present the analysis of a particular excerpt from the Holy Scriptures – the Prologue of the Gospel according to John, located in chapter 1. We believe that the theoretical-analytical path taken, in addition to achieving our objective, unveils an enunciation through which the image of someone who speaks on behalf of God and is endorsed by Him is projected. Furthermore, it was possible to reinforce, in line with previous studies, that the types corroborate the close correspondent relationship between the Old and New Testaments of the Holy Bible.

Considerações iniciais

A interpretação do texto bíblico tem sido objeto de interesse para diversificados públicos e áreas do conhecimento desde a antiguidade pré-cristã. Teólogos, filósofos, historiadores, antropólogos, além de estudiosos da literatura e da linguagem, entre tantos outros, debruçam-se sobre o discurso bíblico, assumido aqui enquanto discurso constituinte teológico, um *thesaurus* do conhecimento e da cultura ocidentais, balizador de condutas morais, éticas, religiosas, políticas, econômicas, familiares etc.

O *thesaurus* bíblico, como produtor de discurso, enseja efeitos de sentido diversos, no interior de relações sociais diversas, em um ambiente sociocultural dado. Torna-se, portanto, terreno fértil para Análise do Discurso de linha francesa (AD), que se coloca como uma disciplina fronteiriça, interdisciplinar por natureza, e altamente produtiva no exame do entrecruzamento entre um texto e seu lugar social. A apreensão das Escrituras enquanto discurso constituinte teológico, conforme propõe Nascimento (2009, 2020a, 2020b), nos permite pensar a constituição discursiva do *thesaurus* bíblico, sua organização, seus mecanismos do dizer, o que nos conduz, consequentemente, a efeitos de sentido ainda pouco explorados.

O estudo dos tipos e figuras engendrados no interior do discurso teológico tem se mostrado relevante para a compreensão de conceitos e valores propagados no/pelo discurso. Recentemente, temos produzido investigações que compreendem a tipologia bíblica em uma perspectiva discursiva (Alves Junior & Nascimento, 2023; Nascimento *et al.*, 2024). Nessa visão, os tipos são considerados mecanismos de linguagem responsáveis por antecipar, ainda que obscuramente, devido à sua natureza profética, revelações do porvir. No interior das Escrituras, isso se traduz na inter-relação entre Antigo e Novo Testamento, de maneira que o primeiro antecipa revelações que só se tornam claras

CC BY

e evidentes no segundo. Essa forma do dizer profético do Antigo Testamento é materializada por meio de figuras e símbolos, tais como os tipos.

Também o estudo do *ethos* discursivo tem se mostrado relevante na investigação de diversas materialidades linguísticas, buscando compreender a relação que se estabelece entre um discurso e o sujeito enunciador que fala em seu interior. Segundo Maingueneau (2009), todo discurso tem uma voz, que se manifesta em um corpo enunciativo, construído na relação entre o intra e o extra discurso, o linguístico e o social. Um sujeito enunciativo que se torna fonte de referências pessoais, temporais e espaciais, um Eu-Tu-Agora, capaz de situar um discurso em sua dimensão espaço-temporal e social. Essa corporalidade é construída na interação entre enunciador e co-enunciador, por meio de representações sociais avalizadas, cuja manifestação só pode ser compreendida na enunciação em uma dada condição socio-histórico-cultural de produção.

Em virtude do exposto acima, delineamos nosso objetivo de análise à compreensão da relação que se estabelece entre *ethos*, tipos e a construção do universo de sentidos instaurado no/pelo discurso constituinte teológico, apreendendo o teológico como espaço de interação intra e interdiscursiva. Nossa hipótese é a de que há uma estreita relação entre os tipos mobilizados no interior do *thesaurus* bíblico e a construção da corporalidade enunciativa que se assume como responsável pela construção de todo o discurso teológico, um hiperenunciador, o qual se torna o sujeito validante e integrador do discurso. A fim de atingirmos o objetivo proposto, lançamos mão do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, em especial a perspectiva enunciativodiscursiva proposta por Maingueneau (1995, 2000, 2008, 2009, 2015, 2020, 2022), em diálogo com as reflexões de Nascimento (2009, 2020a, 2020b). Sobre as facetas e os modos de interpretação do texto bíblico, nos valemos de oportunas e aprofundadas reflexões advindas do campo filosófico, com Schleiermacher (2015) e Smith (2021), pois acreditamos que elas nos abrem os olhos tanto para as

motivações quanto para a essencialidade da interpretação bíblica. Afinal, muito do que se desenvolveu até os dias de hoje acerca da hermenêutica bíblica é tributado a pensadores que articulavam essas reflexões filosóficas junto ao conhecimento teológico, postura que caracteriza ícones como Fílon de Alexandria, Agostinho de Hipona e João Calvino.

Selecionamos como *corpus* para a análise o prólogo de João, materializado no evangelho canônico de João 1: 1-18. Trata-se de um dos textos fundamentais para a teologia do Novo Testamento, onde se apresenta de forma explícita a doutrina do Verbo-acontecimento, a revelação da natureza divino-humana de Jesus. Nosso percurso analítico se desenvolve nos seguintes passos: primeiramente, tecemos considerações sobre a reflexão teológico-filosófica para a interpretação do *thesaurus* bíblico; na sequência, buscamos compreender o fenômeno da tipologia na constituência do discurso teológico; a seguir, discutimos as contribuições da AD francesa, em especial no que tange aos discursos constituintes e aos estudos sobre *ethos* discursivo. Posteriormente, apresentamos nossa análise do *corpus* constituído. Concluindo, tecemos nossas considerações finais.

1. A interpretação da Bíblia Sagrada: reflexões filosófico-teológicas

É oportuno, inicialmente, considerarmos a reflexão de Smith (2021), para quem o mundo originalmente criado, anterior à queda da humanidade, não careceria de uma intervenção interpretativa, tendo em vista que, em seu estatuto de perfeição, a comunicação seria imediata, infalível, sem ruídos. O precedente para essa afirmação se encontra na raiz de uma tradição filosófico-teológica, segundo a qual a interpretação do texto bíblico estaria ligada à Queda[1]. Nesse sentido, a hipótese dessa tradição é a de que nenhuma hermenêutica seria necessária se não tivesse ocorrido a queda. A fim de apresentar essa proposição com clareza, é com as seguintes palavras que o filósofo James K. A. Smith introduz a sua obra *A queda da interpretação:*

1. Referência ao pecado original relatado no capítulo 3 do Gênesis.

CC BY

> A interpretação sempre foi considerada um pecado. Vista como um fenômeno pós-lapsariano (ocorrido após a Queda) do qual a humanidade deve ser remida, a hermenêutica tem sido tradicionalmente ligada à maldição e à expulsão do Jardim. Em suma, a interpretação é a consequência da Queda; ela mesma é uma queda – do inteligível ao sensato, da imediação à mediação, da leitura à hermenêutica. De acordo com o poeta medieval Dante, a própria natureza da Queda foi a transgressão do sinal (*il trapassar del segno*), um ato semiótico ilícito que deu início à trágica história da interpretação e corrompeu a imediação anterior que Adão desfrutava no Éden. A hermenêutica é algo a ser superado pela redenção, por meio da qual a maldição da interpretação será removida em um paraíso hermenêutico no qual a interpretação está ausente (Smith, 2021, pp. 37-38).

De acordo com essa versão, que supõe o lapso adâmico como explicação para a necessidade da hermenêutica, todo o esforço empreendido na aplicação de um método de interpretação deve nos conduzir à produção de sentidos que, antes da Queda, antes de se tornarem latentes, eram manifestos claramente, sem mediações, pois o homem original, pleno e sem mácula, formava uma unidade perfeita com o Criador. Tal perspectiva se identifica com uma afirmação de Martinho Lutero, para quem:

> Tudo o que Deus quis ou disse, o homem também quis, creu e entendeu a mesma coisa. O conhecimento de todas as outras criaturas necessariamente seguiu esse conhecimento; pois onde o conhecimento de Deus é perfeito, também o conhecimento de outras coisas que estão sob Deus é necessariamente perfeito (Luther, 1955, p.141).

Problemática posta, Smith (2021) conclui que, como seres limitados, nunca teremos acesso aos pensamentos do outro, pois "sempre ouço o outro ou leio um texto a partir de 'onde estou', traduzindo o discurso do outro de modo que eu possa entender". Embora as intenções de significação

desse Outro sejam sempre inacessíveis, temos ao nosso alcance a possibilidade de inventariar possibilidades, e é claro que tal inventário decorre da atividade interpretativa. Interpretar, ainda que limitadamente, é operar com a linguagem. E, contrariando parcialmente a hipótese da interpretação como resultante do pecado original, ousamos afirmar que se procedermos a alguma atividade interpretativa ou analítica de textos sagrados, tal qual o fazem os hermeneutas, filósofos, filólogos, linguistas ou analistas do discurso, é porque somos seres de linguagem e, logo, a linguagem nos constitui como sujeitos.

Assim, é preciso registrar que consideramos precisa a essencialidade do fenômeno pós-lapsariano como explicação para a necessidade da hermenêutica, mas que, de nosso ponto de vista, é a constatação da existência da linguagem, constitutiva das estruturas, dos sentidos e dos sujeitos que a mobilizam, partiremos do que há, do que está posto: a própria hermenêutica. Nos parágrafos a seguir, buscaremos, suscintamente, expor os fundamentos da hermenêutica bíblica, conforme sua configuração primordial, explorando enfaticamente o fenômeno da tipologia bíblica. Ao mesmo tempo, mais ao final da próxima seção, nos valeremos das limitações do método hermenêutico propositadamente para justificar as contribuições do modelo de análise do discurso aqui adotado para o exame do discurso teológico.

2. O lugar da tipologia bíblica na interpretação do discurso teológico

A história do estudo interpretativo de textos sagrados se confunde, de certa forma, com a própria história da linguagem no que diz respeito à tradição oral de transmissão e compreensão dos relatos e feitos do passado, geração após geração. Em um tempo em que a escrita ainda não existia ou, mesmo

CC BY

posteriormente, quando essa modalidade de linguagem ainda era pouco acessível, a memória era o arquivo em que se armazenavam os acontecimentos.

Com o surgimento e o desenvolvimento da escrita, os registros passam a se fixar graficamente e o resultado é que enquanto a tradição oral garantiria a transmissão geracional, a escrita, além de também cumprir essa função, passa a constituir a fonte histórica documentada dos acontecimentos diretamente relacionados ao sagrado e ao religioso.

Na história do cristianismo, o cânone dos registros históricos está contido na Bíblia Sagrada, fonte do *archeion* que constitui o que, neste trabalho, chamamos de discurso teológico cristão ou, simplesmente, discurso teológico. A propósito das sagradas escrituras, precisamos compreender que, a despeito do desenvolvimento de matrizes interpretativas teológicas como a hermenêutica e a exegese bíblicas, os escritos mais antigos sempre foram objeto de contemplação e de reflexões sobre sua compreensão pela comunidade de leitores/ouvintes. Emblematicamente, muitas dessas reflexões foram elaboradas no Novo Testamento bíblico, cujo objeto de interpretação era o conjunto de textos que compões o *archeion* veterotestamentário.

Não raro, nos relatos dos quatro evangelhos, Jesus Cristo emprega, como expediente de suas pregações e afirmações, a retomada de textos do Antigo Testamento, a fim de explicá-los ou de reivindicar um sentido superior a esses textos; um sentido que transcende até os mais diferentes significados da letra escrita. Um número considerável dessas menções veterotestamentárias no novo testamento é extraído dos livros proféticos. Um dos mais emblemáticos exemplos se encontra no Evangelho escrito por Mateus, em uma ocasião em que Jesus testemunha em favor de João Batista, resgatando uma profecia registrada no livro do profeta Isaías: “Este é de quem está escrito: Eis aí eu envio diante da tua face o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho diante de ti” (Mateus 11:10 - Bíblia Sagrada, 1998, p. 1345).

A hermenêutica, ainda no século I d.C., surge como uma tentativa de reunir um conjunto de parâmetros e regras interpretativas, mas, durante séculos, foi-se desenhando mais como arte do que como método. Filósofo e teólogo à época, judeu natural de Alexandria, Fílon é consensualmente conhecido como precursor da hermenêutica. No fundamento de sua abordagem para o estudo interpretativo dos textos do antigo testamento está o pressuposto de que certos significados não literais veiculam, implicitamente, uma carga de sentido ético e espiritual e, logo, sua correta apreensão não é facilmente acessada.

Em outros termos, foi Fílon de Alexandria o responsável pelo desenvolvimento da interpretação alegórica do texto bíblico, por meio da qual se concentra, principalmente, no exame da reunião de livros conhecida como pentateuco, correspondente aos cinco primeiros livros da Bíblia Sagrada e cuja autoria é atribuída a Moisés. A interpretação alegórica vincula-se à busca pela expansão da letra. Distancia-se da interpretação *ipisis litteris*, pois compreende-se que a literalidade da palavra aprisiona a mensagem no mundo humano das ideias, em contraposição à mensagem divina revelada, muitas vezes, nas entrelinhas do texto sagrado ou até numa palavra especialmente revelada – *rhema* – a um indivíduo inserido em uma situacionalidade particular.

Dessa forma, a mensagem profética está, por vezes, codificada por trás de símbolos ou alegorias, cabendo ao intérprete trazer essa mensagem à luz. O expediente impreciso e volúvel de certos termos, expressões ou relatos, o que torna fatores pragmáticos essenciais à sua compreensão, é próprio de qualquer expressão de linguagem e não há motivo para que uma obra tão complexa, marcada pela multiplicidade de gêneros, autorias e estilos, tal como é a Bíblia Sagrada, fugisse a esse traço conotativo. Nas palavras de Lund (1968, p. 20), "nada mais natural que contenham as Escrituras pontos obscuros, palavras e passagens que requerem estudo e cuidadosa interpretação".

CC BY

Em seu manual de hermenêutica, Lund (1968) elenca relativa diversidade de alegorias e figuras de retórica de frequente recorrência no discurso bíblico, entre as quais: metáfora, sinédoque, alegoria, antítese, fábula, parábola, e o tipo, entre outras. Este último é o que nos interessa abordar enquanto figura resultante do fenômeno designado tipologia bíblica.

Em suma, a tipologia está entre as categorias que se aplicam à interpretação alegórica do discurso bíblico. O conjunto de textos pertencentes à antiga aliança, popularmente conhecido como velho, antigo ou primeiro testamento das Sagradas Escrituras, é onde se encontra uma vasta riqueza de recursos alegóricos de linguagem. Obviamente, esses recursos vão permear, de forma mais evidente, discursos que primam por uma linguagem predominantemente estética, tais como os Salmos e o Cântico dos Cânticos, livros do antigo testamento conhecido como poéticos.

Certo é, porém, que o emprego de alegorias, tropos e outras formas de linguagem figurativa aparecem ao longo de todo o discurso teológico cristão, ou seja, de Gênesis a Apocalipse. Em muitas ocorrências do discurso bíblico, o uso de determinados elementos desempenha o papel de declarar uma profecia – um prenúncio do porvir. A esse respeito, sustentamos que, do ponto de vista de uma finalidade ou propósito comunicacional, a tipologia bíblica é utilizada, ao longo do Antigo Testamento, em função de uma visada profética. Esse pressuposto pode ser amparado pela própria definição de tipo: "classe de metáfora que não consiste meramente em palavras, mas em fatos pessoas ou objetos que designam fatos semelhantes, pessoas ou objetos no porvir" (Lund, 1968, p.79).

E se desejamos uma compreensão mais elaborada acerca da tipologia, consideramos pertinentes as palavras de Davidson (2004):

> A Tipologia pode ser definida como um empenho hermenêutico por parte dos escritores do Novo testamento, como um estudo das realidades históricas da salvação no Antigo Testamento, ou dos "tipos" (pessoas, eventos, instituições) os quais Deus especificamente designou para corresponder e prefigurar preditivamente os aspectosde seu intensificado cumprimento antitípico (Davidson, 2004, p.61).

Na proposição de Davidson, chama a atenção o destaque aos escritores do Novo Testamento, ao apresentarem, em seus relatos, a concretização de acontecimentos prefigurados pelos escritores do Antigo Testamento. O "empenho hermenêutico", assim, diz muito sobre o compromisso desses autores com o desvelamento das profecias enunciadas nos registros veterotestamentários.

Ainda que o estudo da tipologia bíblica tenha sido consagrado pela hermenêutica bíblica, como matriz interpretativa teológica, atribuindo maior foco ao produto – o tipo, enquanto unidade linguístico-semântica, tendo em vista sua configuração verbal, interessa-nos aqui, segundo o rastro de Nascimento et al. (2024), examinar não um processo que dá origem a um simples produto ou signo verbal, mas um percurso de "mediação entre a 'sombra' veterotestamentária e o objeto, a pessoa, o acontecimento ou a mensagem revelada concretamente no discurso neotestamentário" (p.55). Além disso,

> Vale ressaltar, por conseguinte, que essas figuras, intencionalmente empregadas em circunstâncias de produção determinantes para a compreensão global dos processos de constituição do discurso teológico, são importantes para o entendimento de uma visada profética, traço distintivo não apenas nos registros dos profetas, mas também nos livros poéticos, nos históricos e, de forma peculiar, na Torah (Nascimento, Alves Junior e Souza Junior, 2023, p.55).

CC BY

Para a análise em vista, acreditamos que os estudos contemporâneos sobre o discurso possam alargar nossa compreensão acerca do fenômeno em apreço, uma vez que, na perspectiva discursiva, é possível compreender a produção dos enunciados para além dos próprios enunciados. Em outras palavras, podemos compreender melhor os processos por meio dos quais a linguagem produz sentidos, se observarmos a trajetória, o processo de apreensão de uma estrutura linguística em seu pleno funcionamento em condições efetivas de uso por um sujeito enunciador. Por isso mesmo, na próxima seção abordaremos o conceito de condições socio-histórico-culturais de produção do discurso, conforme proposta no interior da Análise do Discurso Francesa.

3. Contribuições da Análise do Discurso Francesa: conceitos e categorias

A Análise do Discurso de linha francesa (AD) tem aprofundado discussões que envolvem o estudo da linguagem e sua inserção social, desenvolvendo pesquisas nas mais diversas áreas, inclusive, no campo da Teologia. A AD constitui-se em uma disciplina heterogênea e interdisciplinar por natureza, na medida em que mantém diálogo constante com vários campos do saber. A noção de discurso, proposta por Maingueneau (2015), implica a interação de conhecimentos advindos de diferentes disciplinas, tanto das ciências humanas como sociais, que ativam o que ele chama de "um conjunto aberto de *leitmotiv* de ideias-força" (Maingueneau, 2015, p.25). O discurso é apreendido como a intricação de um texto e um lugar social, aquilo que une toda a estrutura pertencente a uma organização textual a todos os elementos que compõem uma situação real de comunicação, inclusive as condições socio-históricas e culturais de produção de seus enunciados. Assim, as pesquisas no interior da AD buscam apreender o discurso na totalidade de sua complexidade enunciativa e histórico-social.

Refletindo sobre as propriedades que atuam na constituência dos discursos em circulação na sociedade, Maingueneau e Cossutta (1995) levantaram a hipótese dos discursos constituintes, aqueles que, pela sua própria natureza, reivindicam para si a posição de auto fundantes, que não reconhecem outra autoridade além da sua própria, que não admitem quaisquer outros discursos acima deles. São discursos primeiros, fundadores, que têm a pretensão de legitimar a totalidade da produção discursiva em circulação na sociedade, por meio dos quais inúmeros outros discursos se constituem. Maingueneau (2000) admite como constituintes os discursos filosófico, científico, religioso e literário. Na presente análise, adotamos o posicionamento defendido por Nascimento (2009, 2020a, 2020b), que propõe a inclusão do discurso teológico no rol dos constituintes, em substituição ao discurso religioso. Para ele, o religioso se constitui por meio do interdiscurso teológico, sendo, este último, auto fundante.

Devido à posição de emergência no interdiscurso e por partilharem certas propriedades peculiares, os discursos constituintes exigem uma análise diferenciada. A fim de que possam autorizar-se a si mesmos, buscam a proximidade com uma fonte legitimadora, algo que assevere seus próprios enunciados, que sirva como o garante de um dizer. Essa fonte pode ser, à guisa de exemplo, a Razão, no caso do discurso científico; ou a Verdade, no caso do discurso filosófico; ou, ainda, o próprio Deus, no caso do discurso teológico. O paradoxo constitutivo do funcionamento de tais discursos é que esse Absoluto que os legitima é supostamente exterior ao discurso, para lhe conferir autoridade, mas deve ser construído por esse mesmo discurso para poder fundá-lo. Assim, eles se tornam ao mesmo tempo auto e hetero constituintes. Para Maingueneau (2000), o estatuto fundador de tais discursos não significa que a multiplicidade de outras produções discursivas não atue sobre eles, ao contrário, essa interação entre discursos constituintes e não constituintes é intensamente produtiva no ambiente social. Maingueneau (2008) afirma que os discursos constituintes possuem o *archeion*

CC BY

de uma coletividade, termo grego ligado a *arché*, "fonte", "princípio" e, a partir, disso, "mandamento", "poder". Por isso, são capazes de dar sentido aos atos do conjunto da sociedade.

> O "archeion" é a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas também os arquivos públicos. O "archeion" associa assim intimamente o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados e uma gestão da memória (Maingueneau, 2008, p. 38).

Os produtores dos discursos constituintes elaboram discursos-limite, cuja instauração se funda na condição paratópica de seu próprio ato de criação. Trata-se de uma negociação constante entre pertencer e não pertencer a uma topia social. A enunciação se constrói na paradoxal impossibilidade de o produtor do discurso atribuir para si mesmo a autoria de seus enunciados. Ele fala em nome do Absoluto que legitima todo o discurso, um hiperenunciador, a única voz capaz de asseverar a validade da enunciação. Para que haja verdadeira auto constituição, o sujeito produtor precisa, de certo modo, "neutralizar" sua própria voz, para que a fala do Absoluto se evidencie. Segundo Nascimento (2020a, p.25), fica bem claro que a paratopia nos discursos constituintes se vincula a um processo criador consciente, que "[...] permite o acesso a um não lugar autoral e produz no autor uma condição de ser e não ser criador do seu próprio discurso."

O discurso constrói, assim, sua própria condição de enunciabilidade. Maingueneau (2009) afirma que os discursos constituintes engendram um processo de embreagem paratópica criadora, a fim de conectar seus próprios elementos estabilizantes. Segundo ele, a embreagem linguística normalmente é compreendida como a relação entre um enunciado e a situação de comunicação, mobilizando unidades que participam, ao mesmo tempo, da língua e do evento enunciativo. Dessa forma, a embreagem paratópica reúne os elementos do mundo instaurado no/pelo discurso ao próprio ato criador do autor que constrói esse mundo. Essas unidades embreantes se articulam na cena de enun-

ciação instaurada, possibilitando a construção de um universo enunciativo onde aquele dizer se torna possível.

Pensar a constituição desse universo dizível nos leva, inevitavelmente, a refletir sobre a corporalidade do sujeito enunciador no discurso, aquilo que as pesquisas produzidas na AD comumente denominam *ethos* discursivo. Essa corporalidade é construída na interação entre enunciador e co-enunciador, tendo como base representações sociais estereotipadas, às quais a enunciação pode reforçar ou transformar. Assim, o *ethos* discursivo se constitui por meio do imbricamento entre o linguístico e o social, uma dinâmica que envolve o processo de construção da enunciação e os gestos de leitura de seus co-enunciadores. São representações sociais avalizadas, cuja manifestação só pode ser compreendida na enunciação, por meio da cenografia instaurada em uma dada condição socio-histórico-cultural de produção. De acordo com Charaudeau (2009, p. 117) "[...] a visão que uma sociedade tem do corpo depende dos imaginários coletivos que ela constrói para si."

O conceito de *ethos* discursivo na AD se desenvolve tendo como base a Retórica clássica, na qual o orador buscava construir uma certa identidade para si, uma imagem que fosse capaz de convencer um auditório, ganhando sua confiança. Em uma visada discursiva, a elaboração dessa "imagem", construída no ato de enunciar, nos permite fazer a distinção entre o sujeito empírico, aquele que efetivamente profere o discurso, daquele sujeito discursivo, que emerge da enunciação, que é validado a partir do próprio processo enunciativo. Para Maingueneau (2009), o *ethos* é uma noção discursiva, construído por meio do discurso; está intrinsecamente ligado a um processo interativo de influência sobre o outro; é uma noção híbrida, de caráter socio-discursivo, um comportamento socialmente avalizado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa numa dada conjuntura socio-histórica e cultural.

CC BY

Maingueneau (2020) ressalta que o *ethos* efetivo de um discurso resulta da interação de três categorias. O *ethos pré-discursivo*, que diz respeito a representações que se tenha do enunciador antes mesmo da sua fala; uma certa expectativa em relação ao enunciador que está ligada ao interdiscurso, aos dizeres que antecedem à sua fala e produzem certas representações sociais antes mesmo que ele enuncie. O *ethos dito*, que é aquele proposto diretamente na enunciação, uma imagem que o enunciador procura construir de si mesmo no discurso, como, por exemplo: "tenho trabalhado arduamente pelo bem desta comunidade" ou "este humilde servo do Senhor que vos fala". O *ethos mostrado*, que é aquele construído indiretamente no transcurso da enunciação. O co-enunciador constrói uma "imagem" do enunciador pelo próprio desenvolvimento da enunciação. Essa corporalidade é ativada tendo como base um conjunto difuso de representações sociais estereotipadas, validadas socialmente.

Finalizando nossas considerações sobre a questão do *ethos* discursivo, é preciso levar em consideração aqueles discursos que, pela sua própria natureza constitutiva, produzem mais de uma enunciação. Isso conduz, inevitavelmente, a enunciadores com *ethos* distintos. O caso típico é o do discurso teatral. Nele, temos um *ethos* de personagem, aquele que enuncia na cena dramática, e o *ethos* do dramaturgo, aquele "arquienunciador" invisível que fala pelo conjunto da dramaturgia encenada. Dessa forma, temos duas enunciações encaixadas. Uma não subsiste sem a outra. O mesmo processo acontece em narrativas como o romance. Nesse caso, o narrador fala, assim como os personagens, o que nos leva a um *ethos* ligado a cada personagem, como também a um *ethos* do narrador. Também em um discurso jornalístico temos *ethos* encaixado: os entrevistados que ganham voz no discurso; o jornalista que enuncia ao compor uma reportagem; e o próprio jornal ou veículo de comunicação, que fala por meio das enunciações que publica, manifestando, assim, seus posicionamentos editoriais e ideológicos. Nas novas mídias, os *posts* das redes sociais, que se entrelaçam em uma rede de nós intermináveis, ampliam ainda mais as variações em torno da noção de *ethos*. Essa é, portanto, uma

categoria complexa, que se mostra fundamental para o exame de diversos discursos em circulação na sociedade.

4. *Ethos* discursivo e tipologia teológica em O prólogo

Procedemos, agora, à análise do discurso *O prólogo*, materializado na perícope bíblica de João 1:1-18, apreendida, aqui, enquanto discurso constituinte teológico. Nossa investigação fundamenta-se no aparato teórico-metodológico da AD, de acordo com a perspectiva enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau (1995, 2000, 2008, 2009, 2015, 2020, 2022), em diálogo com a proposição sobre discurso teológico de Nascimento (2009, 2020a, 2020b).

Primeiramente, é preciso situar o evangelho joanino dentro do escopo maior de todo o *thesaurus* bíblico. O discurso de João possui um caráter peculiar em relação aos outros três evangelhos canônicos, também chamados sinóticos[2]. Ele propõe uma narrativa diferenciada em torno da vida e obra de Jesus. Ao invés de privilegiar as curas e exorcismos, João dá atenção especial aos ensinamentos proferidos por Cristo diretamente aos discípulos ou mesmo a algumas pessoas em particular. Claramente, não há uma preocupação em fazer um relato biográfico, mas em apresentar uma visão teológica sobre o Cristo, enfatizando sua doutrina, sua mensagem à humanidade, seus ensinamentos ético-morais. Segundo Douglas (1995, p. 846), "[...] João não contradiz os outros evangelhos, mas antes interpreta a Pessoa que é retratada por eles".

A teologia joanina é marcada por um certo dualismo, o que tem levado muitos a elaborarem uma ligação entre o discurso de João e o gnosticismo helenista do primeiro século. A descoberta dos manuscritos do Mar Morto, no entanto, não corrobora com essa hipótese, uma vez que aponta para uma forte correlação entre a teologia joanina e o pensamento judaico. De acordo com Ladd (1997), os documentos de Qumran mostram que o dualismo joanino se assemelha, em muito, a aquele de-

2. Termo originário em "synopsis" (grego), cujo significado remete a "ver em conjunto" ou "resumo".

CC BY

senvolvido no meio da comunidade judaica dos essênios. "[...] o dualismo Joanino assemelha-se ao dos essênios pelo seu aspecto monoteísta, ético e escatológico, bem como pela sua expectação da vitória da luz" (Ladd, 1997, p. 219). De acordo com a tradição cristã, antes de tornar-se discípulo de Jesus, o apóstolo João teria sido seguidor de João Batista, talvez o sujeito bíblico que mais se aproxime do comportamento sociocultural dos essênios.

Tendo em vista essas considerações de âmbito geral sobre o discurso joanino, passamos agora ao exame específico do prológo, conforme registro em João 1:1-18.

> 1 No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.
> 2 Ele estava no princípio com Deus.
> 3 Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez.
> 4 A vida estava nele e a vida era a luz dos homens.
> 5 A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela.
> 6 Houve um homem enviado por Deus cujo nome era João.
> 7 Este veio como testemunha para que testificasse a respeito da luz, a fim de todos virem a crer por intermédio dele.
> 8 Ele não era a luz, mas veio para que testificasse da luz,
> 9 a saber, a verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem.
> 10 O Verbo estava no mundo, o mundo foi feito por intermédio dele, mas o mundo não o conheceu.
> 11 Veio para o que era seu, e os seus não o receberam.
> 12 Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que creem no seu nome;
> 13 os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus.
> 14 E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e

CC BY

> vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai.
> 15 João testemunha a respeito dele e exclama: Este é o de quem eu disse: o que vem depois de mim tem, contudo, a primazia, porquanto já existia antes de mim.
> 16 Porque todos nós temos recebido da sua plenitude e graça sobre graça.
> 17 Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo.
> 18 Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou.
> (Bíblia Sagrada, 1998, p.1483).

Devido à natureza teológica e profética do discurso, o prólogo de João possui características singulares, que o distinguem em relação à forma usual dos prólogos da Literatura ocidental. De acordo com Leme (2023), as marcas textuais do discurso o aproximam, em sua estrutura literária, à produção lírica do Antigo Testamento, como Salmos e Provérbios. Esses textos eram comumente utilizados como antífonas nos rituais religiosos judaicos. Leme (2023) ainda afirma que o prólogo de João não apenas introduz, como também resume toda a temática que será desenvolvida ao longo do discurso joanino. Além do tema cristológico central, em torno da revelação do Verbo à humanidade, são também apresentados outros temas fundamentais, como o dualismo entre luz e trevas, a fé, o novo nascimento e a graça. Assim, em João, temos um prólogo que cumpre um papel de apresentar os temas centrais de toda a obra, porém com características poéticas e proféticas, uma construção que só encontra similares no *thesaurus* bíblico veterotestamentário.

Logo de início, percebemos o atravessamento do interdiscurso do Antigo Testamento. A enunciação instaura um tempo/espaço denominado "No princípio", o que remete a Gênesis 1:1: "No princípio, criou Deus os céus e a terra" (Bíblia Sagrada, 1998, p. 02). A instância autoral engendra, assim, um tempo cronológico identificado com a gênesis dos céus e da terra, algo que antecede ao próprio

CC BY

surgimento da humanidade. Dessa forma, procura demonstrar a pré-existência do Cristo, enfatizando seu caráter divino. A natureza de Jesus é apresentada não em termos étnicos/biográficos, mas por meio de uma razão teológica. Ao investir no desvelamento da natureza do Cristo, a enunciação desvela também um *ethos* profético em torno da figura do próprio enunciador. Alguém que fala em nome da divindade, que pode apresentá-lo à humanidade, que pode revelar os mistérios do tempo/espaço "No princípio".

Nos recortes 4 e 5 o dualismo entre luz e trevas é apresentado: "4 A vida estava nele e a vida era a luz dos homens. 5 A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela". Percebemos, mais uma vez, o atravessamento do interdiscurso veterotestamentário do primeiro capítulo de Gênesis: "E disse Deus: Haja luz; e houve luz. Viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas" (Gênesis 1:3,4 - Bíblia Sagrada, 1998, p.02). O discurso engendra mecanismos discursivos pelos quais a tipologia da Luz é aplicada à pessoa do próprio Cristo. Ele é a "vida" e a vida é a "luz".

Pela natureza prospectiva dos tipos, enquanto sombra ou amostra do que se concretizará no porvir, é possível vislumbrar que a ligação entre tipo e antítipo é operada, do ponto de vista linguistico-discursivo, por um movimento de semiotização (Charaudeau, 2005). No caso do fenômeno tipológico em apreço, temos, em um primeiro recorte discursivo - Gênesis 1:3 - o imperativo soberano de Deus que ordena "Haja luz", trazendo-a à existência. Essa luz (tipo), por seu traço simbólico e sua visada profética, ainda não possui um caráter definitivo ou absoluto, o qual se poderá atribuir apenas na ocasião da encenação do prólogo do discurso Joanino, quando o sujeito João, o evangelista, declara a chegada da "verdadeira luz" (antítipo), em João 1:9 (Bíblia Sagrada, 1998, p.1483), referindo-se à encarnação do Verbo na pessoa de Jesus Cristo.

No âmbito dos estudos do discurso, a semiotização pode ser definida como prática simbólica de transformação de um mundo a significar em mundo significado. Em termos de uma análise discursiva, diríamos, ainda, que se trata de uma transformação que considera, necessariamente, a encenação ou cenografia que dá contornos à produção de um discurso, o que inclui os sujeitos participantes, bem como seus estatutos social e linguageiro.

No *corpus* em análise, esse processo pode ser evidenciado pela relação entre o termo "luz", cuja ocorrência original no discurso constituinte teológico é a já mencionada ordenança criadora registrada em Gênesis 1:13, e sua reiteração no discurso de João, acrescido do qualificador "verdadeira": "Ele [João Batista] não era a luz, mas veio para que testificasse da luz, a saber a verdadeira luz, que, vinda ao mundo, ilumina a todo homem" (João 1:8,9 – Bíblia Sagrada, 1998, p.1483). A nosso ver, o processo pode ser examinado como uma ocorrência de dêixis discursiva, categoria abordada por Maingueneau (2009) como uma espécie de desdobramento do fenômeno conhecido como dêixis textual, marcada pelo mapeamento de quatro elementos: eu, tu, aqui e agora.

Assim, a relação entre os dois recortes distintos das Escrituras, produzidos por diferentes sujeitos da enunciação - Eu e Tu -, situados em uma topografia e em uma temporalidade também distintas, reivindica uma explicação mínima a propósito da categorização do discurso em apreço como *constituinte,* assim qualificado por força de sua natureza fundadora, evidenciada por um código linguageiro que o permite situá-lo como fonte auto instituída, como é o caso do discurso teológico. Se qualquer produção discursiva se refere, via memória, a um já dito, diríamos que o discurso joanino encontra sua referência intra e interdiscursiva na enunciação de Gênesis 1. Essa constatação legitima a compreensão de que cada dêixis discursiva opera uma referência a uma dêixis fundadora validadora.

CC BY

No caso do discurso constituinte teológico, diremos que essa validade é garantida pela voz de uma instância enunciativa superiora, "invocada" ao discurso para legitimar um ato de enunciação. A essa instância autoinstituída, fiadora e legitimadora de um já-dito, o *thesaurus*, chamamos *hiperenunciador*, conforme propõe Maingueneau (2008). O *ethos* profético em torno do enunciador é construído, justamente, à medida em que ele se mostre habitado por essa instância validadora. Assim, o seu dizer, torna-se o dizer do Absoluto que sustenta todo o discurso.Ao examinarmos a presença do fenômeno tipológico no prólogo do Evangelho segundo João, há que se considerar que o elemento em destaque – *a verdadeira luz* – é, na verdade, o *antítipo*, que, nos termos aqui adotados, corresponde à dêixis discursiva. Esta, por sua vez, encontra referência e validade na "luz" de Gênesis 1:3, o *tipo*, que, por sua visada profética e por seu caráter de originalidade, pode ser definido como uma ocorrência de dêixis fundadora.

A relação entre a "luz" e "a verdadeira luz" é, em princípio, compreendida pela própria definição de tipo: figura, símbolo, pessoa ou acontecimento do Antigo Testamento que prospecta elementos e para um cumprimento definitivo apresentado no Novo Testamento. A propósito da luz dada à existência pela declaração imperativa de Deus no primeiro dia da criação, conforme o discurso de Gênesis, é preciso considerar que não se trata de uma ordem para originar os astros responsáveis pela iluminação da terra, os quais só vieram a existir no quarto dia da criação, conforme se pode averiguar no registro dos versículos 14 a 19, do capítulo primeiro de Gênesis.

A luz, pois, em questão é reacionária às trevas, estas previamente existentes, conforme o registro bíblico em Gênesis 1:2,3:

> [2]A terra, porém, era sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas.[3]Disse Deus: Haja luz; e houve luz. (Bíblia sagrada, 1998, p 02).

A luz, aqui, não é outra senão a que se opõe às trevas, de forma que a dicotomia luz/trevas, simbolizando a luta entre o bem e o mal, temática que percorre todo o discurso bíblico, encontra sua gênese no início da criação. Como tipo ou como dêixis fundadora, diremos que ela é uma prospecção ou uma "sombra das coisas que haviam de vir" (Colossenses 2:17). Mais precisamente, diremos que a "luz", em Gênesis, é uma projeção da "verdadeira luz" que, no discurso do evangelho de João descreve uma declaração da chegada do Messias, da encarnação do Verbo. Eis aí, pois, na correspondência entre os discursos do Antigo e do Novo Testamentos, a trajetória de operação da tipologia: de uma luz um tanto imprecisa a uma luz concreta, suficiente e definitiva, porque "verdadeira".

Compreendemos, portanto, que a tipologia da "luz" é utilizada pela instância autoral como uma estratégia discursiva a fim de revelar a natureza divina do Cristo. Ele é a luz que ilumina todo homem, a fonte do bem para toda a humanidade. Conforme já mencionamos, ao investir na revelação da divindade de Jesus, a instância autoral investe na construção de sua própria imagem. Afinal, quem pode revelar a verdadeira natureza do Filho de Deus, senão alguém perfeitamente habitado por Ele. Ou seja, o desenvolvimento dos enunciados, inclusive com o emprego da tipologia em torno da "luz", reafirma o *ethos* de um profeta, um porta-voz da deidade, algo perceptível desde as primeiras linhas. A enunciação instaura um universo de sentidos onde somente alguém habitado pelo próprio ser divino poderia ter a perfeita revelação de sua natureza. Dessa forma, não é João quem fala, mas Deus fala por intermédio dele. Instaura-se assim, na cena enunciativa, a corporalidade do hiperenunciador, o único verdadeiramente capaz de revelar os mistérios do tempo/espaço denominado "No princípio", algo inacessível aos meros mortais. Esse mecanismo discursivo desloca a instância autoral para um segundo plano. Embora sua voz seja percebida como um narrador na cena,

CC BY

ele não fala em nome próprio, mas em nome do Absoluto que legitima todo o discurso. Sua localização é paradoxal, paratópica, uma negociação constante entre lugar e não lugar. Embora pertença ao mundo comum dos mortais, ele também tem acesso ao mundo transcendente, capaz de revelar os fatos que antecedem a própria existência humana, capaz de revelar a natureza do Ser criador. Ocorre um desnivelamento enunciativo, onde a voz de um Absoluto se sobressai à voz enunciativa do produtor do discurso. O *ethos* profético em torno do enunciador permite, assim, a construção de um universo de sentidos no qual a revelação da forma concreta da "verdadeira luz" é a revelação do próprio Deus, o Absoluto que se torna sujeito integrador e validante de todo o discurso.

Considerações finais

Os estudos linguísticos contemporâneos se apresentam como um vasto campo de pesquisas, com potencial para a produção de conhecimentos mais sólidos e esclarecedores acerca dos mais diferentes fenômenos da linguagem. A partir desse entendimento, este artigo buscou, pela via dos estudos do discurso, examinar o prólogo de João com o objetivo de compreendermos as relações entre *ethos*, tipos e a construção do universo de sentidos mobilizados no/pelo discurso constituinte teológico, compreendendo o teológico como espaço de interação intra e interdiscursiva.

Acreditamos que os conceitos e categorias empregados foram assertivos não apenas para a apreensão do discurso analisado, mas, ainda, para que se corrobore o fato de que a análise do discurso se mantém como transdisciplinar, capaz de alargar nossa percepção acerca do discurso teológico, considerado, muitas vezes, como inadequado à pesquisa e ao ambiente acadêmico.

Portanto, buscamos atingir o objetivo declarado na introdução do artigo, ao examinar o fenômeno da tipologia a partir de uma perspectiva discursiva, atrelando-o, inclusive, à noção de *ethos* discursivo; e reiteramos, em coro com alguns de nossos estudos anteriores, que os tipos bíblicos advo-

gam em favor da estreita relação de correspondência entre o antigo e o novo testamento bíblicos, os quais, em sua totalidade, constituem o que denominamos como discurso constituinte teológico.

Referências

Alves Junior, M. A., & Nascimento, J. V. (2023). Tipologia bíblica e semiotização no discurso teológico. *Revista (Con)Textos Linguísticos, 17*(38), 67–82.

Bíblia Sagrada. Português. (1998). *Bíblia Shedd: Versão aumentada, revista e atualizada*. Sociedade Bíblica do Brasil; Vida Nova.

Charaudeau, P. (2005). Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In M. A. L. Pauliukonis & S. Gavassi (Orgs.), *Da língua ao discurso: Reflexões para o ensino* (pp. 11–27). Lucerna.

Charaudeau, P. (2009). *Identidade social e identidade discursiva: O fundamento da competência comunicacional*. http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html

Davidson, R. M. (2004). A natureza [e identidade] da tipologia bíblica: Questões cruciais (O. C. Moura, Trad.). *Revista Hermenêutica*, (4), 61–111.

Fogaça, R. G., & Stigar, R. (2018). A hermenêutica da Bíblia em Fílon de Alexandria. *Revista Eletrônica Espaço Teológico, 12*(22), 89–103.

Leme, L. da S. N. P. (2022). A doutrina do logos e o prólogo de João: Uma perspectiva no método histórico-gramatical da exegese bíblica. *Pneuma: Revista Teológica, 2*(1), 120–142.

Lund, E. (1968). *Hermenêutica: Regras de interpretação das Sagradas Escrituras* (E. Adiers, Trad.). Editora Vida.

Luther, M. (1955). *Lectures on Genesis*. Luther's Works.

CC BY

Maingueneau, D., & Cossutta, F. (1995). L'analyse des discours constituants. *Langages*, 29(117), 112–125.

Maingueneau, D. (2000). Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE, 2*(1), 1–12. https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331

Maingueneau, D. (2008). *Cenas da enunciação* (S. Possenti & M. C. P. Souza-e-Silva, Orgs.). Parábola.

Maingueneau, D. (2009). *Discurso literário* (A. Sobral, Trad.). Contexto.

Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso* (S. Possenti, Trad.). Parábola.

Maingueneau, D. (2020). *Variações sobre o ethos* (M. Marcionilio, Trad.). Parábola.

Maingueneau, D. (2022). *Enunciados aderentes* (S. Possenti, Trad.). Parábola.

Nascimento, J. V., Alves Junior, M. A., & Souza Junior, C. F. (2009). *A parábola do filho pródigo*. LPB.

Nascimento, J. V. (2020a). Paratopia, autoralidade teológica e hiperenunciador. In J. V. Nascimento, M. R. de O. Cano, & J. Eliakim (Orgs.), *Paratopia* (pp. 25–42). Blucher.

Nascimento, J. V. (2020b). O discurso teológico como discurso constituinte. In J. V. Nascimento & A. Ferreira (Orgs.), *Discursos constituintes* (pp. 34–59). Blucher.

Nascimento, J. V., Alves Junior, M. A., & Souza Junior, C. F. (2024). Autoralidade e tipologia bíblica no discurso teológico. *Verbum, 13*(3), 46–64.

Smith, J. K. A. (2021). *A queda da interpretação: Fundamentos filosóficos para uma hermenêutica criacional* (V. Lamim, Trad.). Thomas Nelson Brasil.

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a2

Far-right political discourse in Germany and Portugal: A corpus-driven contrastive analysis of nominal semantics

IVÁN ARIAS-ARIAS

ivanarias.arias@usc.gal

PhD candidate in Linguistics, Universidade de Santiago de Compostela, Spain.
Substitute Professor at Universidad de Salamanca, Spain.
Funded by the Spanish Ministry of Universities (FPU predoctoral contract, grant FPU21/00188).
Project: ESMAS-ES+ (PID2022-137170OB-I00).
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-2673-0899

KEYWORDS:
Far-right discourse;
Electoral programs;
Valency grammar;
Semantic combinatorics;
Word embeddings.

ARTICLE RECEIVED ON:
12/18/2025
ARTICLE ACCEPTED ON:
08/29/2026

ABSTRACT: This paper describes and relates how far-right parties construct political discourse through nominal argument structures in their electoral programs. We analyze the 2025 electoral programs of Alternative für Deutschland (AfD) and Chega using a corpus-driven approach that combines valency grammar with critical discourse analysis. Our investigation focuses on how nominal semantics encode and legitimize ideological positions in German and Portuguese contexts. The methodology integrates syntactic pattern extraction with distributional semantic modelling to examine how abstract nouns function as legitimation mechanisms. Our analysis reveals that both parties systematically use nominal constructions to present exclusionary policies as natural and inevitable while concealing the political agency behind these decisions. Word embedding analysis demonstrates consistent cross-linguistic patterns in how key concepts such as 'security', 'protection' and 'measures' are ideologically encoded. The findings show that noun valency patterns serve as specific linguistic mechanisms through which far-right discourse achieves legitimation and naturalization effects, contributing to broader polarization dynamics.



Discurso político de extrema-direita na Alemanha e em Portugal: uma análise contrastiva baseada em corpus da semântica nominal

IVÁN ARIAS-ARIAS

ivanarias.arias@usc.gal

Doutorando em Linguística pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.
Professor Substituto da Universidad de Salamanca, Espanha.
Financiamento: Ministerio de Universidades (Governo de Espanha), contrato predoutoral FPU.
Processo: FPU21/00188. Projeto: ESMAS-ES+ (PID2022-137170OB-I00).
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-2673-0899

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso de extrema-direita;
Programas eleitorais;
Gramática de valências;
Combinatória semântica;
Word embeddings.

ARTIGO RECEBIDO A:
18/12/2025
ARTIGO APROVADO A:
29/08/2026

RESUMO: Este artigo descreve e relaciona a forma como os partidos de extrema-direita constroem o discurso político através de estruturas argumentais nominais nos seus programas eleitorais. Analisamos os programas eleitorais de 2025 da Alternative für Deutschland (AfD) e do Chega, utilizando uma abordagem baseada em corpus que combina a gramática de valências com a análise crítica do discurso. A nossa investigação foca-se no modo como a semântica nominal codifica e legitima posições ideológicas nos contextos alemão e português. A metodologia integra a extração de padrões sintáticos com a modelação semântica distribucional para examinar como os substantivos abstratos funcionam como mecanismos de legitimação. A nossa análise revela que ambos os partidos utilizam sistematicamente construções nominais para apresentar políticas de exclusão como algo natural e inevitável, ocultando, simultaneamente, a agência política por detrás dessas decisões. A análise de *word embeddings* demonstra padrões translinguísticos consistentes na forma como conceitos-chave como 'segurança', 'proteção' e 'medidas' se apresentam como ideologicamente codificados. Os resultados mostram que os padrões de valência nominal servem como mecanismos linguísticos específicos através dos quais o discurso de extrema-direita alcança efeitos de legitimação e naturalização, contribuindo para dinâmicas de polarização mais amplas.

CC BY

Introduction

The clear rise of far-right parties in the most recent elections in Portugal (May 2025) and Germany (February 2025)[1] highlights the growing influence of these political factions across Europe (Lazaridis et al., 2016; Stewart, 2020; Wodak, 2015). This paper seeks to describe and relate how the political parties Chega and Alternative für Deutschland (AfD) construct their public discourse in electoral programs, based on the premise that language serves as a powerful medium for conveying political ideas (Erdocia, 2025; Bourdieu, 1977). As Girnth (2015) emphasizes, electoral programs constitute a specific text type aimed at voters and are considered the primary texts that play a direct role in constructing public discourse.

Despite the centrality of language in political discourse (Girnth, 2015), its structure is often not examined from the perspective of grammatical operations and semantic combinatorics[2]. This paper contributes to filling this gap by focusing on the role of nominal semantics in far-right political discourse construction. It may be argued that nouns, as core carriers of lexical meaning, play a key role in shaping the ideological orientation and communicative intent of political texts. In particular, political discourse tends to exhibit a highly nominal style. Danler (2007) advocates that nominal style is especially productive in contexts where the authorship is intentionally backgrounded or rendered anonymous, enabling an impersonal and ostensibly objective mode of communication (cf. Vilela, 1999, p. 318).

While previous studies have analyzed such discourse using corpus-driven and collocational approaches (Bubenhofer et al., 2019; Meier-Vieracker, 2024), this study proposes to advance this line of research by moving beyond statistical collocational patterns (cf. Evert, 2009). Specifically, we aim to explore the structural frames of nouns and their syntactic dependencies to investigate whether pragmatic intentions are encoded at the syntactic-semantic level (cf. Bubenhofer, 2009).

1. In Germany, the AfD emerged as the party with the most significant gains in the most recent elections (see Deutsche Welle). Similarly, in Portugal, the Chega party secured a historic result, becoming the second most voted party with a record of 22% of the vote (see The Guardian).

2. Some studies approach metaphor analysis from a cognitive-linguistic perspective (e.g., Porto Requejo, 2022), while others (e.g., Bubenhofer et al., 2019; Meier-Vieracker, 2024) adopt methods grounded in distributional semantics. However, these works do not specifically address the realization of nominal argument structures within the framework of valency grammar.

CC BY

Bubenhofer et al. (2019) and Meier-Vieracker (2024) suggest that far-right discourse is structured around linguistic patterns that not only reflect ideological stances, but also fulfill specific pragmatic functions. Bubenhofer et al. (2019) show how recurring discourse-semantic figures are encoded in patterns of usage that support exclusionary narratives and reinforce ideological framings. Meier-Vieracker (2024), using word embeddings, demonstrates how racist meanings are semantically encoded in far-right discourse, often through implicit associations rather than overtly discriminatory vocabulary. These studies underscore the importance of examining both lexical co-occurrences and syntactic structures to uncover how political discourse legitimizes social exclusion and manipulates perceived objectivity through language.

Given that this paper adopts a corpus-driven approach, no predefined hypotheses about the data are assumed. However, it is grounded in the broader assumption that a contrastive analysis between two languages (here, German and Portuguese) can yield insights into how far-right discourse is structured at the semantic level. Central to this perspective is the idea that nouns function as elementary building blocks in discourse organization, particularly in political texts where nominal style prevails (Hennig, 2020). Through the comparative exploration of syntactic-semantic patterns associated with noun usage, this study aims to uncover language-specific as well as discourse mechanisms employed by far-right parties to encode ideological positions (cf. Bubenhofer, 2009).

This study is divided into four sections, followed by some concluding remarks. Section 1 presents the theoretical foundations of noun valency, outlining its relevance for syntactic-semantic analysis beyond the verbal domain, with a focus on political discourse. Section 2 describes the methodological framework, including the corpus design, annotation process, and analytical tools employed. Section 3 reports the results of the semantic and distributional analysis, showing how noun-based structures encode ideological content in far-right political texts. Section 4 provides a

CC BY

discussion of the discursive strategies revealed by these structures. Finally, the concluding remarks offer some reflections on the broader implications of noun valency for discourse analysis.

1. Noun valency and political discourse: general considerations

1.1. Introductory remarks

The original scope of valency theory has been broadened beyond the verbal domain. Nominal and adjectival valency have gained increased attention in both descriptive and theoretical linguistics (Engel, 2004; Hanks, 2013; Domínguez Vázquez, 2011; Mel'čuk, 2015). In this broader perspective, valency is reconceptualized as a general relational property that allows certain lexical units—including nouns—to govern syntactic and semantic dependents. This view is supported by major reference grammars and lexicographic works (Wöllstein & Dudenredaktion, 2022; Engel, 2004; Vilela, 1999), which document systematic regularities in how nouns select arguments and constrain their formal realization.

While the valency of many nouns—especially deverbal nouns—can be traced back to the arguments of their corresponding verbs (e.g., *Errichtung* or *construção* 'construction'), derivational morphology alone does not account for all attested syntactic configurations. Consider, for example, the noun phrases *die Errichtung des Gebäudes durch die Arbeiter* or *a construção do prédio pelos trabalhadores* 'the construction of the building by the workers'. These preserve the agent and patient roles of the underlying verbs (*errichten* and *construir*, respectively, 'construct'), but realize them through genitive constructions or prepositional phrases, diverging syntactically from the canonical verbal clauses (*die Arbeiter errichten das Gebäude* or *os trabalhadores constroem o prédio* 'the workers construct the building'). As Sántáné-Túri (2020) argues, the noun valency system exhibits struc-

CC BY

tural parallels with its verbal and adjectival counterparts, but also significant differences that justify its treatment as an independent domain.

Beyond deverbal classes, many nominal constructions exhibit valency behavior that lacks direct verbal paraphrases. Examples like *die Straße nach Santiago* or *a estrada a Santiago* 'the road to Santiago' illustrate how certain relational nouns open valency slots independent of any verbal origin. As emphasized by Vilela (1999) and Wöllstein and Dudenredaktion (2022), relational nouns inherently encode binary structures and should be regarded as genuine valency carriers. Teubert (2003) and Hölzner (2007) further develop the idea of a *sui generis* noun valency system, where nouns govern arguments according to specific combinatorial rules[3].

3. Notable examples include *Stoffergänzungen* (e.g. *ein Glas Wein* 'a glass of wine', cf. Teubert 2003) and lexical compounds (e.g., *Lebenslust* 'lust for life', cf. Hölzner 2007).

Valency must thus be viewed as a multidimensional phenomenon encompassing syntactic, semantic, logical and pragmatic dimensions (Domínguez Vázquez, 2011). The pragmatic layer affects how valency relations surface in discourse. As Vilela (1999, p. 298) notes, the interaction between semantic-ontological configurations and discourse intentions gives rise to pragmatic valency, where the activation and realization of arguments are modulated by register or communicative goals (cf. Danler, 2007). Therefore, some argument positions are only realized in contexts where they are pragmatically motivated. A comprehensive account of noun valency must therefore consider discourse-pragmatic factors (cf. Danler, 2007).

In addition to discourse-pragmatic aspects, this paper emphasizes the semantic-ontological level, focusing on sortal specifications as discussed by Pustejovsky and Batiukova (2019, p. 229). For the ontological-semantic classification of nominal predicates, we adopt the bottom-up Portlex lexical ontology (Domínguez Vázquez et al., 2021), which offers a structured typology of semantic classes derived from empirical observation of argument structures. The semantic classification of nouns in the present analysis will thus be grounded in corpus-based data and mapped according to the hier-

CC BY

archical levels of the aforementioned lexical ontology. Our aim is to explore how certain semantic types of nouns—presumably those that denote abstract, institutional or situational entities—function as organizing axes in argumentative and ideological constructions.

1.2. On the classification of nouns as valency carriers

Hölzner (2007) provides a typology of nouns grounded in their inherent semantics and valency behavior. Hölzner distinguishes between event nouns (e.g., *Abschaffung* 'abolition', *Angst* 'fear'), role-denoting nouns (e.g., *Absperrung* 'barrier', *Teilnehmer* 'participant'), and relation-denoting nouns (e.g., *König* 'king', *Tiefpunkt* 'low point'):

- Event nouns denote processes, states or occurrences that often originate from verbs (particularly in the case of deverbal nominalizations). These nouns typically preserve the argument structure of their base verbs, albeit with syntactic transformations—e.g., prepositional or genitive constructions instead of verbal complements: *die Abschaffung des Gesetzes durch das Parlament* 'the abolition of the law by the parliament'. Their valency frames usually involve agents, patients or experiencers, and the arguments may be either realized intraphrastically[4] or omitted depending on the discourse context.
- Role-denoting nouns designate entities that fulfill specific functions or participate in events or institutional contexts. Although not necessarily derived from verbs, they often entail a relational structure that includes a governed element (e.g., *Teilnehmer an einer Konferenz* 'participant in a conference'). These nouns may project a more restricted argument structure than event nouns, but they still activate semantic roles that need to be syntactically realized or contextually recoverable.

4. Hölzner (2007) distinguishes between intraphrastic realizations, where noun arguments are expressed within the same noun phrase (e.g., as genitive or prepositional attributes), and transphrastic realizations, where arguments appear outside the noun phrase, often in the broader discourse context or across sentence boundaries. This distinction is crucial for understanding the syntactic flexibility and discourse-dependency of noun valency structures.

- Relation-denoting nouns inherently encode a relation between at least two entities. Unlike event nouns, their relational structure is not dynamic but static or categorial, often expressing possession, kinship, spatial-temporal orientation or hierarchical dependency (e.g., *der König von Spanien* 'the king of Spain', *der Tiefpunkt der Entwicklung* 'the low point of the development'). These nouns require the specification of the relational term to fully instantiate their meaning, and thus possess argument positions that are syntactically or inferentially activated.

While these categories differ in terms of the number and type of arguments they can license, as well as in the syntactic patterns they give rise to, they are all considered to be valent nouns. Pustejovsky and Batiukova (2019, pp. 227-228) similarly argue that most nouns function as predicates, excluding primarily proper nouns and certain referring expressions that denote specific individuals (e.g., *my professor*). Both approaches (Hölzner, 2007; Pustejovsky & Batiukova, 2019) underscore the systematic nature of noun valency, particularly in terms of what Domínguez Vázquez (2022) calls active valency: the set of argument slots projected by a noun's inherent predicate structure. However, nominal constructions may also exhibit passive valency, which involves syntactic realizations that do not stem directly from the noun's predicate potential but are instead licensed by higher syntactic structures—such as support verb constructions (Iriarte Sanromán, 2001). These perspectives on the internal semantics of nouns and their argument-governing capacity reinforce the view that nouns encode argument structures and can attain a high degree of syntactic-semantic complexity. Moreover, the compactness inherent in nominal style facilitates efficient argument realization through various syntactic mechanisms (Hennig, 2020)—a phenomenon that forms the theoretical foundation of the present study and receives detailed examination in the following section.

CC BY

1.3. On noun valency and political discourse

Nominal argument structures play a pivotal role in political discourse, as they offer a means of representing events, actions and agents in a condensed and often more abstract form. As Vilela (1999, p. 306) notes, nouns serve to denote "objects and objectality". This linguistic strategy is particularly prominent in specialized and administrative registers, where it serves both pragmatic and cognitive condensation functions. From a critical discourse analysis perspective, these linguistic choices are not merely stylistic preferences but constitute strategic mechanisms for ideological legitimation and power maintenance (Fairclough, 2003; Hodge & Kress, 1993; Wodak, 2015; Reyes, 2011).

One of the most significant discursive effects is the backgrounding of agency and responsibility. By embedding argument structures within nouns, political actors can obscure agent identity while foregrounding concepts, values and political objectives (Danler, 2007). As Hennig (2020, p. 77) argues, the use of nominal style is not merely a syntactic pattern, but a deliberate choice within the full grammatical repertoire of a language. The preference for nominal constructions allows for the condensation of information, which might constitute a strategic advantage in political discourse. Danler (2007, p. 243) further emphasizes that nominal style asserts a claim to anonymous general validity. This grammatical strategy serves a legitimating purpose and is identified by Van Leeuwen (2007) as rationalization, where political actions are presented as logical responses to objective circumstances rather than ideological choices.

In German linguistic research, the effect of nominalization is well-documented (Wöllstein & Dudenredaktion, 2022; Hennig, 2020; Zifonun, 2021). The nominal style is frequently criticized for impairing readability, primarily because of its detachment from agentive and metaphorical dimensions (Zifonun, 2021). According to Zifonun (2021, p. 121), nominal constructions are particularly widespread in formal German texts because they allow for the condensation of extensive informa-

tion into compact syntactic units. At the same time, they promote a higher degree of abstraction by removing explicit reference to agents or temporal contexts.

The contrast between nominal and verbal constructions is illustrated in the following examples:

(1)

a. der Schutz der Außengrenzen gegen illegale Zuwanderung ('the protection of the external borders against illegal immigration')

b. Wir schützen die Außengrenzen vor illegaler Zuwanderung ('we protect the external borders from illegal immigration')

The nominal construction performs several interconnected ideological functions. First, the omission of explicit subjects removes political responsibility, presenting border militarization as an autonomous necessity rather than a contested policy choice. This agency obscuration works in tandem with the abstract noun *Schutz* 'protection', which frames exclusionary practices through security discourse, invoking what Fairclough (2003) terms "common sense" naturalization of ideological positions. Simultaneously, the modifier *illegale* criminalizes human mobility, enacting what Van Dijk (2006) called negative other-presentation of migrants while constructing the state as protective agent—a clear instance of positive self-presentation. These grammatical choices operate to transform what is fundamentally a political decision about border policy into an apparently objective administrative imperative. This strategic deployment of noun valency becomes especially salient when paired with support verbs (Iriarte Sanromán, 2001; Mel'čuk, 2015) that carry minimal semantic content and primarily serve to accommodate the noun phrase syntactically.

Consider the following corpus examples:

CC BY

(2) den wirksamen Schutz der Außengrenzen gegen illegale Zuwanderung ('the effective protection of the external borders against illegal immigration')

(3) implementação de um programa gratuito para o ensino de português ('implementation of a free program for the teaching of Portuguese')

These noun phrases thus instantiate specific conceptual frames (cf. Hart, 2023), guiding not only interpretation but also evaluative orientation. Following Hodge and Kress (1993), these nominal constructions encode modality relations that reflect and reproduce power structures. The compactness inherent in nominal style allows for what Danler (2007) characterizes as claims to "anonymous general validity"—presenting particular political interests as universal administrative necessities. This grammatical procedure serves far-right discourse by transforming exclusionary ideologies into seemingly neutral bureaucratic procedures.

The semantic packaging enabled by nominal constructions also facilitates what Van Leeuwen (2007) identifies as legitimation by means of authorization, where abstract institutional concepts like *Sicherheit* 'security' or *Ordnung* 'order' invoke state authority to justify restrictive measures (cf. Reyes 2011). Through their valency potential, these nouns become central to understanding how political discourse structures meaning in service of particular power relations and social hierarchies.

These theoretical insights converge on a central analytical expectation: that far-right discourse systematically employs event nouns (Hölzner, 2007) as primary vehicles for ideological encoding. Event nouns enable the semantic packaging of complex political actions into linguistically compact units that simultaneously condense meaning and obscure agency. Furthermore, their capacity for argument structure projection allows them to organize discourse around specific thematic frames while backgrounding the political interests they serve. Understanding how these nominal constructions structure meaning is therefore central to revealing the grammatical mechanisms through

which far-right discourse achieves legitimation effects below the threshold of conscious political debate.

2. Methodological approach

In what follows, we present the empirical and methodological framework of the study. This section begins by introducing the bilingual comparable corpus used as the empirical basis for the analysis and detailing the criteria for its selection, compilation and linguistic annotation (see §2.1). We then outline the analytical procedures adopted to investigate the behavior of noun-based argument structures, combining both syntactic pattern extraction and quantitative semantic modeling (see §2.2). By integrating traditional corpus-linguistic techniques with distributional semantic analysis, the aim is to uncover how predicate nouns function as carriers of ideological content within far-right political discourse. The methodological setup is guided by the specific goal of capturing the interaction between lexical meaning and discursive function.

2.1. Corpus description

This study adopts a corpus-driven approach (Bubenhofer, 2009) to investigate the syntactic-semantic behavior of noun-based argument structures in far-right political discourse. The analysis draws on a bilingual comparable corpus consisting of the most recent electoral programs (2025) published by two far-right parties: AfD in Germany and Chega in Portugal[5]. These texts were selected because they are primary, programmatic documents explicitly crafted to persuade voters and articulate a party's ideological and strategic agenda (cf. Girnth, 2015).

5. Both documents were retrieved directly from the official websites of the respective political parties.

CC BY

As Girnth (2015) observes, electoral programs play a crucial role in shaping political discourse, carrying communicative responsibility during election campaigns and serving as authoritative articulations of a party's goals and self-representation. From a linguistic standpoint, they are particularly well-suited to the present study due to their high density of nominal structures, which tend to reflect the thematic organization of political proposals.

Furthermore, Girnth (2015) argues that electoral programs can be classified as argumentative and persuasive texts with a programmatic function. They aim to present a party's goals, values and proposed measures in a coherent and formalized manner, combining informative exposition with strategic positioning. Unlike spontaneous or emotionally charged formats such as speeches or debates, these documents are typically structured, lexically dense, and oriented toward rational persuasion and credibility building.

To prepare the corpus of texts for linguistic analysis, the original documents (provided in PDF format) were converted into plain text files. A series of preprocessing steps was then carried out to remove formatting noise and ensure textual consistency across the two languages. These steps included (a) the reconstruction of hyphenated words broken across line breaks and (b) the normalization of whitespace and paragraph structure. All cleaning operations were implemented using custom R scripts[6] based on regular expressions, with the aim of preserving as much linguistic structure as possible while eliminating elements introduced during document conversion. The resulting texts constitute the input for the subsequent stages of annotation and analysis.

Following preprocessing, the texts were subjected to token-level linguistic annotation using the principles and tag-set of the Universal Dependencies framework (Straka, 2018). UD offers a cross-linguistically consistent scheme for encoding morphosyntactic information and dependency relations, which is essential for the analysis of noun valency patterns.

6. All scripts employed in the processes of corpus compilation and linguistic analysis will be provided by the author upon request.

The corpus is structured in a vertical format (Bubenhofer, 2020), with linguistic information distributed across columns. Each token is annotated with its lemma, part-of-speech category, morphological features (e.g., number, case, gender, tense), and syntactic dependency relations. For this study, pretrained models trained on the German-GSD and Portuguese-Bosque treebanks were used. Given the high accuracy reported for these models (Straka, 2018), no manual post-editing of the annotation was performed.

2.2. Analytical procedure: quantitative semantics

The analytical component of this study combines quantitative corpus-linguistic methods with semantic vector modeling to investigate how noun-based argument structures behave across the corpus. As a preliminary step, the total number of tokens in each corpus was computed to obtain a general sense of corpus size, lexical density, and the distribution of autosemantic parts of speech. Nouns constitute the highest proportion in both corpora (22.88% in German and 20.56% in Portuguese), followed by adjectives in German (approximately 10%) and verbs in Portuguese (around 8%). This distribution already highlights the central role of lexical meaning conveyed by nouns. These findings support the observation that nominal constructions are more prominent in the selected text typology than other lexical parts of speech.

The remainder of the semantic analysis adopts a frequency-based approach, starting with an examination of the 50 most frequent nouns in each corpus to uncover cross-linguistic parallels. In addition, we aim to provide information on the most represented semantic classes through manual observation, as no suitable semantic tagging tool is currently available[7]. The semantic classification of ontology-based categories is expected to contribute to a better understanding of the discursive

7. In the case of Portuguese, a module of the USAS UCREL (see https://ucrel.lancs.ac.uk/usas/) semantic tagging system has been adapted to the language. However, no equivalent adaptation currently exists for German, which further justifies the need for manual annotation in this study.

CC BY

profile of each political party and will follow the principles of the Portlex lexical ontology (Domínguez Vázquez et al., 2021).

To analyze argument structures, we implemented a pattern-based extraction procedure targeting noun-modifier constructions. Specifically, for each noun lemma, we searched for nmod-type dependents occurring within a four-token window to the right of the noun. This window was selected to capture typical prepositional noun modifiers while avoiding the inclusion of overly broad contexts. This right-hand orientation was primarily motivated by the fact that valency-relevant nominal dependents realized as genitive or prepositional phrases—the constructions targeted in this study—are predominantly postnominal in both German and Portuguese. It shall be acknowledged, however, that both languages admit prenominal modification (e.g., certain adjectival or quantifying elements); this extraction procedure does not capture such prenominal dependents. The resulting constructions offer insights into how far-right discourse elaborates noun phrases through nominal and prepositional modification.

In order to explore semantic similarity, we prepared the corpus for training word2vec models. This involved extracting all sentence-level sequences composed of autosemantic words, while discarding function words and punctuation. The resulting lemmatized sentences were saved as plain text files, with each line corresponding to one sentence. This setup facilitates the training of distributional models based on co-occurrence patterns within a defined context window (Mikolov et al., 2013). Using the word2vec package in R, we trained separate skip-gram models for German and Portuguese with a context window of five tokens. These parameters were chosen to balance granularity and generalization, providing sufficient resolution to distinguish closely related terms while maintaining broader conceptual groupings. The resulting models encode semantic similarity based on distributional proximity in context, operationalizing the principle that words appearing in simil-

ar contexts tend to have related meanings (Firth, 1957). To illustrate the semantic landscape associated with selected keywords, we performed nearest-neighbor queries within each word embedding space. For a given target lemma, the model returns a ranked list of the most similar terms based on cosine similarity (cf. Mikolov et al., 2013). It should be stressed that distributional proximity, in itself, does not demonstrate a particular ideological reading: throughout section 3.2, embedding results are therefore interpreted in conjunction with, rather than as a substitute for, the concrete corpus examples (1)-(18) discussed above and below.

3. Results: noun semantics in far-right political discourse

3.1. On the frequency of nominal semantic classes

In order to identify cross-linguistic patterns of semantic representation within far-right political discourse in German and Portuguese, a contrastive analysis was carried out based on the 50 most frequent nouns in each language. These high-frequency lexical items serve as entry points for exploring the underlying semantic architecture of political messaging, with particular attention to areas of convergence. Table 1 presents common nouns that appear among the 50 most frequent words in both German and Portuguese corpora[8], showing their conceptual alignment across languages.

The recurrence of semantically equivalent items such as 'measure', 'protection' or 'state' suggests a shared discursive focus on control, institutional authority and security, which appear to be key themes in far-right political rhetoric. These nouns are not only thematically significant but also grammatically salient as valency carriers, capable of projecting semantic roles and structuring argument positions in nominal constructions.

8. In the case of polysemous words, only synonymous or conceptually parallel senses are taken into consideration. That is, only the meanings that are shared across both analyzed languages are included in the analysis.

CC BY

Notably, the data includes nouns denoting events or abstract actions (e.g., 'development', 'measure'), institutions and collective actors (e.g., 'family', 'citizen'). These categories emerge as central semantic classes structuring far-right discourse in both languages. These semantic fields suggest common thematic preoccupations across both language corpora regarding social structures and transformative processes.

TABLE 1 - Common nouns with high frequency overlap in German and Portuguese

German	Portuguese	Gloss
Maßnahme	medida	'measure'
Familie	família	'family'
Staat	estado	'state'
Recht	direito	'right'
Bürger	cidadão	'citizen'
Politik	política	'policy'
Unternehmen	empresa	'company'
Bereich	área	'area'
Schutz	proteção	'protection'
Sicherheit	segurança	'security'
Form	forma	'form'
Jahr	ano	'year'
Leben	vida	'life'
Entwicklung	desenvolvimento	'development'
System	sistema	'system'
Arbeit	trabalho	'work'
Land	país	'country'
Voraussetzung	condição	'condition'

These conceptualization equivalences reinforce the methodological value of frequency-based selection as a proxy for identifying core concepts and discursive priorities within far-right political discourse. The recurrence of semantically aligned lexical items across the two languages suggests that high-frequency nouns are not merely statistically prominent, but also ideologically central. By mapping shared conceptual ground this approach enables the systematic identification of discourse-relevant categories.

Relying on the Portlex lexical ontology (Domínguez Vázquez et al., 2021), the majority of top frequent nouns in the corpus are assigned to top-level semantic categories such as {intellectual}, {dynamic situation} and {static situation}. These categories typically encompass abstract concepts related to institutional processes and general conditions or transformations, which aligns with the discursive focus of political texts on regulation, policy and systemic change. Although some nouns fall into other domains—such as {animate} entities or {location}—these categories are comparatively less represented in terms of frequency. These dominant ontological categories primarily consist of event nouns and role-denoting nominals (Hölzner, 2007).

3.2. On the distributional semantics of nominal structures in far-right discourse

In general, given that the Portuguese corpus is larger than the German one, a higher number of nominal argument structures is observed in Portuguese. However, many of these constructions exhibit clear parallels with those found in the German data, as anticipated, since they tend to refer to similar domains of public life. This overlap suggests that, despite quantitative differences, both corpora reflect a shared conceptual framework typical of far-right discourse, centered around issues such as security, (absence of) rights and national identity. It should be stressed that this parallelism

CC BY

operates chiefly at the level of syntactic-functional patterning (comparable dependency configurations around comparable predicate nouns) and thematic content (comparable topics occupying the argument slots), rather than constituting evidence of distributional equivalence in the strict sense; the word-embedding results discussed below capture proximity relations internal to each language-specific vector space and are not directly comparable across languages.

When the analysis is focused on nouns belonging to categories such as {intellectual}, {dynamic situation} or {static situation}, it becomes evident that frequent lexical items like 'measure' and 'protection' serve as nodes which articulate salient discursive themes. These nouns function as abstract anchors that allow for the condensation of complex ideological content, particularly in relation to state intervention, social order and perceived threats:

(4) Maßnahmen für den Wiederaufbau der Bundeswehr ('measures for the reconstruction of the German armed forces')

(5) Maßnahmen der Strafverfolgung ('measures of criminal prosecution')

(6) medidas de combate à corrupção ('measures to combat corruption')

(7) medidas seculares no sentido de preservação ('secular measures aimed at preservation')

(8) Schutz der Außengrenzen gegen illegale Zuwanderung ('protection of the external borders against illegal immigration')

(9) proteção da indústria nacional contra práticas de concorrência desleal ('protection of national industry against unfair competition practices')

It is noteworthy that political discourse frequently centers on anchor nouns embedded within argument structures. These nouns typically occupy predicate positions that license or trigger the presence of specific complements, which in turn tend to denote more concrete or situated entities—often belonging to the {dynamic situation} class of the Portlex lexical ontology

(Domínguez Vázquez et al., 2021)—as illustrated in the examples discussed above. In examples (4)-(9), the condensation of meaning revolves around nouns denoting 'measure' or 'protection'. However, the discursive structure often unfolds in the dependent slot, focusing on argumental questions such as 'measures for what?' or 'protection of what and against what?'. This pattern suggests that the far-right tends to thematize issues such as external borders, national industry, corruption, criminal prosecution, and, notably, opposition to immigration. These themes are densely encoded within noun phrases, allowing for a higher degree of informational compression. Despite the lexical differences between the languages examined, the structures in which these topics appear are highly parallel and therefore comparable in functional-syntactic terms.

A similar case is represented by the noun denoting 'form', which can be semantically classified as an instance of a {static situation, attribute} (Domínguez Vázquez et al., 2021). It functions as a shell noun (Schmid, 2000), whose inherent meaning is activated and specified through contextual dependence. In such cases, the meaning is directly inherited from the argument slot, shaped by the syntactic and semantic content that fills it, in this case also denoting a {static situation}:

(10) jede Form von Impfpflicht ('any form of compulsory vaccination')

(11) forma de serviço ao país ('form of service to the country')

These structures illustrate the extent to which the meaning of a shell noun is conditioned by its arguments, as these provide a more precise semantic specification. This is particularly evident in the case of nouns denoting relations between entities, even when such nouns possess an inherent meaning and are not typically classified as shell nouns. Examples like 'condition' or 'right' demonstrate this phenomenon. Although these nouns are semantically more specific and generally exhibit a clear lexical delimitation, the interpretation they receive is highly context-dependent. In the case of

CC BY

far-right discourse, their meaning is shaped not only by their syntactic complements, but also by the broader thematic framing (cf. Hart, 2023).

(12) gesetzliche Voraussetzungen für eine unverzügliche Abschiebung von ausländischen Straftätern ('legal requirements for the immediate deportation of foreign offenders')

(13) condições fundamentais para a sustentabilidade futura da Segurança Social ('fundamental conditions for the future sustainability of Social Security')

(14) o direito das mulheres grávidas à escolha do local de nascimento ('the right of pregnant women to choose their place of birth')

(15) Recht der Bürger auf ein analoges Leben außerhalb der digitalisierten Verwaltungs- und Alltagsabläufe ('Citizens' right to an analogue life outside digitized administrative and everyday processes')

For instance, in example (12) the noun *Voraussetzungen* is tied to a framework of exclusion and security. It does not merely refer to generic legal preconditions but encodes a political stance regarding immigration and penal policy. In contrast, example (13) uses *condições* in a socio-economic context and the predicate noun aligns with policy measures aimed at promoting natality. Examples (14) and (15), involving *direito* and *Recht*, further illustrate this contextual dependency. In (14) the noun denotes reproductive rights and in (15) it is framed within a nostalgic or resistant stance against digitalization. These examples demonstrate that even nouns with defined inherent meanings can function as discourse-sensitive operators, where their actual interpretation emerges from the interaction between their argument structure and contextual embedding. In examples (14) and (15) biargumental nominal structures are activated, as they encode the right of an {animate, human} entity to a specific {dynamic situation}.

CC BY

The preceding discussion on the context-dependent interpretation of abstract or anchor nouns is further supported by the application of word embedding techniques to the corpus. By analyzing the distributional semantics of these nouns, it becomes evident that their co-occurring lexical environments reflect the thematic and ideological orientations of the discourse in which they appear. As emphasized in §2.2, the distributional patterns reported below are interpreted jointly with the concrete corpus examples already discussed—particularly examples (12)-(15) for *Recht/direito* and *Voraussetzung/condição*—rather than treated as free-standing evidence of an ideological interpretation. For instance, when mapping the semantic neighborhood of *Recht* in the German corpus, the closest vectors include *Leben* 'life' (similarity 0.942), *Wohlstand* 'prosperity' (0.922) and *Abwehrrechte* 'defensive rights' (0.911). These associations reinforce the observation that *Recht* in this context often invokes narratives of protection, preservation, and individual autonomy—central motifs in far-right discourse (cf. Meier-Vieracker, 2024). In the Portuguese corpus, *direito* reveals proximity to terms like *filiação* 'filiation' (0.877) and *maternidade* 'motherhood' (0.798), indicating a discourse that emphasizes family structures and reproductive rights. This aligns with the previously discussed notion that the argument slot activates a discourse on pro-natalist policy measures and the socio-political framing of motherhood.

In contrast, nouns like *Voraussetzung* and *condição*, or *Form* and *forma*, display a more generalized or underspecified distribution, consistent with their dynamic context-dependent behavior as shell nouns. For example, *Voraussetzung* shows high similarity with *Straftäter* 'criminal offender' (0.948), *Staatsangehörigkeit* 'nationality' (0.930), and *Gewalttäter* 'violent offender' (0.911), suggesting that it is frequently used in juridical or securitarian contexts, reinforcing exclusionary or regulatory frames. Similarly, *Form* clusters with *Klimaideologie* 'climate ideology' (0.982) and *Schwangerschaft* 'pregnancy' (0.982). The Portuguese equivalents *condição* and *forma* exhibit comparable patterns, with *condição* aligning with *conforto* 'comfort' (0.792), *autossustento* 'self-sufficiency' (0.737),

CC BY

and *perigosidade* 'dangerousness' (0.734); and *forma* occurring near *clientelismo* 'clientelism' (0.704) and *inserção* 'insertion' (0.700).

Additional patterns emerge with nouns like *Maßnahme* / *medida* 'measure' and *Schutz* / *proteção* 'protection', which also function as key structuring elements in political discourse. In German, *Maßnahme* co-occurs with *Strafverfolgung* 'criminal prosecution' (0.891), while in Portuguese, *medida* clusters with *denunciante* 'whistle-blower' (0.774) and *subsidiário* 'subsidiary' (0.759). These associations reflect an action-oriented discourse, often regulatory or repressive in tone. Similarly, *Schutz* is closely related to *Sprache* 'language' (0.960) and *Kulturförderung* 'cultural promotion' (0.953), and *proteção* to *pátria* 'homeland' (0.804) and *grávida* 'pregnant woman' (0.787), confirming the dual role of these nouns in articulating protectionist ideologies—whether cultural, national, or biological.

A similar behavior can be both expected and confirmed in the case of nouns such as *System* / *sistema* 'system' and *Entwicklung* / *desenvolvimento* 'development', whose meaning is strongly configured by the content of their argument slots. These nouns function as abstract shells which clearly depend on what kind of system or development is being referred to. Particular attention should be paid to nouns like *Politik* / *política* 'policy' and *Sicherheit* / *segurança* 'security', as their semantic weight is already considerable even in isolation. Their inherent ideological and evaluative potential means that the argument structure often serves to narrow or frame meanings that are otherwise broad, and to align them with specific discursive goals:

(16) unverantwortliche Politik der offenen Grenzen ('irresponsible policy of open borders')

(17) mangelnde Sicherheit im öffentlichen Raum ('absence of security in public space')

(18) política de imigração descontrolada ('uncontrolled immigration policy')

CC BY

This observation is further corroborated by the distributional patterns revealed through word embedding analysis, which shed light on the semantic affinities of these ideologically salient nouns. In the case of *Politik*, the German model shows high similarity scores with lexical units such as *planwirtschaftlich* 'centrally planned' (0.966), *Steuer* 'tax' (0.950), and *Asylpolitik* 'asylum policy' (0.949). These associations suggest that *Politik* is framed within a discourse that emphasizes economic control, taxation, and migration policy. In the Portuguese corpus, *política* appears in proximity to terms like *conservadorismo* 'conservatism' (0.722), further indicating a value-laden usage.

The noun *Sicherheit* 'security' exhibits similarly telling co-occurrence patterns, with close semantic neighbors such as *Zensur* 'censorship' (0.943) and *Meinungsfreiheit* 'freedom of expression' (0.931). This suggests a discursive logic in which 'security' is closely linked to control of public discourse. In contrast, the Portuguese equivalent *segurança* does not exhibit such a clearly defined cluster of semantically aligned terms, indicating a potentially broader or more diffuse use of the concept in the Chega program.

The focus will be now on a subset of relational nouns that denote either {animate, human} or {animate, institutional} entities, including *Bürger* / *cidadão* 'citizen', *Familie* / *família* 'family', *Unternehmen* / *empresa* 'company', and *Staat* / *estado* 'state'. These nouns often carry an agentive dimension, which may or may not be made explicit through the nominal argument structures in which they occur (cf. Hölzner 2007). Their behavior might offer insights into how far-right discourse positions social actors and institutional agents within ideologically charged frames.

The analysis begins with the nouns in the {animate, human} class. In the German corpus, *Bürger* 'citizen' does not appear to activate extensive argument structures; it typically occurs in origin-based constructions, such as *Bürger unseres Landes* 'citizens of our country', which emphasize belonging and national identity rather than agency or action. In contrast, the Portuguese equivalent *cidadãos*

CC BY

is used in expressions like *cidadãos em idade ativa* 'citizens of working age', where the modifier focuses on demographic productivity, suggesting a more utilitarian framing of citizenship.

The noun *Familie* 'family' also does not exhibit complex argument structures in the German corpus. Its presence, however, is closely tied to themes such as natality and social reproduction, consistent with far-right discourse strategies that idealize the traditional family unit. Similarly, the Portuguese *família* rarely appears with syntactically elaborated complements but functions as a condensation point for ideologically loaded content, particularly in frames related to state subsidies, social protection, and pro-natalist policies.

The same tendency can be observed with the {animate, institutional} nouns *Unternehmen* 'company' and *Staat* 'state'. In both cases, the relational argument structure remains minimal, offering little semantic expansion beyond the core referent. *Unternehmen* often appears in general references without specifying agency or purpose. *Staat* may co-occur with modifiers, but it rarely activates complement slots that would define its function or scope more precisely. In the Portuguese corpus, *empresas* appear in expressions such as *empresas do setor da Defesa* 'companies in the defense sector', and *estado* behaves similarly to *Staat*, lacking syntactic constructions that reveal deeper semantic roles.

These observations are further substantiated by the distributional profiles derived from word embedding models. In the German corpus, *Bürger* 'citizen' is closely associated with terms like *Eigenverantwortung* 'personal responsibility' (0.937) and *Handlungsspielraum* 'room for action' (0.930). These associations suggest a framing of the citizen not in terms of rights or entitlements, but rather as a self-reliant, autonomous agent, in line with neoliberal and far-right discursive tropes emphasizing individual accountability over collective welfare. For *Familie*, the nearest neighbors in-

clude *Kind* 'child' (0.931) and *schützen* 'protect' (0.880), reinforcing its association with natality and protectionist frames.

The noun *Unternehmen* 'company' shows high similarity with *Industrie* 'industry' (0.977) and *Rentensystem* 'pension system' (0.976), indicating that it is frequently framed within macroeconomic and institutional contexts. *Staat* 'state' shows proximity to *demokratisch* 'democratic' (0.952), *Souveränität* 'sovereignty' (0.940), and *Nation* 'nation' (0.930), suggesting a symbolic and ideological use of the state as a guarantor of identity and authority.

In the Portuguese corpus, the results are comparable though somewhat less cohesive. *Família* is associated with *monoparental* 'single-parent' (0.780) and, more surprisingly, with *asfixiar* 'to suffocate' (0.722), a metaphorical link possibly reflecting discourses of family under threat or pressure (e.g., *famílias asfixiadas em impostos* 'families suffocated by taxes'). This supports the view of *família* as a symbolic object of protection and regulation. *Empresa* co-occurs with *desincentivar* 'to discourage' (0.805) and *avença* 'retainer contract' (0.803), suggesting a more technical-economic framing, often linked to tax or regulatory discourse. *Estado* aligns with *facilitador* 'facilitator' (0.790) and *soberano* 'sovereign' (0.775), confirming its institutional and symbolic status, similar to *Staat*. Lastly, *cidadão* presents less distinct clustering, with *exemplar* 'exemplary' (0.765) as its closest neighbor, pointing perhaps to normative or evaluative framings, though lacking strong semantic anchoring.

In sum, the distributional and structural behavior of noun-based constructions in far-right discourse reveals a consistent pattern of semantic condensation, where ideologically salient content is encoded through abstract, relational, and often underspecified nouns. Whether functioning as shell nouns ('form', 'condition') or as ideologically charged anchors ('right', 'security', 'policy'), these lexical items derive much of their meaning from argumental slots and co-occurrence contexts, rather

CC BY

than from lexical content alone. Despite cross-linguistic variation, both corpora exhibit parallel strategies of nominalization, favoring compact syntactic structures that allow for high informational density and ideological framing. Word embedding analysis is consistent with these tendencies, showing that far-right discourse systematically mobilizes nominal structures to foreground values such as security, sovereignty, productivity, and traditional family roles. This reflects a discourse style that is lexically dense, abstract, and ideologically encoded, as will be further discussed in section 4. Three levels of comparison should accordingly be kept distinct: syntactic-functional parallelism (the recurrence of comparable dependency configurations), thematic parallelism (the recurrence of comparable topics within argument slots), and distributional similarity (the language-internal proximity relations captured by the word-embedding models). While the first two are systematically attested across both corpora, the third, by construction, cannot be measured across languages and should be read, within each language, as suggestive of the discourse framings discussed above rather than as independent confirmation of them.

4. Discussion of the results

In this section, the aim is to explore how the linguistic patterns analyzed in section 3 contribute to the construction of far-right narratives in the German and Portuguese contexts. Special attention is paid to how abstract nouns and nominal argument structures not only condense ideological content at the phrasal level, but also serve as discursive anchors that project broader meanings throughout the text. These nominal constructions enable a semantic crystallization of values and attitudes that become central to the far-right worldview.

These findings resonate directly with the theoretical framework outlined in section 1. Danler's (2007) notion of nominal style as a claim to 'anonymous general validity', Van Leeuwen's (2007)

category of legitimation by authorization, Hodge and Kress's (1993) account of modality as an index of power relations, and Hart's (2023) cognitive-linguistic model of framing converge in explaining why event nouns and relational nouns such as *Schutz/proteção* or *Sicherheit/segurança* function as privileged vehicles for ideological encoding in the corpus under analysis.

A first and prominent strategy observed in both corpora is the discursive construction of the nation and the state through lexically dense phrases. This is often achieved via nouns such as *Schutz / proteção* 'protection' and *Staat / estado* 'state', which appear in syntactic configurations that frame the state as a sovereign and threatened entity. The recurrent presence of argument structures such as *Schutz der Außengrenzen* 'protection of external borders' or *estado soberano* 'sovereign state' exemplifies how far-right discourse emphasizes external threats and positions the state as a defensive agent responsible for preserving language, culture, and national identity (cf. Lehner, 2019; Wodak, 2015). This narrative is further reinforced by the co-occurrence of these nouns with terms related to national heritage, internal cohesion, and collective belonging. This backgrounding of agency is not exclusive to far-right electoral programs: Fairclough (2003) and Fowler (1991) had already identified comparable strategies of agent-omission in their analyses of the conservative press, suggesting that nominalization-based concealment of responsibility constitutes a broader resource of conservative and hegemonic discourse, of which the present far-right corpus offers a particularly systematic instantiation.

At the same time, these constructions often intersect with racialized and exclusionary logics. As Meier-Vieracker (2024) argues, far-right discourse tends to embed racism within seemingly neutral or bureaucratic frames, such as those referring to citizenship, legality, or border control. This becomes evident in the repeated invocation of origin-based expressions (*Bürger unseres Landes* 'citizens of our country') and in the semantic proximity of nouns like *Voraussetzung* or *condição* to

CC BY

criminality or national belonging. Such patterns reflect a strategy in which linguistic forms naturalize hierarchies, presenting exclusion not as ideological, but as a matter of legal or administrative necessity.

Another central strategy in far-right discourse is the construction of a victim narrative (cf. Lehner, 2019; Wodak, 2015), in which the in-group—typically the national community—is portrayed as being under threat not only from external forces, such as immigration or supranational governance, but also from internal mechanisms of repression, notably the alleged restriction of free speech. This victimization narrative operationalizes what Wodak (2015) describes as the discursive construction of 'us and them', whereby the in-group is rhetorically consolidated against a perceived external or internal out-group; in the present corpus, this polarization is realized nominally, through the same argument structures (e.g., *Schutz/proteção*, *Sicherheit/segurança*) that construct the state and the nation as embattled entities requiring defense. In this context, the noun 'security' plays a double role. While it frequently appears in connection with 'protection' and state functions, it is also closely associated—particularly in the German corpus—with terms such as 'censorship' and 'freedom of expression'. This co-occurrence pattern reflects a discursive inversion: far-right actors appropriate the liberal value of free speech to position themselves as the silenced minority. In doing so, they construct a semantic frame in which 'security' also refers to the protection of the right to express "unpopular truths" allegedly suppressed by the mainstream media, political elites, or legal frameworks. This enables far-right discourse to legitimize transgressive or xenophobic speech acts under the banner of defending democratic principles.

CC BY

Concluding remarks

This paper has demonstrated to what extent noun valency, though rooted in logical-semantic properties and reflected in syntactic configurations, also gives rise to discursive and pragmatic effects (cf. Domínguez Vázquez, 2011; Danler, 2007). Certain noun-based argument structures are clearly preferred in political discourse, as they facilitate the condensation of ideological content and enable strategic choices such as the backgrounding of agency, the naturalization of values, or the framing of social realities. The distributional semantic analysis further supports these findings by revealing how lexically distinct but functionally equivalent structures operate across languages to encode similar conceptual frameworks. This underscores the cross-linguistic regularity of ideological coding in far-right political texts.

At the same time, the study has highlighted some methodological limitations, particularly the current lack of automated cross-linguistic semantic taggers. As shown in sections 2.2 and 3.1, the annotation of semantic classes had to be performed manually, which, although precise, is less scalable and offers a lower level of granularity than what would be achievable through automated semantic tagging. Nonetheless, ongoing initiatives such as the ESMAS-ES^{+} project offer promising avenues for the development of ontology-based tools capable of supporting multilingual semantic annotation.

In conclusion, far-right political discourse, contained in the self-compiled corpus under analysis, consistently gravitates toward a limited set of recurring themes—security, sovereignty, identity, reproduction—already well documented in the literature. This study contributes to developing a focus on programmatic texts, and more specifically, on the semantic compression and structuring capacity of nominal constructions. These findings suggest that the interplay between valency, lexic-

CC BY

al semantics, and discourse strategies is key to understanding how ideology is encoded in language, not only through what is said, but through how it is syntactically and semantically constructed.

Acknowledgements

This work was supported by the Ministerio de Universidades (Government of Spain), through a predoctoral FPU contract awarded to Iván Arias-Arias (FPU21/00188). The study was carried out within the framework of the ESMAS-ES^{+} project (PID2022-137170OB-I00).

Referências

Bourdieu, P. (1977). *Outline of a theory of practice*. Cambridge University Press.

Bubenhofer, N. (2009). *Sprachgebrauchsmuster: Korpuslinguistik als Methode der Diskurs- und Kulturanalyse*. De Gruyter.

Bubenhofer, N. (2020). *Visuelle Linguistik: Zur Genese, Funktion und Kategorisierung von Diagrammen in der Sprachwissenschaft*. De Gruyter.

Bubenhofer, N., Calleri, S., & Dreesen, P. (2019). Politisierung in rechtspopulistischen Medien: Wortschatzanalyse und Word Embeddings. *Osnabrücker Beiträge zur Sprachtheorie, 95*, 211–242.

Danler, P. (2007). *Valenz und diskursive Strategien: Die politische Rede in der Romania zwischen 1938 und 1945*. Narr.

Domínguez Vázquez, M. J. (2011). *Kontrastive Grammatik und Lexikographie: Spanisch-deutsches Wörterbuch zur Valenz des Nomens*. Iudicum.

Domínguez Vázquez, M. J. (2022). Estructura argumental del nombre: Generación automática. *Revista Signos: Estudios de Lingüística, 55*(110), 732–761.

Domínguez Vázquez, M. J., Valcárcel Riveiro, C., & Bardanca Outeiriño, D. (2021). *Ontología léxica*. http://portlex.usc.gal/ontologia/

Engel, U. (2004). *Deutsche Grammatik: Neubearbeitung*. Iudicum.

Erdocia, I. (2025). Language and trust: Struggles for recognition of migrant people in the political realm. *Language & Communication, 101*, 46–57.

Evert, S. (2009). Corpora and collocations. In A. Lüdeling & M. Kytö (Eds.), *Corpus linguistics: An international handbook* (pp. 1212–1248). De Gruyter.

Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Routledge.

Firth, J. R. (1957). A synopsis of linguistic theory 1930–1955. In F. R. Palmer (Ed.), *Studies in linguistic analysis* (pp. 1–32). Philological Society.

Fowler, R. (1991). *Language in the news: Discourse and ideology in the press*. Routledge.

Girnth, H. (2015). *Sprache und Sprachverwendung in der Politik: Eine Einführung in die linguistische Analyse öffentlich-politischer Kommunikation*. De Gruyter.

Hanks, P. (2013). *Lexical analysis: Norms and exploitations*. MIT Press.

Hart, C. (2023). Frames, framing and framing effects in cognitive CDA. *Discourse Studies, 25*(2), 247–258.

Hennig, M. (2020). *Nominalstil: Möglichkeiten, Grenzen, Perspektiven*. Narr.

Hodge, R., & Kress, G. (1993). *Language as ideology*. Routledge.

Hölzner, M. (2007). *Substantivvalenz: Korpusgestützte Untersuchungen zu Argumentrealisierungen deutscher Substantive*. De Gruyter.

Iriarte Sanromán, Á. (2001). *A unidade lexicográfica: Palavras, colocações, frasemas, pragmatemas* [Doctoral dissertation, Universidade do Minho].

Lazaridis, G., Campani, G., & Benveniste, A. (Eds.). (2016). *The rise of the far right in Europe: Populist shifts and "othering"*. Palgrave Macmillan.

Lehner, S. (2019). Rechtspopulistische Rhetorik revisited am Beispiel der FPÖ-Wahlkämpfe in den Jahren 2015 und 2016. *Linguistik Online, 94*(1), 45–82.

Meier-Vieracker, S. (2024). Racist discourse in a German far-right blog: A corpus-driven approach using word embeddings. *Discourse & Society, 35*(2), 223–242. https://doi.org/10.1177/09579265231204510

Mel'čuk, I. (2015). *Semantics: From meaning to text* (Vol. 3). John Benjamins.

Mikolov, T., Chen, K., Corrado, G., & Dean, J. (2013). *Efficient estimation of word representations in vector space* [Preprint]. arXiv. https://arxiv.org/abs/1301.3781

Porto Requejo, M. D. (2022). Water metaphors and evaluation of Syrian migration: The flow of refugees in the Spanish press. *Metaphor and Symbol, 37*(3), 252–267.

Pustejovsky, J., & Batiukova, O. (2019). *The lexicon*. Cambridge University Press.

Reyes, A. (2011). Strategies of legitimization in political discourse: From words to actions. *Discourse &*

Society, 22(6), 781–807.

Sántáné-Túri, Á. (2020). *Die Selbständigkeit der Substantivvalenz* [Doctoral dissertation, University of Szeged].

Schmid, H.-J. (2000). *English abstract nouns as conceptual shells: From corpus to cognition*. De Gruyter Mouton.

Stewart, B. (2020). The rise of far-right civilizationism. *Critical Sociology, 46*(7–8), 1207–1220.

Straka, M. (2018). UDPipe 2.0 prototype at CoNLL 2018 UD shared task. In *Proceedings of the CoNLL 2018 shared task: Multilingual parsing from raw text to Universal Dependencies* (pp. 197–207).

Teubert, W. (2003). Die Valenz nichtverbaler Wortarten: Das Substantiv. In V. Ágel, L. M. Eichinger, H.-W. Eroms, P. Hellwig, H. J. Heringer, & H. Lobin (Eds.), *Dependenz und Valenz: Ein internationales Handbuch zur zeitgenössischen Forschung* (Vol. 1, pp. 820–835). De Gruyter.

Van Dijk, T. A. (2006). Ideology and discourse analysis. *Journal of Political Ideologies, 11*(2), 115–140.

Van Leeuwen, T. (2007). Legitimation in discourse and communication. *Discourse & Communication, 1*(1), 91–112.

Vilela, M. (1999). *Gramática da língua portuguesa*. Livraria Almedina.

Wodak, R. (2015). *The politics of fear: What right-wing populist discourses mean*. SAGE Publications.

Wöllstein, A., & Dudenredaktion. (2022). *Duden—Die Grammatik*. Dudenverlag.

Zifonun, G. (2021). *Das Deutsche als europäische Sprache: Ein Porträt*. De Gruyter.

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a3

"A reversão da verdade": sobre o sionismo de Netanyahu e o direito à matança

JOÃO CARLOS CATTELAN
jcc.cattelan@gmail.com

Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista, Brasil (2003).
Professor Associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-7838-5284

YASMIN BOGARIN FARHAT
yasminbogarin.ffarhat@gmail.com

Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0004-3900-4591

PALAVRAS-CHAVE:
Análise de discurso;
Palestina e Israel;
genocídio;
Benjamin Netanyahu.

ARTIGO RECEBIDO A:
17/02/2026
ARTIGO APROVADO A:
29/07/2026

RESUMO: Para a realização deste trabalho, consideramos o discurso enquanto nosso objeto de estudo, tendo em vista o conceito formulado por Pêcheux (1997) e a mobilização da Análise de Discurso Materialista (AD) como nossa fundamentação teórico-metodológica. Para compor o corpus do trabalho, selecionamos sequências discursivas de pronunciamentos retirados de entrevistas, pronunciamentos e conferências do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, em atenção à mobilização de significantes como "guerra", "terrorismo", "inimigo" e "conflito". O foco de observação incide sobre um sujeito que marca em seu discurso uma defesa à guerra em detrimento do que se recusa a reconhecer como massacre. Passamos, assim, a observar a maneira com que a negação do genocídio, reconhecido por várias nações do mundo e apontado em manifestações populares globalmente, perpassa a tentativa de regularização de uma memória que evoca a "guerra ao terror" com o intuito de justificar as invasões e violências que os palestinos sofrem em seu território.

CC BY

“The reverse of truth”: on Netanyahu’s Zionism and the right to slaughter

JOÃO CARLOS CATTELAN
jcc.cattelan@gmail.com

PhD in Linguistics from Universidade Estadual Paulista, Brazil (2003).
Associate Professor at Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-7838-5284

YASMIN BOGARIN FARHAT
yasminbogarin.ffarhat@gmail.com

Master’s student in Letters at Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0004-3900-4591

KEYWORDS:
Discourse analysis;
Palestine and Israel;
genocide;
Benjamin Netanyahu.

ARTICLE RECEIVED ON:
02/17/2026
ARTICLE ACCEPTED ON:
07/29/2026

ABSTRACT: For the accomplishment of this research, we consider discourse as our object of study, in view of the concept elaborated by Pêcheux (1997) and considering the French Materialist Discourse Analysis as our theoretical and methodological framework. In order to form our working corpus, we selected discursive frames from speeches given in interviews and conferences by the prime minister Benjamin Netanyahu, in regard to the usage of signifiers such as “war”, “terrorism”, “enemy” and “battle”. The focus of our observation falls on a subject that arranges his discourse on behalf of war and at the expense of what he denies to acknowledge as a massacre. Therefore, we note the way in which the refusal of the genocide, recognized by worldwide nations and popular manifestations around the world, pervades an attempt to regularize a memory that evokes the “war on terror” with the aim to justify the invasions and violences that the Palestinian people suffer on their land.

CC BY

Considerações iniciais

Mais de 60 mil palestinos foram assassinados desde outubro de 2023, havendo estimativas de que este número pode ser ainda maior do que consta da contagem oficial do Ministério da Saúde de Gaza (Ali, Chugtai, & Okur, 2025), já que este dado se baseia no número de pessoas levadas aos hospitais, não contabilizadas aquelas que se encontram soterradas nos escombros das destruições causadas por bombardeios ou que estão dadas como perdidas. Olhar para o número de mortos enquanto pessoas vítimas de um massacre[1] cometido pelo Estado de Israel - com a contagem somente relativa ao período de 2023 a 2025 - é nos depararmos com o real do morticínio, que, dada a incapacidade de se materializar em sua completude pela língua, é simbolizada por meio de fragmentos de pesquisas que visam atentar desde o número de vítimas levantado até questionamentos acerca das justificativas que envolvem uma narrativa bélica sobre as questões entre Palestina e Israel.

Para indagarmos a relação entre o simbólico e o ideológico, apoiamo-nos na Análise de Discurso Materialista como sustentação para a nossa investigação, de modo a trabalhar a possibilidade de uma perspectiva interpretativa crítica que entrelace aspectos conjunturais históricos que alicerçam os discursos a alimentar (ou não) questionamentos sobre o que seria tolerável. Nesta perspectiva, ao nos valermos do recurso *guerra* e observarmos uma constante negação de *genocídio*, voltamo-nos à indagação sobre a uma natureza que justificaria sentidos particularizados. Ao nos depararmos com discursos que rejeitam o genocídio em prol de uma defesa bélica, recurso que encontra resistência em ditames que repudiam o "conflito" e reiteram o "massacre", tecemos observações sobre a língua enquanto campo de disputa e tensionamento. Esmiuçamos, enfim, como determinações ideológicas delimitam discursivamente o que se entende de um povo, nação e/ou território em categorizações que os designam "geograficamente, moralmente e culturalmente" (Said, 2007, p. 62).

1. Ao nos referenciarmos ao *massacre* e *assassinato* de palestinos, é preciso considerar explicação das designações utilizadas em redes históricas. Conforme veremos mais adiante, a mobilização de ingredientes estabelece uma existência histórica que tece uma gama de possíveis substituições, metáforas e paráfrases que cosem quais sentidos são reverberados e quais são silenciados (Herbert, 2011; Pêcheux, 1997). Contrapomos, assim, a utilização de *guerra* enquanto uma via possível na escritura de nossa pesquisa, uma vez que a atribuição de significantes e suas possíveis relações em cadeias de sentidos mobiliza redes de memória (Pêcheux, 1999) e efeitos de sentidos (Pêcheux, 1997a) aos quais não contemplamos sobre as questões entre Palestina e Israel. Ou seja, ao nos reportarmos aos desdobramentos históricos entre os dois países, não concebemos o jargão bélico como possível campo semântico ao qual nos filiamos e que tece a leitura sobre a historicidade. Isto posto, reconhecemos nossa posição enquanto sujeitos analistas frente à necessidade de descrição (que também mencionamos mais adiante) do funcionamento discursivo de nossa materialidade.

CC BY

No dia 7 de outubro de 2023, o grupo palestino político armado Hamas atentou contra um festival musical que ocorria em Israel, causando cerca de 1.400 mortes e sequestrando 240 pessoas. Em meio a tentativas de acordos de cessar-fogo, soltura de reféns e reuniões de países para debater interferências (em suma, vetadas) possíveis para acabar com a *guerra*, chamadas de líderes de diferentes Estados foram transmitidas nas mídias digitais e televisivas. Ao nos depararmos com esses pronunciamentos, voltamos a atenção para como o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, arranja discursos em entrevistas, pronunciamentos, conferências de imprensa e encontros realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma forma de justificar as atitudes de "retaliação" e mortandade provocadas.

Considerando os discursos do primeiro-ministro, tornava-se possível refletir por meio destes o que Edward Said (2007) cunhou como *Orientalismo*, em um estudo que aponta uma construção imagética de uma existência oriental ditada pelo Ocidente. Dialogar com a possibilidade de recuperar os rastros da conceituação de Said a partir da discursividade do que se denominava como *guerra*, principalmente no que concerne aos discursos do chefe de governo de Israel, é iniciarmos uma reflexão sobre a posição-sujeito que Netanyahu ocupa, ao mobilizar, enquanto objetos de "seu" discurso, a guerra, os palestinos e o genocídio. Na recusa de admissão de um massacre planejado e executado por seu governo, buscamos observar como o desenrolar de seus discursos buscam (re)arranjar uma configuração bélica por um sujeito que enuncia um *conflito* e silencia a matança da população palestina.

1. O s(e)u/jeito

Trabalhar com a concepção de sujeito na Análise de Discurso Materialista, é perceber a nossa formação por meio da noção de interpelação (Althusser, 1985), em que somos reconhecidos e reconhecemos a outros enquanto sujeitos marcados pelo simbólico que atravessa as relações a partir de uma estrutura maior. Quando Netanyahu produz uma diferenciação/cisão entre "nós" e "eles", por exemplo (a seção posterior será de maior aprofundamento analítico), localizamos os lugares em que os sujeitos são identificados (ideologicamente, sempre) pelo discurso; *nós*, enquanto "democracia", detentores de poderes de escolha, inclusive, sobre o outro; e *eles*, que pedimos para evacuar, que se encontram no meio do caminho, enfim, aqueles sobre os quais fazemos escolhas. Não colocamos, no entanto, este reconhecimento a nível de uma consciência onipresente, por meio da qual estes processos discursivos, de identificação e desidentificação, desenvolvem-se transparentemente (com sentidos plenos e comuns em um coletivo), uma vez que um dos principais efeitos da ideologia é

> impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de "evidências") as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no "silêncio da consciência"): "é evidente! é exatamente isso! é verdade" (Althusser, 1985. p. 95).

Neste sentido, somos sujeitos porque somos atravessados pela ideologia que determina as possibilidades de materialização discursiva. A depender de onde produzimos discursos, a quem nos dirigimos e sobre o que discursivizamos, os processos de enunciação (Pêcheux, 1997a) configuram formulações de determinada forma, apagando/silenciando outros conjuntos que não contemplam os efeitos requeridos para que um enunciado seja possível sob determinadas filiações. Nestas circunstâncias, o silêncio é trabalhado como forma de significação que depende do verbal, pois, neste jogo de reiteração do que é dito, o silêncio se organiza como campo do que poderia ter sido formulado

CC BY

(mas não foi) pelo sujeito: as outras possibilidades de materialização apagadas (Possenti, 2021). Assim, no que o sujeito enuncia, há variações e/ou enunciados outros opostos que são estabelecidos simultaneamente no discurso. Desta forma, tornam-se mais precisas as considerações que trazemos no começo de nosso trabalho; falar de *guerra* é não falar de *genocídio*, e vice-versa. Não se trata, pois, de uma incapacidade física de "não conseguir dizer duas coisas ao mesmo tempo", mas como os efeitos de sentido são configurados para que se diga A e se recuse B.

Os efeitos de sentido (Pêcheux, 1997a), isto é, a significação que um significante adquire ao ser mobilizado em determinada formulação, é ligada ao que Pêcheux (1997b) chama de formações discursivas (as filiações que mencionamos anteriormente). Elas ditam o que pode e deve ser dito em circunstâncias dadas, abrindo espaço para a materialização de alguns processos de significação, ao passo que exclui e/ou nega sentidos outros inscritos em diferentes redes discursivas. O silenciamento atua, pois, nas divisas das formações discursivas, implementando o "poder dizer" e o "não poder dizer" em sua constituição. A necessidade de afirmar o "nós", que constitui uma representação coletiva pelo sujeito enunciador, exclui o "eles" como parte desta rede de pertencimento; falar sobre "eles" é não falar sobre "nós", e assim "podemos dizer, generalizando, que toda denominação (pronominalização, neste caso) apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras" (Orlandi, 2007, p. 74).

A denominação, que é relativamente estabelecida dentro de uma formação discursiva, pode vir a sofrer embates, quando há, por exemplo, a explícita negação de uma cadeia de sentido por outra. A recusa pode ressoar a própria tentativa de silenciamento que a formação discursiva implica, fazendo emergir efeitos de proibição duramente repreendidos pelo sujeito enunciador, determinado por uma formação ideológica. As formações discursivas, assim, materializam as formações ideológicas em que o sujeito está inscrito (Pêcheux; Fuchs, 1997a); seja pelas afirmações positivas, pelas negações

de outras formações ou pelo silenciamento do que é rejeitado, a posição-sujeito se manifesta na materialidade produzida.

Sujeitos, assim, circunscritos em redes de significações que organizam quais preceitos são passíveis de reprodução, somos constituídos pela ideologia que, por sua vez, tem por função e definição determinar nossa passagem de indivíduos a sujeitos, garantindo sua sobrevivência enquanto um conjunto de práticas que determina nossas ações em relação ao mundo "real" (Althusser, 1985). Compreendemos, por conseguinte, que o processo de seleção e exclusão que constitui o discurso não é transparente ao sujeito, bem como lhe é impossível se localizar como sujeito fora da ideologia. O recurso à primeira pessoa ecoa efeitos de singularidade e/ou comunidade que se derramam no não-dito de paráfrases não oriundas do "emissor", mas que reverberam o horizonte de uma formação discursiva que permite ecoar em "nova" roupagem efeitos de uma forma-sujeito do discurso (Pêcheux, 1997b) que ressoa a percepção "minha" como ponto de origem. Este "eu"/"meu", tido como esquecimento nº 1 (Fuchs; Pêcheux, 1997a; Pêcheux, 1997b), revela a ilusão de um sujeito que acredita ser a fonte dos sentidos, pois, "se falo, e sai de mim, *eu quero dizer algo*". Haveria aqui uma espécie de constatação da realidade conforme é "vista"; "estamos na ordem do que é 'dado da pessoa', do fato como fato acabado, da visão do sujeito 'por seus próprios olhos' (Pêcheux, 1995, p. 83).

Utilizamo-nos, assim, da tese de que o sujeito não é a origem do discurso, ainda que defenda que as "ideias" são "puramente suas" e afirme uma individualidade não existente. Outro ponto a ser ressaltado, chamado também de esquecimento, mas, desta vez, de nº2 (Pêcheux, 1997b), refere-se ao uso dos significantes (re)formulados pelo sujeito em seu discurso, ou seja, a ilusória percepção de que ele é detentor das rédeas que controlam os sentidos do que *quer* dizer. Perpassa-se, assim, por uma ilusão de que o que foi dito somente poderia ter sido materializado de tal maneira, para garantir certo efeito de sentido. Neste ponto, Pêcheux (1995) aponta para uma "coerência interna" (p. 83)

CC BY

que se faria presente no discurso do sujeito, por meio da qual o testemunho, a crença e a prova mostrariam a subjetividade via discurso (p. 84).

Para tratar do discurso, então, é preciso pensar os processos de significação sempre em disputa e a "verdade" como a produção de diferentes efeitos e posições em dependência das formações discursivas das quais o sujeito é suporte (Herbert, 2011b), isto é, a forma como o "emissor" sustenta determinados discursos que lhe são anteriores e o determinam. Quando nos voltamos ao estudo do discurso, logo, sobre os sentidos postos em jogo, partimos da necessidade de localizar o *curso* no qual um processo discursivo (Pêcheux, 1997) se desdobra, possibilitando a identificação e a composição de campos semânticos que estabilizam relativamente os efeitos que determinados significantes, em relação de sinonímia, reverberam quando mobilizados por um sujeito A. Utilizamo-nos, assim, de um dos conceitos de Pêcheux (1997, p. 214), em que, para o filósofo francês, o discurso é

> uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior a frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso.

É por meio da dinâmica de uma relativa estabilização - demarcada pela posição que o sujeito ocupa bem como pelas condições nas e pelas quais a enunciação ocorre - que chegamos à construção da memória, que arranja as materialidades discursivas de modo a mobilizar *certos* implícitos para que um *certo* entendimento do que é o objeto discursivo seja atingido (Pêcheux, 1999). Constituída por uma gama complexa de uma rede não homogênea de discursos prévios, a memória garante que a repetição se faça presente, ao passo que é por meio desta que uma regularização dos sentidos é moldada; o "nós", o "eles", o que é ocidental e o que é oriental em constante marcação de equivocidade se

apoia em pressupostos que garantem um sustento para que a desigualdade ecoe toda vez que a paráfrase pretendida insista em se fazer presente. Não sendo impenetrável - o que fornece amparo para a disputa, o questionamento e o deslocamento que o trabalho visa fazer -, utilizamos, também, da memória para refletirmos sobre como o sujeito Netanyahu arranja o "seu" discurso analisado neste estudo.

2. Notas sobre o movimento analítico

Como analistas, ao nos utilizarmos de designações como *matança* e *genocídio*, reiteramos nossa posição enquanto pesquisadores também atravessados ideologicamente. O processo de produção de conhecimento científico encontra-se intimamente ligado a "uma luta a propósito de nomes e de expressões para aquilo que eles designam" (Pêcheux, 1997, p. 197); ao nos aproximarmos e/ou afastarmos certos significantes da composição de nosso trabalho, levamos em consideração o próprio caráter material de nossa escritura. O discurso científico, deste modo, perpassa, necessariamente, pelo funcionamento de uma forma-sujeito do discurso (Pêcheux, 1997) em uma posição que não cai em neutralidade, uma vez que, enquanto sujeitos que se articulam pela/na história e língua, quaisquer manifestações discursivas somente são possíveis determinadas as conjunturas que *possibilitam* a materialização. Ou seja, o lugar do analista, enquanto crítico que gesticula leituras conforme a materialidade selecionada, não se encontra em uma posição imparcial, a-histórica ou apartada de suas condições de análise (Orlandi, 2005), mas, pelo contrário, se nos debruçamos sobre o corpus em uma investigação que promove interpretações críticas a partir de discursos é *porque* somos afetados pelo complexo socio-histórico que também nos compõe.

Cabe ressaltar, no entanto, que nossos gestos analíticos são delimitados pela própria materialidade que recortamos para tecer nossos escritos. Ao nos amparamos na AD como nossa base teórico-

metodológica, levamos em consideração as relações entre língua, história e sujeito (Ferreira, 2010), o que nos impede de transportar leituras para o nosso material de análise ou validar qualquer gesto interpretativo que se sobreponha à tríade mencionada. Trabalhamos em um "entremeio da descrição com a interpretação" (Orlandi, 2005, p. 61), por meio da qual

> qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade (Orlandi, 2007, p. 14).

A análise, assim, é possível a partir da escuta atenta do analista sobre seu material de pesquisa. Não inferimos aplicabilidade de conceitos prontos em cima de nosso *corpus* (Orlandi, 2010), mas nos movimentamo em pêndulo (Petri, 2021), com idas e vindas entre objeto de análise e teoria, sem que haja um ponto de partida fixo, mas que mantenha sua constância entre os princípios teóricos e o exercício de análise. Para que esta cinética possa se realizar, seguem-se três princípios metodológicos para a concretização do estudo.

A primeira etapa se refere à coleta do *corpus*, que seleciona as superfícies discursivas, "sequências linguísticas de comprimento geralmente superior à frase" (Pêcheux, 2011, p. 220), que compõem uma teia de diversos recortes. A quantidade de sequências estabelecidas tem como pressuposto a observação de discursos que se repetem, se parafraseiam e dialogam entre si, evitando a restrição da análise fechada. Ampliam-se, desta forma, as possibilidades de existência e sustentação de dado discurso, oportunizando a produção de relações semânticas, referidas às suas condições de produção (Pêcheux, 2011).

A seguir, valendo-nos dos postulados de Pêcheux (2011, p. 220), concentramo-nos em desfalcar o efeito da linguística e, para que esta prerrogativa possa ser realizada, escavamos indícios da superfície linguística que coletamos na primeira etapa, para conhecer a língua, suas marcas e seus entraves. Com os sentidos abertos e sem submeter o processo discursivo a um jogo pré-determinado, o analista se volta para seu *corpus*, estabelecendo entrecruzamentos em seu objeto, aprofundando as relações entre a condições verbais de existência material (seus efeitos) e o estudo da conjuntura que configura os dizeres possíveis.

Como etapa final, buscamos observar os efeitos reverberados e o funcionamento destes a partir do que tomamos enquanto ideologia e suas formas de manifestação no discurso. Em ecoar linguístico, as materialidades que analisamos se configuram como manifestações de uma organização de valores, crenças, representações, projeções que são processados pelos discursos, regulados conforme a(s) ideologia(s) precedente(s) cerceia(m) suas redes semânticas. Cabe nesta fase observar o funcionamento ideológico do discurso.

A partir do que tomamos enquanto nosso caminho analítico e estabelecida a engrenagem teórica que nos orienta, os recursos advindos da AD Materialista provém, em primeira instância, da observação e exaustão (Courtine, 2009) de nosso corpus discursivo. No exercício feito pelo analista, não cabe achar pistas para que determinado conceito consiga ser encaixado, mas explorar o que o objeto de pesquisa emerge em seu caráter material. O princípio da exaustão determina não acobertar elementos discursivos presentes nas sequências, concernindo ao pesquisador incomodar-se com a composição que se propõe a investigar (Courtine, 2009), guiando-se pelo que sua materialidade lhe oferece enquanto caminho de escuta para que, por conseguinte, a fundamentação teórica-metodológica sirva como suporte de interpretação.

CC BY

3. As condições de produção, breves considerações

Ao nos debruçarmos sobre o discurso escolhido e mirarmos a AD Materialista como arcabouço teórico, não podemos deixar de lado o papel substancial da historicidade em nosso escopo de pesquisa. Para tanto, rememoramos o que Pêcheux (1997b) aborda como condições de produção, que não remetem a um quadro circunstancial e/ou contextual, isto é, ao vislumbre momentâneo da formulação de um discurso, mas como os arranjos discursivos são elaborados em função de um eco histórico, reverberados pelos sujeitos nas paredes de suas formações discursivas. A maneira como Netanyahu discursiviza a *guerra* não prende o ingrediente a uma possível definição dicionarizada atemporal. Nos mostra, no entanto, uma disputa pelos sentidos dado o atravessamento dos sujeitos enquanto agentes na história (Althusser, 1985). A utilização da *guerra* carrega uma memória que é anterior ao sujeito, amparada historicamente. A matriz de sentido de um discurso, assim, recai sobre um movimento parafrástico, que encontra respaldo histórico (e o mesmo processo - mas não mesma significação - ocorre para aqueles que encadeiam efeitos de sentidos outros sobre, neste caso, *guerra*).

Dada a brevidade de nosso trabalho e a extensão do histórico entre Palestina e Israel, iremos ressaltar nesta seção alguns pontos de ancoragem histórica que nos servirão de compreensão panorâmica do que iremos retratar enquanto memória, efeitos de sentido e demais conceitos a serem destrinchados nesta pesquisa.

A criação do Estado de Israel começa a ser projetada com maior afinco a partir da publicação da obra "O Estado Judeu", de Theodor Herzl (2015), em 1896. O livro ancora a base do pensamento sionista moderno e propõe como solução para frear a perseguição às comunidades judaicas na Europa uma delimitação de território que serviria como lar nacional judeu. Neste ponto, ambos Palestina e Argentina são citados enquanto países onde foram feitas "notáveis tentativas de colonização" (p.

24), mal-sucedidas dada a falta de uma base soberana dos colonos nos países citados. A proposta que se segue faz menção a acordos, distribuição de terras, abertura de mercado e edificação daqueles países que vierem a apoiar a criação de um Estado judeu (Herlz, 2015, p. 25-44).

As primeiras colônias estabelecidas na Palestina datam de 1882 (Masalha, 1992) e, conforme os colonos judeus se estabeleciam com financiamento britânico (Barreto; Marciel, 2025), o processo de aquisição de terras se iniciava, por meio da qual se instaura o trabalho e a procura por mão de obra judaica e se inicia a expulsão de árabes-palestinos, que já habitavam partes dos territórios negociados (Leão, 2023). Em meio a esta compra e posse de terras palestinas ao longo dos anos, a Declaração de Balfour (1917) é emitida em documento que oficializa a parceria e apoio britânico a criação de um país judaico.

O crescimento da territorialidade nas mãos dos colonos judeus resulta em tensões dentre os grupos habitantes da Palestina (Kanafani, 2024), que sofrem o impacto da transformação econômica e social de um país em transição de um estado semifeudal para um regime capitalista. Camponeses, trabalhadores urbanos e intelectuais da pequena burguesia, diretamente afetados pelas condições socioeconômicas da colonização, se juntam em lutas e revoltas populares armadas que, em frequência de levante ao longo da década de 1930, acirram a hostilidade da população palestina perante os colonos sionistas e a Grã-Bretanha (Kanafani, 2024).

Em 1947, a UNSCOP (Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina) decide sobre a repartição do território em 56% para judeus e 44% aos árabes (com Jerusalém definida em território sem pertencimento a uma só nação). No ano seguinte, em 1948, com a fundação de Israel, o episó-

dio Al-Nakba (do árabe "a catástrofe") dá sequência à expulsão massificada de palestinos, com residências destruídas e tentativas de resistência desmanteladas.

Os avanços das colônias judaicas continuaram por anos sob território estendido aos palestinos, ramificando o controle e influência israelense nas demais localidades. Podemos observar as condições mais imediatas de nossa materialidade ao final de 2023; o exército israelense invade a Mesquita de Al-Aqsa e agride palestinos que frequentavam o templo sagrado em Jerusalém (Caramuru, Manfrinato, 2023). No dia 7 de outubro, o grupo político armado Hamas lança uma ofensiva chamada "Operação Dilúvio de Al-Aqsa", com ataques por ar e terra, que sequestra 251 reféns e mata 1,2 mil pessoas. Poucas horas após a ofensiva, Israel anuncia guerra ao Hamas e orquestra uma série de ataques à Palestina, principalmente à Faixa de Gaza, onde afirma combater os terroristas responsáveis pelos sequestros e mortes de civis.

O curto percurso realizado até o momento tem como fim a compreensão panorâmica de como os tensionamentos entre Israel e Palestina não partem do ataque do grupo político armado Hamas ao sul de Israel, em 7 de outubro de 2023, mas se configuram como desdobramento de um processo histórico. Quando nos voltamos para a análise de nosso *corpus*, consideramos que os efeitos de sentidos são dependentes de condições que propiciem os discursos de um sujeito. É sobre este prisma que pautamos a localização/posição histórica em que discursos e sujeitos atuam na/pela língua. Assim como a territorialidade sofre modificações (e invasões) a depender dos agentes que atuam sobre si historicamente, a língua é mobilizada, com seus aparatos, em um horizonte que a impede de se separar de sua historicidade.

4. "É mentira!": as manchas da negação

Na seleção do corpus para a análise, trabalhamos com sequências discursivas (SD) – sequências linguísticas de tamanho variável, geralmente superiores a frase, segmentados e agrupados a depender dos objetivos postos pelo analista em seu trabalho (Courtine, 2006) - de discursos do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, proferidos em entrevistas, pronunciamentos e conferências em diferentes canais entre 2024 e 2025. Ao trabalhar com uma grade de recortes, o analista cerceia "o sentido de uma sequência (de extensão indeterminada) por meio de possibilidades de substituição, comutação e paráfrase" (Pêcheux, 2011, p. 165), voltando-se a uma leitura que possa correlacionar as materialidades em referência tanto umas às outras quanto às próprias condições que lhe permitem um aspecto material.

Seguimos Courtine (2006) no que se refere ao *corpus discursivo* compreendido como um "conjunto de sequências discursivas, estruturadas, de acordo com o plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso" (p. 66). Conforme indicamos no início de nosso artigo, as delimitações dos excertos partem de mobilizações em torno dos ingredientes "guerra", "conflito", "inimigo" e "terrorista", de modo a nos propiciar leituras possíveis de acordo com seus arranjos no/pelo discurso selecionado.

Pontuamos que, ao trabalharmos com sequências, estabilizamos temporariamente partes de um discurso de extensão maior e que o intuito de investigação incide sob a tentativa de negação do ministro ante a acusação de genocídio. Observamos, assim, como estes fragmentos são arranjados de modo a reiterar que a acusação de matança seria mentira.

CC BY

> SD1: **Apesar** das **ameaças do Hamas**, quase setecentos mil gazanos, quase três quartos de um milhão, já atenderam ao nosso chamado e **mudaram-se** para as **zonas de segurança**. Agora, quero lhes fazer uma **pergunta simples, uma simples e lógica pergunta**; um país que estivesse cometendo genocídio imploraria para a população civil - **que supostamente está tendo como alvo** - para sair da **zona de perigo**? **Nós falaríamos para eles "saiam" se quiséssemos cometer genocídio**? **Nós** estamos tentando fazer com **eles** que saiam e o Hamas está tentando fazê-los ficar. **Essa acusação é tão sem fundamento... a comparação com um genocídio, um massacre total**. O que? Os **nazistas** pediam para que os judeus fossem embora, gentilmente se retirassem, saíssem? (...) Eles falavam "saiam, para que nós possamos entrar"? Claro que não. Então, **a verdade** foi virada de cabeça para baixo. (Fox News, 2025, destaques nossos).

> SD2: **Se** nós estamos cometendo genocídio, com certeza estamos fazendo um péssimo trabalho, porque **nós poderíamos**... você sabe, basicamente... **eliminar a população inteira de Gaza**, **mas seguimos em outra direção**. Nós fizemos algo que nenhum outro exército na história fez; nós estamos **abastecendo a população do inimigo com comida humanitária** - porque **fazemos a distinção entre combatentes e não-combatentes** - inserimos dois milhões de toneladas de comida. Quero dizer, **se quiséssemos cometer genocídio, não daríamos dois milhões de toneladas de comida para a população** (Fox News, 2025, destaques nossos).

Nas duas primeiras sequências discursivas, em que se detecta um esforço de construção de efeitos de evidência (Atlhusser, 1985), Netanyahu solicita apelativamente um pensamento supostamente lógico, partindo da tentativa de elaboração de uma sequência linear que só poderia levar a uma conclusão: estamos *ajudando*, logo, não cometemos genocídio. Ainda, é posta em jogo uma diferenciação entre o que remete a "nós" e o que se entende por "outro/eles", produzindo uma disparidade que coloca israelenses em pé de desigualdade com os palestinos, já que estes devem sair para que

CC BY

aqueles possam entrar. Observamos, pois, como formações imaginárias[2] (Pêcheux, 1997, p. 83) permitem construir um processo discursivo que mostra como Netanyahu provoca a cisão entre os semelhantes e os divergentes: os palestinos/povo do inimigo/não combatentes; enfim, "eles", são constantemente retomados para traçar uma memória do que se entende como "nós". Consoante os apontamentos de Said (2007), o conhecimento que se julga ter de um povo/nação é usado como autoridade para que se fale sobre e por eles, negando a autonomia, tanto quando ordena seu deslocamento, quanto quando se nega a violência cometida contra "ele", que está sendo aniquilado. Os ingredientes discursivos sobre este terceiro o deslegitimam enquanto sujeito enunciador, uma vez que ele poderia apontar a "ajuda" como estratégia de submissão e/ou de aprofundamento da calamidade na Palestina. Neste sentido, a projeção imagética mobilizada no discurso de Netanyahu na tentativa de apontar uma ordem de evidência ("não cometemos genocídio pois...") mantém uma rede memória que não nega a superioridade bélica israelense e a inferioridade palestina, mas as "aceita como naturais quando descreve as consequências do acontecimento" (Said, 2007, p. 63).

Mesmo que haja "reconhecimento" de uma população civil não armada, ela ainda ocupa um espaço em que não é bem-vinda, que pertence ao dito inimigo e que, portanto, precisa ser expulsa, afinal, lidos sob as lentes do orientalismo, o povo palestino é entendido enquanto nação a ser dominada, "o que geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro colocados à disposição de uma ou outra potência ocidental" (Said, 2007, p. 68). Esta enunciação seletiva, que projeta o "outro" como a população de um rival combatente, apaga o porquê da evasão exigida, do abandono dos lares, da dificuldade de locomoção e/ou do fuzilamento em massa daqueles que já se encontram em movimento, alertando ainda para uma suposta *assistência* que se concretizaria em distribuição de uma ajuda humanitária que não acontece (Le Monde with AP, 2025).

2. As formações imaginárias (Pêcheux, 1997a) se referem às representações que A [destinador] e B [destinatário] fazem de si mesmos, de um para com o outro e do objeto discursivo que mobilizam em seus discursos. Assim, observamos a forma em que *nós* e *eles* são distribuídos em posições que delimitam o que é identificável e, logo, próximo/semelhante e apartam o que diverge dessa similitude. O imagético que se projeta, assim, regula estes corpos/objetos em classificações dicotômicas; o que precisa ocupar a terra e o que precisa sair, ser expulso.

Netanyahu utiliza o subjuntivo, em condicional "se", para demarcar uma ocorrência que não estaria posta em prática e negar o genocídio, em virtude de ações não concretizadas pelo simples "não-querer". A chance de eliminação dos palestinos existiria, mas não seria realizada frente um Estado que "ajuda" o "povo do inimigo" ao disponibilizar toneladas de alimento oriundos de ajuda humanitária, silenciando que a) os pontos de distribuição são poucos, desproporcionalmente distribuídos em meio a uma grande massa de população que não consegue racionar a comida para todos, gerando tumulto, feridos e mortos, e b) a própria necessidade de possuir e distribuir a ajuda humanitária a um povo não permite concluir que ele "estaria sofrendo genocídio". A alegação de ajuda atua no sentido do silenciamento de violações cometidas por Israel e o discurso ecoado por Netanyahu se constitui sobre uma política do silêncio (Orlandi, 2007), fracionando o que é tolerável/desejável ser dito por meio da materializado verbal - ajudamos, fazemos o que nenhum outro exército fez, distribuímos comida, pedimos para que saiam - e descartando o que entra em conflito com a formação discursiva em questão: comete-se genocídio, há fome em Gaza, expulsa-se os palestinos de sua terra. Ainda que haja a tentativa de apagamento do discurso contrário, o "não" persistente ressoa discursos que não cabem nos processos de significação que Netanyahu representa sobre a guerra, mas persistem em aparecer mesmo em negativa, expondo um embate entre formações discursivas opostas, que se clivam em um jogo de afirmação e negação constante.

O estabelecimento do que se tem chamado de limpeza étnica (Pappe, 2016) ocorre por vias coercitivas, com a predição de expulsão à força de um grupo étnico de seu território, utilizando-se de medidas violentas ou não, a fim de erradicar essa população do espaço físico, da memória e da história de uma região. A ameaça que Netanyahu acusa o Hamas de fazer - a suposta tentativa de "fazê-los ficar" - é assumida, mesmo sem querer, quando a voz de ordem "saiam" aparece no discurso do primeiro-ministro. Não há outro caminho senão a evasão dos palestinos da Palestina, retirando-se o peso de seus assassinatos das mãos do Estado israelense; o imperativo é evocado como aviso em que

as alternativas se restringem a sair ou morrer, dado que os que ficam, supostamente, estariam de acordo com o Hamas.

A suposta distribuição de comida advinda da ajuda humanitária não previne nem impede os bombardeios do exército israelense. A imagem que Netanyahu busca construir de si e do seu exército - "nós" - projeta uma humanidade que visa à assistência, por meio de um efeito de obviedade forjada que implica saber e conhecer a situação de um povo e, logo, conseguir tomar as melhores decisões para o bem-estar palestino que, ao final, não ocorre (Said, 2007), pois a encenação se desfaz ao representar os civis como pertencentes ao campo do outro combatível, que devem atender os comandos de expulsão, opção que os judeus não teriam tido no holocausto da Segunda Guerra Mundial; é na recusa persistente e na repetição constante de um efeito de "mentira" que conseguimos apontar o silenciamento daqueles que "ficam" - e que se precisam ficar é porque sua permanência é escolhida; logo, podem ser mortos.

> SD3: **Se nós** quiséssemos cometer genocídio, **nós** o teríamos feito em uma tarde, **nós** temos a capacidade. Mas **nós não fazemos isso**. Você sabe, olha para a forma com que as Forças Aliadas lutaram em Fallujah, você sabe, olha para como eles lutaram em Mosul. Eles levaram nove meses contra três mil terroristas, nove meses para três mil terroristas! Nós lidamos com dez vezes mais **terroristas**. E o que **nós** fazemos? **Nós convocamos os civis palestinos e dizemos "saiam da área"**. Milhares, não, milhões de mensagens de textos, milhões de ligações de telefone individuais; **"por favor, saia"**. **E o Hamas fica ali e tenta os impedir atirando neles, matando-os** (Triggernometry, 2025, destaques nossos).

> SD4: Mas o principal ponto que quero enfatizar é a importância de **vencer a batalha pela verdade**. E essa é uma batalha que lutamos mesmo enquanto falamos agora. Israel é apresentado como se estivéssemos aplicando uma campanha de fome em Gaza. **Que mentira ousada! Não há política de fome em Gaza e não há fome em Gaza. Nós permitimos ajuda humanitária durante toda a duração da guerra para entrar em Gaza, caso contrário não haveria gazanos**. E o que impediu o fornecimento de ajuda humanitária é uma força; Hamas. Novamente, a **reversão da verdade**. Hamas rouba esta ajuda humanitária e depois acusa Israel de não fornecê-la. Bem, permitimos a quantidade exigida pelo direito internacional, há centenas e centenas de caminhões carregados com toneladas. Nós fornecemos 1,9 milhão de toneladas de alimentos desde o início da guerra (DMR News, 2025, negritos nossos).

Com a discrusivização de suposta assitência - como a *cessão* de ajuda humanitária a um povo que é baleado quando tenta ir às zonas de "segurança" -, materializa-se um efeito de memória de lutas anteriores contra o terrorismo. Ao referir-se às Forças Aliadas enquanto exemplos de um combate que Israel traçaria de forma semelhante, o silêncio da ocupação também se estende ao posicionar Fallujah e Mosul - cidades iraquianas - enquanto campos de batalha para a captura de terroristas, da mesma maneira que Netanyahu entende que a Palestina seja. A repetição de "guerra ao terror" aparece como um dispositivo legitimador que produz um efeito (Pêcheux, 1999, p. 53) estabilizador da paráfrase "estamos lutando contra o terrorismo", que é reverberado pelo sujeito toda vez que se depara com um contradiscurso que nega a existência de uma guerra e emerge com o que aponta para genocídio. Há uma tentativa incessante de retomar esse *discurso do outro* como mentiroso por meio

de uma negação e de um efeito de evidência que visa a perpetuação de uma memória fomentada na dominação, reestruturação e autoridade sobre o que se tacha enquanto Oriente (Said, 2007); afinal, se há ajuda, é porque *nós permitimos*.

Recusa-se, assim, a matança de civis por meio da regularização de sentidos que toma para si, antes de tudo, a eliminação do terror. O sujeito, ao rememorar e se posicionar enquanto defensor da violência cometida pelo Estado de Israel, faz-se suporte de um discurso que não começa nele, mas que o antecede e ressurge, mais explicitamente, quando mobiliza casos anteriores que fazem ressoar o porquê da suposta necessidade da "luta". A invasão, a mortandade e os motivos das ameaças aos palestinos compõem, novamente, um não-dito que grita sob os rastros de execução de um massacre contra uma população.

A coerência discursiva de Netanyahu é definida, portanto, pelo que a formação discursiva na qual se inscreve permite enunciar por meio de um leque de arranjos em detrimento de outros, o que, no caso do ministro, ao ser confrontado com a acusação de genocídio, constrói uma dicotomia que estabelece, para além das únicas vias aos palestinos de sair ou morrer, a alternância entre a sua suposta verdade e a mentira suposta dos outros. Assim, com o que aponta ser falso, a recusa de genocídio constitui a formação discursiva que não permite ao sujeito contemplar significantes que não gerem o efeito da guerra, do conflito, da luta, fazendo-o renegar políticas de fome, por exemplo. Martela-se a negação da violência premeditada e a única justificativa para um povo em inanição (Valdez, 2025) é a culpabilização do que precisa ser extinto; o inimigo terrorista.

CC BY

> SD5: Agora, assim como **mentiras maliciosas** foram atribuídas por séculos ao povo judeu, mentiras maliciosas agora são atribuídas ao Estado judeu. (...) A absurda **difamação** que pinta Israel como racista e genocida é feita para **deslegitimar** Israel, para **demonizar** o Estado judeu e **para demonizar os judeus em todo lugar**. (...) Na Segunda Guerra Mundial, quando a Grã Bretanha lutou na primeira linha da civilização, Winston Churchill apelou para os americanos com estas famosas palavras: "nos deem as ferramentas e nós terminaremos o trabalho". **Hoje, enquanto Israel luta na primeira linha da civilização, eu apelo, também, para os Estados Unidos; nos deem as ferramentas mais rápido e nós terminaremos o trabalho mais rápido** (Fox 5 DC, 2024, destaques nossos).

> SD6: Para esses neonazistas, "Palestina livre" é a versão atual de "Heil Hitler". **Eles** não querem um Estado palestino, eles querem destruir o Estado judeu. **Eles** querem aniquilar o povo judeu que esteve na terra de Israel por trinta e cinco mil anos. **Eu** nunca poderei entender como esta **simples verdade** escapa aos líderes da França, Grã Bretanha, Canadá e outros. Agora **eles estão propondo estabelecer um Estado Palestino e recompensar esses assassinos com o prêmio maior**. (The Jewish Nation, 2025, destaques nossos).

Nestas últimas sequências discursivas, o papel da memória se faz a nível frequentativo. A mentira, aqui, é associada diretamente a uma suposta intenção de destruição de Israel; no discurso de Netanyahu, tudo o que diverge do apoio à guerra sustentaria um antissemitismo que estaria reverberando em "Palestina livre". Para que determinado efeito sobre o lema e o ódio contra judeus se materialize, observamos o funcionamento do interdiscurso - aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (Pêcheux, 1997, p. 162), que intercruza e possibilita a passagem de um dito pertencente a outra formação discursiva a ser utilizado no discurso de Netanyahu enquanto paráfrase para antissemitismo. Dada a incapacidade da formação discursiva em que Netanyahu se filia de conceber o genocídio, ele busca a supressão de um movimento que luta pela libertação de um Estado

oprimido, designando-o como antissemita; a produção de sentido do enunciado se pauta na metáfora, na "importação" que desloca a "Palestina Livre" de outra formação discursiva e lhe atribui sinônimo neonazista, rearranjando-a enquanto uma referência discursiva (Pêcheux, 2011) que, dado momento histórico de defesa das ações do Estado de Israel, configura uma cadeia semântica que repudia o movimento pela libertação Palestina e a equipara ao almejo de destruição dos judeus. Ingredientes como *neonazista* e *versão atual* rearranjam a memória de perseguição à comunidade judaica enquanto a atualizam, agregando o movimento pela libertação Palestina como ramificação possível de manifestação de ódio aos judeus.

As acusações de violência por parte do exército israelense em direção aos civis palestinos, no discurso do sujeito que suporta uma necessidade de defesa, são rechaçadas ao mesmo tempo que vibram juntamente a materialidade verbal quando a memória sobre a guerra é ecoada. A substituição precedente nesta sequência confere um caráter de evidência para o sujeito enunciador em relação ao seu discurso (Pêcheux, 1997); a escala que nega o "ser racista e genocida" é compreendida enquanto *difamação*, *deslegitimação* e *demonização*; este último significante aproxima um discurso religioso que confere acusações enquanto malícia, em oposição à luta pela civilidade que Israel estaria tentando travar. A perseguição se estende em teias de sinônimos que apontam para quaisquer questionamentos sobre as ações de Israel como tentativas de enfraquecimento de um lar nacional judeu, como ocorria em tempos que a nação não existia. O discurso sustentado pelo sujeito em amparo a posição que projeta sobre si recai no peso da projeção que o imperialismo israelense faz sobre a Palestina e os palestinos; ao mesmo tempo em que o discurso se desenvolve e constitui sentido pelos processos discursivos que trabalha os objetos (o povo do inimigo, eles, que lutam contra a civilidade), o próprio sujeito é formado por estes mesmos pontos de ancoragem que sustentam seu discurso (Pêcheux, 1997) (nós, eu, que lutamos pela civilidade, que somos perseguidos etc.). Este discurso que ecoa "efeitos de significação percebidas" (Pêcheux, 1997, p. 162) sobre o enunciador em simultâneo ao

que é enunciado, que posiciona a formação de um Estado palestino como uma "recompensa a esses assassinos", resume o que é a Palestina e seus nativos para Netanyahu (Said, 2007).

O que reiteramos ao analisar os discursos em que Netanyahu nega o reconhecimento do genocídio é a sua posição enquanto sujeito que repercute a luta contra o terrorismo como fundamento de todas as suas ações e do grupo político que ele representa contra a Palestina; a formação imaginária construída é de um sujeito que, *evidentemente*, busca justiça. A memória revivida nos discursos de Netanyahu seriam fundamentos para que os avanços sobre o território palestino repitam as motivações sobre a "guerra ao terror", pertencente a uma formação discursiva que antagoniza com a acusação de genocídio. Não há espaço, na filiação de que este sujeito é suporte, para mencionar os corpos violados de uma população que sofre com as ações imperialistas de Israel, porque estas violências não são compreendidas enquanto violências que partem do exército israelense, mas de simples revide ao Hamas.

O que justificaria a legitimidade do sangue derramado em prol da ocupação é tecido como memória de "resistência", ressoando a suposta construção de uma existência histórica que guia o fazer e o porquê da guerra. Pautado em um discurso de extrema direita e sionista, que utiliza o passado de dor do holocausto, o primeiro-ministro de Israel se vale do que é entendido como terrorismo para apontar o que é horrífico no outro, ao passo que o *nós* é posto como justiceiro e defensor em face do revide a violações cometidas por *eles*.

Considerações finais

Propusemo-nos a compor uma análise crítica, por meio da Análise de Discurso Materialista francesa, aos discursos sobre a *guerra* em Gaza. Delimitamos nosso recorte sobre como o genocídio é discursivizado, neste caso, em negação por parte do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Observar, selecionar e analisar os discursos que circulam sobre as questões da guerra de Israel contra a Palestina, principalmente advindas de um sujeito que ocupa o lugar de liderança do governo do país que comete violências contra o povo palestino, é questionar a rede de memória acessada com fins de justificativa para o que é nomeado por meio do eufemismo "conflito".

Lançando um olhar sobre estes discursos, que não pertencem a um indivíduo, mas a uma posição-sujeito que sustenta concepções que o atravessam, compreendemos um funcionamento ideológico que arranja as evidências impositivas (Althusser, 1985) do que se considera, como afirma Netanyahu, lógico, simples e verdadeiro. A formação discursiva/forma-sujeito nas/pelas quais o "eu" se faz presente delimita quais efeitos metafóricos[3] são possíveis - guerra, defesa, ataque, luta contra o terror, conflito - e descarta o que ultrapassa os limites de suas justificativas - o assassinato, a chacina, a destruição - em um jogo de enunciação.

Resume-se o que se lê enquanto Oriente/oriental a uma necessidade de "um estudo corretivo pelo Ocidente" (Said, 2007, p. 74), haja vista que, neste caso, tecido discursivamente, as justificativas de dominação e expansão imperialista posicionam a Palestina e os palestinos em observatórios "na sala, no tribunal, na prisão, ou no manual, para escrutínio, estudo, julgamento, disciplina ou governo" (Said, 2007, p. 74). Identificado e rivalizando com o que precisa ser aniquilado para que se haja "justiça", apaga-se o horror, com efeitos de luta pela civilidade e extinção do terrorismo, que é sempre apontado como pertencente ao outro. Deixa-se, portanto, de explicitar o que tem um caráter ambicioso e expansionista e que concerne às razões para expulsão dos palestinos da Palestina.

Como dito anteriormente, o real do horror e da matança não é alcançado pela língua, mas pode ter uma tentativa de simbolização por meio dela. Designar como "guerra" mais de 60 mil mortos - até onde se tem contagem - é se render ao silêncio impositivo de um discurso que sustenta relações de força simétricas, sem atentar para os gritos dos que tiveram seus lares bombardeados e familiares

3. Os efeitos metafóricos (Pêcheux, 1997b) ocorrem a nível do deslize, pelos quais conseguimos apontar os campos semânticos que se constroem em relações de sinonímia. Ao se estabelecer quais significações podem ser reproduzidas dentro de determinada formação discursiva, notamos quais significantes não são contemplados neste processo, uma vez que não ecoam os efeitos necessários dentro do discurso que se reverbera, neste caso, bélico. Falar de guerra, no discurso "de" Netanyahu, assim, é recusar/apagar o genocídio.

CC BY

desmembrados. Ao esboçar indagações sobre discursos que negam a mortandade, buscamos a construção de uma materialidade discursiva que visa tecer, também, uma memória que faça jus ao que chamamos de *genocídio*.

Referências

Ali, M., Chugtai, A., & Okur, M. (2025, October 7). Two years of Israel's genocide in Gaza: By numbers. *Al Jazeera*. https://www.aljazeera.com/news/2025/10/7/two-years-of-israels-genocide-in-gaza-by-the-numbers

Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos do Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)* (2nd ed.; W. J. Evangelista & M. L. V. de Castro, Trads.). Editora Graal.

Caramuru, B., & Manfrinato, H. (2023). "Inundação Al-Aqsa" à luz dos 76 anos de ocupação colonial. *Le Monde Diplomatique Brasil*. https://diplomatique.org.br/inundacao-de-al-aqsa-a-luz-dos-76-anos-de-ocupacao-colonial/

Courtine, J.-J. (2009). *Análise do discurso político*. Editora UFSCar.

DMR News. (2025, July 27). *Full speech: Israeli PM Netanyahu speaks at "Christian Conference" in Jerusalem* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=bWolyaRVcpg

Ferreira, M. C. (2010). Análise de discurso e suas interfaces: O lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*. https://doi.org/10.22456/2238-8915.28636

Fox 5 Washington DC. (2024, July 24). *Full speech: Israeli Prime Minister Benjamin Netanyahu makes address to Congress* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=rKkcstwPd9k

Fox News. (2025, September 24). *Netanyahu announces Israel will take control of Gaza* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=4Yy3DsN-Z8A

Herbert, T. (2011). Situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In E. Orlandi (Org.), *Análise de discurso* (2nd ed., pp. 21–54; M. V. da Silva & L. A. P. Parissi, Trads.). Pontes Editores.

Herzl, T. (2015). *O Estado Judeu* (D. Mensh, Trad.). Consulado Geral de Israel em São Paulo; Poeteiro Editor Digital.

Kanafani, G. (2024). *A revolução Palestina de 1936 a 1939* (L. B. Souto, Trad.). Expressão Popular.

Leão, L. (2023). Palestina e Israel: O território e a colonização sionista. *AGEMT PUC-SP*. https://agemt.pucsp.br/noticias/palestina-e-israel-o-territorio-e-colonizacao-sionista

Le Monde with AP. (2025, August 6). Dozens of Palestinians killed while seeking aid in Gaza Strip. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/en/international/article/2025/08/06/dozen-of-palestinians-killed-while-seeking-aid-in-gaza-strip_6744134_4.html

Masalha, N. (1992). *Expulsion of the Palestinians*. Institute for Palestine Studies.

Orlandi, E. (2007). *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos* (6th ed.). Editora da Unicamp.

Pappe, I. (2016). *A limpeza étnica da Palestina* (1st ed.). Editora Sundermann.

Pêcheux, M. (2011). A aplicação dos conceitos da linguística para melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In E. Orlandi (Org.), *Análise de discurso* (2nd ed., pp. 203–225; C. Rodrigues-Alcalá, Trad.). Pontes Editores.

Pêcheux, M. (1997a). A propósito da análise automática do discurso: Atualização e perspectivas. In F. Gadet & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso* (3rd ed., pp. 163–235; B. S. Mariani, Trad.). Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (1999). Papel da memória. In *Papel da memória* (pp. 49–57; J. H. Nunes, Trad.). Pontes Editores.

Pêcheux, M. (1997b). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (3rd ed.; E. P. Orlandi, Trad.). Editora da Unicamp.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (1st ed.; R. Eichenberg, Trad.). Companhia das Letras.

The Jewish Nation. (2025, May 22). *Netanyahu's response to Jewish couple's murder: Exposes "Free Palestine" ideology and global denial* [Vídeo]. YouTube. https://youtu.be/L6d_EaICyQU?is=shKW9ck3sTV1SExw

Triggernometry. (2025, September 24). *Asking Benjamin Netanyahu the tough questions* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=1I56MjHDl5k

Valdez, J. (2025, May 29). Israel e EUA exploram a fome de palestinos e usam ajuda humanitária para expulsá-los de Gaza. *Intercept Brasil*. https://www.intercept.com.br/2025/05/29/israel-eua-fome-gaza-ajuda-humanitaria/

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a4

O *ethos* da alta performance: uma análise do discurso

MANUELLA FELICÍSSIMO
manuella.felicissimo@ifmg.edu.br

Doutora em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (2014).
Professora do Instituto Federal de Minas Gerais, Betim, Brasil.
Bolsista pelo Programa Institucional de Concessão de Bolsas do IFMG - modalidade Pesquisador Sênior.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0004-7417-6815

PALAVRAS-CHAVE:
discurso da alta performance; análise do discurso; fantasia de onipotência; *ethos*.

ARTIGO RECEBIDO A:
17/02/2026
ARTIGO APROVADO A:
29/07/2026

RESUMO: Rendimento, eficiência, ser a melhor versão de si mesmo, etc. Essas expressões fazem parte de um conjunto de enunciados que constituem o que chamamos de discursos da alta performance. Extremamente sedutores, esses discursos ganharam muita popularidade e são constantemente compartilhados e incorporados ao imaginário social. Fala-se em alta performance nos estudos, no trabalho, nas relações afetivas, sexuais, no âmbito das finanças, nas relações familiares, etc., em todas essas esferas deve-se performar a "sua melhor versão". A partir das contribuições da análise do discurso de linha francesa, mais especificamente, recorrendo a conceitos da semiótica greimasiana, e também da psicanálise, este estudo pretende analisar o *ethos* da alta performance, imagem ancorada, segundo nossas hipóteses, na fantasia de onipotência. Para isso, tomamos como objeto uma peça publicitária; analisando os espaços intra e intertextuais, apontamos os principais temas e figuras que configuram a fantasia de onipotência e mostramos como essa imagem atua como a principal estratégia argumentativa nos discursos de alta performance.

CC BY

The *ethos* of high performance: a discourse analysis

MANUELLA FELICÍSSIMO
manuella.felicissimo@ifmg.edu.br

PhD in Text and Discourse Linguistics from Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil (2014).
Professor at Instituto Federal de Minas Gerais, Betim, Brazil.
Fellow of the Institutional Scholarship Program of IFMG – Senior Researcher category.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0004-7417-6815

KEYWORDS:
high-performance discourse;
discourse analysis;
fantasy of omnipotence;
ethos.

ARTICLE RECEIVED ON:
02/17/2026
ARTICLE ACCEPTED ON:
07/29/2026

ABSTRACT: Productivity, efficiency, becoming one's best self, etc. These expressions are part of a set of enunciations that constitute what we call the discourses of high performance. Extremely seductive, these discourses have gained significant popularity and are constantly shared and incorporated into the social imaginary. High performance is discussed in studies, work, affective and sexual relationships, the realm of finance, family relations, etc.—in all these spheres, one must perform their 'best version.' Drawing on contributions from the French school of discourse analysis, more specifically, utilizing concepts from Greimasian semiotics and psychoanalysis, this study intends to analyze the *ethos* of high performance, an image anchored, according to our hypotheses, in the fantasy of omnipotence. To this end, we take an advertisement as our object of analysis; examining intra- and intertextual spaces, we identify the main themes and figures that configure the fantasy of omnipotence and demonstrate how this image acts as the primary argumentative strategy within high-performance discourses.

CC BY

Introdução

Neste estudo temos por objetivo analisar o *ethos* da alta performance construído em um discurso de uma peça publicitária. Para isso, tomamos como referencial teórico as contribuições da análise do discurso, mais especificamente alguns conceitos da semiótica greimasiana, e também recorremos a importantes noções da psicanálise. A partir desta abordagem interdisciplinar, tão cara aos estudos do texto e do discurso, pretendemos mostrar como o *ethos* de alta performance projeta a fantasia de onipotência, ao mesmo tempo em que se sustenta sobre ela. Analisando o espaço intra e intertextual, almejamos apontar as principais estratégias argumentativas que se estabelecem entre enunciatário e enunciador.

Os discursos de alta performance, embora aparentemente relacionados à esfera do trabalho, têm aparecido em diversos lugares sociais, propondo um conjunto de saberes que prometem o "rendimento", o "avanço", o "progresso", o "crescimento", "o sucesso", seja no âmbito dos relacionamentos amorosos, sexuais, na vida financeira, profissional, etc.

Esses discursos podem ser compreendidos como produtos da vida moderna e da sociedade de economia e de cultura neoliberal, que se constrói sobretudo na crença e na valorização da individualidade. Esse cenário pode ser facilmente constatado nas máximas que são espalhadas cotidianamente: "faça você mesmo", "seja senhor de si", "seja sua melhor versão", "mude suas crenças" para citar algumas. Este pequeno conjunto de enunciados mostra que o sujeito ocupa, pelo menos imaginariamente, o papel central da vida; o encontro com o "outro", o atrito com a realidade é desconsiderado, gerando a ilusão de que tudo se passa e se resolve no e pelo próprio sujeito.

Trata-se de uma imaginarização, é claro, a começar pelo fato de que esse enunciado, aparentemente sem rosto e universal, vem de uma instância enunciativa, ou seja, de um outro, que conclama

o sujeito a se autorrealizar. Mas o efeito que se cria é o de uma voz "desancorada", legítima, portadora de uma verdade indiscutível que vem ao encontro do sujeito. Uma pergunta que podemos colocar é: por que a ideia de fazer por si (sozinho), mesmo frente a grandes desafios, parece tão sedutora? Por que o convite a performar em direção a um ideal inalcançável move o interesse do sujeito?

A fim de dar conta dessas questões recorremos a algumas noções da teoria psicanalítica, porque trabalhamos com a hipótese de que o conceito de fantasias psíquicas pode contribuir para a compreensão dos efeitos que esses discursos provocam.

Acreditamos que os discursos da alta performance são tão populares e compartilhados porque mantêm estreita relação com a fantasia de onipotência que, de acordo com Freud (2013), é parte constitutiva da psique humana. Além disso, procuramos relacionar esses discursos com a ideologia neoliberal, que visa à individualização dos sujeitos e ao estreitamento da subjetividade, deslocando-os da ideia de coletividade e/ou corpo social, para transformá-los em únicos e grandes responsáveis por si mesmos. Essa individualização resulta no acirramento da competição, e os discursos de alta performance são as "estratégias", os "ensinamentos" que garantirão a "vitória" nesse campo de batalhas imaginárias.

1. Fantasia psíquica e *ethos*: possíveis relações

Em termos psicanalíticos é possível dizer que um sujeito nasce a partir de uma fantasia que expressa o desejo do outro, aquele que o recebe – ainda que esse desejo não seja necessariamente positivo. A concepção da ideia de um filho (biológico ou não) é uma construção imaginária, fantasiosa: de modo simples, aquele que espera por um filho o idealiza, pensa no seu nome, nas suas características, nas condições necessárias para tê-lo, etc. Assim, o sujeito que virá ocupa um lugar no mundo simbólico antes mesmo de sua chegada; daí a expressão "lugar no desejo do Outro", formulada por

CC BY

Lacan no *Seminário 11* (1964/2008, p. 205). Para o autor, todos nascemos alienados ao Outro, aquele que nos insere no mundo da linguagem; esse processo de submissão ao "desejo do Outro" é condição fundamental para a fundação da vida psíquica e para a posterior possibilidade de separação subjetiva.

De acordo com Freud (2024), a capacidade de fantasiar será desenvolvida pela criança tão logo ela receba os primeiros cuidados, como a alimentação. Quando tem sua demanda atendida, um bebê experimenta não apenas a satisfação de uma necessidade fisiológica como também o prazer. Isso é facilmente comprovado com a repetida ação de sugar dos pequenos, mesmo que não estejam sendo alimentados. O gesto é resultado da marca psíquica que esse cuidado causa, levando o bebê a repetilo constantemente, inclusive durante o sono. É a partir dessa fantasia com o seio/mamadeira (que envolve também o encontro com aquele que cuida) que a criança se tornará capaz de aguardar pelo próximo encontro. Por isso se pode afirmar que a fantasia ocupa o lugar daquilo que falta (LACAN, 1958-1959/2016). Esse gesto inaugura a vida psíquica que irá se complexificar ao longo do desenvolvimento do sujeito, o qual terá sempre a fantasia como suporte mediando esse encontro com o mundo (que a princípio é o outro).

Quando o sujeito se torna adulto, espera-se que algumas fantasias sejam superadas -ainda que seus registros continuem inconscientes -, e que a capacidade de "fazer laço" com a realidade se desenvolva. Mas esse processo não ocorre sem uma dose de sofrimento: as inúmeras frustrações que fazem um furo na fantasia, para usar o termo de Lacan. Ainda segundo Freud, as fantasias são um modo de pensar afastado da realidade e que tem por objetivo preservar o princípio do prazer: "(...) É ele o fantasiar, que já se inicia com o brincar das crianças e mais tarde prossegue com o devanear, deixando então de sustentar-se em objetos reais" (Freud, 2004, p. 67).

Assim, embora a capacidade de lidar com a realidade e produzir a partir dela seja esperada com o desenvolvimento das capacidades psíquicas, não deixamos de fantasiar, a diferença é que essas fantasias tendem a atuar como uma sutil música de fundo, operando desde o inconsciente.

São inúmeras as situações em que podemos constatar a imersão do sujeito na fantasia: os devaneios cotidianos, os jogos, as paranoias, a leitura de literatura, a consulta a "oráculos", etc. Essas práticas obviamente não significam que os sujeitos estejam fora da realidade, mas mostram como mantemos em ação fantasias psíquicas que dão satisfação, que têm potencial de apaziguar as tensões e angústias. A fantasia é aquilo que o sujeito não pode ser, em outras palavras, ela ocupa o lugar da falta, suprimindo-a, deixando-a em suspenso. É o recurso primeiro do qual lançamos mão para lidar com o desamparo.

Na fantasia o pensamento é mágico e consegue contornar os problemas, dando para a criança e para nós adultos uma certa sensação de onipotência, sensação conhecida na infância, quando aquilo que a criança fantasia, por exemplo, a mamada, acontece. No entanto, sabemos todos, esse acontecimento não se dá porque a criança fantasiou/desejou, mas porque ela está sendo assistida e aquele que cuida atua, inclusive à revelia da criança. Todavia, a experiência psíquica é vivida da seguinte forma pelo infante: fantasiar = realizar; o processo que acaba gerando a crença de que "tudo eu posso", expressão do conhecido desejo de onipotência que se revela em inúmeras práticas, objetos e ritos tipicamente infantis.

Ser onipotente significa ter em si todos os recursos, implica agir (por vezes apenas com a força do pensamento) sobre o outro, dobrando-o ao nosso desejo, de igual modo se faz com a realidade que, ao ser substituída pela fantasia, tem suas dificuldades superadas.

CC BY

Essas fantasias criam e inscrevem-se nos objetos humanos, em tudo aquilo que é produzido pela cultura, impregnando-a dos "resquícios" da vida psíquica. Em termos de teorias da linguagem, podemos explicar isso com as palavras de Bakhtin, quando ele afirma que

> A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem (Bakhtin, 2006, p. 36).

Nesse sentido, podemos afirmar que tudo o que produzimos é fruto da intensa relação que mantemos com os outros, desde o primeiro que nos insere no mundo da linguagem, até aqueles que falam por meio de toda e qualquer produção humana. Por essa razão, os textos e discursos que se expressam por variadas formas de linguagem podem ser tomados como objetos que, em certa medida, expressam em seus conteúdos fragmentos das manifestações inconscientes, como as fantasias psíquicas. Ainda que Bakhtin fale em lógica da consciência, não é a dicotomia consciente x inconsciente que nos importa aqui, mas a fundação do humano, daquilo que nos faz deixarmos de ser apenas um corpo biológico, quando se inaugura a vida psíquica, sempre por meio do encontro com a linguagem (outro).

Nessa perspectiva, é possível compreender também o *ethos* a partir da noção de fantasia. Acreditamos que os discursos de alta performance são reconhecidos como legítimos porque advêm de um *ethos* imponente, uma representação ancorada na fantasia psíquica de poder que sustenta essa imagem no lugar daquele que pode e sabe fazer/ser/poder.

CC BY

Com o objetivo de abordar a noção de *ethos*, tomamos as contribuições de Charaudeau (2008) e de Amossy (2008). De forma bem sucinta, o *ethos* pode ser entendido como a imagem que se constrói dentro de um discurso, uma espécie de projeção do enunciador. Em parte resultado da intenção daquele que enuncia e em parte fruto do trabalho de interpretação do enunciatário, o *ethos* resulta dessa interação. Os recursos que o comunicam são variados; eles podem ser verbais, visuais, sensoriais, etc. e sua função está atrelada às condições de produção do discurso. É possível construir um *ethos* autoritário, amistoso, o *ethos* do mestre, do aprendiz, enfim, é a circunstância na qual a interação discursiva acontece que irá permitir a emergência do *ethos*.

Nas palavras de Charaudeau, o conceito é assim explicado:

> (...) optamos, então, por uma concepção "encarnada" do *ethos*, para retomar os termos de Auchlin. Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas ao "fiado" pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um "caráter" e uma "corporalidade" (...). O "caráter" corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à "corporalidade", ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendia através de um comportamento. (Charaudeau, 2008 p. 18).

Amossy (2008, p. 122-123), na intersecção entre a sociologia, a retórica e a pragmática, faz uma reflexão procurando compreender se o *ethos* é resultado da força da palavra ou se ele é garantido pelo lugar social ocupado por aquele que fala, como nos discursos institucionais, pronunciados por pro-

CC BY

fessores, políticos, lideranças religiosas, etc. Nesse caso, o dos discursos institucionais, a figura que incorpora o discurso já é de antemão legitimada pela própria situação de troca social. Na perspectiva da pragmática, de acordo com a autora, é a interação verbal que fundamenta o *ethos*, de modo que ele seria erigido no interior do discurso e a troca verbal seria o suficiente para construi-lo e sustentá-lo. A proposta de Amossy é evidenciar que o *ethos* pode ser melhor compreendido a partir da articulação da retórica, da pragmática e da sociologia dos campos. Razão pela qual ela defende que o *ethos* não é efeito apenas da autoridade institucional, tão pouco de estratégias argumentativas verbais somente ou do auditório de modo isolado.

Amossy afirma que

> O orador apoia seus argumentos sobre a doxa que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias. (Amossy, 2008 p. 124)

Como podemos verificar, a reflexão da autora também evidencia a relação de interdependência entre enunciador e enunciatário, mostrando que o *ethos* se constrói a partir desse jogo de imagens que só é possível dentro de determinadas condições sociais, políticas e ideológicas.

A reflexão até aqui apresentada mostra que o compartilhamento de significantes entre os sujeitos envolvidos em um contrato sociodiscursivo é fundamental para que o *ethos* seja produzido e reconhecido. Esses significantes, no nosso entender, são também "índices" do psiquismo e, consequen-

temente, das fantasias, porque é por meio dos significantes que o sujeito é inserido no campo do simbólico, a partir do qual pode representar. Defendemos, nesse sentido, que o *ethos* não é a fantasia psíquica em si, mas a comunica, ancora-se nela, fazendo com que o outro (sujeito enunciatário) reconheça-a, por também reconhecer em certos signos a sua expressão.

Cientes de que o *ethos* pode ser identificado nos recursos linguísticos e na sua relação com o espaço do interdiscurso, - conjunto de formulações que possibilita a produção de novos sentidos (Orlandi, 2020) - vamos recorrer a algumas noções da semiótica greimasiana a fim de analisar uma peça publicitária. Nosso objetivo é verificar como se expressa a fantasia da onipotência no discurso da alta performance.

Para isso, é importante destacarmos o que estamos chamando de discurso da alta performance. Em síntese, esses discursos caracterizam-se por sua proposta de "gerir" a vida do sujeito, ofertando-lhe um saber que teria a capacidade de suprir, de aniquilar aquilo que falta, levando o sujeito a superar sua própria impotência frente a determinadas situações. Embora os lugares por onde esse discurso circula sejam cada dia mais diversos, o padrão de comunicação parece pouco variado, resumindo-se a enunciados que preconizam o "aprimoramento de si" como forma de vencer qualquer situação. Esses discursos abolem as fragilidades e vulnerabilidades, criando um efeito de sentido que comunica uma espécie de "tudo é possível", ainda que a realidade diga o contrário. Trata-se, em última instância, de um discurso que "elimina" o sofrimento e que promete colocar em seu lugar o sucesso.

Passemos ao objeto de análise neste estudo, uma publicidade de uma instituição de ensino superior.

2. A análise do objeto

O presente estudo toma como objeto de análise a "capa" de um vídeo publicitário da instituição Cruzeiro do Sul Virtual, produzida com a finalidade de divulgar os cursos ofertados na modalidade a distância. Trata-se de um texto que articula a linguagem verbal e os elementos visuais. Para os fins deste trabalho, não nos dedicaremos à análise do conteúdo audiovisual, nosso enfoque se será na articulação do plano de conteúdo com o plano de expressão, detendo-nos à imagem em questão. Passemos à análise.



Figura 1 – Peça publicitária da Universidade Cruzeiro do Sul

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=dDdLIFrS8Ws

Quanto ao texto verbal, destaca-se o enunciado que ocupa grande parte do plano visual à esquerda. Ao centro há a figura de um homem jovem, sorridente, trajando roupa casual, o tom da camisa (peça em evidência) é próximo ao tom da fonte usada para a formatação do texto: "Se o tempo voa, decole". A oração subordinada condicional, introduzida pela conjunção "se", faz com que aquilo que se expressa na oração principal, "decole", se revele uma condição necessária.

O enunciador, ao afirmar "Se o tempo voa, decole", assinala um problema, a rápida passagem do tempo; concomitantemente oferece o que seria a solução, decolar. As palavras voar e decolar, pertencentes ao mesmo campo semântico, aqui são performadas por dois "agentes" diferentes: o tempo em si (personificado) e o sujeito para o qual o texto se dirige, aquele que percebe a passagem acelerada do tempo e, por isso, precisa tomar alguma atitude a respeito, no caso, decolar. Palavra que, no contexto de uso, remete tanto à ideia de fazer algo velozmente, quanto à ideia de êxito, de alcançar o sucesso.

Na perspectiva da semiótica, podemos afirmar que aquele que enuncia o texto verbal atua, no nível narrativo, como um destinador-manipulador, que age sobre o sujeito-destinatário impulsionando-o à realização de uma determinada performance. Para isso, é preciso que exista entre essas duas instâncias um contrato estabelecido discursiva e socialmente. Nas palavras de Barros:

> Pode-se dizer que, no fundo, o manipulador *faz-ser*, isto é, com sua ação, de natureza cognitiva, transforma o estado modal do sujeito do estado, transferindo-lhe, por doação, valores modais que o levam a fazer (Barros, 2001, p. 51)

Esses valores modais podem ser o querer, o dever, o poder e o saber. Ao ser dotado desses valores, o sujeito passa a ter a competência para operar determinada transformação de estado que, por sua vez, o tornará um sujeito realizado.

CC BY

No caso em questão, o problema da rápida passagem do tempo indica uma falta do sujeito, o que o torna, por pressuposição, insatisfeito. A partir dessa falta, o destinador opera sobre ele, modalizando-o pelo dever-fazer - atentemos ao verbo no modo imperativo *decole*. Para que isso se dê, ele "oferece" a instituição, que neste discurso é requisito imprescindível para a transformação de estado do sujeito. É a instituição que o tornará competente para decolar, através da atribuição de um saber.

Quanto ao fazer persuasivo, o destinatário é manipulado por tentação (oferecimento de um objeto tido como positivo) e por intimidação (identificação de alguma falta que leve o sujeito a sentir-se no dever de agir). Sobre os objetos, destacam-se o tempo, a juventude e o sucesso, os quais o enunciatário é levado a desejar. A intimidação se mostra na forma como o discurso publicitário identifica uma falta que socialmente não pode existir, o que induz o sujeito ao desejo e/ou à necessidade de repará-la. Para que essa estratégia seja eficaz, como dito, é preciso que esse valor (o tempo) exista no campo social. Desse modo, é possível trazê-lo para o discurso por meio de um conjunto de representações que se materializam nas escolhas linguageiras.

Em termos de valores modais, o sujeito é modalizado pelo *querer e/ou dever-**fazer*** (fazer algo em relação ao tempo); pelo *querer e/ou dever-**saber*** (alcançar o conhecimento acadêmico); pelo *poder-**fazer*** (decolar) para enfim *poder-**ser*** (tornar-se bem sucedido). Nesse percurso, após ter sua performance julgada pelo destinador-manipulador, ele é sancionado positivamente e passa do estado de insatisfação para a satisfação, pois conjunto com os valores desejados: tempo, juventude e sucesso.

O tempo é um objeto com o qual o sujeito se relaciona e, no nível discursivo, engendra o percurso temático figurativo da temporalidade. Essa é uma temática complexa, possível de ser discutida por diferentes pontos de vista, tais como o biológico, o físico, o subjetivo, o filosófico, o político e o psicanalítico, por exemplo. No discurso em questão, o tema atrela-se à formação profissional, ao su-

cesso e à juventude, o que ressalta a dimensão sociopolítica do tempo; o modo como ele é tomado para organizar a vida em sociedade. Além disso, quando se afirma que o tempo voa, reforçando a ideia da sua rápida passagem, enfatiza-se que ele é finito.

Finitude e seu termo oposto, eternidade, são justamente as categorias de base que sustentam o discurso em foco, arranjadas do seguinte modo: eternidade *vs* finitude, sendo a primeira eufórica (valor positivo) e a segunda disfórica (valor negativo).

No nível narrativo, essas categorias são enriquecidas semanticamente e podem ser identificadas na relação que é estabelecida entre destinador-manipulador e sujeito-destinatário a partir da modalização e da relação de objetos. Já no nível discursivo, o tema do tempo é a manifestação dessas categorias, configurando o percurso temático-figurativo da temporalidade, da juventude e da carreira profissional.

Esses percursos, conforme Fiorin (2006), são redes de sentido que materializam as formações discursivas. Estas, por sua vez, são entendidas como "regionalizações no interdiscurso", a forma como os ditos são organizados dentro desse grande espaço. Neste estudo, identificamos as formações discursivas do campo psicossocial e político, ancoradas na ideologia neoliberal.

Na perspectiva do discurso neoliberal um elemento torna-se central, o sujeito; basicamente, o neoliberalismo prega que o sujeito reúne em si todas as condições para se autorrealizar, no entanto, não sem se submeter aos objetos e saberes construídos por esse mesmo discurso. Superar alguma coisa e superar-se constantemente é o ideal neoliberal que o sujeito deve buscar. Como no texto publicitário em foco, em cujo discurso o sujeito ocupa lugar central, sendo convidado a contornar os limites do tempo e a alcançar o sucesso.

CC BY

Sob a perspectiva da psicanálise, o tempo é um assunto multifacetado, porque além do tempo cronológico e biológico, o tempo é subjetivo e não necessariamente "transcorre" de maneira linear.

O tempo subjetivo pode ser encontrado, inclusive, na base dos discursos da sociedade neoliberal, na qual o tempo pode ser gestado de acordo com determinados objetivos. Desse modo, a finitude pode ser admitida ou não. Quando se trata, por exemplo, da venda dos ideais de beleza, o tempo pode ser prolongado ou até mesmo infinito. Quando se trata de produtividade no trabalho, ele é rigidamente mensurável e finito.

No discurso que abordamos, o tempo aparece como limitado, porém esse fato é possível de ser superado, caso o sujeito enunciatário faça aquilo que o sujeito enunciador propõe. Assim sendo, não apenas a limitação do tempo é suplantada, como o enunciatário alcança o êxito.

O plano de expressão no discurso em análise, reflexo do plano de conteúdo, constitui-se dos elementos visuais que compõem o texto. Nele destacamos a presença de cores claras, predominantemente o amarelo e o azul. A nuance pastel dessas cores cria um efeito de suavidade e leveza. O jovem ocupa todo o eixo vertical do espaço central e sorri como se estivesse diante de alguém para ser fotografado. Na margem direita, há a logomarca da instituição e abaixo são descritas as modalidades de ensino ofertadas.

Atrás da imagem do jovem há um fundo azul; trata-se de uma metalinguagem, uma vez que o texto publicitário deixa perceber o *Chroma Key*, uma tela usada para dar tratamento a fotografias e vídeos. Esse recurso endossa a leitura de que o jovem está efetivamente posando.

A imagem deste jovem é uma figura que corporifica, no plano de expressão, o sujeito-destinatário, mostrando-o realizado, conjunto com o objeto-valor desejado. Nessa cena, mostra-se o lugar

aonde chega aquele que, filiando-se ao contrato proposto, realiza a performance de procurar pela instituição, recebendo dela a competência necessária para realizar a transformação de estado. O resultado é essa atmosfera de bem estar, calmamente hedônica.

O efeito cromático conseguido com os tons pastel está em estreita relação com o plano de conteúdo, trazendo para o nível da manifestação os temas da suavidade e, por extensão, da calma. Retomando o tema da finitude do tempo, é possível afirmar que suavidade e calma estabelecem uma oposição em relação a ele. Enquanto a finitude, expressa como aquilo que indica a falta do sujeito, assinala um estado tenso-disfórico, resultado da disjunção com o objeto-valor; a suavidade e a calma apontam para o estado de conjunção, que é eufórico e relaxado. O efeito de sentido alcançado é o da satisfação.

Segundo afirma Barros (2001, p. 45), "A escolha de valores corresponde tanto a uma primeira decisão do sujeito da enunciação, quanto ao discurso que será produzido", por isso podemos afirmar que esses valores são a chave-mestra da persuasão. Entretanto, antes de reconhecermos que esses valores são do enunciador, é preciso destacar que eles são sociais, um efeito ideológico.

Em diálogo com a psicanálise, de acordo com os objetivos inicialmente anunciados, consideramos a ideologia certamente como um produto social, cultural, econômico e político, mas também como um produto que reflete o psiquismo humano, cuja estrutura é essencialmente fantasística.

Como vimos, as fantasias psíquicas se formam desde cedo e, ainda que inconscientes, movimentam o psiquismo do sujeito por toda a vida. Conforme Nasio (2007, p. 10) as fantasias são "(...) um teatro mental catártico que encena a satisfação do desejo e descarrega a sua tenção", ou ainda "(...) a encenação no psiquismo da satisfação de um desejo imperioso que não pode ser saciado na realidade". Desse modo, elas têm estreita relação com o desejo inconsciente; este é resultado de uma falta,

CC BY

da incompletude de todo sujeito. Deseja-se com o intuito de suprir essa falta que, no entanto, é incontornável.

Diante dessa impotência do sujeito, a fantasia surge apaziguando o mal-estar que toda falta causa. A sua força no inconsciente é tão grande que, de acordo com Nasio (2007, p. 16), ela "impregna o corpo do sujeito, regula sua sensibilidade erótica e governa, à sua revelia, o conjunto dos comportamentos afetivos e mesmo sociais". Embora saibamos que todos temos fantasias inconscientes, a "cena" que move cada sujeito é rigorosamente subjetiva, todavia, se pode afirmar em relação a todas as fantasias que elas advêm do encontro com o Outro. Esse encontro fundamental sem o qual não se funda a vida psíquica é marcado pelo prazer e pelo desprazer, pela fantasia de fusão com o Outro e de onipotência que, paulatinamente, vai sendo abalada pelo fatal encontro com a realidade.

A respeito da fantasia de onipotência, ela se caracteriza pelo predomínio da busca do prazer na vida infantil. A criança, ao ser cuidada, não tem consciência de que suas necessidades e desejos são supridos pelo papel que o adulto cuidador tem. Por isso, ao fantasiar o seio (alimento e prazer), por exemplo, crê que o tem pela "força" do seu pensamento; fato que a faz acreditar que o seu desejo atua na e domina a realidade.

Acreditar-se onipotente, quer dizer, capaz de contornar qualquer adversidade por ter em si todas as condições para isso, é uma fantasia que se revela nos discursos de alta performance, pois é justamente essa a "promessa" que eles portam.

Vimos que o discurso da alta performance é um discurso do mundo do trabalho (que, no entanto, não se restringe a ele). Podemos dizer que por meio dele torna-se possível gerenciar o trabalhador, de modo que as relações de poder e de opressão inerentes a esse contrato sejam ocultadas, fazendo parecer que as hierarquias se diluíram. Castro et al. (2021, p. 251) chamam de discurso gerencialis-

ta as práticas de linguagem pautadas em "princípios homogeneizadores de condutas, como gestão de si e meritocracia".

Por conseguinte, no âmbito do trabalho e fora dele

> Propaga-se o gosto pelo desafio, o desejo pelo reconhecimento e a responsabilização individual pelos resultados organizacionais, canalizando-se a energia libidinal e a mobilização psíquica em favor da adesão voluntária aos objetivos organizacionais (Castro et al., 2021, p. 251).

Ora, um discurso que coloca o sujeito no centro de importantes questões, mobilizando sua energia mental e física de modo a vencer diferentes condições adversas, não seria tão facilmente aceito não fosse o fato de portar em si a oferta de um valor; o poder inerente à onipotência. Os discursos de alta performance, ao mesmo tempo em que identificam uma falta e, por isso, convocam o sujeito a agir, o fazem oferecendo um saber específico e também uma imagem ideal do sujeito.

Assim, a manipulação por sedução é uma estratégia recorrente neste tipo de discurso, porque, via de regra, constrói-se uma representação extremamente positiva do sujeito, levando-o ao desejo de entrar em conjunção com essa espécie de miragem de si. Esse sujeito grande, que contorna os problemas e torna-se realizado, é um sujeito não castrado, o sujeito que vê neste contrato discursivo a possibilidade de negar a falta, de apagar a sua própria impotência. Por isso ele age, por isso filia-se docilmente a essa rede de representações, afinal elas ancoram-se na fantasia primeira, rememorando o tempo em que o mundo parecia submetido ao controle do sujeito e ele se percebia fusionado e plenamente integrado ao Outro (ao mundo); neste "estágio" psíquico há a agradável ilusão de que a falta não existe.

CC BY

O tempo, eixo temático central no discurso em análise, é o "agente" castrador por excelência. Tudo na experiência humana é submetido ao tempo: o tempo interrompe o prazer, a experiência do gozo infantil, o tempo retira objetos e insere outros, o tempo atravessa o corpo biológico, as experiências sociais, enfim, ele é de fato incontornável. No discurso em análise, o tempo é dobrado ao sujeito, porque se o tempo voa, o sujeito pode decolar. A falta é tamponada e o sujeito até então castrado pelo tempo, submetido ao seu imperativo, sobrepõe-se a ele. Lembremos do plano de expressão, comunicando a calma e a suavidade, o apaziguamento da tensão.

Poder fazer tudo, poder ter sucesso a qualquer momento, dobrar as limitações que são trazidas pela finitude de todas as experiências humanas, isso é o que parece estar no cerne do discurso de alta performance, independente da área da vida que ele pretende alcançar.

Essa fantasia reflete-se no *ethos* desta peça publicitária. É importante frisar que o *ethos* não é o da instituição em si, porque a voz que enuncia a passagem do tempo é anterior à própria instituição. O efeito alcançado é o de universalidade, de uma voz portadora da verdade, de corpo difuso, que paira acima de todos os discursos. Essa voz é facilmente reconhecida como legítima e até mesmo como uma instância poderosa, mesmo que não se possa precisar o lugar exato que essa instância ocupa socialmente.

É justamente essa imprecisão que torna esse *ethos* tão poderoso e sedutor: assim como as próprias fantasias psíquicas, ele existe e fala, mesmo que não se possa reconhecer de onde. Essa "voz" sem corpo pode ser facilmente identificada pelo sujeito como a voz do próprio pensamento. Está fora, mas é percebida como intimamente própria do sujeito, porque exprime de fato um significante representativo da fantasia psíquica. Corrobora para esse efeito o uso do verbo no tempo presente "se o tempo passa", que aqui, em termos enunciativos, instaura o presente omnitemporal (FIORIN, 2008), fazendo parecer que o tempo da enunciação não é circunscrito a um evento em si ou unicamente a

um aqui e agora, antes se trata de um tempo ilimitado. Este é o tempo por excelência das "verdades eternas".

Considerações finais

Neste estudo analisamos uma peça publicitária da Faculdade Cruzeiro do Sul com o objetivo de identificar os principais recursos argumentativos nela presentes. Desse modo, recorremos à semiótica greimasiana, à noção de *ethos* e de fantasia psíquica. A análise demonstrou que os temas e figuras presentes no discurso (o tempo e o sucesso) expressam a ideologia neoliberal, que propõe a supremacia do sujeito frente às adversidades da vida. O conjunto dos recursos linguageiros, verbais e não verbais, projetam um *ethos* que, embora tenha voz, não tem um corpo preciso. Essa "imagem" é portadora de um discurso verdadeiro, que oferece ao sujeito a oportunidade de contornar obstáculos, valendo-se basicamente do seu desejo (que no caso deve estar em consonância com a adesão à instituição). O obstáculo em questão é a passagem rápida do tempo, que pode inviabilizar a realização profissional do sujeito-enunciatário. Assim, ele é convidado a "decolar" e, então, superar o que aparentemente é insuperável, o tempo. Esse contrato estabelecido entre enunciador e enunciatário acaba por projetar uma imagem super positiva do sujeito, essa imagem, na nossa proposta, é reflexo da fantasia de onipotência, recurso constitutivo do psiquismo humano para dissimular a falta. Essa fantasia, ainda que inconsciente, atua e se faz refletir nas construções simbólicas.

CC BY

Referências

Amossy, R. (2008). O *ethos* na intersecção das disciplinas: Retórica, pragmática, sociologia dos campos. In R. Amossy (Org.), *Imagens de si no discurso: A construção do ethos* (pp. 119–143). Contexto.

Bakhtin, M. (Volochínov). (2012). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec.

Barros, D. L. P. de. (2001). *Teoria do discurso: Fundamentos semióticos* (3ª ed.). Humanitas/FFLCH/USP.

Castro, G. C. de, et al. (2021). Coaching interno: Do discurso gerencialista ao sequestro da subjetividade. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 24*(2), 249–263. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v24i2p249-263

Charaudeau, P. (2008). A propósito do *ethos*. In A. R. Motta & L. Salgado (Orgs.), *Ethos discursivo* (pp. 11–32). Contexto.

Fiorin, J. L. (2006). *Linguagem e ideologia* (8ª ed., 4ª reimpr.). Ática.

Fiorin, J. L. (2008). *A linguagem e a construção do sentido*. Contexto.

Fiorin, J. L. (2016). *Elementos de análise do discurso* (15ª ed., 3ª reimpr.). Contexto.

Freud, S. (2004). Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. 1). Imago. (Trabalho original publicado em 1911).

Freud, S. (2013). *Totem e tabu: Algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. L&PM.

Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2ª ed.). Jorge Zahar Editor.

Lacan, J. (2016). *O seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação*. Jorge Zahar Editor.

Nasio, J.-D. (2007). *A fantasia: O prazer de ler Lacan* (A. Telles & V. Ribeiro, Trads.). Zahar.

Orlandi, E. P. (2020). *Análise de discurso: Princípios & procedimentos* (13ª ed.). Pontes Editores.

CC BY

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a5

Negação e gênero na fala pública brasileira

ANTONIO PABLO MOURA LIMA
pablomoura20@gmail.com

Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil (2020).
Professor de Língua Portuguesa da Rede Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0009-8032-8543

EDGLEY FREIRE TAVARES
edgleyfreire@uern.br

Doutor em Linguística. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil (2015).
Professor Formador do curso de Letras EAD da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1714-4946

SANDSON DE SOUZA COSTA
sandson314@gmail.com

Doutorando em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3505-3869

PALAVRAS-CHAVE:
Fala pública;
Gênero e sexualidade;
#EleNão;
Negação;
Discurso político.

ARTIGO RECEBIDO A:
02/02/2026
ARTIGO APROVADO A:
29/07/2026

RESUMO: Este artigo examina materialidades discursivas da fala pública brasileira com o objetivo de descrever o funcionamento da negação e do negacionismo nas disputas políticas em torno da temática de gênero e sexualidade. O estudo toma como referência o enunciado #EleNão e suas dispersões enunciativas sobre essas pautas, no contexto das eleições presidenciais de 2018, valendo-se de pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos da Análise do Discurso no diálogo com as teses foucaultianas sobre as formas discursivas e as condições históricas de possibilidade dos enunciados. O corpus é constituído por uma série de enunciados que circularam na mídia impressa, televisiva e digital, produzidos por agentes políticos, tal como pronunciamentos e declarações de Jair Bolsonaro a partir de uma matéria da UOL e um depoimento da presidente do PSL Mulher, Mariana Moreira no portal G1. Percebeu-se, por um lado, o funcionamento de uma negação manifesta em enunciados de viés conservador, autoritário e de repúdio à pluralidade de gênero e sexualidade; por outro, uma discursividade de contestação se fez visível no pensamento feminino e/ou LGBTQIA+ como imagem da negação à candidatura presidencial de Jair Bolsonaro e da afirmação de um posicionamento de resistência e de luta pelo respeito à diversidade da experiência subjetiva.

Negation and gender in Brazilian public discourse

ANTONIO PABLO MOURA LIMA
pablomoura20@gmail.com

Master's degree in Language Sciences from Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brazil (2020).
Portuguese Language Teacher in the State Education Network of Rio Grande do Norte, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0009-8032-8543

EDGLEY FREIRE TAVARES
edgleyfreire@uern.br

PhD in Linguistics from Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brazil (2015).
Professor and instructor in the EAD Linguistics program at Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-1714-4946

SANDSON DE SOUZA COSTA
sandson314@gmail.com

PhD candidate in Linguistics at Universidade Federal de São Carlos, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3505-3869

KEYWORDS:
Public speech;
Gender and sexuality;
#EleNão;
Negation;
Political discourse.

ARTICLE RECEIVED ON:
02/02/2026
ARTICLE ACCEPTED ON:
07/29/2026

ABSTRACT: This article examines discursive materialities in Brazilian public discourse with the aim of describing how denial and denialism function in political disputes surrounding the issues of gender and sexuality. The study takes as its reference the utterance #EleNão and its discursive variations on these issues, in the context of the 2018 presidential elections, drawing on theoretical assumptions and methodological procedures from Discourse Analysis in dialogue with Foucaultian theories regarding discursive forms and the historical conditions of possibility for utterances. The corpus consists of a series of statements that circulated in print, television, and digital media, produced by political actors, such as remarks and statements by Jair Bolsonaro from a UOL article and an utterance by the president of PSL Mulher, Mariana Moreira, on the G1 website. On the one hand, we observed the operation of overt negation in utterances characterized by a conservative, authoritarian bias and a rejection of gender and sexual diversity; on the other hand, a discourse of resistance became visible in feminist and/or LGBTQIA+ thought as an expression of rejection of Jair Bolsonaro's presidential candidacy and the affirmation of a stance of resistance and struggle for respect for the diversity of subjective experience.

Introdução

> *É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. É o silêncio que preside essa possibilidade* (Orlandi, 2007).

Este trabalho se ocupa com a proposição de uma análise crítica das discursividades sobre gênero e sexualidade que circularam na fala pública brasileira nos últimos anos. Para tanto, assumimos noções e postulados teóricos, procedimentos e gestos analíticos vinculados à Análise do Discurso em diálogo com as contribuições de Michel Foucault, consagradas à ordem do discurso, no que tange às reflexões sobre linguagem, subjetividade e história para fazerem avançar o entendimento do funcionamento de formações discursivas específicas da cena sociopolítica nacional. O recorte dessa especificidade resulta da interrogação geral na direção das formas e dos sentidos que circularam em nossa contemporaneidade e materializam projetos de governamentalidade em curso no Brasil, sobretudo no contexto dos acontecimentos discursivos em torno do movimento #EleNão, cujo programa tornou-se signo da resistência ao ideário da extrema direita e oposição ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Entendemos como pertinente uma abordagem que considere a constituição, a formulação e a circulação de enunciados produzidos por sujeitos ligados a movimentos sociais, intelectuais, artistas, jornalistas e líderes de partidos políticos. Trata-se, aqui, de sujeitos que ocupam diferentes posições no campo político e social e que, a partir dessas posições, produzem e fazem circular enunciados sobre gênero e sexualidade como objetos de discurso e, por extensão, como questões de interesse coletivo. A noção de fala pública empregada neste trabalho não designa, portanto, toda e qualquer manifestação discursiva tornada pública, tampouco se confunde com o conjunto dos discursos políticos. Ela diz respeito ao domínio de enunciados que, em determinadas condições históricas de produção e circulação, tornam questões relativas aos modos de vida, aos comportamentos, ao gênero e à

CC BY

sexualidade objetos de disputa e intervenção no espaço público. Tal domínio é atravessado por regras que delimitam o que pode ser dito, por quem, em que circunstâncias e mediante quais formas de circulação, constituindo diferentes posições de sujeito e possibilidades de enunciação.

Com efeito, no percurso aqui circunscrito, a definição de *fala pública* ao modo de expressão das relações de saber e poder estabelecidas e em disputa nas práticas de discurso em oposição política, encontra correlação com as teses de Sennett (2014) no que diz respeito ao problema do debate público que é de ordem coletiva e assume diversos significados ao longo do tempo. Nessa descontinuidade, proposta pelo autor, ganha destaque o modo como as feições modernas dos vínculos entre as pessoas impôs a perda de uma fronteira nítida entre as experiências impessoais e íntimas, entre o que seja do domínio público e o que seja da ordem do privado. Em todo caso, o problema é situado pelo sociólogo americano em termos de uma imaginação ou visão íntima da sociedade, da qual resulta a confusão de tratar em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos que deveriam ser tratados no debate político por meio de códigos impessoais e coletivos. Ou seja, criou-se uma tendência ao pensar as necessidades ou as questões coletivas em termos de uma visão pessoal ou por meio de afetos ou dinâmicas de fórum privado.

Essa tendência é, com certa demasia, recorrente na prática política das lideranças brasileiras, na medida em que constroem persuasão e credibilidade enunciando dentro dessa topologia que confunde as fronteiras entre o público e o privado, o que em parte explica a centralidade da temática de gênero e sexualidade em formulações da fala pública. No circuito das linguagens, consequentemente, as propostas de governo e as relações de imagem na política são cada vez mais constituídas por meio de uma semântica atada a assuntos como sexualidade, família, casamento ou relação com filhos, polemizando-se com mais força essa argumentação do que propriamente o pensamento político ao qual se filiaria os projetos de governo. A rigor, o debate público coloca em circulação temas e

CC BY

questões de interesse coletivo, em um campo no qual se articulam diferentes valores, saberes e formas de compreensão da vida social. Nesse processo, aspectos relacionados à vida íntima das pessoas podem ser incorporados à disputa política e passar a constituir objetos de intervenção, sobretudo quando questões relativas a gênero e sexualidade entram na agenda governamental e nas pautas dos movimentos sociais.

Já do ponto de vista do seu funcionamento como uma linguagem, esse dilema próprio da fala pública pode ser compreendido ao considerarmos que

> as práticas de fala pública e as representações do desempenho oratório conhecem uma história pela qual não passaram ilesos os regimes de alocução e as sensibilidades da escuta. Por essa razão, não se pode reduzir a história da fala pública a uma restrita história da retórica. Antes, ela deve se expandir o suficiente para compreender uma história do corpo, dos gestos e da voz do orador e de seu exercício de fala pública, uma história dos dispositivos materiais que produzem, transmitem e registram esse exercício e ainda uma história do público ouvinte, considerando a ampla diversidade de suas recepções e comportamentos (Braga e Piovezani, 2021, p. 2).

Em uma primeira consideração, a fala pública é o modo de expressão e impressão próprio do debate realizado publicamente, relacionado ao estado de visibilidade e aos efeitos produzidos pelos enunciados lidos, ouvidos e vistos. Em outra direção, a fala pública pode ser compreendida como uma discursividade que incide sobre temas constituídos como relevantes para a vida coletiva e que, nesse movimento, participa da produção de determinadas questões como problemas de natureza política. Nessa perspectiva, sua incidência não se restringe às pautas tradicionalmente reconhecidas como próprias da administração da população, como saúde, educação e segurança, alcançando também questões relativas aos comportamentos, aos costumes, às relações de gênero, à sexualidade e aos

modos de vida. Tais questões, ao serem inscritas no debate público, podem articular-se às políticas de saúde, educação e segurança e adquirir diferentes formas de intervenção e regulação da vida coletiva.

O problema situado acima se faz notar pela presença, na direita bolsonarista, de um modo de pensar que nega a união entre pessoas do mesmo sexo. Esse posicionamento político reúne um número expressivo de representantes da oposição ao então Presidente Lula, uma parcela igualmente significativa da sociedade brasileira e parte dos meios de comunicação. Esse negacionismo tem sustentação no ódio às diferenças e numa suposta ilegitimidade e não equidade entre a união homoafetiva e o casamento ou entidade familiar nos termos tradicionais ou hegemônicos. Essa postura reacionária foi condição de possibilidade para vontades de verdade e efeitos de sentido manifestos no Projeto de Lei 5167/2009[1], que versa sobre a não equiparação da união entre pessoas do mesmo sexo ao casamento ou a entidade familiar, PL que ainda anima fortemente os regimes de enunciabilidade conservadores e a visibilidade dada ao gênero e à sexualidade como objetos de discurso e questão de governo.

Selecionamos fragmentos de discurso circunscritos sobretudo ao período das eleições presidenciais no Brasil de 2018, no intuito de descrever como a razão política nacional está ancorada fortemente em problematizações em torno do gênero e da sexualidade. As eleições presidenciais de 2018 tornaram possíveis certas regularidades na fala pública brasileira que intensificaram uma polarização política entre a esquerda (ou mais centralmente identificada ao projeto político do Partido dos Trabalhadores) a extrema direita que viria a conquistar amplo espaço institucional e social com a eleição de Jair Bolsonaro naquele ano (Abranches, 2019). A centralidade do PT nessa polarização relaciona-se à posição que o partido havia ocupado na Presidência da República nos anos anteriores, tornando-se uma referência privilegiada para a construção discursiva do campo adversário. Nesse processo,

1. Proposta pelo Deputado Capitão Assumção (PSB/ES) o PL estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432967. Acesso em 15 jan. 2026.

CC BY

pautas relacionadas ao gênero, à sexualidade, à educação e aos direitos das mulheres foram mobilizadas na produção de diferenças entre projetos políticos, sendo frequentemente associadas ao campo petista e apresentadas, pelos discursos da extrema direita, como marcas de um projeto de sociedade a ser combatido. Desse modo, na próxima seção, analisaremos com maior enfoque as dimensões discursivas presentes no acontecimento[2] em torno da emergência da *hashtag* #EleNão. Na sequência, para ilustrar parte do arquivo dessas enunciabilidades, reproduziremos 10 enunciações de Jair Bolsonaro, então candidato à Presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL), legenda que, naquele contexto, se posicionava no campo da direita e se apresentava como uma das principais bases partidárias de sua candidatura. Consideraremos, ainda, um depoimento de Mariana Moreira, então presidente do PSL Mulher, instância do partido voltada à participação e à organização política de mulheres filiadas à legenda. Isto porque a inclusão desse depoimento permite observar como as disputas discursivas em torno de gênero e sexualidade atravessavam também a própria organização partidária e os modos pelos quais mulheres vinculadas ao campo político bolsonarista se posicionavam diante delas.

2. Orlandi (2012) compreende o acontecimento discursivo como aquilo que, ao irromper em determinadas condições de produção, instaura uma ruptura na continuidade dos sentidos, produzindo deslocamentos na relação entre memória, sujeito e história. O acontecimento não se reduz, portanto, à ocorrência empírica de um fato, ele diz respeito ao modo como este é inscrito na ordem do discurso e passa a produzir novos efeitos de sentido, ao mesmo tempo em que se relaciona com sentidos já constituídos.

1. Da ocorrência e sua enunciação discursiva

O período da campanha eleitoral dos presidenciáveis em 2018 demarca uma espécie de epicentro em torno do qual empreendemos o recorte das fontes discursivas e o gesto de leitura no arquivo[3] apresentado aqui. Esse recorte torna visível uma série de tensões e antagonismos materializados em torno de paradigmas como masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/não heterossexual e suas relações com a razão política. Esse gesto de leitura repercute a análise do discurso proposta por Pêcheux (2010), articulado à ideia foucaultiana de arquivo, para esclarecer que a análise do discurso descreve o funcionamento da memória discursiva em sua condição de acontecimento e leva em conta a articulação entre a língua, compreendida como um sistema sintático aberto à possibilidade de

3. Entendemos o arquivo a partir das concepções de Foucault, 2007.

CC BY

diferentes jogos, e a discursividade, entendida como a inscrição material de efeitos linguísticos na história, constitui o eixo central do trabalho de leitura do arquivo.

A institucionalização do PL 5167/2009 e a pretensão de desvalorização das relações homoafetivas encerram em sua rede de memória, ainda em 2011, dois acontecimentos que fizeram intensificar a emergência de discursos de confronto em referência às questões de gênero e de sexualidade: i) a publicação do "Acórdão", o qual reconheceu a união estável para casais homossexuais; e ii) a interdição da cartilha *Escola sem Homofobia*[4]. Em meio à tensão de discursos políticos sobre esses temas, ergueu-se um ícone opositor à democratização das políticas de gênero e sexualidade: Jair Messias Bolsonaro, deputado federal à época desses dois acontecimentos e candidato à Presidência da República em 2018.

O discurso do parlamentar, naquele momento, materializado em diferentes gêneros como reportagens, panfletos, entrevistas, pronunciamentos oficiais etc., ganhou repercussão nacional na mídia impressa, televisa e virtual. Em uma breve matéria para o site UOL, Rodrigo Rötzsch comenta a polêmica em torno da repercussão ocorrida quando o deputado distribuiu em escolas do Brasil 50 mil panfletos[5] "anti kit gay". Como mostram as breves notas do colunista, o material do deputado tinha como destaque: "querem transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual". Num gesto analítico, a começar pelo sujeito indeterminado do verbo querer, que pode muito bem ressoar como *Eles da esquerda diferentemente de Nós*, todo o conteúdo do material distribuído por Bolsonaro alegava que o Ministério da Educação produziu escritos incentivadores do "homossexualismo" nas escolas públicas, tornando as crianças presas fáceis para toda a sorte de infortúnios. O material elaborado por iniciativa do então deputado deve ser lido em suas condições históricas de inteligibilidade, que incluem o pensamento conservador, a atitude autoritária que tem por premissa e por efeito a exclusão dos sujeitos que pensam e vivem fora dos valores heteronormativos e da negação dessas formas

4. Material do Ministério da Educação, 123 páginas, formato pdf. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

5. Portal UOL. Bolsonaro leva panfleto "antigay" a escolas. Publicado em: 11.05.2011. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1105201118.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

CC BY

divergentes de subjetivação que atravessa a função enunciativa assumida pela extrema direita brasileira. A materialidade, portanto, possibilita mostrar como uma singularidade da prática política[6] brasileira é alçada, muitas vezes, por meio da presença dos efeitos de um pensamento conservador, misógino e excludente próprio do fascismo brasileiro, conforme discutido por Piovezani e Gentile (2020).

Em *Como conversar com um fascista*, Tiburi (2015) analisa as estratégias linguísticas e retóricas mobilizadas pelo sujeito autoritário, como a negação da escuta ou a falta do diálogo com o diferente, considerando que "a operação linguística que implica o outro é impossível para ele" (Tiburi, 2015, p. 24). Além da negação da escuta do dizer do outro, também são traços do autoritarismo a imagem de si de um sujeito que pensa a si mesmo como dono da verdade e a crença de que sua visão de mundo e seu pensamento são os únicos coerentes, necessários e universais. A pensadora brasileira descreve ainda o que convencionou como "ficção do autoritário" – uma espécie de narrativa em que os objetos da realidade já são dados de antemão, destituídos de historicidade e envoltos num determinismo sobre o ser das coisas que estaria centrado e fechado em dado sistema de pensamento. Em sua crítica, a autora anota que os "sistemas de pensamento são sistemas de linguagem. O cerne do pensamento conservador que é, em seu íntimo, opressor está em um pano de fundo linguístico enrijecido" (Tiburi, 2015, p. 25). Assim, importa inferir que, na formação discursiva autoritária e conservadora do mundo, nada do que é dado a conhecer pode ser na diferença, não pode ser de outro modo pensado ou passa a ser destituído do seu devir, sendo por isso negado qualquer outro ponto de vista sobre as coisas. Ou seja, nega-se tudo o que não seja a própria visão autoritária e conservadora do mundo.

6. Chantal Mouffe (2015), ao fazer a crítica dos regimes de governo, pontua a distinção entre o nível ontológico – do ser político, que ela categoricamente afirma ser de ordem antagônica, e o nível ôntico ou da ação política, das materialidades e das práticas, das formulações e dos posicionamentos.

CC BY

Além desse tom autoritário do *ethos*[7] fascista, essa formação discursiva também traz inteligibilidade a posição da Organização Mundial de Saúde, que em 17 de maio de 1990, há 30 anos, retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). A substituição do sufixo "-ismo" por "-idade" é significativa, considerando suas variações e possibilidades de escolhas lexicais para possíveis paráfrases. Isto é, o sufixo "-ismo" muitas vezes é associado a condições patológicas, como "alcoolismo", enquanto o sufixo "-idade" é usado para descrever características naturais ou estados, como em "amizade" ou "felicidade". O uso do termo "homossexualismo", com isso, poderia ser interpretado como sugerindo que a homossexualidade é uma condição patológica ou anormal, associando-a a uma perspectiva médica ou como adoecimento psicossocial do sujeito.

Essa terminologia foi abandonada em grande parte devido ao reconhecimento de que a homossexualidade não é uma doença ou um distúrbio, e, sim uma variante da expressão humana da sexualidade. Não por acaso, o termo escolhido por Bolsonaro incluía o sufixo "-ismo", uso que reforça o valor político de exclusão próprio aos usos linguísticos e da retórica da chamada direita ou extrema direita. Remanência discursiva própria de uma modalidade enunciativa marcadamente negacionista e contrária aos sujeitos homossexuais, uso linguístico próprio de um *ethos* político autoritário e conservador, perspectiva de pensamento reveladora de uma negação do outro, da diferença e de "uma ostentação de seu preconceito, justificado por sua equivalência semântica com o compromisso de proteção à família" (Piovezani & Gentile, 2020, p. 156).

Diante dessas primeiras constatações, tem-se o entendimento de que seja por meio da analítica das formas discursivas o caminho para se realizar a crítica do ser político de que discute Mouffe (2015). A saber, a existência dos conflitos e das necessidades públicas ou políticas não pode ser tomada como já dada e imutável. Entendimento ontológico de certo modo também sinalizado por Fou-

7. Entendemos *ethos* como a imagem de si construída discursivamente pelo sujeito na enunciação, a partir de marcas linguísticas e discursivas que contribuem para produzir determinada representação de sua identidade, de sua posição e de sua autoridade perante os interlocutores.

CC BY

cault (2007) em sua teoria das formações discursivas: trata-se de uma compreensão do discurso como algo que participa da constituição da própria realidade, dos objetos, dos sujeitos e dos saberes, e não apenas como uma forma de representá-los. Ou seja, as formações estabelecem as condições históricas que tornam possível a emergência de determinados objetos, conceitos e posições de sujeito. Pensando por esse viés, é oportuno afirmar que o ser político, a ação política e os posicionamentos sociais em seus modos de vida e diversidade, possuem uma forma e uma materialidade no palco das necessidades humanas e coletivas. Mais especificamente do ponto de vista linguístico, o ser político não preexiste aos enunciados e nem aos sistemas de pensamento que dão forma na fala pública ao modo como tais necessidades são comunicadas e defendidas. A política não é uma substância ou uma essência alheia às transformações no tempo e no espaço, nem podem ser o universal e a mesmidade os signos da realidade e das necessidades coletivas vividas pelas pessoas. Desse modo, o ser político – no tocante à experiência de gênero e sexualidade – não pode ser pensado nem vivido fora da dinâmica histórica do devir, do vir a ser outra coisa ou pensado de outra forma.

Aqui, para dar seguimento ao nosso percurso, é oportuno articular ao que já foi dito uma passagem da *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves. No apêndice ao estudo do advérbio como forma linguística, Neves (2011, p. 285-286) apresenta o funcionamento e os valores linguísticos da negação:

> **1 A natureza do processo**
>
> A negação é uma operação atuante no nível sintático-semântico (no interior do enunciado), bem como no nível pragmático. É um processo formador de sentido, agindo como instrumento de interação dotado de intencionalidade. A negação é, além disso, um recurso argumentativo (ou contra-argumentativo).

> Sendo um modificador, o elemento que opera a negação tem um âmbito de incidência, o que tem sido chamado de escopo. O escopo da negação define-se como o segmento de enunciado em que a negação exerce o seu efeito, ou seja, como o conjunto de conteúdos afetados pelo operador da negação [...].
>
> Merece observação o fato de que o elemento NÃO, além de operador de negação, de uma oração ou de um constituinte, pode funcionar, sozinho, com o estatuto de enunciado negativo, como antônimo de sim, especialmente em contextos de respostas a interrogativas gerais, isto é, interrogativas cuja resposta é exatamente do tipo sim/NÃO [...].

2 O modo de expressão da negação

> 2.1 Dentro do sistema da língua portuguesa, a partícula NÃO é o elemento básico que opera o processo de negação. Outros elementos adverbiais negativos, como NUNCA e JAMAIS, também produzem negação no nível da oração.

A partir dessa caracterização, interessa-nos observar como o funcionamento linguístico da negação se articula às condições discursivas em que os enunciados são produzidos e postos em circulação. Se, no plano da língua, o operador negativo incide sobre determinados conteúdos e participa da organização sintático-semântica e pragmática do enunciado, no plano discursivo essa operação pode produzir relações de oposição, recusa e diferenciação entre posições de sujeito. Essa é articulação entre a materialidade linguística e as condições históricas de sua emergência que situamos a análise dos enunciados negativos que compõem nosso *corpus*.

Se ao nível discursivo as formas de racionalidade manifestas no enunciado funcionam como condições de possibilidade para o dizer, conforme postula Foucault (2007), podemos interrogar os fragmentos discursivos da negação política como a expressão pública da razão autoritária e conservado-

ra. A negação da experiência plural e das formas de liberdade, um "não" inscrito sem cessar na voz de inúmeros intérpretes de um pensamento cuja vontade de verdade baseia-se na exclusão, na mesmidade e numa visão moralizante das condutas sociais.

Tensionando entre os níveis da língua e do discurso, a analítica discursiva articula fragmentos da fala pública e descreve numa espécie de dialética (Orlandi, 1983; Courtine, 2009) os valores da língua (Saussure, 2004; Bagno, 2023) e as funções enunciativas (Foucault, 2007), numa montagem que busca entender os efeitos de sentido em torno dos interesses públicos a partir dos sistemas de pensamento e das correlações de força que os tornaram possíveis de um modo e não de outro. Entre as formas da língua e as formas do discurso não há fronteiras definidas e, sim um funcionamento histórico no qual palavras, expressões, argumentos, ideias, modos de pensar e dizer, em suas materialidades, devem ser observados em suas relações de imagem e de sentido na formação discursiva delimitada como escopo analítico, na dispersão das enunciações em torno de problematizações ou necessidades públicas.

Se por um lado o estranhamento em relação à união homoafetiva e a tentativa de barrar o múltiplo das formas de expressão do gênero e da sexualidade na escola partem de uma negação fortemente presente em alguns projetos de governamentalidade em curso no Brasil, por outro lado, o próprio ser político possibilita outra forma de negação pela via do contradiscurso ou prática de oposição. A contradição e o antagonismo que atravessam a política participam, na fala pública, da produção de diferentes posições discursivas acerca do gênero e da sexualidade. Nesse movimento, os enunciados que se contrapõem a determinadas formas de dizer e de posicionar-se diante dessas questões produzem outras possibilidades de formulação, fazendo circular sentidos que tensionam, recusam ou deslocam aqueles anteriormente estabelecidos. Configura-se, assim, uma espécie de contra-argumentação, materializada na emergência de outras formas de pensar e dizer o gênero e a sexualidade. Nesse

outro arranjo da fala pública, o próprio pensamento autoritário e conservador é o alvo da negação, e passam a ser contestadas as imagens de poder e de saber que propagam a rigidez das formas de vida e de afeto – dando lugar a uma resistência que nega a visão excludente e enfatiza a ideia do acesso plural de mais sujeitos aos bens culturais e materiais.

Nessa perspectiva, a negação assume diferentes dimensões no funcionamento discursivo. No plano linguístico, ela pode ser materializada por operadores como *não*, *nunca* e *jamais*, cuja função e cujo escopo podem ser descritos no interior do sistema da língua. No plano enunciativo, entretanto, a ocorrência de um operador negativo adquire sentido em relação às condições concretas de produção do enunciado, aos sujeitos que ocupam determinada posição e àquilo que é retomado, recusado ou contestado no dizer. A dimensão discursiva emerge nessa articulação: a forma linguística da negação, inscrita em uma situação enunciativa e em determinadas condições históricas, participa da produção de posições e relações de oposição entre discursos. Assim, não tomamos a negação como sinônimo de resistência, nem fazemos da presença de um advérbio negativo a expressão imediata de uma posição política; interessa-nos compreender como determinadas formas linguísticas de negação, quando inscritas em práticas discursivas específicas, podem funcionar na produção de efeitos de resistência.

Em todo caso, os enunciados analisados deslocam aquilo que determinadas posições procuram estabelecer como evidência sobre gênero, sexualidade e modos de vida, fazendo circular outras possibilidades de posicionamento diante dessas questões. A negação, nesse funcionamento, transpassa a dimensão estritamente gramatical e participa de uma prática discursiva de resistência, na medida em que recusa determinados modos de saber e de condução da vida e torna possíveis outras formas de significar as relações de gênero, a sexualidade e o acesso plural aos bens culturais e materiais.

CC BY

2. Os impasses na fala pública sobre gênero e sexualidade

Voltemos uma vez mais ao ano de 2018, época em que Jair Bolsonaro foi candidato à presidência da República e despertou um movimento de oposição à sua candidatura, advindo não só dos LGBTQIA+, posto que incluiu também o movimento feminista e diversos outros movimentos sociais, midiáticos ou artísticos.

Uma das campanhas de contestação pública da candidatura de Bolsonaro – produtora de forte engajamento na mídia, desdobrou-se por meio da *hashtag* #EleNão. Essa forma sintética de negação tornou-se uma regularidade linguística e ao mesmo tempo um ato político de contra-argumentação numa série de formulações que circularam pelo país, dando visibilidade ao pensamento de oposição à candidatura bolsonarista e negando todo o imaginário social e político a ela identificado.

Publicada no jornal *Vermelho* (financiado pelo PcdoB), uma crônica[8] escrita por Alessandra Monterastelli e Mariana Serafini inicia com a citação "O feminismo é o contrário da solidão", atribuída à Márcia Tiburi, filósofa e artista plástica que concorreu ao governo do Rio de Janeiro nas mesmas eleições de 2018. Para as cronistas, a campanha é um posicionamento em que *elas* se opõem a *ele*, e explicam que o uso da forma linguística sintética #EleNão é uma menção ao então candidato do PSL sem citá-lo pelo nome, estratégia linguística que produziu uma singularidade discursiva na fala pública com o objetivo de denunciar o posicionamento reacionário de Bolsonaro e combater a sua candidatura.

A construção sintética fez movimentar uma série de já ditos, espécie de elipse ao nível da memória e das formações discursivas, já que o nome próprio ocultado nas formas da língua é facilmente recuperado na instância do acontecimento discursivo. A referência está pressuposta no valor linguísti-

8. O texto está disponível em: https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/o-feminismo-e-o-contrario-da-solidao-mulheres-unidas-no-elenao/. Acesso em: 10 jan. 2026.

co da *hashtag*[9] composta morfologicamente de pronome (ele) e advérbio (não) e em todo o jogo enunciativo e no domínio associado nos quais vemos erguer-se um pensamento de forte contestação ao ideário conservador e misógino atado a Bolsonaro. Trata-se, portanto, de outro escopo, uma negação que se inscreve na língua e torna visível outra imaginação política, visto que, se por um lado Bolsonaro nunca deixou de negar a condição social e política das mulheres, por outro, com a campanha, elas o colocam em posição referencial para fazer dele metonímia da atitude chauvinista, machista e misógina que estrutura parte da sociedade e do pensamento político nacional.

São esses os termos que possibilitam afirmar o ser político como essencialmente da ordem do antagonismo. São também as condições de possibilidades situadas até aqui a via de interpretação da existência de uma polarização expressa na lógica do "elas contra ele" marcada numa *hashtag* e expressiva do duelo entre formas de pensar os paradigmas sociais. O que não deixa de representar uma polarização de negacionismos, de modo que a negação cujo referente é a imagem de Bolsonaro precisa ser entendida no confronto de ideias e de práticas, visto que estão em jogo visões e modos de enunciação distintos, antagônicos em torno da pauta gênero e sexualidade e sua inscrição como objeto de luta.

Ao mostrar uma correlação possível entre a língua e o discurso como objetos teórico-analíticos, Courtine (2009) recorre à teoria das formações discursivas e mostra como a noção foucaultiana de função enunciativa é oportuna para repensar a tradição analítica por meio da língua como objeto teórico, de modo que se passa a estudar o discurso e a demarcar outra zona de descrição no desenvolvimento da racionalidade linguística. Da conclusão geral desse comentário sobre as teses foucaultianas, ainda consideramos que

9. De acordo com Silveira (2017), na perspectiva da Análise do Discurso, a *hashtag* ultrapassa sua função técnica de simples etiqueta de indexação (um *link*) e atua como um recurso argumentativo ou "palavra-argumento". Nesse caso, ela funciona como uma forma de interpretação, resposta e arregimentação de discursos em espaços enunciativos informatizados (como o *X* – antigo *Twitter*), mobilizando memórias discursivas (pré-discursos) e marcando a tomada de posição ideológica dos sujeitos em meio a interlocuções polêmicas.

CC BY

> a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, consequentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: *como* apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (Foucault, 2007, p. 30).

É esse como que nos leva a entender a materialidade do NÃO pela perspectiva semântica e pragmática, de modo a observar o escopo da negação ao mesmo tempo como valor linguístico só possível por meio de uma função enunciativa e aos jogos de linguagem nela implicados. Em outros termos, é preciso entender que na formulação da *hashtag* o constituinte ELE é determinado ao mesmo tempo pelo operador da negação ao nível da língua e por uma razão política de contestação ao nível histórico discursivo, tornando visível uma potência de sentido que faz emergir um pensamento progressista e contestador de todo o imaginário ligado ao bolsonarismo. Encontramos, desse modo, uma das estruturas mais significativas da fala pública brasileira: a negação, resguardando-se as diferenças ideológicas, de saber e de poder das fontes ou enunciados descritos e os próprios limites desta análise. Em todo caso, o como da negação empreendida pela campanha *#EleNão* é um totalmente diferente do *negar* constitutivo do bolsonarismo, se observadas as formas da língua e as formas do discurso.

O discurso deve ser entendido como um conjunto de enunciados numa formação discursiva, regida por regras de uma prática discursiva (Foucault, 2007) que torna possível o estabelecimento de correlações e séries entre enunciados, além de certas unidades e regularidades. Esse efeito de conjunto, operação de método, já que implica recorte e seleção de fontes ou documentos, provoca o linguista a observar as racionalidades ou sistemas de saber como condições de possibilidade e de transformação dos enunciados no arquivo.

Nos jogos de linguagem em transformação ou descontinuidades, discursividades tornam possíveis outras discursividades. Foucault (2007) nos propõe a olhar entre os enunciados o funcionamento da *correlação*, quase ao modo estruturalista clássico, pois cada enunciado institui seu valor de verdade ao materializar um saber ou uma forma de pensar na dispersão do arquivo, na diferença em relação a outros sistemas de pensamento e jogos de linguagem nas formações discursivas. Como estamos vendo, os jogos de oposição da estrutura e do acontecimento discursivo vão além dos valores próprios ao sistema da língua, posto que são instituídos pela linguagem e pela prática política, pelas posições sujeito e pela história, a exemplo dessas múltiplas formas de negacionismo na fala pública brasileira. Dito de outro modo, a estrutura diz respeito às condições de possibilidade que regulam a emergência, a circulação e a transformação dos enunciados em determinado campo discursivo; o acontecimento, por sua vez, remete à irrupção singular de um enunciado em uma rede histórica de relações, produzindo deslocamentos, retomadas e novas possibilidades de dizer.

Na dispersão do arquivo, a campanha contra a candidatura bolsonarista rapidamente fez surgir um correlato, um avesso de forma e sentido. Sob a forma de uma tensão entre o sim e o não, encontramos no portal *G1* uma matéria[10] assinada por Natacha Cortêz ilustrativa dessa polarização de posicionamentos. Sobre a campanha de contestação à candidatura de Bolsonaro presidente, a matéria afirma manifestar-se ali a força de um movimento suprapartidário e uma revolução orquestrada, sobretudo por mulheres contra o fascismo. Destacando o contexto digital de emergência da campanha apoiada por milhões de mulheres no Brasil e em outras partes do mundo, a matéria informa sobre uma série de passeatas que ocorreram em cidades do Brasil e em outros países como França e Alemanha, sustentando e ampliando a negação, por meio das emblemáticas *hashtags* #EleNão, #EleNunca e #EleJamais. A contestação da candidatura à presidência de um homem que segundo a matéria é considerada por alguns uma ameaça à manutenção dos direitos humanos.

10. Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2018/09/elenao-e-elesim-o-que-representam-os-movimento-de-mulheres-contra-e-pro-bolsonaro.html. Acesso em: 10 jan. 2026.

CC BY

Em sua progressão temática e argumentativa a postagem opera um deslocamento e passa a se referir às mulheres que apoiam Bolsonaro, tidas como aquelas que estão do outro lado da ponte, igualmente organizadas em grupos do *Facebook* de apoio à candidatura bolsonarista. Sem perder de vista a descrição da negação proposta por Neves (2011), é fácil observar como a matéria torna visível os jogos de argumentação ou contra-argumentação, já que o escopo da negação é múltiplo e envolve também o posicionamento de mulheres identificadas com Bolsonaro por meio de *hashtags* como #EleSim e #EleSempre.

A matéria traz o depoimento de Mariana Moreira, advogada e na época presidente do PSL Mulher do Vale do Paraíba, uma das apoiadoras à candidatura presidencial de Bolsonaro em 2018. Na visão dela, o apoio feminino a Bolsonaro se justifica em primeiro plano por valores da experiência íntima na direção moral, ética e da honestidade pelo exemplo pessoal, pois segundo a advogada ouvida, o então deputado do PSL seria o único com um projeto de governo para toda uma nação e não para grupos, "as tais minorias", como a própria reproduz durante a entrevista. Ainda que o signo da identificação seja próprio de toda prática política, estamos de acordo com a observação de Piovezani e Gentile (2020, p. 28) a respeito de uma linguagem fascista no Brasil: "a crença na irracionalidade das massas e a necessidade de lhes impor um líder e um salvador são outros dois traços do fascismo".

Em outra matéria para o portal *Universa da UOL*[11], a mesma Natasha Cortêz investe em uma estratégia argumentativa pautada em estatísticas, depoimentos e dados de pesquisas de intenção de votos. A direção semântica dessa vez aponta para possíveis razões da adesão de parte do eleitorado feminino brasileiro identificada com Bolsonaro, por exemplo, dados de junho de 2018 que simulou o embate eleitoral entre o presidenciável do PSL e Lula. A matéria apoia-se numa pesquisa da *Datafolha* que sugeriu a rejeição à candidatura de Bolsonaro estar concentrada entre as mulheres e as pessoas de baixa renda, e que apenas 11% das mulheres entrevistadas declararam votar em Bolsonaro, per-

11. Matéria do dia 11.06.2018 e disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/11/por-que-estas-mulheres-vao-dar-seu-voto-a-bolsonaro.htm.

centual dobrado entre os homens, pois 23% dos entrevistados disseram apoiar o então candidato de direta.

A matéria segue comentando o laço de identificação entre algumas das eleitoras entrevistadas pelo portal *Universa* e o candidato do PSL. Ao fazer retornar da memória discursiva parte desta série de declarações de Bolsonaro:

> "Eu jamais ia estuprar você, porque você não merece"; (frase dirigida à deputada Maria do Rosário nos corredores da Câmara, em 2003).
>
> "O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?" (participação no Programa Popular, da TV Câmara, em 2010).
>
> "Querem transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual" (panfletos anti kit gay, 2011).
>
> "Ô Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja" (perguntado por Preta Gil sobre o que acharia se um filho dele se casasse com uma negra, no programa "CQC", em 2011).
>
> "Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo"; "seria incapaz" [de amar um filho homossexual] e acrescentou que ter um casal gay como vizinho desvaloriza imóveis. "Sim, desvaloriza! Se eles andarem de mãos dadas, derem beijinho, vai desvalorizar", declarou. "Não sou obrigado a gostar de ninguém. Tenho que respeitar, mas, gostar, eu não gosto" (em entrevista à Revista Playboy, em 2011).
>
> "Por isso o cara paga menos para a mulher, porque ela engravida; quando [a mulher] voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses", afirmou. "Quem vai pagar a conta? É o empregador" (entrevista ao Jornal Zero Hora, em 2014).
>
> "Você é uma idiota, você é uma analfabeta, está censurada" (declaração feita ao ser entrevistado pela repórter Manuela Borges da Rede TV, em 2015).

> "Espero que acabe hoje, infartada ou com câncer" (Fala dita no julgamento do impeachment da presidenta Dilma, em 2016).
>
> "Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. Aí no quinto dei uma fraquejada e veio uma mulher" (durante palestra no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, em 2017)[12].

12. A compilação reproduzida é apenas retomada em partes na matéria analisada.

Na materialidade desses enunciados, a desqualificação do outro é operada por meio de deslizamentos de sentido que inscrevem o locutor em uma posição de autoridade inquestionável. Dito de outro modo, ao associar o nascimento de uma filha a uma "fraquejada" ou ao condicionar a violência sexual a um "merecimento", o discurso reduz a mulher a um corpo objetificado, cuja presença no espaço público deve ser interditada ("está censurada") ou penalizada economicamente ("paga menos"). Movimento semelhante ocorre ao responder sobre o casamento com uma mulher negra utilizando o significante "promiscuidade", acionando um pré-discurso racista que marginaliza o sujeito sem precisar assumir a injúria racial de forma explícita.

A hostilidade direcionada à população LGBTQIA+ e aos opositores políticos consolida essa pedagogia da eliminação. Expressões como "leva um couro" e a preferência pela morte do filho instauram a violência física como método corretivo, enquanto a associação de casais gays à desvalorização de imóveis converte a aversão moral em ameaça ao patrimônio. O uso reiterado de termos ligados à doença e à morte ("infartada ou com câncer") põe em evidência um funcionamento discursivo voltado ao extermínio simbólico do divergente. Essa agressividade latente na superfície linguística atua como um operador político direto, arregimentando interlocutores que se reconhecem e se filiam a essa mesma memória autoritária.

A autora da matéria vai tecendo os fios de uma contradição visível, inclusive pressuposta no depoimento da mesma advogada citada na matéria anterior. A seguir, trecho retirado da segunda matéria.

CC BY

> "Já votei no Bolsonaro como deputado nos dois últimos pleitos. Rola uma identificação de ideias. Depois, levo em consideração a idoneidade. Quero um próximo presidente que não seja corrupto. As pessoas acham que por eu ser mulher e negra, não posso apoiar Bolsonaro. A proposta de castração química para estupradores me agrada muito. Sou também a favor da liberação do porte de armas. Como o Estado não consegue suprir totalmente a nossa segurança, quero ter o direito de proteger minha propriedade e vida. E não vai ser tipo ir no supermercado, comprar uma arma e virar um *bang bang*. Vai haver uma política pública. Se porventura um homem tentar me estuprar e estou armada, a possibilidade de eu ser violentada é mínima. Leis não protegem ninguém. Sobre as declarações dele encaradas como machismo, pra mim é só brincadeira. No caso da Maria do Rosário, é questão de ação e reação. Como um cara com projetos para defender a mulher, como a castração química, pode ser machista?!" (Mariana Moreira, 32 anos, advogada e presidente do PSL Mulher no Vale do Paraíba).

O depoimento conclui-se colocando em dúvida as imagens negativas atribuídas a Bolsonaro, abertamente e amplamente assumidas por ele em várias declarações ao longo do seu percurso político. O saber que faz imagem de machista, misógino e racista de Bolsonaro é abertamente contestado pela entrevistada. Como se materializa isso?

É oportuno considerar que as formas e os sentidos se constituem na contradição, dada a abertura do simbólico/imaginário e a incompletude do real do discurso e da história (Orlandi, 2017). Contudo, os percursos sociais do sentido buscam a todo momento construir um efeito de fechamento e fundar uma interpretação pretensamente inequívoca. Já que essa abertura, apesar de legitimar a possibilidade do sentido ser outro, não autoriza o sentido a ser qualquer um. A validação e a coerência de um enunciado se fazem na história, na relação do dito com outros ditos anteriores e posteriores, percurso referencial possível de sentido e de valor linguístico discursivo em três direções: i) pela continuidade e consagração de uma imagem ou saber já enunciados, produzindo a forma de uma redundância, ii) pela ampliação desse saber retomado, instituindo uma primeira forma de desconti-

CC BY

nuidade, ou iii) pelo efeito de maior ruptura ou desarticulação de um saber ou imagem já instituídos no arquivo ou memória discursiva, produzindo uma segunda forma de descontinuidade mais efetiva.

Desse modo, uma pressuposta aceitação da contradição organiza o depoimento da filiada do PSL. É preciso frisar ainda: a matéria articula o efeito dessa contradição, apesar da irrefutável visibilidade e recorrência da postura agressiva de Bolsonaro contra mulheres, povos indígenas, negros e a comunidade LGBTQIA+. Apesar dessa visibilidade já bastante documentada, as convicções partidárias da advogada a fazem enunciar uma imagem de Bolsonaro como um político que representa as mulheres. Aqui, evidencia-se a incompletude do sujeito e do sentido por meio do que Orlandi (2017) nomeia de jogo metafórico, funcionamento no qual os sentidos se deslocam por meio de uma palavra e outra ou na relação de uma palavra com outra. Jogo de linguagem que nos faz lembrar "da divisão dos sujeitos, da divisão entre sujeitos e de que não há coincidência entre sujeito e sentido, entre o sujeito consigo mesmo" (Orlandi, 2017, p.20).

Notemos outra vez o negacionismo tomando forma quando a entrevistada nega os efeitos machistas e misóginos das declarações de Bolsonaro e busca reverter em sua fala a crítica empreendida pelo pensamento feminino ou progressista. Além de levar para o plano do jocoso e do eufemismo a atitude autoritária e violenta das declarações de Bolsonaro, pois tudo não passaria de uma brincadeira, Mariana Moreira chega a defender a declaração dada por Bolsonaro a Maria do Rosário.

Esse engajamento nos faz observar a intricada relação entre linguagem e subjetividade pela via da ideologia, do saber e do inconsciente, já que o sujeito e os sentidos ou os jogos referenciais por ele produzidos são constituídos na e pela linguagem, no equívoco e na contradição, sem estabilidade *a priori* ou universal, constituídos metaforicamente pelas posições e oposições enunciativas. Como atesta Orlandi (2017), o desenvolvimento das teorias da enunciação fez avançar na crítica discursiva

o aspecto da constituição do sujeito nas e pelas formas do dizer. Do diálogo com a renomada linguista, vale reproduzir o acréscimo por ela feito sobre o efeito metafórico do funcionamento das discursividades, pois é preciso considerar também o efeito metonímico, visto que palavras conversam com outras palavras. Aspecto complementar a esse é a relação entre linguagem e subjetividade. Em Foucault (2007), o sujeito que fala e escuta não constitui um ponto exterior às práticas discursivas, mas ocupa posições historicamente determinadas pelas relações entre saber, poder e formas de racionalidade. Os enunciados, desse modo, são produzidos a partir de condições que antecedem o sujeito individual e que delimitam as possibilidades de enunciação em determinado campo discursivo. O sujeito falante formula seus enunciados em relação a saberes, memórias e enunciados anteriormente produzidos, inscrevendo-se em uma rede discursiva que condiciona tanto aquilo que pode ser dito quanto as posições a partir das quais se pode dizer. Não se trata, portanto, de negar ao sujeito qualquer participação na produção dos sentidos, mas de deslocar a análise da intenção individual para as condições históricas e discursivas que tornam possível determinada enunciação.

Articulando a posição desses dois autores, resguardadas as diferenças, há um exterior histórico da ordem do saber ou da ideologia que regula os regimes de enunciabilidade assumidos pelos sujeitos na fala pública. Não se alude aqui à prisão do dizer ou à finitude da liberdade de expressão na subjetividade, mas sim, ao plano da constituição histórica do dizer. O saber e a ideologia interferindo como um já lá da memória discursiva e do interdiscurso que torna possível nos jogos da repetição e da diferença as novas práticas discursivas. Em outras palavras, do lugar em que o sujeito pensa, o sujeito já é pensado ainda que exista a possibilidade de pensar diferentemente dentro de um campo de regularidades discursivas.

CC BY

Há regras historicamente formalizadas de como enunciar o político e produzir enunciados válidos e coerentes sobre aquilo que desponta no tempo e no espaço como necessidade política ou questão coletiva relevante. A exemplo das formas de negacionismo aqui apresentadas, uma gramática da expressão no debate público deve ser objeto ininterrupto da crítica realizada pelo linguista, deve fazer parte do seu ofício a interrogação das regras linguísticas e discursivas de constituição das imagens de saber e poder que se fazem regulares na fala pública.

Considerações do percurso analítico

De todo modo, a problematização das formas de indexação da experiência de gênero e sexualidade no debate público como uma questão política é cerne de projetos de governamentalidade, como foi possível mostrar.

Em curso vemos uma gramática do discurso que institui valores pela velha marcação de um *Nós versus Eles*, representativa do ser político, mais especificamente, do funcionamento do negacionismo como aspecto regular na política pública brasileira. No gesto de leitura aqui empreendido, manteve-se em mira o que disse Foucault (2007) sobre a descrição do enunciado como a análise do discurso no arquivo. Ao olhar para algumas fontes históricas dessa prática e para o *como* dessas formas de negacionismo no debate público nacional, interrogamos a temática de gênero e sexualidade na direção das suas condições de possibilidade, como também dizia Foucault (2007), levando-se em conta um a priori histórico, o das formas de racionalidade e pensamento que estruturam antes a possibilidade do dizer e do dito.

Nos jogos de linguagem aqui articulados e descritos, são perceptíveis as tensões das modalidades enunciativas, as estratégias argumentativas e as relações de imagem e sentido ou o campo referencial que dão a tônica da experiência de gênero e sexualidade como objeto discursivo político. Na fala pú-

CC BY

blica a palavra e a significação são disputadas. As formas discursivas políticas são antes de tudo antagônicas, como esclareceu também Cattelan (2019, p. 194), ao estudar o uso da negação nos discursos políticos: "por mais que a negação possua nuances estruturais diferentes, aplicando-se a um sintagma ou a uma pressuposição, o fio interdiscursivo que a constitui faz dois discursos colidirem: um que afirma e outro que nega".

O acontecimento #EleNão propagou-se fortemente no contexto das eleições de 2018 e atualizou com vivacidade uma luta muito antiga e atual das mulheres adeptas ao movimento feminista. De acordo com a Carta Capital 2018[13], em poucos dias, mais de 2,5 milhões aderiram ao grupo oficial do movimento #EleNão no *Facebook*. Isso sem somar nenhuma das agremiações semelhantes criadas por agentes diversos do movimento LGBTQIA+ ou a adesão a outras manifestações do movimento nas redes sociais e nas ruas. O movimento partia de brasileiros, especialmente, das mulheres, cuja situação ocupa a 5ª colocação no *ranking* mundial de assassinatos no mapa mundial da violência. Além disso, a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada e, entre 190 países ranqueados por representatividade política feminina, o Brasil ocupa 152ª posição[14].

Após a propagação do movimento #EleNão, observou-se com uma intensa circulação de materialidades nas mídias impressa, televisiva e virtual, intensificando um duelo político sobre gênero e sexualidade mobilizador de posições-sujeito e distintas vontades de verdade, provenientes de diferentes modos de pensar a política e o governo. O acontecimento #EleNão foi representativo da circulação de enunciados que marcaram o repúdio à candidatura de um representante da direita, com isso, uma série de dizeres legitimaram e tornaram o movimento um símbolo da luta pela pluralidade das formas de expressar a vida.

13. Portal Carta Capital. Matéria sobre o movimento #EleNão. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/elenao. Acesso em: 10 jan. 2026.

14. Portal Carta Capital. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/elenao. Acesso em: 10 jan. 2026.

CC BY

Referências bibliográficas

Abranches, S. (2019). Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In S. Abranches, M. M. Domingues, M. L. V. de Souza, C. Dunker, et al., *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 70–80). Companhia das Letras.

Bagno, M. (2023). *Uma história da linguística: Tomo 2: Do século XIX ao limiar do século XX* (1ª ed.). Parábola Editorial.

Braga, A., & Piovezani, C. (2021). Discursos sobre a fala feminina no Brasil contemporâneo. *Revista da ABRALIN, 19*(1), 1–19. https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1694

Cattelan, J. C. (2019). Negação e resistência: #EleNão. *Polifonia, 26*(43), 186–208. https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7457

Courtine, J.-J. (2009). *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos*. EdUFSCar.

Foucault, M. (2007). *A arqueologia do saber* (7ª ed.). Forense Universitária.

Mouffe, C. (2015). *Sobre o político* (1ª ed.). WMF Martins Fontes.

Neves, M. H. de M. (2011). *Gramática de usos do português* (2ª ed.). Editora UNESP.

Orlandi, E. P. (1983). *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*. Brasiliense.

Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos* (6ª ed.). Editora da UNICAMP.

Orlandi, E. P. (2012). *Discurso em análise: Sujeito, sentido e ideologia* (2ª ed.). Pontes.

Orlandi, E. P. (2017). *Eu, tu, ele: Discurso e real da história* (2ª ed.). Pontes.

Pêcheux, M. (2010). Ler o arquivo hoje. In E. P. Orlandi (Org.), *Gestos de leitura: Da história no discurso* (pp. 49–59). Editora da UNICAMP.

Piovezani, C., & Gentile, E. (2020). *A linguagem fascista* (1ª ed.). Hedra.

Saussure, F. de. (2004). Sobre a essência dupla da linguagem. In F. de Saussure, *Escritos de linguística geral* (pp. 19–80). Cultrix.

Sennett, R. (2014). *O declínio do homem público*. Record.

Silveira, J. da. (2018). Hashtag e argumentação: Proposta para o ensino de escrita e leitura em textualidades digitais. *Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, 21*(41), 218–224. https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/5764

Tiburi, M. (2015). *Como conversar com um fascista*. Record.

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a6

Analyse discursive des communautés émotionnelles dans le procès contre Flaubert

RENATA AIALA DE MELLO
demello.renata@gmail.com

Docteure en linguistique de l'Universidade Federal de Minas Gerais, Brésil (2016).
Professeure associée à l'Universidade Federal da Bahia, Brésil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-8421-1328

MOTS-CLÉS :
Flaubert;
Procès littéraire;
Analyse du discours;
Rhétorique;
Communautés émotionnelles.

ARTICLE REÇU LE :
25/02/2026
ARTICLE ACCEPTÉ LE :
29/07/2026

RÉSUMÉ : On propose une approche interdisciplinaire, intégrant des éléments discursifs, rhétoriques et historiques dans le corpus sélectionné. On s'appuie sur le concept d'*éthos* élaboré par Aristote puis repris par Maingueneau et Amossy, ainsi que le concept de *pathos*, adopté par Charaudeau et Plantin. On mobilise également des outils clés de l'ADF, à travers une analyse qualitative et une critique interne et externe des sources, ainsi qu'une analyse du contenu. En outre, on emploie la notion de communautés émotionnelles proposée par l'historienne Rosenwein. Ces concepts nous aident à interpréter les identités représentées, le rôle des interlocuteurs et les procédés mis en œuvre dans le procès intenté contre Flaubert. On voit que les avocats – Me Sénard et Me Pinard – recourent aux communautés émotionnelles auxquelles ils appartiennent et à des discours associés aux croyances soutenues par la doxa de leur espace-temps. L'accusation soutient que le roman encourage l'adultère et induit les jeunes lecteurs en erreur. La défense argumente que le roman est un récit édifiant et exemplaire sur une femme malheureuse qui cherche une évasion de sa vie monotone. On expose le modus operandi discursif des deux avocats dans l'utilisation des émotions ainsi que leurs déplacements entre les communautés émotionnelles. Cette analyse du procès contre Flaubert a enfin pour but de mieux comprendre la société bourgeoise française du XIXe siècle, ses modes de penser et de sentir et ses limites morales, éthiques et esthétiques.

CC BY

Discursive analysis of emotional communities in Flaubert's trial

RENATA AIALA DE MELLO
demello.renata@gmail.com

PhD in Linguistics from Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil (2016).
Associate Professor at Universidade Federal da Bahia, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-8421-1328

KEYWORDS:
Flaubert;
Literary trial;
Discourse analysis;
Rhetoric;
Emotional communities.

ARTICLE RECEIVED ON:
02/25/2026
ARTICLE ACCEPTED ON:
07/29/2026

ABSTRACT: We propose an interdisciplinary approach, integrating discursive, rhetorical, and historical elements into the selected corpus. We rely on the concept of *ethos* developed by Aristotle and later adopted by Maingueneau and Amossy, as well as the concept of *pathos*, adopted by Charaudeau and Plantin. We also use some key tools of the French discursive analysis, through a qualitative analysis and an internal and external critique of the sources, as well as a content analysis. Furthermore, we employ the notion of emotional communities proposed by the historian Rosenwein. These concepts help us interpret the represented identities, the role of the interlocutors, and the procedures implemented in the trial against Flaubert. We see that the lawyers – Me Sénard and Me Pinard – resort to the emotional communities to which they belong and to discourses associated with the beliefs upheld by the doxa of their time-space. The prosecution argues that the novel encourages adultery and misleads young readers. The defence argues that the novel is an edifying and exemplary tale about an unhappy woman seeking an escape from her monotonous life. The discursive modus operandi of the two lawyers in the use of emotions, as well as their movements between emotional communities, is uncovered. This analysis of the trial against Flaubert ultimately aims to better understand the French bourgeois society of the 19th century, its ways of thinking and feeling, and its moral, ethical, and aesthetic limits.

CC BY

Introduction

La publication en feuilleton du roman *Madame Bovary* : *mœurs de province* en 1856 a abouti à un procès judiciaire contre son auteur – Gustave Flaubert –, contre les éditeurs de la *Revue de Paris* et contre la protagoniste Emma Bovary en 1857. Ils sont tous accusés d'obscénité et de blasphème, plus précisément d'avoir « outragé la morale publique, les bonnes mœurs et la religion ». (Flaubert, 1951 : 615). Le roman se transforme alors en un élément crucial joint au dossier de la procédure, devenant le centre des discussions et des effets de pathémisation. Ce terme vient de la notion rhétorique du *pathos*, c'est-à-dire la dimension émotionnelle de l'argumentation. Les effets de pathémisation désignent les effets émotionnels qu'un discours cherche à provoquer, susciter ou favoriser chez le destinataire.

On accuse Flaubert, ses éditeurs et la protagoniste de soulever des émotions inappropriées et/ou déplacées, de provoquer des perceptions affectives susceptibles d'empêcher la mise en pratique considérée correcte des règles morales et sociales dans le roman et aussi dans la société française du XIX^{e} siècle. Conjointement, dans la Cour de Justice, on constate de fortes émotions présentes et suscitées dans les exposés des avocats en faveur et contre les inculpés. Il est important de souligner que les discours émotifs des avocats ne dépendent pas seulement des différents sens qu'ils explicitent et évoquent ; l'expressivité est dénotée à la fois comme une manifestation de l'intériorité (leurs subjectivités) et aussi de l'extériorité (leurs objectivités), toutes les deux encadrées par le contexte sociodiscursif et par leurs communautés émotionnelles.

Devant le Tribunal Correctionnel de Paris, le romancier est représenté par son avocat, Maître Antoine Marie Jules Sénard, et le Ministère Public par Maître Pierre Ernest Pinard. Avec le but de soutenir leurs allégations et aussi d'émouvoir et de persuader le jury, les deux avocats organisent les thèmes à débattre, observent leurs enchaînements, utilisent des stratégies rhétoriques et argumenta-

CC BY

tives, agencent les modes discursifs en les entremêlant, sélectionnent des mots et des recours prosodiques et se servent des savoirs de croyances, c'est-à-dire, des connaissances ou représentations que les individus considèrent comme vraies ou acceptables et construisent une certaine représentation du monde[1]. Tout cela lié et mêlé aux communautés émotionnelles auxquelles les impliqués appartiennent tant dans l'univers du roman que dans l'extradiégétique du procès.

1. Les savoirs de croyances se distinguent des savoirs de connaissance, qui reposent davantage sur des faits vérifiables, des données ou des procédures permettant d'établir leur validité.

D'une part, l'accusation essaie de condamner Flaubert, invoquant par exemple que son œuvre incite à l'infidélité et à l'obscénité, ce qui est considéré scandaleux, dangereux, répugnant et corrompu. En effet, à travers un miroitement, cela pourrait discursif, social et moralement, influencer négativement ceux qui le lisent. Cette déviation, selon Pinard, est provoquée par l'histoire de quelqu'un qui incarne un ensemble de valeurs méprisables. Emma Bovary y est décrite comme lascive, luxurieuse et adultère, une femme qui dépensait des sommes exorbitantes en choses futiles, une destructrice de foyers, irrespectueuse des choses sacrées et qui ne se repent de rien de ce qu'elle a fait :

> Les amants arrivent jusqu'aux limites extrêmes de la volupté ! [...] elle rentra au foyer domestique, à ce foyer où elle devait trouver un mari qui l'adorait, après sa première faute, après ce premier adultère, après cette première chute, est-ce le remords, le sentiment du remords qu'elle éprouve, au regard de ce mari trompé qui l'adorait ? Non ! le front haut, elle rentra en glorifiant l'adultère. Ce que l'auteur vous montre, c'est la poésie de l'adultère, et je vous demande encore une fois si ces pages lascives ne sont pas d'une immoralité profonde !!! (Pinard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 615-633)

Pour sa part et paradoxalement, la défense, tout au long de son discours, essaye de prouver que le livre de Flaubert est bien moral pour les mêmes raisons que celles énumérées dans le réquisitoire. Sénard affirme que *Madame Bovary* est un roman exemplaire, édifiant, sérieux et généreux qui ra-

conte le récit d'une femme malheureuse et de pratiques douteuses qui cherche dans sa vie mondaine et dans la littérature des aventures amoureuses, un refuge pour s'échapper de sa vie monotone :

> M. Gustave Flaubert est auprès de moi ; il affirme devant vous qu'il a fait un livre *honnête* ; il affirme devant vous que la pensée de son livre, depuis la première ligne jusqu'à la dernière, est une *pensée morale, religieuse* [...] cette œuvre nouvelle, en même temps si morale et si utile [...] Cette jeune fille, on la présente constamment comme lascive ? Mais non ! [...] Emma a cherché le bonheur dans l'adultère, la malheureuse ! (Sénard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 634-681)

D'après la défense et à l'opposé de ce que l'accusation soutient que l'histoire racontée par Flaubert n'est pas immorale, elle est justement bien moralisatrice. Sans avoir la prétention d'offenser qui que ce soit, Sénard affirme que le romancier montre au long du texte qu'Emma Bovary, considérée coupable aux yeux de la société, paie pour ses erreurs avec beaucoup de souffrance et avec une mort pleine de douleur et d'angoisse.

Ces mises-en-scène des/entre les avocats (et de ceux-ci avec le jury et les juges) nous permettent d'analyser discursivement quelques communautés émotionnelles y présentes. Dans cet événement discursif duquel on participe en tant que lecteurs ultérieurs et lointains, les sujets y impliqués s'approprient la langue, s'instaurent comme énonciateurs et, par conséquent (et concomitamment), instaurent l'autre comme énonciataire, présentant leurs positions morales, bref, leurs lectures du roman et de ses personnages, des mœurs, de l'art, enfin, du monde.

Avec l'analyse discursive des signes linguistiques et énonciatifs, tels que les vestiges lexicaux, sémantiques, argumentatifs et persuasifs, on pointe vers les émotions et les communautés émotionnelles présentes dans le corpus. Par le biais de l'analyse du discours, de la rhétorique et de l'histoire,

CC BY

il est possible de définir comment, pourquoi et quand cette société s'émouvait. Le procès contre Flaubert et la *Revue de Paris* met en scène des émotions, des passions, des affections, bref des sentiments provoqués chez les impliqués au procès (ainsi que chez les lecteurs du roman *Madame Bovary*) ; des mondes intradiégétique et extradiagétique qui se frôlent, s'imbriquent, se (inter)pénètrent, c'est-à-dire tout un univers qui nous apprend sur Flaubert, sur son œuvre et plus encore sur la société bourgeoise du XIX[e] siècle ainsi que sur nous-mêmes au présent.

1. Le biais théorique

On voit que les textes et les discours[2] qui composent l'univers flaubertien – romans, procès, lettres – sont toujours adressés à quelqu'un, orientés vers des destinataires spécifiques, construits avec des compétences stratégiques, dans le but de les toucher et plaire ; auteurs, lecteurs visés, empiriques, personnages, tous impliqués dans une profusion/effusion d'émotions liées à des valeurs socialement partagées et qui demeurent dans leurs communautés émotionnelles.

Tout au long des exposés de Pinard et Sénard, on remarque que l'auditoire est invoqué, interpellé, nommé et, par conséquent, valorisé et exalté, au point de se sentir concerné et d'adhérer aux causes défendues. Par ailleurs, cet auditoire est invité à se positionner en tant qu'interlocuteur, à établir une communication (d'idées, d'idéologies) avec les avocats.

Pour atteindre les objectifs proposés dans cet article, on dialogue avec des chercheurs qui étudient les interactions verbales dans des contextes sociaux et on essaie d'aller au-delà des aspects purement linguistiques, en cherchant à intégrer aussi des facteurs extralinguistiques. Dans ce sens, on analyse à la fois quelques relations historico-culturelles et des positionnements intersubjectifs des individus, ainsi que des facteurs psychosociaux impliqués dans la construction des sens et, évidemment, dans la construction des discours.

2. Dans notre perspective, on ne comprend pas les notions de texte et discours comme deux objets totalement séparés. Le texte est avant tout un ensemble organisé d'énoncés, considéré comme une production verbale relativement autonome. Au niveau textuel, nous analysons les choix lexicaux, les structures syntaxiques, les connecteurs et les procédés argumentatifs. Le discours, de son côté, ne se limite pas au contenu linguistique. Il prend en compte les conditions dans lesquelles le texte est produit et interprété. Au niveau discursif, nous examinons les positionnements énonciatifs, les stratégies argumentatives et persuasives, les savoirs de croyance, les imaginaires sociodiscursifs et les effets de pathémisation.

CC BY

1.1. L'analyse du discours et la sémiolinguistique

Le choix de l'analyse du discours et plus spécifiquement de la sémiolinguistique nous semble judicieux, car ces deux théories (se) proposent de dépasser les limites du texte. Le courant sémiolinguistique, par exemple, nous offre les bases épistémologiques nécessaires au développement de cet article et nous aide à fonder nos procédures analytiques car il dispose d'un instrument qui s'adapte bien aux corpus les plus variés, en raison de son caractère pluriel et interdisciplinaire. En outre, cette théorie, en utilisant les spécificités des procédures linguistiques et des sujets du langage, encourage le travail aux interfaces avec d'autres domaines de connaissance, élargissant les aspects analytiques et permettant une applicabilité plus riche dans la construction des intersections.

Il convient de souligner que justement en raison de sa flexibilité, la théorie sémiolinguistique nous laisse libres d'entreprendre et d'interpréter notre corpus sans, pour autant, avoir l'obligation de l'épuiser, d'être exhaustif. Sur la base de cette théorie, on voit qu'il est pertinent et cohérent de traiter aussi des textes littéraires, fictionnels, biographiques et critiques, puisqu'ils s'inscrivent dans les catégories de textes/discours et occupent la place de la mise en scène de la signification et d'une série d'énoncés qui proposent de multiples sens aux divers lecteurs.

On analyse des questions liées aux sujets, aux langages et à leurs émotions en tenant compte de la complexité discursive. Charaudeau (1983) part de l'idée qu'il est possible (et nécessaire) d'étudier des textes et des discours en tenant compte de sa dimension psychosociale et en allant plus loin, de sa dimension morale, éthique, esthétique et émotionnelle. Il affirme qu'une théorie du discours ne peut se passer d'une définition des sujets de l'acte de langage, ce qui représente une base importante pour l'analyse qu'on se propose, étant donné qu'elle relie l'univers situationnel et le linguistique-discursif dans le processus de production des sens.

CC BY

Avec cette étude inscrite dans le cadre théorique de la sémiolinguistique de Charaudeau (1983), on appréhende le procès intenté à Flaubert comme un dispositif discursif régi par un contrat de communication spécifique lié à la société française du XIX^{e} siècle et à ses institutions y inclus la judiciaire. Le corpus constitué des actes du procès nous permet d'analyser la manière dont les rôles énonciatifs, les contraintes institutionnelles et les attentes normatives orientent la production des discours et des sens, notamment dans leur dimension émotionnelle.

Ainsi, on peut comprendre les exposés des deux avocats comme la somme des aspects textuels et extratextuels, des énoncés (et des énonciations) et de leurs insertions dans leurs contextes sociodiscursifs en particulier. Autrement dit, les sujets optent pour leurs finalités, co-construisent leurs identités, leurs *ethos*, leurs propos, bref, tout ce qui leur permet de construire la légitimité, la crédibilité (*ethos*) et la captation (*pathos*) dans les actes de langage.

Il est important de souligner que toute pratique langagière vise à ce que les sujets agissent les uns sur les autres. Flaubert dans son roman et ses lettres ainsi que les deux avocats dans le procès engendrent, en même temps, leurs *ethos* et leurs *pathos*, puisqu'ils construisent leurs images de soi, provoquent en eux-mêmes et chez les autres des effets émotionnels, tout cela en se servant de la parole, de la langue, du langage, du texte et du discours. En énonçant, ils présentent également une série d'états émotionnels, généralement motivés/prescrits par les normes sociales dans lesquelles ils sont insérés, comprises comme des conventions de comportement partagées entre eux (les communautés émotionnelles).

De cette façon, les actes de langage ici étudiés vont se constituer à partir d'un projet de parole qui est produit en fonction d'un contrat préalablement établi entre ses interlocuteurs. Dans ce cadre contractuel contraint du procès, notre analyse met en évidence la circulation de positionnements affectifs différenciés, qui contribuent à présenter certaines des communautés émotionnelles dis-

tinctes, qui révèlent des tensions multiples, entre elles, l'autonomie de la création littéraire et les normes sociodiscursives de la société bourgeoise du XIX[e] siècle.

1.2. L'image de soi et les émotions (*ethos* et *pathos*)

Étant donné que l'*ethos* est présent dans tous les discours – « Toute prise de parole implique la construction d'une image de soi » (Amossy, 1999 : 9) – il constitue un objet d'investigation pour une partie des recherches en analyse du discours. En étudiant la notion d'*ethos*, les analystes du discours reprennent généralement, en partie ou en totalité, en gardant des similitudes ou en proposant des disjonctions, la rhétorique classique.

Généralement, on étudie la notion d'*ethos* sous la trilogie aristotélicienne (2007), qui définit l'*ethos* comme le caractère ou l'image que l'orateur construit de lui-même pour obtenir l'adhésion de son auditoire. On constate, cependant, que la notion d'*ethos* subit, au fil du temps, des changements, des (re)adaptations, des déplacements d'usage et de sens. Cette notion est reprise ici non pas exactement comme elle a été conçue par la rhétorique, mais (re)adaptée, (re)contextualisée pour tenir compte des nouvelles situations de communication, des complexités propres à l'actualité et des avancées fournies par les recherches.

Dans cette analyse, on comprend l'*ethos* comme une construction de l'image de soi, basée sur des imaginaires sociodiscursifs et des émotions partagées entre les interlocuteurs. On s'accorde avec Maingueneau (1987) lorsqu'il affirme que la construction de l'*ethos* est fondamentalement un processus interactif produit dans des situations communicatives spécifiques, ne correspondant pas nécessairement à l'image du locuteur extérieure à son discours.

CC BY

Maingueneau soutient que l'orateur peut communiquer par des gestes, des expressions faciales, des regards, des postures, des attitudes, en somme, en se servant de toutes les possibilités que l'expression gestuelle lui permet, lui offre. Il convient de rappeler que l'expression gestuelle est aussi un discours, un texte, et se construit par le langage, constitue des sens, en plus d'être constitutive de la communication entre les individus. Ainsi, pour Maingueneau (2002 : 59),

> L'*ethos* peut être conçu comme *plus ou moins charnel, concret, ou plus ou moins « abstrait »*. C'est la question de la traduction même du terme *ethos* qui est ici en jeu : caractère, portrait moral, image, mœurs oratoires, allure, air, ton... ; le cadre de référence peut privilégier la dimension visuelle (« portrait ») ou musicale (« ton »), la psychologie populaire, la morale, etc. [...] L'*ethos* peut être conçu comme plus ou moins saillant, manifeste, singulier vs collectif, partagé, implicite et invisible.

Ceci dit, on utilise la notion d'*ethos* pour désigner à la fois des modalités verbales et non verbales de la présentation de soi dans une situation de communication.

En ce qui concerne le procès de Flaubert, on aperçoit de différents *ethos* imputés à l'œuvre (à son auteur et à sa protagoniste bien entendu) et explorés par les avocats. Ces *ethos* sont tout d'abord et sans équivoques liés à des sentiments, quelquefois tenus comme des adjectifs émotionnels ; en plus ils démarquent la forte présence et le pouvoir des communautés émotionnelles, avec des idéologies qui les sous-tendent. Leurs *ethos* sont construits, montrés et suscités par des discours pathétiques construits avec des scénarios émotionnels qui prescrivent quoi sentir et comment émouvoir. L'*ethos* finit donc par refléter le *pathos*, et vice-versa.

Travailler avec les sentiments, les passions, bref le *pathos*, c'est encore une fois être à l'interface avec la rhétorique. Cependant, cela doit être fait, selon Charaudeau (1997), à partir d'une théorie du sujet et en tenant compte de la situation de communication. En ce qui concerne les manières spécifiques, particulières, d'étudier les sentiments dans d'autres domaines de connaissance hors l'analyse du discours, Charaudeau expose quelques raisons auxquelles tout analyste du discours doit être attentif, afin de procéder de manière prudente à son travail de recherche. Il va sans dire que l'interdisciplinarité peut et doit être vue comme hautement bénéfique, car elle rompt l'isolement et la division hermétique des disciplines et permet de dépasser les barrières de la compartimentation des savoirs.

Malgré notre décision de prendre en compte quelques contributions des domaines connexes, il est dit que l'ADF ne pourrait pas, en raison de ses positions théorico-méthodologiques, observer les émotions comme une réalité manifeste. Il est donc bien connu qu'un analyste du discours ne devrait pas traiter des réactions sensorielles et naturelles des individus face à la réalité, ni des pulsions humaines ou de tout type de réaction comportementale. L'ADF, selon Charaudeau, peut et doit tenter d'étudier le processus discursif dans lequel les émotions émergent, c'est-à-dire les traiter comme un effet visé, bien qu'il n'y ait aucune garantie sur l'effet produit. Charaudeau (1997) nous alerte, enfin, à prendre en compte tout ce qui constitue l'échange social et qui produit des sens dans et par le discours, comme, par exemple, les désirs et les intentions des sujets, leurs relations d'appartenance à un groupe, le jeu des interactions qui s'établissent entre ces sujets ou groupes, les savoirs de connaissance et de croyance qu'ils partagent, leur communautés émotionnelles, ainsi que les circonstances de l'échange communicatif, à la fois particulières et typifiées.

CC BY

Sous un aspect théorique proche de l'ADF, on considère les études de Plantin (2011), qui souhaite briser le paradigme, ou plutôt, se débarrasser du cliché né dans l'Antiquité selon lequel les émotions relèvent de l'irrationalité, de l'instinct. Suivant Aristote et en allant plus loin, Plantin propose la compréhension que les émotions sont rationnelles, créées et diffusées dans les relations sociales. En outre, pour des raisons de genre et en raison de la situation spécifique de communication, il est difficile d'imaginer que, dans un tribunal, lors d'une audience, dans des discours d'accusation et de défense, il y ait de la place pour ce que Plantin (2011) appelle de communication émotionnelle, c'est-à-dire qu'il y ait quelque chose de spontané, naturel, partagé et non intentionnel.

Dans le procès contre Flaubert et la *Revue de Paris*, on voit que les émotions sont justifiées par les (pré)jugements et (pré)conceptions que la société française du XIXe siècle a d'elle-même et de ses comportements, ce qui finit par se refléter, par effet miroir, dans le roman et dans comportements des personnages de l'œuvre. On croit que tant Pinard que Sénard se servent, avant tout, de la communication émotive, celle qui est stratégiquement calculée, avec le but premier et ultime de convaincre, persuader et émouvoir[3].

Ainsi, les émotions se dévoilent et deviennent un spectacle, toujours accompagnées d'une mise-en-scène des sentiments, d'un scénario émotionnel (Rosenwein, 2007 ; 2011). Flaubert, son roman et sa protagoniste sont dramatiquement attaqués et défendus par les avocats. Toutes les entités concernées, qu'elles soient des êtres empiriques ou fictifs, intériorisent ces représentations de manière réflexive, se définissant elles-mêmes et le monde qui les entoure.

3. En bref, la communication émotionnelle correspond à une manifestation spontanée, non intentionnelle et difficilement contrôlable de l'émotion. La communication émotive, au contraire, correspond à un usage intentionnel, contrôlé et stratégique d'informations affectives dans le discours. L'analyste du discours doit surtout s'intéresser à l'émotion affichée/signifiée, plutôt que de chercher à déterminer psychologiquement si le locuteur « ressent vraiment » l'émotion. (Plantin, 2011)

CC BY

1.3. Les communautés émotionnelles

Dans la perspective de Rosenwein (2007 ; 2011), les communautés émotionnelles désignent des groupes sociaux caractérisés par des normes et des valeurs partagées concernant les émotions : elles déterminent notamment quelles émotions sont valorisées ou dévalorisées, quelles formes d'expression sont considérées comme appropriées et quelles réactions émotionnelles sont encouragées, tolérées ou condamnées. Cette notion permet ainsi d'appréhender les émotions non comme de simples états psychologiques individuels, mais comme des phénomènes socialement et historiquement situés. Selon l'auteure,

> [...] Les communautés émotionnelles sont fondamentalement les mêmes que les communautés sociales – familles, quartiers, syndicats, institutions académiques, couvents, usines, pelotons, cours princières. Mais le chercheur qui se penche sur elles cherche, avant tout, à dévoiler les systèmes de sentiment, à établir ce que ces communautés (et les individus en leur sein) définissent et jugent comme précieux ou nuisible pour elles (car c'est à propos de cela que les gens expriment des émotions) ; les émotions qu'ils valorisent, dévalorisent ou ignorent ; la nature des liens affectifs entre les personnes qu'ils reconnaissent ; et les modes d'expression émotionnelle qu'ils supposent, encouragent, tolèrent et déplorent. (Rosenwein, 2011 : 21-22)[4].

De cette manière, les croyances, attitudes et comportements expérimentés et contrôlés intersubjectivement entre leurs membres sont considérés comme des conventions socioculturelles qui prescrivent les modes d'expression émotionnelle, les formes d'alignement et d'adéquation à un système symbolique établi et maintenu, renouvelé et/ou réfuté par ces communautés émotionnelles.

Selon la compréhension de Rosenwein (2007), les communautés émotionnelles – évidemment vécues collectivement – ne coïncident pas avec un groupe spécifique et survivent au-delà des espace-temps. Ces communautés émotionnelles comptent sur des constellations de sentiments et sont

4. Traduit du portugais : Comunidades emocionais são fundamentalmente o mesmo que comunidades sociais – famílias, bairros, sindicatos, instituições acadêmicas, conventos, fábricas, pelotões, cortes principescas. Mas o pesquisador que se debruça sobre elas procura, acima de tudo, desvendar os sistemas de sentimento, estabelecer o que essas comunidades (e os indivíduos em seus interior) definem e julgam como valoroso ou prejudicial para si (pois é sobre isso que as pessoas expressam emoções); as emoções que eles valorizam, desvalorizam ou ignoram; a natureza dos laços afetivos entre pessoas que eles reconhecem; e os modos de expressão emocional que eles pressupõem, encorajam, toleram e deploram.

CC BY

composées d'intérêts, de valeurs, d'objectifs, d'enseignements et de présupposés communs, en plus, évidemment, de vocabulaire et d'expressions de sentiments partagés, en rappelant que chaque communauté favorise certaines émotions et en évite d'autres.

Par scénario émotionnel, nous entendons un schéma de relations entre une situation évaluée, une émotion et les formes de réaction ou d'expression qui lui sont culturellement associées. Dans la perspective de Rosenwein, ces configurations doivent être rapportées aux normes, valeurs et modes d'expression propres aux communautés émotionnelles. Il ne s'agit donc pas d'inférer les émotions réellement éprouvées par les acteurs, mais d'identifier les modèles émotionnels rendus disponibles, valorisés ou prescrits par une communauté donnée. Un scénario émotionnel peut être compris comme un schéma culturellement et socialement disponible qui associe une situation donnée, une émotion attendue et certaines manières de l'exprimer ou d'y réagir. Pour analyser les « scénarios émotionnels » on prend en compte les circonstances qui déclenchent une émotion ainsi que les actions et expressions qui l'accompagnent.

Ces notions sont fondamentales à notre analyse, car elles nous servent à traiter des sentiments qui prescrivent leurs modes d'expression, leurs formes d'alignement et d'adéquation à un système symbolique socialement établi, renouvelé et/ou réfuté par des institutions. Elles établissent un engrenage de régulation essentiel de normes partagées, dans le maintien et la diffusion des préceptes et des discernements les plus variés, ce qui rend possible d'examiner comment les émotions sont régies, régulées à travers les époques (l'espace-temps) et, dans notre cas en particulier, sont favorisées (c'est-à-dire, dictées, utilisées, manipulées) par des institutions piliers telles que l'Église, l'École, la

Famille, la Justice et la Littérature. Il s'agit des institutions de pouvoir qui tendent, avec leurs idéologies, à prescrire et à véhiculer des scénarios émotionnels et à cristalliser des manières de (res)sentir et d'entretenir des liens émotionnels liées à la vie sociale aussi bien dans le roman (au niveau de la fiction, univers intradiégétique) que dans le tribunal et évidemment dans la société française de l'époque (au niveau du réel, univers extradiagétique). Les communautés émotionnelles, s'appuyant sur les individus qui la constituent, définissent et jugent les circonstances de l'émergence des émotions, la nature des liens affectifs et les modes d'expression émotionnelle, qui peuvent être encouragés, tolérés et/ou déplorés. (Rosenwein, 2011)

Les communautés et les scénarios émotionnels présents tant dans le roman de Flaubert que dans le procès sont prescrits, maintenus et fomentés par des élites de la société française, ancrés surtout dans les valeurs bourgeoises et chrétiennes. Elles ont donc le but de maintenir une forte résistance face aux idées menaçant l'ordre public ou contre ce qui est perçu comme de mauvaises mœurs. Avec ce procès contre Flaubert, l'État visait principalement à dissimuler l'impertinence idéologique et socio-politique et l'irrévérence religieuse, morale et sexuelle illustrées par et dans l'œuvre et par la protagoniste du roman.

Il faut dire que Rosenwein précise aussi qu'un individu appartient toujours à plus d'une communauté émotionnelle à la fois et peut être influencé par elles, se déplaçant entre elles. L'expression et la mise en scène (scénario) de chaque émotion engendrent des comportements, des implications et des réactions orchestrés par des communautés émotionnelles qui institutionnalisent, concrétisent et reproduisent les conditions propres à chaque sentiment collectif.

CC BY

2. L'analyse discursive des communautés émotionnelles dans le procès contre Flaubert

La société française du XIXe siècle, notamment la classe ouvrière et intellectuelle, subissait une répression étatique et ecclésiastique sévère, qui censurait tout mouvement contraire à ses intérêts, poursuivait en justice et condamnait ceux qui contestaient ses pouvoirs et ses critères sociaux, religieux et comportementaux (Horville, 1994). À cette époque, en raison de son succès de publication et de son potentiel de diffusion auprès d'une population instruite et politiquement consciente et engagée, l'État considérait le roman de Flaubert comme une menace.

Bien qu'il existait dans cet espace-temps un espoir libertaire nourri par les idéaux de la Révolution Française, la censure faisait partie du quotidien et de nombreuses œuvres étaient soumises à plusieurs types de contrôles (Horville, 1994). Souvent jugées inappropriées, car elles se heurtaient à l'ordre moral et aux intérêts de l'État et de l'Église, ces œuvres et leurs auteurs subissaient des sanctions pénales.

Dans le procès, Pinard et Sénard exposent des émotions avec des discours apparemment dichotomiques et opposés. Tant dans le procès contre Flaubert que dans le roman *Madame Bovary*, les comportements, les actions et les émotions, les communautés et les scénarios émotionnels se rapportent à quelque chose qui est intrinsèquement liée aux individus concernés (dans un univers fictif ou réel), mais qui est intériorisé dans les habitudes, les comportements et les discours.

Les arguments des avocats, en plus d'être associés à des informations et à la connaissance qu'ils ont de la protagoniste et de son auteur, proviennent d'un ensemble de jugements moraux que chacun d'entre eux porte sur les données collectées. Et les interprétations de ces données, bien entendu, ont un lien étroit avec les idéologies dominantes et aussi avec les communautés émotionnelles

sous-jacentes. Emma Bovary devient donc la cible principale des discussions moralistes, l'objet de poursuites, comme s'il était acceptable de persécuter, de juger un personnage d'un roman comme s'il était une personne de la vie réelle.

L'avocat impérial et la défense ne ménagent pas leurs mots pour parler des comportements d'Emma, tout comme ils n'épargnent pas les expressions pathétiques pour décrire les erreurs, ou plutôt les chutes[5] de la protagoniste telles que « tableaux lascifs » (Pinard) et « détails lascifs » (Sénard) ou encore « orgies imaginables » (Sénard) et « tableaux orgiaques avec des situations sanglantes » (Pinard). En analysant le procès, on a réussi à décortiquer quatre groupes sémantiques d'émotions, à savoir : 1. remords, honte, regret ; 2. haine, colère, indignation ; 3. pitié, compassion et clémence ; 4. dignité, discernement, bienveillance. On souligne que ces émotions ci-dessus délimitent et sont délimitées par les communautés émotionnelles ancrées dans le procès et imposent des scénarios encadrés par celles-ci.

5. Les quatre chutes d'Emma sont : son adultère avec Rodolphe Boulanger, sa transition religieuse, son adultère avec Léon Dupuis, son empoisonnement/suicide. On ne traitera pas ici de la complexité des toutes ces chutes. On se limitera à analyser quelques émotions plus évidentes des groupes sémantiques mentionnés présentes dans les raisonnements des avocats sur les chutes du personnage.

2.1. Les chutes d'Emma et les scénarios émotionnels établis par les communautés émotionnelles

Il convient de remarquer que l'intersection entre le monde réel et l'univers fictionnel construite par les deux avocats pointe vers des facteurs d'ordre situationnel et énonciatif. Tant Pinard que Sénard se penchent sur les instances impliquées dans le processus en tant que tel et aussi sur les instances impliquées dans le monde fictionnel, c'est-à-dire dans l'univers interne du roman *Madame Bovary*. Ils se servent, apparemment de manière indistincte, de ces deux univers, le réel et le fictif, effaçant les frontières, les limites entre les contextes psychosociaux et historiques des situations de communication spécifiques.

CC BY

En général, Pinard cherche à émouvoir l'auditoire traçant l'*ethos* de la protagoniste comme celui d'une femme vile, déséquilibrée, avec des instincts pervers, ambitieuse et capable d'actions immorales. Il veut convaincre le jury que Flaubert, les éditeurs et son roman *Madame Bovary* représentent des risques pour la société et que, par conséquent, tous doivent être condamnés. Sénard, quant à lui, choisit de ne pas accorder trop d'importance à cette image d'Emma dessinée par Pinard et, stratégiquement, cherche à annuler les effets pathémiques négatifs du discours de l'adversaire. Il veut montrer que le roman est honnête, que Flaubert est un homme de bien et que la protagoniste Emma est une provinciale malheureuse qui a commis des erreurs et qui est punie pour ses actes libertins.

Selon Pinard, Emma commence sa ruine au bal de Vaubyessard, moment où elle s'enchante et tombe encore plus amoureuse de la noblesse, avec ses coutumes, sa beauté et sa sensualité. Ces clichés finissent par influencer la vision du monde d'Emma et la conduisent à des émotions les plus variées. Quand elle croit que cet univers est à sa portée, les émotions sont positives, Emma se sent épanouie ; quand elle revient à sa réalité, les émotions sont négatives, elle se sent divisée entre ces deux mondes, et cela lui apporte de la souffrance.

Pour Pinard, ancré dans des valeurs gérées par des communautés émotionnelles[6] auxquelles il appartient, il est inacceptable qu'une femme mariée (même s'il s'agit d'un personnage de roman) valse avec des hommes inconnus et de surcroît ressente un « trouble inconnu » pour un vicomte. Pour Pinard, il est honteux qu'une femme soit fascinée par le fait qu'un duc possède plusieurs amantes. Soutenu par les règles morales en vigueur, il veut convaincre qu'une bonne épouse ne peut pas considérer son mari et son mariage comme insupportables sous prétexte qu'ils ne possèdent ni le glamour ni le raffinement des romans romantiques, ni ceux du château de Vaubyessard. On constate qu'Emma, ainsi que les deux avocats mélangent et (con)fondent le monde réel et le monde

6. Citons quelques communautés émotionnelles auxquelles les sujets concernés dans les univers extradiégétique et intradiégétique peuvent appartenir simultanément et/ou alternativement : impériale, bourgeoise, catholique, judiciaire, intellectuelle et artistique, entre autres.

CC BY

fictionnel et par conséquent dépassent ses limites. Il semble normal de lire et d'interpréter la littérature à partir des mêmes savoirs de croyance présents dans le monde réel, comme si des êtres fictionnels étaient des êtres de la vie réelle et vice-versa. Cette procédure amène la protagoniste à ce que les avocats appellent des chutes.

La première chute d'Emma concerne l'affaire avec Rodolphe, son premier amant, connu pour séduire des femmes faciles. Pour Pinard, Emma a été aisément séduite, car Rodolphe n'a eu besoin que de trois rencontres avec elle pour obtenir ce qu'il voulait. L'accusation cite le passage dans lequel Emma et Rodolphe sont devenus amants et décrit le moment suivant leur premier rendez-vous amoureux :

> [...] Lorsqu'elle se fut relevée, lorsqu'après avoir secoué les fatigues de la Volupté, elle rentra au foyer domestique, à ce foyer où elle devait trouver un mari qui l'adorait, après sa première faute, après ce premier adultère, après cette première chute, est-ce le remords, le sentiment du remords qu'elle éprouve, au regard de ce mari trompé qui l'adorait ? Non ! le front haut, elle rentra en glorifiant l'adultère [...] Ainsi, dès cette première faute, dès cette première chute, elle fait la glorification de l'adultère, elle chante le cantique de l'adultère, sa poésie, ses voluptés. Voilà, messieurs, qui pour moi est bien plus dangereux, bien plus immoral que la chute elle-même ! (Pinard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 622)

À l'opposé des idées morales en vigueur, Emma, en rentrant chez elle, se sent amoureuse, émerveillée, délirante et extasiée du fait d'avoir un amant, selon le narrateur du roman. Il nous semble que ce qui dérange le plus le ministère public c'est le fait qu'Emma, après avoir trahi Charles, ne ressente aucun remords ou culpabilité ; au contraire, elle se sent très heureuse et fière de ce qu'elle a fait.

CC BY

Le procureur cherche à émouvoir son auditoire en soulignant justement l'absence d'émotions spécifiques chez Emma telles que le regret et la honte, après avoir trompé son mari. Si elle avait conscience d'avoir mal agi et se sentait touchée par le remords de la trahison, on a l'impression que Pinard l'aurait pardonnée pour ce crime, du moins c'est ce que son discours laisse entendre.

Le remords, le regret et la honte sont inextricablement liés à un code moral chrétien partagé socialement et ratifié par la communauté émotionnelle circonscrite. Ce sont des sentiments de (auto)censure à partir d'un acte pratiqué qui va à l'encontre de ce qui est collectivement considéré comme correct et acceptable. Pour se concrétiser comme une positivité, ces émotions doivent servir d'apprentissage à celui qui les a éprouvées, afin qu'il cherche de meilleurs choix à l'avenir. Cette définition va de pair avec ce que s'exprime Pinard et aussi, d'une certaine manière, Sénard.

Si, d'une part, Pinard critique l'absence de remords chez Emma et la présence des émotions telles que de la joie, de l'amour et du bonheur, visant et incitant à l'indignation et à la colère dans son auditoire, Sénard, de sa part, cherche à déconstruire ce discours, en montrant que, malgré le fait qu'Emma ressente, dans un premier moment, joie, délire et plaisir, dans un second moment, elle éprouve, en effet, des sentiments tels que la déception, le remords et la tristesse.

Dans la société bourgeoise à laquelle Emma appartient (monde fictionnel, intradiagétique) et aussi dans celle de Pinard, Sénard et Flaubert (monde réel, extradiégétique), l'acte de tromper le mari doit être considéré comme une faute grave par le christianisme et, par conséquent, être sujet à remords, regret, honte et condamnation. Généralement, ces émotions morales s'accompagnent d'autres, telles que la tristesse et l'angoisse, d'avoir commis une erreur, et la peur de la censure imposée par la société.

En opposition au sentiment négatif d'aversion et de mépris pour la protagoniste visé par Pinard, Sénard utilise son inverse, c'est-à-dire qu'il cherche à dépeindre Emma comme quelqu'un digne de peine et, ce faisant, vise à susciter, dans l'auditoire, des sentiments considérés comme plus nobles, tels que la pitié, la compassion et la clémence. Selon le dictionnaire Larousse[7], pitié, du latin *pietas*, appartient au même champ sémantique de compassion, de charité, d'apitoiement et de commisération. La pitié est considérée un sentiment qui conduit à éprouver de la compassion pour les souffrances ou la vulnérabilité d'autrui, à le considérer avec miséricorde et à lui faire preuve d'une indulgence spéciale.

Dans la *Rhétorique* d'Aristote, la compassion consiste en une certaine peine causée par l'apparition d'un mal destructeur et affligeant, affectant ceux qui ne méritent pas d'être affectés. D'après le philosophe, on ressent de la compassion pour ces choses qui touchent les autres, ce qui nous fait craindre pour notre propre sort. (Aristote, 2007 : 156-159). Autrement dit, celui qui ressent de la pitié, de la compassion et de la clémence pour l'autre se trouve dans une situation où il réfléchit sur lui-même et sur la possibilité de subir un mal similaire.

À la recherche de la compassion et de la clémence du public, Sénard justifie les actions de la protagoniste, dessinant son *ethos*, en affirmant qu'elle est une femme inexpérimentée, naïve et qu'elle ne perçoit pas la gravité de ses actes ; c'est pourquoi elle mérite le pardon. En outre, des sentiments chrétiens tels que la pitié et l'indulgence vont de pair avec la diminution de la colère, l'apaisement des ressentiments, vers la bienveillance, justement ce que semble vouloir l'avocat de Flaubert. Emma est, enfin, selon la défense, une femme ignorante et aussi quelqu'un qui se repent, qui s'attriste après avoir eu des relations intimes avec Rodolphe :

7. https://www.larousse.fr - consulté le 10 février 2026.

CC BY

> [...] au lieu de chercher le bonheur dans sa maison, dans son union, Emma cherche le bonheur dans d'interminables rêvasseries, et puis, qui, bientôt, rencontrant sur sa route un jeune homme qui coquette avec elle, joue avec elle le même jeu (mon Dieu ! ils sont inexpérimentés l'un et l'autre) [...] Cependant l'ignorance du jeune homme et sa propre ignorance la préservent d'un premier danger. (Sénard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 637)

Revenant au discours de Pinard, dans une nouvelle attaque contre Flaubert et son roman, il les accuse de luxure. Ce mot se réfère généralement à une gamme de d'émotions liées à la sensualité, à la libido et aux plaisirs sexuels. En étant l'un des péchés capitaux, la luxure donc renvoie également à la valeur chrétienne des codes moraux. Pinard, en attirant l'attention de l'auditoire des effets émotionnels de l'adultère sur Emma, colore également la scène de manière pathémique :

> Voilà un portrait, messieurs, comme sait les faire M. Flaubert. Comme les yeux de cette femme s'élargissent ! Comme quelque chose de ravissant est épandue sur elle, depuis sa chute ! Sa beauté a-t-elle jamais été aussi éclatante que le lendemain de sa chute, que dans les jours qui ont suivi sa chute ? Ce que l'auteur vous montre, c'est la poésie de l'adultère, et je vous demande encore une fois si ces pages lascives ne sont pas d'une immoralité profonde !!! (Pinard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 624)

Pinard s'exalte et s'emporte devant cette scène et d'autres comme celle des amants qui, selon lui, atteignent les limites extrêmes de la volupté et, par conséquent, il cherche à susciter ces mêmes émotions de colère chez ses auditeurs. La pathémie de la colère appartient à un groupe sémantique spécifique : haine, fureur, rage, indignation, révolte et courroux, parmi d'autres. La colère, selon Aristote, dans son deuxième livre de la *Rhétorique* (2007), ne doit pas être définie isolément comme une seule réponse à un stimulus. Elle surgit, souvent, accompagnée d'autres émotions telles que l'humiliation et/ou le mépris. Cela semble être le cas de Pinard. Il devient colérique en témoignant

de ce qu'il considère comme une action méprisable – l'adultère – selon son point de vue moral et religieux. Autrement dit, dans le cas du procureur, la colère a pour objet l'adultère et son apologie faite tant par Emma que par Flaubert et ses éditeurs.

Pour Rosenwein (2020), éprouver la pathémie de la colère ou de la haine peut être considéré comme une réaction vertueuse contre quelque chose ou quelqu'un qui alimente un vice ou a commis un acte en dehors des normes sociales et moralement partagées. Dans le cas spécifique de notre corpus, le sentiment de colère s'éparpille et provient généralement (pour ne pas dire toujours) d'une séquence d'autres thématiques et d'autres situations de communication. Pinard se montre colérique en voyant publié un roman qui, selon lui, est condamnable, plus particulièrement à cause d'Emma Bovary, qui ne se sent pas coupable des erreurs commises. Sénard, pour sa part, vit des moments de colère en assistant à la mise en scène du procureur et en entendant de sa part des accusations infondées et partiales. Flaubert, quant à lui, ressent de la colère lorsqu'il traverse ce mauvais moment du procès judiciaire. Emma, dans l'univers fictif, se montre colérique contre son mari à cause de son manque de perspective de vie, en raison du fait qu'il soit une personne/personnage médiocre. Toujours selon Rosenwein, la rationalité des émotions n'est pas toujours noble ou excellente. Ceci dit, les pathémies liées à la haine peuvent être vertueuses et positives, mais elles peuvent aussi être vicieuses et négatives selon les circonstances et les communautés émotionnelles.

Sénard, de sa part, retire le focus sur Emma et le place sur l'éducation religieuse elle-même que la société bourgeoise française du XIXe siècle reçoit. Ainsi, l'avocat essaie de libérer Emma des sévères critiques de Pinard, en canalisant l'attention du jury vers l'éducation religieuse de sa communauté émotionnelle (et celle de la protagoniste) de manière générale :

CC BY

> [...] histoire d'une vie déplorable dont trop souvent l'éducation est la préface. [...] D'abord une éducation donnée à une femme au-dessus de la condition dans laquelle elle est née [...] c'est triste à dire, mais cela est vrai, une jeune fille, née comme elles le sont presque toutes, honnête ; c'est du moins le plus grand nombre, mais bien fragiles quand 1'éducation, au lieu de les fortifier, les a amollies ou jetées dans une mauvaise voie. [...] l'absolution ne peut pas être refusée à l'homme qui écrit ces admirables passages, pour signaler à tous les périls d'une éducation de ce genre, pour indiquer à la jeune femme les écueils de la vie dans laquelle elle va s'engager. (Sénard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 634-681)

Ainsi, Sénard vise à susciter, dans son auditoire, des émotions telles que la méfiance et le soupçon non seulement vis-à-vis de ces pratiques éducatives religieuses, mais aussi vis-à-vis du discours de Pinard, montrant que le problème est social et non spécifique à un personnage.

En outre, Sénard se sert de l'abondance du thème de la religiosité dans le roman pour convaincre le jury que c'est l'une des raisons de ne pas incriminer *Madame Bovary*. Au contraire, comme cette thématique est récurrente, elle finit, selon l'avocat, par flatter et honorer non seulement l'œuvre de Flaubert, mais aussi l'Église et ses préceptes. L'idée soutenue par l'avocat est que tous, parents et filles, doivent lire *Madame Bovary* et y chercher du soutien dans l'éducation, en se servant d'un contre-exemple ou d'un exemple à ne pas suivre – celui d'Emma Bovary :

> C'est pour cela que vous accusez Flaubert, c'est pour cela que j'exalte sa conduite. Oui, il a bien fait d'avertir, ainsi, les familles des dangers de l'exaltation chez les jeunes personnes qui s'en prennent aux petites pratiques, au lieu de s'attacher à une religion forte et sévère qui les soutiendrait au jour de la faiblesse. (Sénard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 650)

Après avoir défendu Emma de l'accusation de Pinard d'outrage à la religion, Sénard passe à défendre Flaubert du même crime. Comme argument, l'avocat loue l'écrivain et son roman, montrant aux présents que le romancier écrit une œuvre honnête et d'une nature hautement religieuse et éducative. Il veut déclencher chez le public des émotions positives de bienveillance en soulignant celles d'honneur et de dignité de Flaubert. Dans ce sens, pardonner Flaubert et Emma de ses crimes supposés serait un bel exercice chrétien. Pour cela, Sénard construit un *ethos* positif de Flaubert. Il a conscience que cette communauté émotionnelle avec qui il parle estime que le romancier est une personne de bonne famille, avec des bonnes influences dans la région et respectée par tous. Sénard décrit Flaubert comme sérieux, généreux, quelqu'un qui n'a jamais voulu le mal de personne, comme un homme de bien, honnête et courageux :

> M. Gustave Flaubert est auprès de moi ; il affirme devant vous qu'il a fait un livre honnête ; il affirme devant vous que la pensée de son livre, depuis la première ligne jusqu'à la dernière, est une pensée morale, religieuse. [...] M. Gustave Flaubert est un homme d'un caractère sérieux porté par sa nature aux choses graves, aux choses tristes. [...] Je vous ai dit que M. Gustave Flaubert était un homme sérieux et grave. Ses études, conformes à la nature de son esprit, ont été sérieuses et larges. (Sénard, 1857 *apud* Flaubert, 1951 : 634-681)

Sénard, de manière pathétique, montre que Flaubert est mal interprété, mal jugé et affronte un procès injuste la tête haute, un professionnel qui a écrit un livre honnête, sérieux, qui n'a jamais attenté à la morale et aux bonnes mœurs, honorable, craignant Dieu et confiant en la justice. La générosité de Flaubert provient également de sa dévotion totale à ses principes moraux, à la littérature et à son don artistique. Bref, la présentation des vertus morales de Flaubert aide Sénard à conquérir, à toucher son auditoire par des émotions liées à la bienveillance et à la clémence.

CC BY

On peut remarquer que bien que les émotions étudiées ne soient pas considérées comme universelles, dans la mesure où leur construction dépend de l'interprétation de l'autre ainsi que de l'univers situationnel de la communication, elles peuvent néanmoins être expliquées par leur forte inscription dans les communautés émotionnelles, dans les imaginaires sociaux, dans les savoirs de croyance et dans les stéréotypes contenus dans cette situation de communication ou qui la régissent.

Considérations finales

Notre lecture et notre interprétation du procès révèlent la tâche elle-même de déchiffrer des traces des discours, nous obligeant à construire un savoir qui nous laisse souvent encore plus déconcertés, divisés, mais conscients de cela. On établit des relations entre deux mondes distincts qui s'entremêlent et entre textes et discours qui composent le corpus, veillant à ce qu'ils restent indépendants les uns des autres et, en même temps, qu'ils se relient les uns aux autres.

À la recherche d'un équilibre analytique-discursif, d'une équation entre l'univers situationnel et le discursif, entre la vie réelle et l'œuvre, entre les univers interne et externe, entre le subjectif et l'objectif, entre l'altérité et l'individualité en interaction, on intègre des pensées, des croyances et des opinions, dans une constellation de sens qui nous permet une conclusion temporaire, inachevée.

De ce procès contre Flaubert, son œuvre et ses éditeurs, on constate que la littérature – tout comme les autres piliers sociaux – peut exercer un pouvoir profond sur les comportements et les pensées dans la société. Comme exemple, on a vu que l'État Français a redouté que le roman de Flaubert façonne les mentalités et les comportements des jeunes, surtout des jeunes filles.

On considère les émotions présentes dans le procès, ainsi que les communautés et les scénarios émotionnels y présents des projections intériorisées, liées aux imaginaires sociaux et à des normes

morales courantes cristallisées par les idéologies dominantes. Ces facteurs ou ces éléments servent d'outils de cohésion sociale, peuvent soutenir ou approuver des systèmes socioculturels, minimiser d'éventuelles tensions et conflits. Ils peuvent également être analysés et interprétés dans des niveaux différents d'une même dynamique sociale et discursive : les interactions sociales, les espaces de communication et les échanges émotionnels socialement et idéologiquement normés entre les sujets.

Il convient de souligner que les stratégies discursives de l'accusation et de la défense sont à la fois opposées et similaires, puisqu'elles appartiennent au même espace-temps et aux mêmes communautés émotionnelles avec leurs scénarios normatifs. Autrement dit, les deux avocats s'adressent non seulement au jury mais aussi à leurs communautés émotionnelles – à travers des scénarios émotionnels précis – pour toucher les affections et capturer l'adhésion du public à leurs causes, endossant leurs positions morales et éthiques, esthétiques et émotionnelles. Cette moralité, comme on l'a évoqué, est intrinsèquement associée aux pratiques sociales, à la religiosité et ses principes moraux.

La littérature, par le biais des récits, des personnages et des idées qu'elle véhicule, nous invite à réfléchir sur notre condition humaine, à mettre en question des normes de toutes sortes. Elle a comme but ultérieur d'inciter les lecteurs à éprouver des émotions, leur proposer la compréhension de la complexité des sentiments, tout en élargissant la sensibilité aux réalités vécues par d'autres. La littérature devient donc un miroir des sociétés et un outil puissant de transformation personnelle et collective.

Flaubert et la protagoniste Emma influencent non seulement notre perception du monde, mais aussi nos façons d'être et de sentir le monde et dans le monde. Les émotions peuvent avoir pour fonction d'animer, de donner vie au monde symbolique, imaginaire et partagé des communautés émotionnelles, elles soutiennent les représentations identitaires ainsi que les préceptes partagés.

CC BY

Bibliographie

Amossy, R. (Dir.). (1999). *Images de soi dans le discours: La construction de l'ethos*. Delachaux et Niestlé.

Aristote. (2007). *Rhétorique*. Pocket.

Charaudeau, P. (1983). *Langage et discours: Éléments de sémiolinguistique*. Hachette Université.

Charaudeau, P. (1997). *Le discours d'information médiatique: La construction du miroir social*. Nathan.

Flaubert, G. (1951). *Œuvres* (Vol. 1). Gallimard.

Horville, R. (1994). *Littérature française: Anthologie: XIXe siècle*. Larousse.

Larousse. (n.d.). *Dictionnaire de français*. Dictionnaire Larousse en ligne.

Maingueneau, D. (1987). *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Hachette.

Maingueneau, D. (2002). Problèmes d'*ethos*. *Pratiques: Linguistique, littérature, didactique*, (113–114), 55–67.

Pinard, P. E. (1951). Réquisitoire de M. l'Avocat-Impérial M. Ernest Pinard. In G. Flaubert, *Œuvres* (Vol. 1, pp. 615–633). Gallimard.

Plantin, C. (2011). *Les bonnes raisons des émotions: Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Peter Lang.

Rosenwein, B. (2007). *Emotional communities in the early Middle Ages*. Cornell University Press.

Rosenwein, B. (2011). *História das emoções: Problemas e métodos*. Letra e Voz.

Rosenwein, B. (2020). *Anger: The conflicted history of an emotion*. Yale University Press.

Sénard, M. A. J. (1951). Plaidoirie du défenseur Me Sénard. In G. Flaubert, *Œuvres* (Vol. 1, pp. 634–681). Gallimard.

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a7

A "grande cruzada" capixaba: o Hospital Colônia de Itanhenga nas páginas do Diário da Manhã (1934-1937)

HÍCARO RASSELE RODRIGUES
rr.hicaro@gmail.com

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0006-4394-3609

SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO
sp.franco61@gmail.com

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil (2001).
Professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.
Bolsista de Produtividade em Pesquisa FAPES/CNPq - Nível C.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-9045-0763

PALAVRAS-CHAVE:
Lepra;
Hospital Colônia de Itanhenga;
Diário da Manhã;
Espírito Santo.

ARTIGO RECEBIDO A:
27/02/2026
ARTIGO APROVADO A:
29/07/2026

RESUMO: Este artigo objetiva analisar o discurso médico-político que era veiculado pelo aparelho midiático do Governo do Estado do Espírito Santo, entre os anos 1934 e 1937, sobre a instituição Hospital Colônia de Itanhenga: um espaço asilar de internamento compulsório para pacientes com lepra, localizado no Município de Cariacica, na região de Itanhenga. Lançamos mão da abordagem foucaultiana da Análise de Discurso para o estudo das ocorrências encontradas sobre a instituição nas páginas do jornal capixaba Diário da Manhã. A investigação demonstrou o uso médico, político e acadêmico de um discurso negativo sobre a lepra e seus infectados que era operacionalizado para a construção de uma prática social hostil e excludente para com os adoentados. Esta pesquisa nos permitiu inferir que o discurso médico-político sobre a lepra, inicialmente apresentado como assistencialista e focado no bem-estar coletivo da sociedade, se mostrou, de facto, mais engajado em atender aos interesses das autoridades governamentais político-sanitárias.

The capixaba “great Crusade”: Itanhenga Colony Hospital on the pages of Diário da Manhã (1934-1937)

HÍCARO RASSELE RODRIGUES
rr.hicaro@gmail.com

Master’s student in the Graduate Program in History at Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0006-4394-3609

SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO
sp.franco61@gmail.com

PhD in Social History from Universidade de São Paulo, Brazil (2001).
Professor at Universidade Federal do Espírito Santo, Brazil.
FAPES/CNPq Research Productivity Fellow – Level C.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-9045-0763

KEYWORDS:
Leprosy;
Itanhenga Colony Hospital;
Diário da Manhã;
Espírito Santo.

ARTICLE RECEIVED ON:
02/27/2026
ARTICLE ACCEPTED ON:
07/29/2026

ABSTRACT: This article aims to analyse both medical and political discourse disseminated in the media, between 1934 and 1937, by the Government of the State of Espírito Santo regarding Itanhenga Colony Hospital: an asylum for the compulsory segregation of leprosy patients, located in the municipality of Cariacica, in the Itanhenga region. Using Foucault’s approach to Discourse Analysis, we study the institution appearance on the pages of a Espírito Santo journal called Diário da Manhã. This research demonstrated the medical, political and academic usage of a negative discourse about leprosy and those whom it infects, which was operationalizes to build a hostile and exclusionary social environment towards the sick people. This investigation allowed us to understand that the medical-political discourse on leprosy, initially presented as welfare-oriented and focused on the collective well-being of society, was, in fact, more aligned with the interests of the political-sanitary governmental authorities.

CC BY

Primeiras palavras

Há muito, a doença que convencionamos chamar de lepra tem intrigado a humanidade. Conhecida e temida no Ocidente desde a Antiguidade, ela já foi por nós descrita, excluída, excomungada, criminalizada, estudada e isolada ao longo dos séculos; e, junto dela, também seus portadores: sujeitos com corpos adoecidos, que viveram na pele o peso de ter suas identidades conformadas e, por vezes, reduzidas aos contornos simbólicos atribuídos à doença. Tal processo produziu uma série de noções distintas acerca do que é a lepra e seus significados. Por conseguinte, acerca do que é o "doente" e o lugar social que ele ocupa[1].

Apesar da interessante discussão que se faça através dessa chave interpretativa (as diferentes percepções culturalmente construídas e socialmente organizadas sobre a lepra ao longo do tempo), não é nisso que se enfoca o presente artigo. O objetivo central deste texto é apresentar uma breve síntese do discurso médico-político que era veiculado pelo aparelho midiático do Governo do Estado do Espírito Santo sobre a instituição Hospital Colônia de Itanhenga. O hospital localizava-se no Município de Cariacica, na região de Itanhenga, e funcionou oficialmente como um espaço asilar de internamento compulsório para pacientes com lepra, entre os anos de 1937 e 1962.

Para tanto, utilizamos a documentação disponível no sítio eletrônico do Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura, da Universidade Federal do Espírito Santo. Lá, encontra-se uma seção intitulada Memorial do Leprosário de Itanhenga, onde é possível acessar diversos documentos oficiais da instituição, bem como um acervo de periódicos capixabas que trataram sobre o tema. Recolhida e arquivada a partir de buscas na Hemeroteca Brasileira Digital, toda a documentação encontra-se digitalizada e disponível de maneira gratuita para futuras pesquisas.[2]

1. Esse trabalho é resultado do projeto de pesquisa "Viver e morrer no isolamento compulsório: o caso de Leprosário de Itanhenga/ES (1937-1976)", subsidiado pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), na qualidade de Bolsa Produtividade em Pesquisa.

2. A reunião da documentação e montagem do acervo foi realizada pelo Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco com o auxílio de uma equipe técnico-científica, entre 2013 e 2017. A ação foi resultado de um projeto de pesquisa e extensão subsidiado pela FAPES.

CC BY

Fizemos uso das ocorrências obtidas através da busca pelas palavras-chave "Colônia de Itanhenga" e "Leprosário" presentes no periódico *Diário da Manhã*, entre os anos de 1934 e 1937. Ao todo, foram selecionadas 10 ocorrências com base na pertinência de seu conteúdo para as análises propostas. Consideramos excertos que partissem de lugares enunciativos distintos, proporcionando um panorama analítico que evidenciasse a assimetria das posições de fala, ao passo que, também, demonstrasse a ausência dos internados como sujeitos enunciativos dentro do discurso produzido. Já a escolha pelo Jornal se deu em função de sua finalidade política. O *Diário* funcionou como Diário Oficial do Espírito Santo durante a interventoria de João Punaro Bley (1900-1983).[3] Por isso, é uma importante fonte para análise do discurso político oficial propagado pelos governos Federal e Estadual. O recorte cronológico, por sua vez, foi fruto da pertinência em relação ao objeto do artigo. Visto que a inauguração da Colônia ocorreu de modo provisório em 1935 e, plenamente, em 1937, julgamos que a busca nesse recorte renderia maior número de discursos midiáticos sobre o empreendimento de construção do leprosário.

Outras fontes de informação foram mobilizadas para a construção do artigo, como documentos institucionais oficiais de cultura escrita e bibliografias especializadas para expandir o arcabouço teórico-crítico necessário para a análise aqui proposta. Tais documentos e ideias serão articulados, ao longo da argumentação, em busca de iluminar algumas provocações centrais. A primeira delas concerne ao papel dos periódicos na consolidação de uma narrativa, uma vez que o periódico, sobretudo um "diário oficial", funciona como ferramenta política de poder. A segunda diz respeito à memória social que se constitui sobre o leprosário e seus internos. Já a terceira concentra-se no caráter questionador da memória e em como o apagamento de certas narrativas pode ou não servir a um interesse discursivo específico. E, por último, questiona-se o lugar que os internados ocupavam nesse jogo narrativo, quem podia falar sobre a realidade em Itanhenga?

3. As datas de nascimento e morte dos atores históricos foram apresentadas no texto sempre que encontradas. Devido à escassez de fontes, não foi possível localizar um grande volume de dados biográficos.

CC BY

Partindo das proposições de Orlandi (2015, p. 14-15), o discurso, adotado neste artigo enquanto objeto, é entendido como um construto socio-histórico produzido na relação existente entre a linguagem e a realidade material dos falantes. Portanto, a análise discursiva proposta aqui reflete sobre o modo como a ideologia se manifesta na língua e produz a realidade social. Assim, torna-se possível, através da Análise de Discurso, pensar criticamente o modo como a língua, quando operacionalizada em um discurso, pode servir a uma ideologia específica. Nesse sentido, adotamos uma abordagem foucaultiana de análise discursiva. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2010) propõe que o discurso pode ser analisado a partir de esferas distintas, propiciando um entendimento complexo tanto de sua ordenação, quanto de sua relação intrínseca com a realidade que o envolve. Detemo-nos a analisar o discurso que foi produzido sobre o leprosário, a partir de seus princípios externos de *desejo* e de *poder*, como desenvolvidos por Foucault. Consideramos essa delimitação prudente, pois nos possibilitou manter a concisão do artigo, sem comprometer a substância da análise.

Formuladas a partir do ponto de vista político do poder, são duas as questões-problema que moveram esta análise discursiva: *o que pode ser dito?* e *quem pode dizer?* Buscamos nessa investigação esboçar respostas satisfatórias às questões levantadas.

Feitas as devidas considerações, damos início à discussão com uma breve contextualização histórica da Colônia e seus principais personagens. Apresentamos ao leitor, de modo sucinto, o quadro da doença em território capixaba, junto às motivações e conjecturas que tornaram possível o advento do leprosário.

CC BY

1. O empreendimento irrealizável

A saúde tornou-se tópico cada vez mais latente das pautas governamentais durante o Império e a Primeira República, marcando a história nacional com importantes e, por vezes, violentos eventos. Em se tratando da História da Saúde, casos de intervenções arbitrárias do Estado na vida cotidiana não são incomuns e, costumeiramente, se dão motivados pela tentativa de impedir o surgimento ou a expansão de um quadro epidêmico. Alguns desses casos tornaram-se bastante conhecidos em nossa historiografia, a exemplo dos trabalhos de Chalhoub (1996) e Sevcenko (2018). Via de regra, essas ações são promovidas pelo Estado e legitimadas por discursos de políticas públicas de saúde; discursos esses que são impostos à população e, quase sempre, vão ao encontro dos interesses das camadas dirigentes da sociedade. Quando isso ocorre, o Estado deixa de desempenhar seu papel de órgão democrático regulador e passa a atuar como ditador de modelos institucionais de organização e comportamento. O caso da lepra no Brasil nos dá referencial suficiente para avaliarmos a conformação de tal cenário, vide pesquisas como a de Cabral (2013) e organizações como a de Monteiro (2019).

Entre 1902 e 1920, quando o Brasil passava por uma reforma sanitarista, a ação do poder público de saúde foi fortemente expandida, o que possibilitou maior atenção às doenças endêmicas do território nacional, sobretudo às do sertão. Esse processo, como defendeu Hochman (2012, p. 60-62), estava ligado a uma crescente noção de identidade e autonomia nacionais. Nesse processo, a lepra passou a figurar como uma das principais preocupações sanitárias da nação.

Pautada nas determinações de prevenção do contágio e isolamento da Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP) desde 1918, a doença e seus comunicantes deveriam ser expurgados dos centros urbanos, favorecendo um processo de modernização nacional. Em regiões menos urbanizadas das federações, longe das grandes cidades, o Governo Federal desenvolveu políticas de saneamento rural, durante os anos 1920. Com efeito, em 1927, foi criada no Espírito Santo a Inspetoria de Profilaxia da

CC BY

Lepra.[4] Para chefiá-la, foi nomeado o médico leprologista Pedro Fontes, vindo do Rio de Janeiro para administrar a questão da doença em terras capixabas (Franco; Meira, 2024, p. 200).

A atuação do médico no Espírito Santo insere-se em um contexto mais amplo de consolidação das políticas sanitárias brasileiras nas primeiras décadas do século XX, período marcado pela crescente institucionalização do saber médico e pela ampliação do papel do Estado na gestão da saúde coletiva. No caso da lepra, tal processo esteve profundamente associado à produção de discursos científicos que legitimaram práticas de isolamento e segregação como estratégias centrais de controle da doença (Franco; Araújo, 2019, p. 328-331). Ao longo de uma década à frente da Inspetoria, Fontes desempenhou a hercúlea tarefa de realizar censos em todo o território do estado, no intento de avaliar a real situação da lepra no contexto capixaba. Até aquele momento, a presença da doença no Espírito Santo era considerada uma "fagueira ilusão" (Souza-Araujo, 1937, p. 552). Atrás de provar falsa essa crença, o médico fez uso da base de dados dos dispensários e das demais possibilidades de ação do Serviço de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (SPLDV) para mapear a incidência da doença e a realidade de seus afetados.

Quando Pedro Fontes passou a atuar no Espírito Santo, na década de 1920, o Estado apresentava uma estrutura sanitária ainda incipiente e registros oficiais que subestimavam a presença da hanseníase. A realização de levantamentos epidemiológicos, amplamente utilizados por Fontes para evidenciar a "gravidade" do problema, deve ser compreendida como parte de um dispositivo de produção de verdade médica que transformava a doença em objeto mensurável e, ao mesmo tempo, em ameaça coletiva. Nesse sentido, a quantificação dos casos não apenas orientava políticas públicas, mas também reforçava a legitimidade de medidas coercitivas.

4. O processo de estabelecimento e organização de um serviço de combate à lepra no Espírito Santo ocorreu de maneira complexa e gradual. Para mais informações sobre o tema, cf. Franco (2025).

CC BY

Enquanto estava em curso, o trabalho censitário realizado por Fontes tinha seus resultados publicados nas edições do *Diário da Manhã*. Após concluído, já em 1937, o trabalho de Fontes foi condensado e veio a público por meio de um relatório produzido por Heráclides Cesar de Souza-Araújo (1886-1962), talvez o leprologista de maior autoridade no cenário político nacional de meados do século passado. Nesse documento foi relatada a situação do leprosário de Itanhenga e da profilaxia da lepra no Espírito Santo. Segundo Fontes, havia saltado de 22 para 639 o número de casos confirmados, afora os 2.937 comunicantes da doença (Souza-Araújo, 1937, p. 559). Esse contingente alarmou o serviço de saúde pública do Governo do Estado e acabou servindo como sustentação empírica para a necessidade de um leprosário capixaba.

A defesa da criação de um leprosário estadual foi um dos principais eixos da atuação de Pedro Fontes. A implantação da Colônia de Itanhenga, inaugurada em 1937, materializou no território capixaba um modelo de assistência que combinava tratamento médico, vigilância e controle social. Como observa Franco (2023), os hospitais colônia não devem ser analisados exclusivamente como instituições terapêuticas, mas como espaços de disciplinamento, nos quais a separação dos doentes do convívio social produziu estigmas duradouros e profundas rupturas familiares. A prática de isolamento compulsório em espaços hospitalares é uma herança da prática médica europeia do século XIX. Os hospitais colônia têm uma íntima relação com a necessidade estatal de gestão e controle populacional. Podem ser analisados, como fez Bechler (2009; 2011), a partir de um olhar foucaultiano sobre a medicalização e a governamentalidade, que se materializam nas políticas de isolamento compulsório, como ocorreu na Alemanha e na Noruega oitocentistas. Ou, ainda, podem ser avaliados a partir de suas imbricações econômicas, como consequências de um discurso cientificista que atende às necessidades do imperialismo das potências capitalistas do Norte global, como fizeram Buckingham (2002) e Edmond (2006).

CC BY

O Hospital Colônia de Itanhenga nasce, então, a partir de um projeto nacional de combate à lepra, que tem no estado capixaba sua materialização: um espaço autossuficiente pensado para o isolamento, o controle e a vigilância dos internados; como já apontado em investigações anteriores (Rodrigues, 2024; 2025). O projeto desse empreendimento ficou a cargo do Pedro Fontes, que viajou o Brasil em busca de modelos para a construção do leprosário capixaba, e do engenheiro Celestino Quintanilha, ex-prefeito do Município de Alfredo Chaves. A busca por um terreno para a construção da Colônia durou dois meses e foi auxiliada pela indicação de Affonso Schwab e pelos serviços técnicos da Secretaria de Agricultura, na pessoa de Carlos Rosa (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3).

Devido à grandeza do projeto, houve a necessidade de uma série de acordos e solicitações para que a construção do leprosário de Itanhenga realmente saísse do papel. Essa feitoria se deveu, em muito, à atuação política ativa de Pedro Fontes e à participação solícita do então interventor João Punaro Bley. Em alguns momentos de paralisação ou impedimentos, a ideia de levantar uma Colônia no estado foi desacreditada pelo alto investimento. Foi considerado por Fontes um empreendimento "à primeira vista irrealizável", mas que "[...]. Era, porém, imprescindível", (Diário da Manhã, 25 de novembro de 1934, p. 3).

Fruto de um estendido período de planejamentos e viabilizações, a Colônia de Itanhenga foi anunciada pela Secretaria da Fazenda, no dia 10 de março de 1935, na edição de domingo do Diário da Manhã, dentro da seção "Secretaria do Estado" (Diário da Manhã, 10 de março de 1935, p. 2). Dois anos depois, a Colônia contava com 1.200 hectares que agrupavam 65 pavilhões. O terreno banhado pelos rios Santa Maria e Cariacica estava localizado num platô rural do Município de Cariacica, a 80 metros do nível do mar. Lá, o estuário de Vitória viu ser erigido o Hospital Colônia de Itanhenga. Cortado por 20 quilômetros de estrada e envolto em 15 quilômetros de arame farpado, o

leprosário estava estrategicamente localizado a apenas 14 quilômetros de distância da capital Vitória, disposta ao alcance em 20 minutos, por mar ou por terra. Desse terreno, 665 hectares destinavam-se à Colônia propriamente, enquanto 380 hectares compunham uma área para terra cultivável. Afastada por 2 quilômetros da sede, encontrava-se a zona agropecuária com suas grandes pastagens e um estábulo que já acolhia diversos animais.[5]

A atuação de Pedro Fontes à frente do SPLDV é bastante lembrada na historiografia da saúde e das doenças capixaba. Analisado de modo crítico, isto é, levando em consideração o impacto das políticas de isolamento compulsório postas em prática em Itanhenga, o trabalho do leprologista já foi objeto de algumas investigações nas últimas décadas. Para citar apenas alguns exemplos, temos Barros (2014), Franco; Barros (2015), Franco; Meira (2024) e Franco; Lima (2025).

A historiografia tem ressaltado que a centralidade conferida à figura do médico, especialmente nas narrativas institucionais, tende a obscurecer as experiências dos sujeitos internados e as formas de violência associadas ao isolamento compulsório. No caso do Espírito Santo, a memória oficial frequentemente construiu Pedro Fontes como um pioneiro da saúde pública, reforçando uma narrativa de progresso sanitário que silencia conflitos, resistências e sofrimentos cotidianos vividos pelos internos da colônia (Franco; Araújo, 2019, p.335-337). Tal construção memorial revela a assimetria entre o reconhecimento público dos agentes do saber médico e o apagamento das trajetórias dos doentes.

Assim, analisar a atuação de Pedro Fontes a partir da história da saúde implica deslocar o olhar da biografia individual para os dispositivos institucionais e discursivos que moldaram as políticas de combate à lepra. O enfrentamento da hanseníase no Espírito Santo deve ser entendido como resultado da articulação entre ciência, poder estatal e valores morais, nos quais o isolamento se apresentou como solução técnica e, simultaneamente, como prática de exclusão social. Nesse quadro, Pedro

5. Para mais informações sobre a estrutura e disposição espacial da Colônia, cf. Souza-Araújo, Heráclides Cesar de (1937). A lepra no Espírito Santo e a sua prophylaxia: a "Colonia Itanhenga" – leprosário modelo. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, v. 4, n. 32*, p.551-651.

CC BY

Fontes emerge menos como um herói sanitário e mais como um agente historicamente situado, cujas ações refletem os limites e contradições do paradigma médico de seu tempo. Produções com esse viés analítico mostram-se necessárias, pois, apesar de pouco biografado, Fontes havia sido lembrado, sobretudo no discurso médico-político, apenas como promotor de ações inovadoras. Essa memória de Fontes como descobridor do flagelo da lepra no estado capixaba e, também, como heroica figura que livrou a região desse mal ainda repercute; apesar de mais comum em produções da Medicina.

A título de exemplo sobre a produção médica dessa memória, analisemos o excerto de Deps, Santo e Merçon (2018), que resumiram a atuação do médico no Espírito Santo nos seguintes termos:

> A trajetória de Pedro Fontes no Espírito Santo, apesar dos poucos registros historiográficos existentes, pode ser resumida da seguinte forma: esse médico veio ao Espírito Santo com a missão de descobrir onde estavam as pessoas afligidas pela hanseníase e de diagnosticá-las, mas sua preocupação com a qualidade de vida dos doentes acabou levando-o mais longe, muito além dos esforços que resultaram na fundação da Colônia de Itanhenga. Pedro Fontes também se empenhou em proporcionar aos pacientes o tratamento disponível para combater à hanseníase e cuidou para que tivessem condições de vida adequadas na Colônia, com relações sociais e profissionais variadas e enriquecedoras, mesmo quando se trata de um ambiente, ao primeiro olhar, desfavorável a isso (Deps, Santo, Merçon, 2018, p. 11).

O olhar apresentado pelos autores não é de todo incoerente com a realidade dos fatos históricos, pois Pedro Fontes realizou mudanças significativas no contexto epidemiológico da lepra. Vale ressaltar, ainda, que muitas das ações promovidas por ele foram consideradas modernas e humanitárias entre seus pares. Contudo, é necessário salientar que existe uma parte dessa narrativa sendo negligenciada pelos autores: uma parte apagada pelo discurso médico-político hegemônico, que diz respeito à experiência dos adoecidos que estiveram isolados em Itanhenga contra sua vontade.

Não esqueçamos que essas pessoas foram isoladas em prol de um discurso político e de saúde que, mesmo não tendo sido produzido por elas, as obrigou a conviver com suas consequências. A medida profilática do isolamento em Itanhenga impactou negativa e profundamente a vida de muitos dos que foram sujeitados a ela. Provocou segregação e marginalização de pessoas, contribuiu para construção e reforço de estigmas, interrompeu relações parentais, familiares e românticas. Enfim, produziu a alienação dos internados com o mundo "lá fora", como costumavam dizer os colonos de Itanhenga (Silva, Franco, 2018, p. 67).

Ao final do texto supracitado, os autores encerram o artigo com a seguinte sentença: "Hoje, em sua homenagem, a Colônia recebe o seu nome: Hospital Colônia Pedro Fontes" (Deps, Santo, Merçon, 2018, p. 11). Apesar de verdadeira, a informação elencada no texto é símbolo de um processo de cristalização de memória institucional: uma memória sobre o passado capixaba que, a um só tempo, exalta o médico que isolou o paciente e apaga da existência os sujeitos que precisaram, a contragosto, inventar um novo modo de viver dentro da Colônia.

Sabemos, a partir de Pollack (1992) que a memória é um fator formador de identidade social e que a lembrança dos eventos ocorridos no passado é construída e perpetuada de modo seletivo pelos agentes sociais no presente. A partir de Portelli (2016, p. 48), sabemos que uma das versatilidades do uso da memória é, justamente, questionar as narrativas construídas sobre seus referentes. Articulando tais ideias, podemos fazer uso dos discursos promovidos sobre a Colônia a fim de entender qual é a memória sobre Itanhenga que estamos preservando para os períodos vindouros. Para isso, faz-se essencial recuarmos no tempo, aos primeiros anos de sua inauguração, e analisarmos alguns fatores centrais do discurso que foi construído sobre a instituição e que, ainda hoje, nos interpelam através das narrativas sobre não apenas *o que foi*, mas *como se deu* esse passado.

2. Por que nos diz o Diário da Manhã?

A década de 1930 foi marcada pela ascensão de Getúlio Vargas (1882-1954) à presidência, advinda com a instauração de um Governo Provisório de caráter autoritário que, a partir do golpe de Estado de 1937, foi transformado num regime ditatorial: o Estado Novo. Nesse clima de instabilidade política, o governo do estado capixaba detinha-se nas mãos de João Punaro Bley, interventor indicado por Vargas, em 1930. A censura à imprensa foi regra durante o regime Vargas, que aumentou paulatinamente a vigilância e o controle sobre os aparelhos midiáticos nacionais. Alguns órgãos reguladores foram implementados para esse fim, como o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), em 1931, substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), em 1934. Em 14 de julho desse mesmo ano, Vargas atribuiu à imprensa a categoria de serviço público, via Decreto nº 2.776, o que tornou obrigatória a veiculação de comunicados oficiais do Governo em qualquer periódico em todo o território brasileiro.[6]

Essas atitudes, como elucidou Luca (2012, p. 170) compunham o projeto político-cultural do regime varguista, focado em dar forma e introjetar na população um senso identitário e cívico ufanista. É nesse cenário de controle e manipulação midiática que estão inseridas as ocorrências de jornal que analisaremos. Tomaremos como fonte o *Diário da Manhã*, periódico local que servia como instrumento oficial de comunicação política durante o regime varguista, investido de autoridade e legitimação.

São necessárias algumas considerações sobre a abordagem teórico-crítica adotada para análise que se segue. Entendemos que os jornais atuam socialmente não apenas como veículos de informação, mas como aparelhos discursivos detentores de conteúdos com intencionalidade própria. O conteúdo de suas páginas nos apresenta vestígios materiais e simbólicos do momento histórico que o pro-

6. Para mais informações sobre a imprensa capixaba sob o regime de Vargas, cf. França, Brunella; Zorzal, Gabriela; Azevedo, Simone (2008). Era Vargas: o Espírito Santo nas mãos de um interventor mineiro. *In*: Martinuzzo, José Antônio. (org.). *Quase 200*: a imprensa na história capixaba (1ª ed.). Vitória: DIO.

duziu. Por isso, enquanto fontes históricas, seu conteúdo deve ser analisado a partir de seu *lugar de produção* (Barros, 2023, p. 11-21).

O interesse aqui é analisar o discurso produzido sobre a Colônia de Itanhenga no Diário, a partir de sua esfera de produção discursiva externa. Segundo Foucault (2010, p. 5-21), essa esfera pode ser analisada pelos princípios de *poder* e *desejo*. O primeiro, do ponto de vista político, relaciona-se à liberdade de fala que é interditada ou atribuída ao sujeito. O segundo, no entanto, liga-se à autoridade ou legitimidade que é atribuída ao discurso proferido por alguém ou por um grupo, através de um regime de verdade que, ao mesmo tempo, produz o discurso e o valoriza.

Sobre essas bases e levando em conta o contexto de forte censura e manipulação midiática, consideramos que toda informação sobre a Colônia veiculada pelo Jornal servia a um interesse político-sanitário e ideológico. Assim, analisamos o discurso produzido sobre a Colônia com um olhar atento ao conteúdo das páginas e aos atores sociais que o fabricaram, buscando entender quais eram os sujeitos, grupos ou instituições que tinham seus discursos legitimados, autorizados e difundidos no periódico. Objetivamos questionar não apenas o conteúdo do discurso, como também sua intencionalidade: não apenas *o que*, mas *por que* nos diz o Diário da Manhã?

A doença, enquanto fenômeno biopsicossocial, foi entendida de diferentes modos ao longo dos séculos e, no caso específico da lepra, sua terapêutica e profilaxia assumiram diferentes práticas. No discurso e na prática médica brasileiros da década de 1930, a pessoa com lepra era vista como uma enferma que precisava ser vigiada e controlada, pois representava risco de contágio para o resto da sociedade não infectada. O controle e a vigilância se faziam presentes na forma de dispensários, como elucidaram Franco e Araújo (2021, p. 33-37). A assistência médica às pessoas com lepra se confundia com a observação fiscalizadora do estado. Como disse Pedro Fontes em um balanço sobre o Serviço de Profilaxia da Lepra, os dispensários capixabas são "benefícios prestados à população", em espe-

CC BY

cial, os de "Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, João Pessoa, Muqui, Alegre, Colatina e Afonso Claudio" (Diário da Manhã, 25 de novembro de 1934, p. 3).[7]

Funcionando como setores de vigilância para os doentes de lepra e seus comunicantes, os dispensários forneceram uma justificativa empírica para a construção de um leprosário que isolasse o contingente cada vez mais alto de infectados no Espírito Santo. Através de uma articulação médico-política entre Bley e Fontes, foi iniciada a construção de um discurso que apresentava o leprosário como

> [...] a arma mais eficiente de combate à lepra: sem ele não será possível organizar serviço útil de prevenção contra o mal de Hansen [...]. É, a um tempo, *benefício* para o doente, que só no leprosário poderá receber tratamento regular e *garantia* para a população, preservada com a segurança dos leprosos, do seu contágio (Diário da Manhã, 25 de novembro de 1934, p. 3).

O excerto acima foi retirado do balanço realizado por Fontes acerca do serviço de combate à lepra, de 1934. Já nesse primeiro estágio do projeto de construção do leprosário, é possível observar, a partir das palavras em destaque, as preocupações do médico. Em primeiro plano, ele faz questão de registrar que o leprosário é uma medida pensada para o benefício dos adoecidos. Mais adiante ele apresenta a ideia de garantir a preservação da segurança da população capixaba. Esse texto de autoria atribuída a Fontes nos dá base para questionar se o interesse prioritário é, de fato, o benefício da pessoa com lepra.

Ao invés de um diálogo direto com a comunidade que seria afetada pela prática de isolamento compulsório, a postura do médico, enquanto o Chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra, foi divulgar o interesse do Serviço em levar à frente um projeto impositivo, que tem como finalidade "secundária" preservar a segurança sanitária da população capixaba. Para pensar esse fenômeno, é importante

7. A ortografia das palavras citadas diretamente das fontes foi modificada para a forma contemporânea de escrita, visando tornar a leitura do texto mais fluida. Apesar disso, o conteúdo do texto não sofreu quaisquer outras alterações; sendo as palavras transcritas as mesmas palavras apresentadas pelas fontes.

ter em mente que toda ação filantrópica ou assistencialista tem um caráter moralizador e, ao mesmo tempo, preventivo. Isto porque a ação filantrópica e/ou assistencial opera através da categorização de algo ou alguém como um "problema social", em potencial ou já existente. E, a partir daí, trata ou previne, de modo sistemático e contínuo, o "problema" de acordo com os desejos da instituição ou do indivíduo prestador da assistência (Sanglard, Ferreira, 2018, p. 150).

No caso do discurso de Fontes, quando pensamos a escolha das palavras, as associações realizadas pelo Chefe do Serviço se mostram contraditórias a um possível discurso prioritariamente assistencialista. Associar a liberdade da pessoa com lepra a um "perigo" contra a segurança da população geral, ainda que de maneira implícita, é, de certo modo, alarmista e pode auxiliar no fomento de uma narrativa estigmatizante para os adoecidos. Afora que Fontes deixou explícito que a utilidade do Serviço de Profilaxia da Lepra depende diretamente da existência de um espaço para o confinamento das pessoas infectadas.

Como dito anteriormente, em 1935, o "imprescindível empreendimento" foi realizado e a primeira cerimônia de inauguração da Colônia de Itanhenga se dá em meio à comemoração do 4º Centenário de Povoamento do Solo Espírito-Santense. Sendo um evento oficial do estado, estavam presentes diversas autoridades de diferentes instituições importantes na vida política capixaba. Dentre elas encontrava-se o representante do Centro Internacional de Leprologia, na pessoa de Heráclides Souza-Araujo, o Redator-Secretário do Diário da Manhã, Elpídio Pimentel, os Cônsules de Portugal e dos Países Baixos, representantes da Loja Maçônica União e Progresso, da Igreja Católica, junto de outras representações sindicais. Segundo o Diário, a cerimônia teve início com o discurso de Pedro Fontes que "[...] arrancou francos aplauso da numerosa assistência" (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3).

CC BY

Dada a magnitude do evento e a expectativa pelo projeto, o referido discurso foi publicado em longas oito colunas, dividindo a terceira página da edição do Jornal apenas com um minúsculo anúncio de sabonete. No discurso, Fontes mais uma vez expressa seu interesse assistencialista pelo empreendimento: "Nunca deixei de interessar-me por essa construção, tais os benefícios que eu antevia para os leprosos" (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3). O leprologista defende que a Colônia representa uma "[...] risonha perspectiva para o trabalho de Profilaxia da Lepra" e "[...] se não faltar auxílio dos poderes públicos, dentro de um decênio será bem diverso o problema da lepra no E. Santo" (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3).

Aqui, a partir da inauguração provisória da Colônia, podemos observar a aliança médico-política de maneira declarada. Fontes enaltece a postura encorajadora da interventoria de Bley: "Submetida à apreciação do exmo. Sr. Interventor, foi aceita e adotada para a construção da Colônia de Itanhenga, que foi logo iniciada" (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3). Continua a tecer elogios ao interventor, avaliando Bley como "[...] um grande amigo dos leprosos" (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3). Fontes traz a público, nessa ocasião, o interessante dado de que "os nossos mais eminentes leprologistas têm o capitão Bley na conta de um dos chefes de Estado que mais se interessaram pelo problema da lepra no país e na Conferência Nacional de Leprologia, quando reunida no Rio de Janeiro, votou uma moção de aplausos ao seu governo" (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3).

É interessante observar que toda oportunidade de exaltação do governo é aproveitada sem desperdícios. Poderia ser pelo genuíno apreço de Fontes à Interventoria de Bley, mas, dadas as características do regime político vigente e o veículo de comunicação em questão, acreditamos plausível julgar que parte das informações que vangloriam o governo de Bley e o empreendimento da Colônia são apresentadas prioritariamente por interesses políticos. Vale lembrar que tanto a posição de

Bley, quanto a de Fontes eram ocupadas através de indicação direta do Governo Federal. Portanto, parece prudente assumir que existia uma certa preocupação de ambos os lados em manter estável uma memória positiva da atuação política, tanto do médico-chefe quanto do interventor.

Na ocasião da visita de Sylvio Terra à cidade de Vitória, o investigador nacionalmente reconhecido concedeu uma entrevista ao Diário. Apelidado pelo periódico como "Sherlock Sulamericano", o investigador teve sua entrevista publicada na primeira página, sob o título "A honrosa opinião do grande técnico sobre a nossa polícia" (Diário da Manhã, 1 de setembro de 1935, p. 1).

Em sua fala, Terra destacou o leprosário como "A outra boa impressão gravada em meu espírito pelo progresso inteligente da terra capixaba", afirmando ser a Colônia o "bastante para glorificar um administrador, tornando-se digno da gratidão de um povo" (Diário da Manhã, 1 de setembro de 1935).

Afirmou, ainda, que

> O leprosário de Itanhenga é um monumento que honra o Espírito Santo e enaltece o valor da administração do Governador Punaro Bley [...]. Foram essas as duas visitas que mais me impressionaram em Vitória. A Chefiatura de Polícia e o Hospital Colônia de Itanhenga são índices significativos do valor do Espírito Santo e da cultura de seus filhos (Diário da Manhã, 1 de setembro de 1935, p. 1).

Um aspecto importante do período político em que o Brasil foi presidido por Vargas é o de modernização da nação, que, na realidade capixaba, se fez sentir de diversas formas.[8] Nessa esteira, tornam-se mais compreensíveis as falas constantes de autoridades médico-políticas associando os valores modernizantes às políticas sanitárias no território. O que chama atenção no excerto acima é a valorização da Colônia de Itanhenga feita por um investigador policial.

8. Um panorama breve dessa modernização ocorrida no século XX capixaba encontra-se em: Ribeiro, Luiz Claudio Moisés.; Quintão, Leandro do Carmo.; Follador, Kellen Jacobsen.; Ferreira, Gilton Luis (org.). (2015). *Modernidade & Modernização no Espírito Santo* (1ª ed.). Vitória: Edufes.

De acordo com o título dessas opiniões "honrosas", o investigador falaria apenas da Polícia, sua área de especialidade. No entanto, é curioso notar a inserção de suas opiniões acerca do empreendimento do leprosário. Um argumento plausível aqui seria o de que a intenção é evidenciar uma possível aproximação entre o trabalho de vigilância e segurança prestados pela Polícia e o de controle e segurança prestados pelo isolamento na Colônia. Mas essas associações não são feitas explicitamente por Terra.

Para além da exaltação da imagem política de Bley, a contribuição positiva da fala de Terra é projetar boas avaliações sobre a Colônia de Itanhenga. Porém, um possível questionamento que a entrevista deixa ao leitor é: por que a opinião de um investigador sobre uma instituição hospitalar é relevante?

O trecho a seguir faz referência a como os doentes de lepra eram representados no discurso de Fontes "[...]. a lepra, que é hoje apanágio dos povos incultos, avilta nossa Pátria – avalia bem o contentamento que v. exa. Sentirá entregando o Serviço de profilaxia da Lepra, para completar o seu aparelhamento técnico, a Colônia de Itanhenga" (Diário da Manhã, 23 de maio de 1935, p. 3). Esse excerto é bastante revelador, do ponto de vista discursivo, pois demonstra a intenção da fala de Fontes em projetar bons holofotes sobre as medidas adotadas pela interventoria acerca da questão da lepra, ao mesmo tempo que expõe o descaso do poder público em relação à condição real das pessoas doentes de lepra no estado.

Lembremos que em 1935 a lepra era uma doença sem cura conhecida. Apesar da existência de terapêuticas, os tratamentos não tinham alta eficácia e esse cenário só começaria a mudar, no Brasil, a partir das décadas de 1940 e 1950: com a introdução dos medicamentos à base de sulfonas no mercado farmacêutico e com a subsequente mudança gradual dos estereótipos sobre a doença e seus portadores (Carvalho, 2015, p. 546-554). Dadas as condições incipientes de uma terapêutica eficaz para a

doença e a certeza da impossibilidade de cura, ser diagnosticado com a lepra, na década de 1930, significava carregar um estigma social que não pode ser mudado. Quando Fontes diz que o mal da lepra é responsável por "aviltar" a pátria brasileira, ele diz, implicitamente, também, que o portador da lepra é o responsável por essa degeneração da nação.

Para além de um espaço hospitalar, Itanhenga era uma colônia de trabalho agrícola, que visava a autossustentação de seu sistema interno. Para tanto, contava com a presença de espaços como escola, residências, granja, zona agropecuária, cadeia, igreja, cemitério, dentre outros. Era uma instituição completamente regulada. Os relatórios e regimentos disponibilizam informações importantes acerca das regras, direitos e deveres dos internos; podendo ser avaliada nos moldes do que Goffman (2015, p. 11-17) denominou *instituição total*. Isto é, responsável pelo controle e vigilância da vida cotidiana de seus internos.

Analisado por essa ótica, o discurso médico difundido pelo Serviço de Profilaxia da Lepra, através do Diário da Manhã, comunica à população capixaba duas ideias centrais. A primeira é a de que os cidadãos considerados sadios possuem um inimigo comum, que deve ser isolado em um ambiente onde possa ser controlado pelo Estado. A segunda é de que isso deve ser aplaudido e bem-visto, pois é uma operação realizada em prol da segurança e do bem coletivo.

Em 13 de julho de 1935, o Sindicato Médico de Vitória recebeu, para palestrar, o dermatologista paulista Edgard Santos Neves, que estava à frente do Departamento de Lepra de São Paulo (Diário da Manhã, 12 de julho de 1935, p. 1). O serviço leprológico paulista era reconhecido nacionalmente por sua excelência, portanto, tratava-se de uma fala de autoridade. Segundo Neves, Itanhenga satisfazia as exigências de uma campanha atual contra a lepra e exaltou o caráter humanitário do empreendimento.

CC BY

> Sim, porque a luta contra o mal de Hansen, não significa, tão somente, uma segregação violenta e desumana. Ela requer cuidados sem por com o doente que também precisa ser tratado [...]. A colônia de "Itanhenga", guardadas as proporções, nada fica a dever, em matéria de conforto e possibilidade a qualquer asilo-colônia de são Paulo (Diário da Manhã, 23 de julho de 1935, p. 3).

Nos excertos aqui analisados, muito se falou sobre os adoecidos e suas representações, mas nada vimos ser veiculado pelo Jornal sobre a instituição ou seu funcionamento, a partir do ponto de vista de um paciente internado. Esse é o fator característico do discurso difundido sobre a Colônia de Itanhenga, nesse período. A instituição é tida na opinião médico-política como a melhor solução para o problema da lepra e essa narrativa não é confirmada nem confrontada pela experiência real do internamento. Afinal, discurso depende também da adesão social para que seja operacionalizado de forma eficiente e, nesse cenário, não há espaço para disputas narrativas.

Em um artigo de opinião publicado na primeira página pelo Diário, em 1936, de autoria atribuída ao importante jurista capixaba, Mauro de Araujo Braga (1913-1961), as práticas de combate à lepra adotadas no Brasil são vistas a partir dessas lentes: "Os estados do norte, do centro e do sul do brasil estão, por iniciativa privada, concorrendo para resolver a grave questão da lepra, problema que, em vários países cultos, não preocupam mais os governos e governantes. E o Espírito Santo, primeiro do que muitos outros Estados já possui um modelar leprosário" (Diário da Manhã, 31 de julho de 1936, p. 1).

A narrativa utilizada por Braga se mostra taxativa ao categorizar países ao redor do globo como "cultos" e "incultos", associando a presença da lepra nas sociedades com a ideia de atraso. Braga também não apresenta em seu artigo de opinião quais são os parâmetros que utiliza para avaliar e comparar os sucessos ou fracassos das práticas de combate à lepra em outros países, o que torna sua aná-

lise inconsistente e pouco creditável. O autor prossegue: "[...]. O mendigo pede e o leproso contagia. Os quinhentos e tantos leprosos do Espírito Santo podem contagiar a população inteira senão forem imediatamente recolhidos. Daí a importância da grande cruzada" (Diário da Manhã, 31 de julho de 1936, p. 1).

O excerto acima produz um encadeamento de sentidos próprio que se investe dos processos históricos de significação para relacionar sujeito e sentido, organizando assim os gestos de interpretação e produzindo novas práticas de leitura (Orlandi, 2015, p. 21). Em seu artigo, Braga explicita o temor social constituído em torno da pessoa com lepra e, ao fazê-lo, organiza os sentidos que serão mobilizados pelos leitores. Braga articula as noções sobre segurança e perigo através do termo "grande cruzada", componente de um léxico de guerra que se apresenta no Ocidente pelo menos desde as incursões militares católicas do Medievo. Ancorando-se nessa historicidade interdiscursiva, Braga promove uma associação de sentidos direta entre leprosário/aliado e leproso/inimigo. Tal associação pode produzir nos leitores uma tendência interpretativa que, quando mobilizada dentro do regime de verdade, serve à legitimação das intenções médico-políticas do Governo estadual.

No artigo de Braga, o adoecido não é apresentado como uma pessoa com lepra, mas como um problema, um risco de contágio que deve ser isolado da sociedade. Essa compreensão somada à alusão histórica das cruzadas é mobilizada discursivamente provocando no leitor um senso de dualismo reducionista: de um lado nós ("saudáveis", representantes do avanço) e, de outro, eles ("leprosos", representantes do perigo). Ademais, o uso do termo "leproso" endossa essa interpretação, pois reduz toda a complexa subjetividade das pessoas com lepra à performance de um estereótipo (os que contagiam), que servia aos interesses segregacionistas de uma elite social.

CC BY

Sabemos, a partir de Rosenberg (1989, p. 1-15), que as interpretações construídas sobre uma doença são projetadas nos adoecidos e capazes de gerar *enquadramentos*, que relegam o sujeito com a doença à marginalização social. Esses enquadramentos delimitam o campo de ação política do agente social no mundo, produzindo interdições ou impedimentos. Nesse sentido, o adoecido por lepra tem sua possibilidade de fala destituída por conta de um enquadramento social pejorativo. Compreendemos, então, que ao longo da década de 1930, no Espírito Santo, a voz da pessoa com lepra perdeu alcance político e foi deslegitimada dentro da construção discursiva sobre sua própria realidade. Dito de outro modo, a opinião da pessoa com lepra deixou de influenciar sobre os processos decisivos de seu cotidiano e tal cenário está refletido nos discursos sobre a Colônia veiculados pelo Diário da Manhã.

Apesar disso, a narrativa positiva acerca da realização da Colônia foi o que se sustentou no discurso médico-político hegemônico. Depois de inaugurada, a Colônia de Itanhenga foi vista não apenas pelas autoridades políticas e de saúde como um bom empreendimento, mas também pela população geral. Suas instalações serviam à comunidade externa como espaço educativo, a exemplo da visitação dos alunos de 4ª e 5ª série do Colégio Americano, para terem uma "[...] encantadora aula sobre a lepra, e meios de combatê-la e evitá-la" (Diário da Manhã, 18 de abril de 1937, p. 9). Serviram, ainda, como um programa exótico para a população do bairro Vila Rubim, em Vitória, que foi levada para uma visita à instituição pelo vereador José Bittencourt (Diário da Manhã, 30 de janeiro de 1937, p. 1).

O discurso difundido pelo Diário da Manhã foi de triunfo da Colônia e era essa a narrativa oficial que seria veiculada não apenas no Espírito Santo, mas em todo o território nacional. Assim ficou atestado no dia 20 de abril de 1937, quando o Diário publicou um telegrama do então presidente Vargas, avaliando positivamente a atuação política de Bley no enfrentamento à doença. O discurso

político oficial da Federação, na pessoa de Vargas, destacou Bley como promotor de um "relevante melhoramento" que ficará assinalado pela "inteligência" e pela "fecunda atuação" do interventor no Governo do Espírito Santo (Diário da Manhã, 20 de abril de 1937, p. 1).

Considerações finais

Os excertos analisados apresentaram certa regularidade em relação ao léxico empregado para tratar da Colônia e dos adoecidos por lepra. A Colônia foi promovida discursivamente ora como um empreendimento positivo que marcava o progresso dos filhos do Espírito Santo, ora como uma arma a ser utilizada contra os contagiantes para salvaguardar a segurança da população capixaba. Já os adoecidos foram discursivamente enquadrados como um risco social, como uma marca do inculto atraso de um povo. A mobilização discursiva mostrou-se não só como uma técnica de legitimação do empreendimento médico-político frente à população capixaba, mas também como meio de promoção dos agentes envolvidos na execução desse empreendimento, em especial, o leprologista Pedro Fontes e o interventor João Punaro Bley.

Através desta breve análise discursiva, foi possível inferir que o discurso oficial propagado pela mídia capixaba sobre a Colônia de Itanhenga, apesar de apresentado à população como prioritariamente assistencialista e preocupado com o bem-estar dos cidadãos infectados pela lepra, mostrou-se, na prática, mais engajado em atender aos interesses médico-políticos das autoridades governamentais. A análise possibilitou o estudo do papel político que era exercido pelo jornal Diário da Manhã, na sociedade capixaba, entre 1934 e 1937: funcionando como uma importante ferramenta discursiva de articulação política e produtora de mobilização social. Utilizando-se de sua plataforma de comunicação com amplo alcance, o Governo estadual projetava vozes de representantes dos diversos setores da sociedade organizada para promover a Colônia e seus principais idealizadores. Juristas, poli-

CC BY

ciais, médicos, parlamentares, professores e até mesmo o próprio presidente publicizaram suas elogiosas considerações sobre Fontes, Bley e a Colônia de Itanhenga, através do Diário da Manhã.

Sem pretensões de encerrar a discussão, foi intenção deste estudo proporcionar algumas chaves de análise capazes de contribuir para o avanço de pesquisas futuras dentro da temática. Apesar de bastante estudada por uma historiografia da saúde e das doenças capixaba, a Colônia de Itanhenga apresenta-se, ainda, pouco explorada enquanto objeto de análises discursivas. Com esse intuito, a investigação aqui proposta foi realizada.

Referências

Periódicos

Diário da Manhã, Vitória, ano XVIII, n. 3050, 23 de julho de 1935, p. 3.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXVIII, n. 2002, 23 de maio de 1935, p. 3.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXVIII, n. 2859, 25 de novembro de 1934, p. 3.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXX, n. 3390, 30 de janeiro de 1937, p. 1.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXX, n. 34567, 20 de abril de 1937, p. 1.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXX, n. 3456, 18 de abril de 1937, p. 9.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXVIII, n. 2943, 10 de março de 1935, p. 2.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXVIII, n. 3042, 12 de julho de 1935, p. 1.

Diário da Manhã, Vitória, ano XVIII, n. 3082, 1 de setembro de 1935, p. 1.

Diário da Manhã, Vitória, ano XXIX, n. 3248, 31 de julho de 1936, p. 1.

Bibliografia

Barros, J. D'A. (2023). *O jornal como fonte histórica* (1ª ed.). Vozes.

Barros, L. A. A. (2014). *Colônia de Itanhenga: A luta contra a lepra no Espírito Santo (1934–1945)* [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo].

Bechler, R. G. (2011). Das colônias africanas ao III Reich: A atuação do governo alemão frente à lepra da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XXI. *Locus, 17*(1), 273–300.

Bechler, R. G. (2009). Muito mais do que o isolamento em questão: Ciência, poder e interesses em uma análise das duas primeiras conferências internacionais de lepra – Berlim 1897 e Bergen 1909. *Temporalidades, 1*(2), 175–201.

Buckingham, J. (2002). *Leprosy in colonial South India: Medicine and confinement*. Palgrave.

Cabral, D. (2013). *Lepra, medicina e políticas de saúde no Brasil (1894–1934)* (1ª ed.). Fiocruz.

Carvalho, K. A. (2015). Discussões em torno da reconstrução do significado da lepra no período pós-sulfônico, Minas Gerais, na década de 1950. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 22*(2), 541–557.

Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Companhia das Letras.

Deps, P. D., Santo, R. B. do E., & Merçon, F. E. S. (2018). Pedro Fontes, o médico que descobriu a hanseníase no estado do Espírito Santo, Brasil. *Mirabilia Medicinae, 1*(1), 7–12.

Edmond, R. (2006). *Leprosy and empire: A medical and cultural history*. Cambridge University Press.

Foucault, M. (2010). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (20ª ed.). Edições Loyola.

França, B., Zorzal, G., & Azevedo, S. (2008). Era Vargas: O Espírito Santo nas mãos de um interventor

mineiro. In J. A. Martinuzzo (Org.), *Quase 200: A imprensa na história capixaba* (1ª ed.). DIO.

Franco, S. P. (2023). Os internos na Colônia Itanhenga/ES: Quem eram eles? In R. dos S. Batista et al. (Orgs.), *História das ciências e da saúde: Tendências, temas e arquivos* (1ª ed.). Hucitec.

Franco, S. P., & Araujo, T. M. de. (2019). Adoecer por lepra e com a doença conviver: Apontamentos sobre a implantação da Colônia de Itanhenga-ES (1937) e o isolamento compulsório. In Y. Nogueira Monteiro (Org.), *História da hanseníase no Brasil: Silêncios e segregação* (1ª ed.). Intermeios.

Franco, S. P., & Araujo, T. M. (2021). Isolar e assistir: Desafios do tratamento dos doentes de lepra na colônia de Itanhenga – Espírito Santo. *Dimensões – Revista de História*, (47), 31–43.

Franco, S. P., & Barros, L. A. A. (2015). A lepra no Espírito Santo: De fagueira ilusão à Colônia de Itanhenga. *Dimensões, 34*(1), 228–254.

Franco, S. P., & Lima, Z. M. M. (2025). O serviço de profilaxia da lepra e doenças venéreas: O caso do Espírito Santo. In A. L. L. Nogueira et al. (Orgs.), *Uma história brasileira das doenças* (Vol. 14, 1ª ed.). Identidade Editorial.

Franco, S. P., & Meira, J. F. (2024). A ação do médico Pedro Fontes e a implantação da Colônia de Itanhenga/ES (1927–1937). In A. L. L. Nogueira et al. (Orgs.), *Uma história brasileira das doenças* (Vol. 13, 1ª ed.). Identidade Editorial.

Goffman, E. (2015). *Manicômios, prisões e conventos* (9ª ed.). Perspectiva.

Hochman, G. (2012). *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil* (3ª ed.). Hucitec.

Luca, T. R. de. (2012). A grande imprensa na primeira metade do século XX. In T. R. de Luca & A. L. Martins (Orgs.), *História da imprensa no Brasil* (2ª ed.). Contexto.

Monteiro, Y. N. (Org.). (2019). *História da hanseníase no Brasil: Silêncios e segregação* (1ª ed.).

CC BY

Intermeios.

Orlandi, E. P. (2015). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos* (12ª ed.). Pontes.

Pollack, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos, 5*(10), 200–212.

Portelli, A. (2016). *História oral como arte da escuta*. Letra e Voz.

Ribeiro, L. C. M., Quintão, L. do C., Follador, K. J., & Ferreira, G. L. (Orgs.). (2015). *Modernidade & modernização no Espírito Santo* (1ª ed.). Edufes.

Rodrigues, H. R. (2024). O Hospital Colônia de Itanhenga (1937–1962): Isolamento compulsório e estigmatização da lepra no Espírito Santo. In P. M. da S. Merlo et al. (Orgs.), *Diálogos sobre a modernidade* (Vol. 3, 1ª ed.). Identidade Editorial.

Rodrigues, H. R. (2025). O Hospital Colônia de Itanhenga e o contexto de isolamento compulsório no Espírito Santo entre 1937 e 1962: Um estudo sobre sociabilidades e vivências de internados. In A. L. L. Nogueira et al. (Orgs.), *Anais do XII Colóquio de História das Doenças*. Identidade Editorial.

Rosenberg, C. E. (1989). Disease in history: Frames and framers. *The Milbank Quarterly, 67*(1), 1–15.

Sanglard, G., & Ferreira, L. O. (2018). Caridade & filantropia: Elites, Estado e assistência à saúde no Brasil. In L. A. Teixeira, T. S. Pimenta, & G. Hochman (Orgs.), *História da saúde no Brasil* (1ª ed.). Hucitec.

Sevcenko, N. (2018). *A Revolta da Vacina: Mentes insanas em corpos rebeldes*. Unesp.

Silva, S. S. de A., & Franco, S. P. (2018). "Se eu estou doente, eu não posso ir embora para lá": A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo. *Khronos, 1*(6), 65–78.

Souza-Araújo, H. C. de. (1937). A lepra no Espírito Santo e a sua prophylaxia: A "Colonia Itanhenga" – leprosário modelo. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 32*(4), 551–651.

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a8

Tráfico humano, discurso e vulnerabilidade: análise metalinguística de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre trabalho análogo à escravidão de brasileiros em Mianmar

MARCOS ALEXANDRE FERNANDES RODRIGUES

rodmaf2@gmail.com

Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES).
ORCiD: https://orcid.org/0000-0001-9695-229X

PALAVRAS-CHAVE:

Metalinguística;
Superior Tribunal de Justiça;
Tráfico de pessoas;
Trabalho análogo à escravidão.

ARTIGO RECEBIDO A:

06/02/2026

ARTIGO APROVADO A:

29/07/2026

RESUMO: O tráfico humano constitui um fenômeno histórico que se contextualiza no capitalismo neoliberal, marcado por grandes migrações, pela precarização do trabalho e pela intensificação de desigualdades econômicas, raciais e geopolíticas. Nesse cenário, o discurso de promessa de emprego funciona como meio de aliciamento de sujeitos em situação de vulnerabilidade, ressignificando a expectativa de dignidade em exploração. O presente artigo tem por objetivo analisar, pela abordagem metalinguística do discurso, como uma decisão do Superior Tribunal de Justiça referente ao tráfico internacional de brasileiros para Mianmar refrata relações de hierarquização, poder e violência, com atenção analítica a um segmento de sua fundamentação concernente ao recrutamento e ao controle das vítimas. O aporte teórico fundamenta-se na Metalinguística, proposta por Bakhtin (2016, 2018), bem como contribuições de Medviédev (2016) e Volóchinov (2018). Metodologicamente, realiza-se a análise de um Agravo em Recurso Especial (AREsp 3029357), relatado pelo Ministro Antonio Saldanha Palheiro e publicado no dia 27 de novembro de 2025, selecionado segundo três critérios: (i) centralidade do discurso de promessa de trabalho; (ii) atualidade histórica; e (iii) potencial analítico-interpretativo. Os resultados permitem compreender que a decisão judicial analisada refrata relações sociais de desigualdade e dominação ao qualificar juridicamente os acontecimentos e as condutas submetidas à apreciação do STJ, evidenciando que o tráfico humano se sustenta também por formas de aliciamento e controle empregadas pelos traficantes, que antecedem a coerção física e participam da constituição da violência. Observa-se que a promessa de melhores condições de vida funciona como signo ideológico que captura expectativas socialmente produzidas, ressignificando a vulnerabilidade em um meio de controle, de modo que os sujeitos traficados são reduzidos, no destino final, a condições de trabalho análogo à escravidão e de supressão de sua autonomia e dignidade.

Human trafficking, discourse and vulnerability: metalinguistic analysis of the Brazilian Superior Court of Justice's decision on Brazilian victims subjected to conditions analogous to slavery in Myanmar

MARCOS ALEXANDRE FERNANDES RODRIGUES

rodmaf2@gmail.com

PhD candidate in Language Studies at Universidade Federal do Rio Grande, Brazil.
Fellow of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0001-9695-229X

KEYWORDS:

Metalinguistics;
Superior Court of Justice;
Human trafficking;
Labor analogous to slavery.

ARTICLE RECEIVED ON:

02/06/2026

ARTICLE ACCEPTED ON:

07/29/2026

ABSTRACT: Human trafficking constitutes a historical phenomenon situated within neoliberal capitalism, marked by large-scale migrations, the precarization of labor, and the intensification of economic, racial, and geopolitical inequalities. In this context, the discourse of promised employment operates as a means of recruiting individuals in situations of vulnerability, resignifying expectations of dignity into exploitation. This article aims to analyze, through a metalinguistic approach to discourse, how a decision of the Brazilian Superior Court of Justice concerning the international trafficking of Brazilians to Myanmar refracts relations of hierarchization, power, and violence, with analytical attention to a segment of its reasoning concerning the recruitment and control of victims. The theoretical framework is grounded in Metalinguistics, as proposed by Bakhtin (2016, 2018), together with contributions from Medviédev (2016) and Volóchinov (2018). Methodologically, the study analyzes an Agravo em Recurso Especial (AREsp 3029357), reported by Justice Antonio Saldanha Palheiro and published on November 27, 2025, selected according to three criteria: (i) the centrality of the discourse of promised employment; (ii) historical contemporaneity; and (iii) analytical-interpretive potential. The results indicate that the judicial decision analyzed refracts social relations of inequality and domination by legally qualifying the events and conduct submitted to the Superior Court of Justice for consideration, demonstrating that human trafficking is also sustained by forms of recruitment and control employed by traffickers, which precede physical coercion and participate in the constitution of violence. It is observed that the promise of better living conditions functions as an ideological sign that captures socially produced expectations, resignifying vulnerability as a means of control, such that trafficked subjects are ultimately reduced to conditions of labor analogous to slavery and to the suppression of their autonomy and dignity.

Introdução

O tráfico humano constitui um fenômeno histórico marcado pela exploração e que, embora apresente continuidades com formas pretéritas de escravização, assume contornos específicos na contemporaneidade, sobretudo no contexto do capitalismo neoliberal e da globalização do crime organizado. O aumento de fluxos migratórios, a precarização estrutural do trabalho e o aprofundamento das desigualdades econômicas, raciais e geopolíticas produzem condições que tornam sujeitos socialmente vulneráveis mais suscetíveis ao aliciamento. Nesse cenário, a mobilidade humana passa a ser atravessada por discursos que prometem ascensão social, emprego e dignidade por meio de signos que ressignificam a migração como oportunidade ao mesmo tempo em que silenciam a exploração. Assim, o tráfico de pessoas, além de tudo, é um processo discursivo que captura corpos por meio da linguagem.

Em uma reportagem publicada pelo UOL em 2024, bem como em investigações jornalísticas posteriores, Mianmar é descrito como um território de alto risco para o tráfico humano em razão de sua instabilidade política agravada após o golpe militar de 2021. Nesse contexto, pessoas traficadas são forçadas a desempenhar funções que vão desde atividades de combate e vigilância armada, cozinha, cultivo agrícola, construção civil, limpeza e manutenção de acampamentos até situações extremas, como o uso de vítimas como escudos humanos. Parte significativa dos traficados é destinada, ainda, a centros de golpes digitais, nos quais são obrigados a aplicar fraudes *on-line* – comumente envolvendo criptomoedas – sob comando de organizações criminosas, instaladas em cassinos ou complexos localizados em regiões fronteiriças, sobretudo entre Mianmar e Tailândia. A respeito disso, uma reportagem do Intercept Brasil de 2024 relata, por exemplo, o caso de Luckas Viana dos Santos, ex-vítima que reconheceu os crachás dos guardas do KK Park[1] e descreveu o processo de aliciamento por meio de anúncios de emprego em grupos do *Telegram*. Segundo o relato, a proposta

1. O KK Park, situado em Mianmar – antes chamada de Birmânia –, na região fronteiriça com a Tailândia, consolidou-se como um complexo de criminalidade transnacional, com crimes cibernéticos, tráfico de pessoas e esquemas de fraude financeira dentre os quais golpes como *pig butchering* (abate de porcos).

CC BY

envolvia suposta vaga de atendimento ao cliente em aplicativos de relacionamento, com salário de US$ 1.500, moradia incluída e contrato de seis meses, formalmente localizada na Tailândia, e articulada a redes que operam nas zonas de fronteira com Mianmar.

De fato, o "Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil" afirma que o tráfico humano está entre as atividades criminosas mais lucrativas do mundo, contextualizando-se em circuitos transnacionais de obtenção de lucro. As vítimas, comumente migrantes internos ou internacionais, têm restrição de liberdade, controle de movimentos, retenção de documentos, dívidas, ameaças e violências física e psicológica. Esses atos permitem compreender que a dominação se sustenta por meio de discursos disciplinadores e enunciados que naturalizam a submissão, produzem medo, silenciam a denúncia e organizam relações de poder. Desse modo, compreender o tráfico humano exige analisar como a linguagem, enquanto ato social, cultural e histórico, reproduz formas contemporâneas de exploração.

Em vista disso, o objetivo é analisar, pela abordagem metalinguística do discurso, como uma decisão do Superior Tribunal de Justiça referente ao tráfico internacional de brasileiros para Mianmar refrata relações de hierarquização, poder e violência, com atenção analítica a um segmento de sua fundamentação concernente ao recrutamento e ao controle das vítimas. Em correlação com isso, a justificativa desta pesquisa se baseia em três razões: i) social, ao subsidiar uma compreensão crítica sobre o tráfico humano enquanto mercantilização da vida; ii) acadêmica, ao contribuir para a literatura[2] a respeito desse fenômeno pelo campo de Estudos da Linguagem; iii) jurídica, ao reconhecer a violação, em âmbito internacional, do Protocolo de Palermo e, no plano interno, do Código Penal brasileiro, especialmente do art. 149-A, que tipifica o crime de tráfico de pessoas.

2. Weitzer (2014) sustenta que, apesar do aumento expressivo da cobertura midiática, do ativismo antitráfico e da criação de políticas, leis e mecanismos de fiscalização em diversos países, o enfrentamento ao tráfico de pessoas tem sido marcado por fragilidades. Segundo o autor, grande parte do discurso público, da formulação de políticas e da aplicação da lei apoia-se em pesquisas escassas ou metodologicamente frágeis, uma vez que a literatura existente é habitualmente anedótica, sensacionalista ou limitada a panoramas gerais e críticas teóricas. O pesquisador, enfim, aponta que muitos estudos acadêmicos reproduzem, sem o devido escrutínio científico, dados e afirmações provenientes de governos e organismos internacionais, os quais, por sua vez, nem sempre tornam transparentes suas fontes e métodos.

CC BY

O aporte teórico fundamenta-se na Metalinguística, essa denominação em razão da postulação apresentada por Bakhtin (2018) para o estudo das relações dialógicas do discurso. A escolha distingue-se da denominação Análise Dialógica do Discurso, consolidada posteriormente na recepção brasileira das obras de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov. Essa ancoragem metalinguística é colocada em diálogo com contribuições de Medviédev (2016) e Volóchinov (2018), especialmente quanto ao enunciado, à avaliação social e ao signo ideológico, sem pressupor que esses autores tenham denominado suas próprias propostas como Metalinguística. Subsidiariamente, dialoga-se com autores como Dias e Sprandel (2011), Bonfim (2024), Faria e Ferreira (2025), Sampaio e Disconzi (2025), Weitzer (2014) e Zimmerman (2011) ao tratar do fenômeno do tráfico humano.

Metodologicamente, realiza-se a análise da decisão judicial concernente ao Agravo em Recurso Especial n.º 3029357 de 2025 (ARESP 3029357/2025) com a relatoria do Ministro Antonio Saldanha Palheiro do STJ. Para selecioná-la, usaram-se os seguintes critérios: i) centralidade do discurso de promessa de trabalho; ii) atualidade histórica; e iii) potencial analítico-interpretativo. Esses critérios se legitimam, porque se pretende estudar o tráfico de brasileiros para o continente asiático, particularmente para Mianmar, considerando a atualidade histórica desse fenômeno que fragiliza, mundial e nacionalmente, sujeitos vulneráveis. Na análise metalinguística, faz-se um recorte de uma decisão judicial (consultar o Quadro 1 – Linguagem, controle e exploração no tráfico humano), a fim de poder interpretar as estratégias do locutor/traficante para o aliciamento do interlocutor/traficado.

A unidade enunciativa considerada nesta pesquisa corresponde à decisão judicial em sua integralidade, compreendida como enunciado concreto produzido na esfera jurídica. Para fins de análise, seleciona-se um segmento de sua fundamentação no qual se concentram as referências ao recrutamento, ao aliciamento e aos meios de controle empregados contra as vítimas. O recorte constitui, portanto, uma delimitação analítica interna ao enunciado, cuja interpretação considera sua inserção

CC BY

no todo da decisão, suas condições de produção e circulação, sua constituição genérica e as vozes sociais que nela são retomadas e valoradas.

Ao fim, o artigo compõe-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira, "Pressupostos da Metalinguística: valor(ações) em discurso e linguagem", apresenta a Metalinguística postulada por Bakhtin (2018), em diálogo com Bakhtin (2016), Medviédev (2016) e Volóchinov (2018). A segunda, "Tráfico humano, migração e o trabalho análogo à escravidão de brasileiros", discute o tráfico de pessoas com respaldo em Dias e Sprandel (2011), Bonfim (2024), Faria e Ferreira (2025), Sampaio e Disconzi (2025) e Zimmerman (2011). A terceira, "Tráfico humano, discurso e vulnerabilidade: uma análise metalinguística da decisão do STJ", desenvolve a análise do objeto com base na discussão teórica precedente. As considerações finais sintetizam os resultados em relação ao objetivo proposto.

1. Pressupostos da Metalinguística: valor(ações) em discurso e linguagem

Ao postular a Metalinguística, Bakhtin (2018) estabelece uma distinção metodológica em relação às abordagens linguísticas de seu horizonte intelectual voltadas prioritariamente ao sistema da língua e às relações linguístico-semânticas tomadas em abstração das relações dialógicas. Seu objeto é o discurso, compreendido como língua em sua integralidade concreta e viva, realizado em enunciados social e historicamente situados. Para o autor, o objeto não é a língua isolada em suas categorias abstratas; trata-se do discurso compreendido como língua em sua integralidade concreta e viva, tal como se realiza em atos e acontecimentos sociais. Embora a abstração realizada pela linguística seja legítima para seus fins metodológicos, Bakhtin (2018) destaca que justamente os aspectos dela abstraídos – históricos, sociais, ideológicos e valorativos – são aqueles que assumem importância para a com-

CC BY

preensão da linguagem em uso[3]. Desse ponto de vista, a Metalinguística constitui-se como um campo que estuda o mesmo fenômeno concreto da Linguística a partir de uma abordagem distinta.

Nesta pesquisa, a opção pela denominação Metalinguística decorre de uma posição historiográfica e teórica. Souza (2002), ao reconstruir a constituição dessa ciência da linguagem na obra de Bakhtin, demonstra que a Metalinguística foi efetivamente postulada por Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, como campo destinado ao estudo das relações dialógicas, embora seus fundamentos já estivessem presentes nas obras de 1929. Sua recepção posterior, entretanto, privilegiou categorias como diálogo, dialogismo e relações dialógicas, aproximando o pensamento bakhtiniano de campos já constituídos, como a Semiótica e a Pragmática, o que contribuiu para obliterar a autonomia da ciência proposta pelo autor.

Na recepção europeia, Julia Kristeva difundiu a denominação Translinguística para *metalingvistika*, opção terminológica posteriormente adotada por outros estudiosos, embora não corresponda ao nome empregado por Bakhtin. No Brasil, por sua vez, consolidou-se posteriormente a Análise Dialógica do Discurso (ADD) como elaboração teórico-metodológica fundamentada nas obras de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov. As denominações, portanto, possuem histórias e estatutos distintos: enquanto Translinguística e ADD pertencem à recepção e à reelaboração posterior do pensamento bakhtiniano, Metalinguística designa a ciência da linguagem expressamente postulada por Bakhtin (Souza, 2002).

A Linguística com a qual Bakhtin, Medviédev e Volóchinov dialogavam nas primeiras décadas do século XX encontrava-se atravessada por diferentes correntes, entre as quais Volóchinov (2018) distingue duas orientações de grande influência: o subjetivismo individualista, associado, entre outros, a Humboldt e Vossler, que situava a realidade da língua no ato criador individual, e o objetivis-

3. A decisão judicial pode ser compreendida como gênero discursivo da esfera jurídica, constituído pela relação entre conteúdo temático, estilo e construção composicional. Esta última realiza-se segundo formas relativamente estabilizadas de constituição do enunciado na esfera jurídica, podendo compreender, de acordo com a espécie de pronunciamento jurisdicional, segmentos como relatório, fundamentação e dispositivo. Esses componentes adquirem sentido no todo do enunciado e em correlação com sua finalidade discursiva, seus interlocutores e as condições concretas de produção.

CC BY

mo abstrato, relacionado sobretudo à tradição saussuriana, que privilegiava a língua como sistema relativamente autônomo de formas e relações. A crítica desenvolvida por esses autores dirige-se aos limites de ambas as orientações para a compreensão do enunciado concreto, concebido como acontecimento social, histórico, valorativo e necessariamente orientado para outros enunciados.

É nesse horizonte intelectual que se compreende a postulação bakhtiniana da Metalinguística: em *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2018) distingue-a da Linguística propriamente dita sem estabelecer entre elas uma relação de exclusão, atribuindo à primeira o estudo de aspectos da vida concreta do discurso que ultrapassam os limites do objeto linguístico estrito, particularmente as relações dialógicas. Estas se realizam por meio da língua; porém, não se reduzem às relações formais ou lógico-semânticas entre suas unidades. A Metalinguística constitui, assim, uma ciência da linguagem destinada ao exame do discurso em sua existência concreta e dialógica, cuja constituição histórica e conceitual na obra de Bakhtin e do Círculo é reconstruída por Souza (2002).

Essa mudança epistemológica consiste no estudo das relações dialógicas. Para Bakhtin (2018), essas relações não podem existir entre categorias do sistema da língua – palavras do dicionário, morfemas, lexemas – nem entre textos considerados sob uma perspectiva rigorosamente linguística. As relações dialógicas pertencem ao campo do discurso, pois somente se tornam possíveis quando as relações linguístico-semânticas se materializam em enunciados concretos, dotados de autoria e situados em contextos sociais determinados. Assim, a linguagem só vive na comunicação dialógica entre sujeitos, estando toda a vida da linguagem impregnada por essas relações, independentemente de seu campo de uso.

Essa concepção permite compreender que todo enunciado expressa uma posição, uma vontade, ainda que o autor empírico seja desconhecido ou coletivo. Para Bakhtin (2018), é essa posição que

CC BY

torna possível a reação dialógica, pois toda compreensão já é, em alguma medida, uma resposta. As relações dialógicas, portanto, são irredutíveis às relações linguísticas ou semânticas, embora dependam delas para se constituírem. Elas se concretizam quando diferentes posições, valores e cosmovisões se confrontam na materialidade sígnica da linguagem.

No contexto do tráfico humano para fins de trabalho análogo à escravidão, essa perspectiva é produtiva. Enunciados como "oportunidade", "emprego", "vida melhor" e "dívida" não funcionam como signos/palavras neutras do sistema da língua; porém, como signos ideológicos carregados de posições alheias que organizam relações de hierarquia, submissão e controle. Essas palavras põem em diálogo vozes sociais em conflito – a do aliciador, a da vítima, a do Estado – e participam ativamente da produção de sentidos que legitimam a exploração. A Metalinguística, ao se voltar para as relações dialógicas expressas no discurso, possibilita compreender como a violência e a vulnerabilidade se realizam materialmente e se constroem, se estabilizam e se refratam na linguagem.

De fato, Medviédev (2016) contribui para essa interpretação ao relacionar sentido, valor e enunciado. Para o autor, a Linguística, ao abstrair-se das formas concretas do enunciado, também se afasta da avaliação social, razão pela qual o sistema da língua, enquanto construção abstrata, não comporta valores sociais propriamente ditos (Medviédev, 2016). Nessa perspectiva, a palavra tomada isoladamente, como "palavra de dicionário", constitui apenas um signo convencional, cuja relação entre signo e sentido é técnica e abstrata, marcada por uma ruptura em relação à realidade social.

Essa ruptura, contudo, é superada no âmbito do enunciado concreto. Medviédev (2016) sustenta que qualquer enunciado singular, mesmo quando reduzido a uma única palavra, é um ato social. Enquanto materialidade sonora, gráfica ou visual, o enunciado integra a realidade social e histórica, organizando a comunicação e orientando-se sempre para uma reação responsiva. Assim, o enuncia-

CC BY

do reage a outros discursos e, simultaneamente, participa de um acontecimento comunicativo situado, inseparável de um tempo, de um espaço e de uma situação social determinados. O sentido do enunciado é historicamente condicionado, e o próprio fato de sua enunciação "aqui e agora" constitui, igualmente, um fenômeno histórico.

Com isso, o valor do enunciado não reside apenas em seu conteúdo semântico; ele se constitui no fato de que determinado sentido se torna objeto de discussão em um contexto específico, integrando o horizonte concreto dos sujeitos envolvidos. Para Medviédev (2016), o sentido da palavra-enunciado ingressa na história por meio do ato individual de sua realização, sendo inteiramente determinado pelo conjunto das condições histórico-sociais que estruturam a situação comunicativa. Cada época, acrescenta o autor, organiza-se em torno de um centro de valores que orienta as práticas discursivas e a criação ideológica.

Nesse horizonte, enunciados que invocam legalidade aparente, meritocracia e responsabilidade – como a exigência de cumprimento de "regras internas", a imposição de "metas" e a ameaça de "sanções" – adquirem valor axiológico específico, inscrito nas condições históricas do capitalismo neoliberal, no qual a racionalidade produtiva tende a legitimar a mercantilização da vida e a disciplinarização dos corpos. A análise metalinguística, ao articular sentido, valor e enunciado, permite compreender que o tráfico humano se sustenta tanto por mecanismos materiais de coerção quanto pela produção histórica de discursos que normalizam a violência, realocam a culpa para o sujeito explorado e estabilizam relações hierárquicas profundamente desiguais.

As contribuições de Volóchinov (2018) permitem aprofundar a compreensão do signo ideológico e de sua centralidade na produção de sentido. Para o autor, todo signo é ideológico na medida em que reflete uma realidade objetiva e a refrata segundo posições sociais, históricas e valorativas em dis-

puta. O signo, portanto, é parte da tensão entre o reflexo de um significado relativamente estável, associado ao sistema da língua, e a refração do sentido discursivo, produzida em enunciados concretos. A palavra "trabalho" representa esse processo: enquanto unidade lexical, pode refletir a ideia geral de atividade produtiva; contudo, ao ser enunciada em contextos específicos – como no tráfico humano para fins de trabalho análogo à escravidão –, refrata sentidos vinculados à coerção, à exploração, à disciplina e à despossessão de direitos. Assim, o signo "trabalho" expressa relações de poder, hierarquia e violência inscritas nas condições sociais de sua mobilização.

Enfim, esse diálogo entre Bakhtin (2018), Medviédev (2016) e Volóchinov (2018) permite compreender o discurso como parte de uma disputa de sentidos, no qual linguagem, valor e história se constituem. A Metalinguística, ao tomar o enunciado como unidade de análise, possibilita investigar como os signos, longe de apenas nomearem o mundo, participam ativamente da produção de sentidos. No caso do tráfico humano, essa perspectiva evidencia que a exploração é também pautada pela produção discursiva de sentidos que normalizam a violência, silenciam a vulnerabilidade e legitimam formas contemporâneas de escravização.

2. Tráfico humano, migração e o trabalho análogo à escravidão de brasileiros

O tráfico de pessoas, como preceitua Bonfim (2024), não constitui um fenômeno recente. Ao contrário, trata-se de uma prática recorrente ao longo dos séculos, associada a diferentes regimes políticos. Desde a Antiguidade clássica e a Idade Média, a captura, a circulação forçada e a exploração de seres humanos integraram estratégias de dominação territorial, econômica, política e espiritual. Essa lógica histórica alcança seu ápice durante o período das grandes navegações e da colonização

CC BY

quando o tráfico transatlântico de africanos escravizados se consolida como um dos pilares da economia mundial, estruturando, de modo decisivo, a formação social, econômica e racial do Brasil.

Em razão disso, o tráfico humano contemporâneo deve ser interpretado como uma continuidade histórica do passado escravocrata brasileiro, (con)formada por novas racionalidades e dispositivos de controle. Faria e Ferreira (2025) destacam que, embora a escravidão formal tenha sido abolida, persistem dinâmicas de exploração que reproduzem, sob outras formas, a mercantilização do corpo e da força de trabalho. O Brasil, desde o período colonial até a atualidade, figura simultaneamente como território de origem, trânsito e destino de vítimas do tráfico humano, o que atesta a permanência estrutural das desigualdades que alimentam esse crime. A vulnerabilidade social, marcada pela pobreza, pela precarização do trabalho, pela desigualdade de gênero e pelo acesso limitado à educação, constitui o cenário sobre o qual se erguem as redes de aliciamento e exploração, tanto no espaço interno quanto nas rotas internacionais (Faria; Ferreira, 2025).

Com base em Zimmerman (2011), a fase de recrutamento constitui o momento inaugural do processo de tráfico de pessoas e se caracteriza pela convergência entre vulnerabilidades sociais, econômicas e simbólicas e a atuação estratégica de recrutadores. Trata-se de uma etapa central na própria definição internacional do tráfico humano, uma vez que o recrutamento se realiza, majoritariamente, por meio do discurso de ofertas enganosas de migração e trabalho, embora também possa envolver sequestro ou coerção direta. Os recrutadores podem integrar redes criminosas estruturadas ou atuar de modo informal e oportunista, sendo recorrente que o aliciamento ocorra por intermédio de pessoas conhecidas das vítimas, como amigos, vizinhos ou familiares, o que reforça a dimensão interacional/discursiva da confiança mobilizada nesse estágio inicial. Nesse contexto, a promessa de um futuro melhor funciona como signo ideológico capaz de ressignificar situações de precariedade e induzir a adesão ao deslocamento (Zimmerman, 2011).

CC BY

Zimmerman (2011) destaca, ainda, que a vulnerabilidade ao recrutamento pode estar ligada a experiências prévias que afetam a saúde física e mental dos sujeitos, tais como histórico de abuso, privações, instabilidade política e econômica, crises familiares, degradação ambiental e violência interpessoal. Esses fatores, definidos como "fatores de expulsão", ampliam a suscetibilidade ao aliciamento e produzem efeitos duradouros sobre a saúde, incluindo sequelas físicas, sofrimento psíquico e comportamentos de risco. Para a autora, mulheres e crianças apresentam, de forma desproporcional, históricos de violência anterior, embora a pesquisadora ressalte a escassez de pesquisas empíricas capazes de delinear com precisão os perfis demográficos das vítimas. Do ponto de vista analítico, a fase de recrutamento revela-se decisiva, pois nela se articulam vulnerabilidade, linguagem e expectativa, constituindo as condições subjetivas e materiais que (con)formarão a experiência posterior de exploração (Zimmerman, 2011).

Segundo Zimmerman (2011), a fase de exploração corresponde ao momento em que o tráfico de pessoas se materializa de forma mais visível, isto é, quando os sujeitos passam a trabalhar em contextos marcados pela apropriação abusiva de sua força de trabalho e, não raramente, de seus próprios corpos. Nessa etapa, concentram-se as práticas mais comumente associadas ao tráfico humano, como trabalho forçado, servidão por dívida, violência física e sexual, coerção psicológica, confinamento, privação de liberdade e práticas financeiras abusivas, acompanhadas de ameaças dirigidas às vítimas ou a seus familiares. Embora a "exploração" esteja nas definições internacionais de tráfico, a autora destaca que essa palavra permanece conceitualmente imprecisa e excessivamente ampla, o que dificulta a delimitação analítica do que caracteriza, de fato, uma relação exploratória e compromete a formulação de políticas públicas e estratégias de enfrentamento mais eficazes (Zimmerman, 2011).

CC BY

Do ponto de vista dos impactos concretos, Zimmerman (2011) sustenta que a fase de exploração está associada a danos graves e persistentes à saúde física e mental das vítimas, ainda que a noção de "dano" não apareça de forma explícita nas definições normativas do tráfico humano. Jornadas exaustivas, condições degradantes de moradia, exposição a agentes químicos ou biológicos, uso de maquinário pesado sem treinamento adequado e punições financeiras ou corporais por baixo desempenho configuram um cotidiano de exploração que aprofunda a vulnerabilidade inicial e agrava os sofrimentos ao longo do tempo. Assim, a fase de exploração concretiza o projeto criminoso do tráfico e produz efeitos duradouros de desumanização, que tendem a se prolongar mesmo após o rompimento formal da situação de cativeiro (Zimmerman, 2011).

Diante dessa realidade, Dias e Sprandel (2011) situam a consolidação da agenda internacional de combate ao tráfico no interior de um cenário marcado pela preocupação crescente dos Estados com a circulação de pessoas e com a criminalidade transnacional. A elaboração do Protocolo de Palermo, no âmbito das Nações Unidas, é relevante para esse movimento, uma vez que o tráfico de pessoas foi problematizado prioritariamente como questão de repressão penal e de segurança internacional, e não como violação sistemática de direitos humanos e fundamentais[4]. Esse enquadramento produz efeitos, pois realoca o foco da proteção das vítimas para o fortalecimento de mecanismos de controle, vigilância e cooperação policial entre os Estados.

Dias e Sprandel (2011) alertam para o risco de a agenda antitráfico ocupar espaços antes destinados ao debate mais amplo sobre direitos dos migrantes e condições de trabalho, promovendo uma leitura apenas criminalizante da mobilidade humana. A centralidade conferida à dicotomia vítima/algoz, embora politicamente funcional, tende a encobrir as condições estruturais que produzem a vulnerabilidade e a reduzir a complexidade das experiências vividas pelas pessoas traficadas. Além disso, a institucionalização da agenda antitráfico movimenta fluxos significativos de recursos

4. Convém distinguir, em termos dogmáticos, os direitos fundamentais, positivados no âmbito interno e integrados ao catálogo constitucional com especial destaque para o art. 5º da Constituição Federal de 1988, dos direitos humanos, consagrados primordialmente em instrumentos normativos internacionais, especialmente tratados e convenções de proteção da pessoa humana.

CC BY

financeiros, consultorias e relatórios, contribuindo para a manutenção de determinadas estruturas de poder que nem sempre dialogam com as demandas concretas das populações afetadas.

Faria e Ferreira (2025) aprofundam essa análise ao confirmar que o tráfico humano se consolidou como uma das atividades ilícitas mais lucrativas do mundo, justamente por explorar, de forma estratégica, os desejos, expectativas e necessidades das vítimas. No Brasil, o aliciamento raramente se dá por meio de violência física imediata; ao contrário, parte-se predominantemente do consentimento viciado, construído a partir de promessas de trabalho, melhoria de vida e ascensão social. O endividamento surge como uma das principais técnicas de dominação, transformando custos de transporte, alimentação e moradia em dívidas impagáveis, que aprisionam as vítimas em ciclos prolongados de exploração. A retenção de documentos, a intimidação psicológica e a ameaça constante reforçam esse controle, dificultando o reconhecimento jurídico da condição de vítima e a ruptura com a situação de exploração.

É preciso problematizar que a compreensão do tráfico humano no Brasil reside também na relação entre esse crime e práticas de corrupção institucional. Tal como apontam Faria e Ferreira (2025), a omissão ou conivência de agentes públicos fragiliza os mecanismos de fiscalização e favorece a atuação das organizações criminosas. A ausência de investigações consistentes e de responsabilização efetiva revela um cenário no qual o enfrentamento ao tráfico humano se choca com limites estruturais do próprio sistema de justiça. Essa realidade evidencia que o combate ao tráfico não pode ser reduzido à criação de normas ou políticas isoladas; exige um enfrentamento mais profundo das engrenagens sociais, econômicas e institucionais que sustentam a exploração.

É nesse contexto que está a formulação da política brasileira de combate ao tráfico de pessoas. Sampaio e Disconzi (2025) indicam que o desenho dessa política começa a se consolidar a partir de

CC BY

2005, impulsionado pela ratificação do Protocolo de Palermo e pela pressão internacional para que o Brasil assumisse compromissos mais concretos no enfrentamento do problema. A parceria estabelecida com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (*United Nations Office on Drugs and Crime*) foi interessante na circulação de informações, na promoção de eventos e na construção de um discurso institucional sobre o tráfico humano. Como resultado desse processo, foi instituído o Decreto nº 5.948/2006, que estabeleceu a Política Nacional de Combate ao Tráfico de Pessoas, alinhando-se conceitualmente às definições e diretrizes do Protocolo de Palermo.

Finalmente, a incorporação desse modelo internacional não se dá sem tensões. A política nacional, ao adotar uma abordagem inspirada unicamente na repressão, reproduz parte das limitações já apontadas no plano global, especialmente no que diz respeito à centralidade do viés criminal em detrimento da proteção integral dos direitos humanos-fundamentais das vítimas. Assim, compreender o tráfico humano no Brasil implica reconhecer sua historicidade, suas continuidades estruturais e suas expressões discursivas e institucionais, bem como analisar criticamente os modos pelos quais o Estado nomeia, regula e enfrenta esse fenômeno. É a partir dessa compreensão ampliada que se torna possível examinar, no plano jurídico-discursivo, como o tráfico de pessoas é enunciado, interpretado e decidido no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

3. Tráfico humano, discurso e vulnerabilidade: uma análise metalinguística da decisão do STJ

Esta seção desenvolve a análise metalinguística de um AREsp do STJ, com atenção a um segmento de sua fundamentação concernente ao recrutamento e aos meios de controle impostos às vítimas, a fim de compreender como se refratam relações de hierarquização, poder e violência. Para situar o re-

CC BY

corte no todo do enunciado concreto, inicialmente se considera a decisão judicial em sua constituição como gênero discursivo da esfera jurídica.

A decisão judicial[5] é tomada neste estudo como gênero discursivo da esfera jurídica. Na acepção bakhtiniana, os gêneros correspondem a tipos relativamente estáveis de enunciados constituídos nas diferentes esferas da atividade humana e realizam, de maneira indissociável, conteúdo temático, estilo e construção composicional (Bakhtin, 2016). Na esfera jurisdicional, a decisão responde a uma controvérsia submetida ao Poder Judiciário e realiza uma posição institucional acerca das questões jurídicas e fáticas apreciadas. Sua constituição discursiva decorre, portanto, de uma situação concreta de interlocução que envolve o julgador, as partes, o Ministério Público, as instâncias precedentes e outros enunciados mobilizados no processo.

Dessa forma, o AREsp em questão é composto por partes que organizam juridicamente e discursivamente o julgamento, como relatório, fundamentação e dispositivo. Cada uma dessas partes cumpre uma função específica. O relatório apresenta o caso: resume o percurso processual, os argumentos da acusação e da defesa e indica qual é a controvérsia jurídica submetida ao Tribunal. Na sequência, está a fundamentação, que é o cerne da decisão. É nela que se manifesta de forma mais premente a voz do Ministro relator que dialoga explicitamente com os argumentos da defesa e da acusação, confronta teses jurídicas, interpretando provas e mobilizando normas legais, precedentes e garantias-princípios. Do ponto de vista metalinguístico, o Ministro responde a vozes alheias – das partes, do Ministério Público, de instâncias anteriores – e, ao fazê-lo, refrata esses discursos a partir de sua posição institucional. Finalmente, o dispositivo contém a conclusão da decisão: se o recurso é provido ou não, se a condenação é mantida, agravada ou afastada, e quais são os efeitos jurídicos imediatos.

5. A decisão é o pronunciamento jurisdicional que resolve uma questão processual ou de mérito, podendo ser proferida de forma monocrática, por um único magistrado, ou colegiada. Já o acórdão é a forma específica que a decisão assume quando resulta do julgamento colegiado por um tribunal: trata-se do texto-enunciado que registra o entendimento majoritário do órgão julgador, estruturado a partir do relatório, dos votos e do dispositivo. Assim, todo acórdão é uma decisão, mas nem toda decisão é um acórdão, distinção que também se reflete na pluralidade de vozes que o acórdão incorpora e organiza discursivamente.

CC BY

Feita essa discussão, o Ministro Antonio Saldanha Palheiro do STJ descreve na fundamentação da decisão um cenário no qual o acusado se valeu de laços prévios de amizade, convivência e confiança – estabelecidos sobretudo no espaço social da cidade de Sobral/CE – para enganar e aliciar brasileiros, inclusive amigos de infância, prometendo-lhes melhores condições de vida no exterior. Uma vez deslocadas para o Mianmar, as vítimas passaram a ser submetidas a um regime sistemático de exploração, marcado por jornadas exaustivas, punições arbitrárias, ameaças veladas de morte, controle psicológico, retenção de documentos, vigilância armada e endividamento progressivo, elementos que, em conjunto, configuraram um quadro de trabalho análogo à escravidão e de cárcere privado.

O agravo destaca a degradação das condições de existência impostas às vítimas, bem como a complexidade dos mecanismos de controle acionados pela organização criminosa. É a partir desse contexto discursivamente construído que se desenvolve a análise, buscando compreender de que modo tais práticas são significadas no interior da decisão e como os signos mobilizados refratam estruturas de hierarquização, poder e violência. À vista disso, dialoga-se com Weitzer (2014) para quem a centralidade dada ao tráfico para fins sexuais tende a escantear o fenômeno do tráfico de pessoas para exploração laboral, presente na agricultura, indústria, mineração e serviço doméstico, marcado por trabalho forçado, retenção de documentos, descontos salariais abusivos, privação de liberdade e condições desumanas de vida e trabalho. Esses elementos, recorrentes no caso analisado, podem ser observados de forma sistematizada no Quadro 1 – Linguagem, controle e exploração no tráfico humano, que antecede e orienta a leitura da análise metalinguística da decisão do STJ.

QUADRO 1 – Linguagem, controle e exploração no tráfico humano

[...] o recrutamento de ao menos 12 vítimas com emprego de ardil e **falsas promessas de trabalho no exterior**, **com ocultação proposital das reais condições a que seriam submetidas**; a atuação reiterada, organizada e estratégica do recorrido, que negociava diretamente com integrantes estrangeiros da organização criminosa e recebia pagamentos por recrutar pessoas para atividades ilícitas; a confiança que os líderes do esquema depositavam no recorrido, a ponto de lhe incumbirem o aliciamento e o gerenciamento de conflitos com as vítimas; e a manutenção da situação criminosa mediante **controle psicológico, vigilância, ameaças** e **bloqueio do acesso das vítimas à ajuda externa, perpetuando seu estado de vulnerabilidade**. [...] o acusado, enquanto integrante da organização criminosa, contribuiu de modo muito ativo para **manter os brasileiros trabalhando em condições penosas e em cárcere privado no Myanmar**, inclusive **delatando aos líderes da ORCRIM as tentativas dos brasileiros de buscarem ajuda da embaixada e da mídia [...]**.

Fonte: Superior Tribunal de Justiça (2025, grifos nossos)

Diante disso, começa-se a análise pela afirmação "[...] o recrutamento de ao menos 12 vítimas com emprego de ardil" (linha 1). Do ponto de vista do reflexo linguístico, isto é, do significado relativamente estabilizado no sistema da língua, o signo "recrutamento" designa, em uso ordinário, o ato de selecionar ou arregimentar pessoas para determinada atividade, comumente associado a contextos formais e até legítimos. Já o signo "ardil" remete, no mesmo campo semântico, à ideia de astúcia, artimanha ou estratégia enganosa, qualificando a ação dolosa. Nessa dimensão, a construção linguística aponta para uma prática organizada de captação de pessoas mediante engano.

Entretanto, a análise metalinguística exige avançar para a dimensão da refração discursiva, na qual esses signos, ao serem enunciados no interior de uma decisão judicial, passam a expressar posições axiológicas e relações sociais concretas. No enunciado analisado, "recrutamento" é refratado pelo discurso jurídico-penal como ato criminoso estruturado, vinculado à lógica do tráfico humano.

CC BY

O acréscimo de "ao menos 12 vítimas" permite compreender uma rede de vítimas. Já o signo "ardil", ao ser mobilizado nesse contexto, refrata uma relação de desigualdade entre o traficante e as vítimas, inscrevendo no discurso a exploração da confiança, da proximidade social e da vulnerabilidade como constitutivos do crime.

Assim, esse segmento produz sentidos ao relacionar signos que ressignificam atos socialmente reconhecíveis – como oferecer trabalho ou intermediar oportunidades – em exploração. A promessa implícita que sustenta o "ardil" não aparece explicitada; ela é pressuposta e socialmente compartilhada, o que evidencia como o discurso jurídico dialoga com outros discursos circulantes, especialmente os do mercado de trabalho e da migração. Desse modo, a análise metalinguística permite atestar que o tráfico humano se sustenta, nesse ponto, pela coerção física posterior e pela refração discursiva de signos que, ao prometerem mobilidade e melhoria de vida, organizam previamente a submissão das vítimas.

A expressão "falsas promessas de trabalho no exterior" (linhas 1 e 2) concretiza essa interpretação que, sob a perspectiva metalinguística, tensiona a articulação entre reflexo linguístico e refração discursiva na produção de sentido sobre o tráfico humano. Na dimensão do reflexo linguístico, a palavra "promessa" remete a um compromisso orientado ao futuro, carregado de expectativa e projeção; "trabalho", por sua vez, designa, no sistema da língua, uma atividade produtiva socialmente legitimada, associada à subsistência, à dignidade e à inserção social; já a locução "no exterior" evoca a ideia de deslocamento internacional, comumente vinculada, no horizonte social, a ascensão econômica, mobilidade social e melhoria das condições de vida. O adjetivo "falsas" funciona semanticamente como qualificativo que nega a veracidade do conteúdo prometido, indicando a presença do engano.

CC BY

Contudo, na dimensão da refração discursiva, esses signos adquirem profundidade axiológica concreta ao serem enunciados no interior de uma decisão judicial que trata do tráfico internacional de pessoas. A "promessa", aqui, é um meio de aliciamento que instrumentaliza desejos socialmente produzidos no contexto do capitalismo neoliberal, sobretudo em sociedades marcadas pela precarização do trabalho e pela desigualdade estrutural. O signo "trabalho", longe de funcionar como valor positivo, é refratado como simulacro: aquilo que se anuncia como meio de dignificação ressignifica-se, na prática, em meio de submissão, exploração e violência. Já o "exterior" deixa de significar horizonte de oportunidades e passa a funcionar discursivamente como espaço de isolamento, ruptura de redes de proteção e agravamento da vulnerabilidade.

Ainda nesse horizonte, o segmento "falsas promessas de trabalho no exterior" (linhas 1 e 2) nomeia o engano e organiza um discurso no qual a linguagem antecede e possibilita a violência. A falsidade não reside apenas na não realização do prometido, e sim na ressignificação da esperança em instrumento de dominação. A análise metalinguística possibilita, assim, compreender que o tráfico humano se inicia no campo do discurso, quando signos socialmente prestigiados são refratados de modo a legitimar a captura de sujeitos vulneráveis.

A expressão "com ocultação proposital das reais condições a que seriam submetidas" (linha 2), nesse enunciado judicial, tensiona reflexo linguístico e refração discursiva. Na dimensão do reflexo linguístico, "ocultação" designa o ato de esconder, encobrir ou suprimir informações; o adjetivo "proposital" acrescenta a intencionalidade, afastando qualquer leitura de erro ou desconhecimento; já a locução "reais condições" pressupõe a existência de uma verdade material sobre o trabalho e a vida das vítimas, enquanto "submetidas" indica uma relação desigual, na qual os sujeitos não escolhem, mas são colocados sob determinadas circunstâncias por vontade alheia.

CC BY

Em contraposição, é na dimensão da refração discursiva que o segmento demonstra sua concretude. A ocultação não se limita à supressão de dados factuais, visto que constitui uma estratégia de gestão da vulnerabilidade. Ao silenciar as "reais condições", o discurso do aliciamento constrói um vazio que é preenchido por expectativas socialmente produzidas sobre trabalho, mobilidade e ascensão econômica. A intencionalidade expressa pelo "proposital" refrata uma racionalidade própria do crime organizado, na qual o controle das vítimas começa antes do deslocamento físico, instaurando-se no nível da linguagem e do discurso.

Além disso, o uso da forma passiva "a que seriam submetidas" (linha 2) refrata discursivamente a subalternização das vítimas, antecipando, no próprio enunciado, a condição de sujeição que se concretizará no destino final. A submissão aparece, assim, como resultado do tráfico e como já inscrito no discurso que o viabiliza. Do ponto de vista metalinguístico, o segmento confirma que a violência do tráfico humano se inicia pela manipulação do dito e do subentendido, no interior da qual a ocultação opera como mecanismo de controle e de poder, antecedendo a coerção física. A decisão judicial, ao nomear essa ocultação, torna inteligível a refração de relações estruturais de hierarquia, demonstrando como o silêncio estratégico integra o próprio meio de exploração e dominação.

A sequência "controle psicológico, vigilância, ameaças" (linhas 6 e 7) materializa, em poucos signos, essa dominação que pode ser examinada metalinguisticamente a partir da relação entre reflexo linguístico e refração discursiva. Na dimensão do reflexo linguístico, "controle psicológico" designa a atuação sobre a subjetividade do sujeito, afetando emoções, percepções e capacidades de decisão; "vigilância" refere-se ao ato de observar de modo contínuo, instaurando um estado de monitoramento permanente; e "ameaças" indicam a projeção de um mal futuro como meio de intimidação. Tomados isoladamente, esses signos descrevem atos conhecidos de coerção e repressão.

CC BY

Todavia, na dimensão da refração discursiva, esses signos se organizam como uma linguagem de poder, demonstrando que a manutenção da situação de tráfico e de trabalho análogo à escravidão não depende exclusivamente da força física. O "controle psicológico" refrata uma forma de dominação mais profunda, na medida em que internaliza o medo e a obediência, levando as vítimas a regularem a si mesmas. A "vigilância", por sua vez, ultrapassa o simples ato de observar e se ressignifica em signo de onipresença do dominador, produzindo a sensação de que qualquer tentativa de fuga ou resistência será imediatamente percebida e punida. Já as "ameaças" funcionam discursivamente como antecipação da violência, tornando-a constante mesmo quando não se materializa.

A justaposição desses signos no segmento refrata um meio de poder disciplinar e totalizante, no qual o corpo e a subjetividade das vítimas são simultaneamente capturados. Sob a abordagem da metalinguística, percebe-se que esses atos são sustentados por enunciados que naturalizam a submissão e produzem silêncio, medo e isolamento. Assim, o discurso do controle não apenas descreve a violência, uma vez que participa ativamente de sua reprodução, justamente porque organiza sentidos que transformam a vigilância e a ameaça em condições permanentes da experiência vivida. O enunciado judicial, ao convocar esses signos, materializa a refração das relações de hierarquia e violência que estruturam o tráfico humano.

A expressão "bloqueio do acesso das vítimas à ajuda externa, perpetuando seu estado de vulnerabilidade" (linhas 7 e 8) demonstra, sob a perspectiva metalinguística, um enunciado no qual a linguagem dá forma a um meio de reprodução da dominação. Na dimensão do reflexo linguístico, "bloqueio" remete à interrupção ou impedimento de circulação; "acesso" indica a possibilidade de entrada, contato ou comunicação; "ajuda externa" refere-se a instâncias situadas fora do controle direto dos exploradores – como autoridades, embaixadas, mídia ou redes de apoio. Já a forma "perpe-

CC BY

tuando" introduz a ideia de continuidade temporal, enquanto "estado de vulnerabilidade" nomeia uma condição de fragilidade estrutural, social e subjetiva.

Na dimensão da refração discursiva, entretanto, esses signos demonstram uma estratégia que ultrapassa o confinamento físico e se instala no campo do discurso. O bloqueio não se limita à restrição material de contatos; ele implica a produção de silêncio e isolamento, rompendo os vínculos das vítimas com discursos alheios capazes de nomear e significar a violência sofrida. Ao impedir o acesso à ajuda externa, o tráfico produz um fechamento, no qual apenas a voz do dominador permanece audível, reforçando a desigualdade entre quem controla e quem é controlado.

A ideia de "perpetuação" refrata a naturalização da vulnerabilidade, que deixa de ser percebida como situação excepcional e passa a funcionar como condição permanente da existência das vítimas. Nesse sentido, a vulnerabilidade é explorada e ativamente produzida e mantida por meio de atos que deslegitimam a busca por auxílio e alimentam o medo de represálias. Sob a abordagem da metalinguística, o enunciado expressa que a violência do tráfico humano se sustenta pela interdição da palavra e da circulação de sentidos, uma vez que impedir o acesso à ajuda externa significa impedir que outros enunciados – jurídicos, humanitários ou solidários – interrompam a lógica da exploração. Assim, o discurso, além de refletir a vulnerabilidade, a refrata e a estabiliza como parte integrante da dominação.

O segmento "manter os brasileiros trabalhando em condições penosas e em cárcere privado no Myanmar" (linhas 9 e 10) permite fundamentar, pela metalinguística, a articulação entre reflexo linguístico e refração discursiva na construção do sentido jurídico do tráfico humano. Na dimensão do reflexo linguístico, o verbo "manter" indica continuidade e intencionalidade na preservação de uma situação; "trabalhando" remete à execução de uma atividade produtiva; "condições penosas" quali-

CC BY

fica esse trabalho como árduo, degradante e excessivo; e a expressão "cárcere privado" designa, no campo penal-constitucional, a privação da liberdade de locomoção, um direito fundamental. A referência "no Myanmar" situa o acontecimento em território asiático, ressaltando a dimensão transnacional do crime.

Não obstante, na dimensão da refração discursiva, o enunciado permite compreender uma sobreposição de sentidos que ultrapassa a simples descrição fática. O signo "trabalho", aqui, é refratado como instrumento de coerção, deixando de representar atividade social legítima para se ressignificar em meio de aprisionamento. O uso do verbo "manter" traz à tona que a exploração não é episódica; trata-se de uma prática sistematicamente sustentada, articulada a meios de controle físico e psicológico. Já a justaposição entre "trabalhando" e "cárcere privado" produz uma tensão discursiva: aquilo que, no horizonte social, pressupõe liberdade contratual e circulação passa a coexistir com a ideia de aprisionamento, expondo a contradição estrutural do trabalho análogo à escravidão.

A localização "no Myanmar" refrata, ainda, a agravação da vulnerabilidade decorrente do deslocamento internacional, uma vez que o espaço estrangeiro funciona como signo de isolamento jurídico, linguístico e cultural, dificultando o acesso à proteção estatal e a redes de apoio. Sob o viés da metalinguística, o segmento mostra que a violência do tráfico humano não se reduz à soma de ilícitos penais; porém, organiza-se discursivamente pela naturalização de um regime em que trabalho, sofrimento e privação de liberdade coexistem. A decisão judicial, ao nomear essas condições, torna inteligível como o discurso jurídico refrata relações de poder que transformam o trabalho em técnica de encarceramento e dominação.

A expressão "delatando aos líderes da ORCRIM as tentativas dos brasileiros de buscarem ajuda da embaixada e da mídia" (linhas 10 e 11) ressalta, sob a perspectiva metalinguística, um ponto na en-

CC BY

grenagem do tráfico humano. Na dimensão do reflexo linguístico, o verbo "delatar" significa denunciar, revelar algo de forma a produzir consequências negativas para o delatado; a expressão "líderes da ORCRIM" remete à estrutura hierárquica do crime organizado; e as locuções "embaixada e mídia" designam instâncias externas de proteção institucional e de visibilidade pública. Já "tentativas de buscar ajuda" indica um movimento incipiente de resistência e ruptura com a situação de exploração.

Na dimensão da refração discursiva, no entanto, a expressão corrobora a ressignificação da linguagem em instrumento ativo de controle e punição. A delação não aparece apenas como ato informativo, e sim como ato que reverte a iniciativa das vítimas contra elas próprias, transformando a busca por auxílio em fator de agravamento da violência. Ao comunicar aos líderes da organização criminosa as tentativas de contato com a embaixada e a mídia, o acusado atua como mediador do poder, bloqueando a circulação de enunciados capazes de interromper o regime de exploração.

A presença dos signos "embaixada e mídia" é interessante: ambos representam vozes externas que poderiam reinscrever as vítimas em outros horizontes axiológicos – o do direito, da proteção consular, da denúncia pública. A delação, nesse sentido, funciona como mecanismo de silenciamento preventivo, reafirmando o fechamento imposto às vítimas. Sob o viés da metalinguística, o enunciado mostra que o tráfico humano se sustenta pelo controle dos corpos e pelo controle da palavra e da possibilidade de interlocução. A decisão judicial, ao explicitar esse ato, refrata relações de hierarquia e violência nas quais a linguagem é mobilizada para neutralizar qualquer tentativa de diálogo com instâncias de reconhecimento e proteção, perpetuando o isolamento e a submissão das vítimas.

Em resumo, a voz do Ministro do STJ permite compreender que o tráfico humano e o trabalho análogo à escravidão se constituem como atos que se sustentam pela relação entre discurso, vulnera-

bilidade e poder. Ao dialogar com as vozes da acusação e da defesa, o agravo constrói discurso jurídico, no qual o "fato" é progressivamente qualificado, mostrando que a exploração se inicia no plano da linguagem, por meio do engano e da promessa, e se consolida na materialidade das relações de controle, endividamento, vigilância e privação de liberdade.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar, pela abordagem metalinguística do discurso, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça concernente ao tráfico internacional de brasileiros para Mianmar, com o propósito de compreender como se expressam, no AREsp, relações de hierarquização, poder e violência. Partindo do marco normativo da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, compreendeu-se que o discurso do traficante mobiliza signos socialmente valorizados – como trabalho, oportunidade e melhoria de vida – que, no horizonte ideológico do capitalismo neoliberal, remetem à dignificação, à ascensão social e à promessa de reconhecimento econômico. Todavia, tais signos operam apenas como simulacro, uma vez que, no mundo concreto, materializam relações de hierarquização que posicionam os sujeitos traficados como corpos disponíveis e substituíveis; relações de poder que se exercem por meio do controle discursivo, psicológico e material; e relações de violência que atravessam tanto a coerção física quanto a produção de medo, silêncio e submissão.

Ao cumprir esse objetivo por meio da articulação entre discussão teórica e analítica, verificou-se que o tráfico humano, tal como descrito e qualificado na decisão analisada, estrutura-se a partir do recrutamento, transporte e alojamento de pessoas mediante engano, ocultação das reais condições de trabalho, exploração da vulnerabilidade social e imposição de ameaças e meios de controle. Esses elementos, longe de constituírem apenas etapas factuais do crime, demonstram-se como atos que

CC BY

antecedem, acompanham e sustentam a exploração, permitindo que os sujeitos traficados sejam reduzidos a condições análogas à escravidão.

Para encerrar, a análise metalinguística evidenciou que o discurso judicial refrata relações sociais historicamente situadas, tornando visível a dimensão simbólica do tráfico humano. Ao nomear o engano, o controle, o cárcere e a vulnerabilidade, o enunciado agravo inscreve o fenômeno em um campo axiológico marcado pela desigualdade estrutural e pela mercantilização da vida. Assim, conclui-se que compreender o tráfico humano exige ultrapassar uma leitura pautada apenas na dogmática do direito penal, reconhecendo o papel central da linguagem e do discurso na produção, legitimação e enfrentamento das formas contemporâneas de exploração humana.

Referências

Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso* (P. Bezerra, Trad.). Editora 34.

Bakhtin, M. (2018). *Problemas da poética de Dostoiévski* (5ª ed.; P. Bezerra, Trad.). Forense Universitária.

Bonfim, F. P. (2024). *Vida roubada: O tráfico humano para exploração sexual no Brasil* [Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de Goiás].

Brasil. (1940). *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).* Presidência da República.

CC BY

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Brasil. (2004). *Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (Protocolo de Palermo).* Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm

Brasil. (2016). *Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016.* Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm

Dias, G. M., & Sprandel, M. A. (2011). Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, (37), 59–77. https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/277

Faria, A. C. T., & Ferreira, I. D. (2025). Ações para coibir o tráfico humano no Brasil: Legislação e desafios. *Revista Eletrônica do Curso de Direito, 11*(1), 18–33. https://revista.ubm.br/index.php/revistadodireito/article/view/2325

Medviédev, P. (2016). *O método formal nos estudos literários: Introdução crítica a uma poética sociológica* (S. Grillo & E. Américo, Trads.). Contexto.

Sampaio, T. R. S., & Disconzi, V. S. (2025). O combate ao tráfico internacional de pessoas no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 11*(10). https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21351

Souza, G. T. (2002). *A construção da metalinguística: Fragmentos de uma ciência da linguagem na obra*

de Bakhtin e seu Círculo [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-17092002-120415/pt-br.html

Superior Tribunal de Justiça. (2025). *Agravo em Recurso Especial nº 3029357*. Relator: Antonio Saldanha Palheiro.

Teresi, V. M. (2012). *Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça.

The Intercept Brasil. (2024, October 31). *Brasileiro é mantido escravo em "fábrica de golpes" em Mianmar*. https://www.intercept.com.br/2024/10/31/brasileiro-trafico-humano-mianmar/

UOL. (2024, December 20). *Por que Mianmar é um país de risco para tráfico humano: Entenda a situação*. UOL Notícias. https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/12/20/por-que-mianmar-e-um-pais-de-risco-para-trafico-humano-entenda-a-situacao.htm

Volóchinov, V. (2018). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (2ª ed.; S. Grillo & E. V. Américo, Trads.). Editora 34.

Weitzer, R. (2014). New directions in research on human trafficking. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, 653*, 6–24. https://doi.org/10.1177/0002716214521562

Zimmerman, C. (2011). Human trafficking and health: A conceptual model to inform policy, intervention and research. *Social Science & Medicine, 73*(2), 327–335. https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.05.028

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a9

A construção neoliberal do sucesso empreendedor e seus impactos no contexto da educação: uma análise crítica do discurso de Pablo Marçal

GABRIELA PEREIRA JARDIM SANTIAGO

gabriela.jardim@sou.unifal-mg.edu.br

Licenciada em Letras (Português e Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade Federal de Alfenas, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0003-8210-1904

FLAVIANE FARIA CARVALHO

flaviane.carvalho@unifal-mg.edu.br

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Lisboa, Portugal (2012)
Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-0663-670X

PALAVRAS-CHAVE:

Análise Crítica do Discurso
Educação
Neoliberalismo
Empreendedorismo
Pablo Marçal.

ARTIGO RECEBIDO A:

20/02/2026

ARTIGO APROVADO A:

11/07/2026

Resumo: Este trabalho analisa como o discurso de Pablo Marçal contribui para a consolidação de um imaginário social em que a educação é secundarizada diante da centralidade conferida ao empreendedorismo. A pesquisa questiona os ideais neoliberais de sucesso disseminados pelas mídias sociais, que deslocam a educação de seu caráter emancipatório. O corpus é composto por enunciados do ex-candidato à prefeitura de São Paulo em 2024, extraídos do TikTok, cujos discursos apontam para a difusão de valores neoliberais nas formações discursivas da sociedade contemporânea. O referencial teórico adotado é a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (2016), que compreende o discurso como prática social e examina as relações entre linguagem, poder e ideologia, em interface com as Ciências Sociais (Sennett, 2015) e a Educação (Gentili, 1996). A metodologia segue o modelo tridimensional da ACD, articulando dimensão textual, prática discursiva e prática social, para compreender como se produzem sentidos que reforçam a lógica neoliberal e reconfiguram o papel social da educação. Os resultados apontam para a recorrência do controle interacional, marcado por coloquialidade, gírias e modalizações categóricas intensificadas por gradações, sustentando afirmações sem base empírica e fundamentadas em um discurso meritocrático. Conclui-se que tais estratégias sustentam um discurso ideológico que naturaliza a desigualdade social sob o disfarce do mérito.

The neoliberal construction of entrepreneurial success and its impacts on the educational context: a critical analysis of Pablo Marçal's discourse

GABRIELA PEREIRA JARDIM SANTIAGO

gabriela.jardim@sou.unifal-mg.edu.br

Bachelor's degree in Portuguese and Portuguese Literature from Universidade Federal de Alfenas, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0003-8210-1904

FLAVIANE FARIA CARVALHO

flaviane.carvalho@unifal-mg.edu.br

PhD in Applied Linguistics from Universidade de Lisboa, Portugal (2012).
Associate Professor at Universidade Federal de Alfenas, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-0663-670X

KEYWORDS:

Critical Discourse Analysis
Education
Neoliberalism
Entrepreneurship
Pablo Marçal.

ARTICLE RECEIVED ON:

02/20/2026

ARTICLE ACCEPTED ON:

07/11/2026

Abstract: This study analyzes how the discourse of Pablo Marçal contributes to the consolidation of a social imaginary in which education is subordinated to the centrality attributed to entrepreneurship. The research questions the neoliberal ideals of success disseminated through social media, which displace education from its emancipatory character. The corpus consists of statements by the former candidate for mayor of São Paulo in 2024, extracted from TikTok, whose speeches point to the diffusion of neoliberal values within the discursive formations of contemporary society. The theoretical framework adopted is Norman Fairclough's (2016) Critical Discourse Analysis, which understands discourse as social practice and examines the relationships between language, power, and ideology, in dialogue with the Social Sciences (Sennett, 2015) and Education (Gentili, 1996). The methodology follows the three-dimensional model of CDA, articulating textual dimension, discursive practice, and social practice in order to understand how meanings are produced that reinforce neoliberal logic and reconfigure the social role of education. The results indicate the recurrence of interactional control marked by colloquial language, slang, and categorical modalizations intensified by gradation, supporting claims without empirical basis and grounded in a meritocratic discourse. It is concluded that such strategies sustain a meritocratic discourse that naturalizes social inequality under the guise of merit.

Introdução

No contexto neoliberal contemporâneo, o discurso do empreendedorismo tem se consolidado como uma narrativa hegemônica de ascensão social, frequentemente em detrimento da educação formal. Esse discurso tem sido disseminado atualmente, sobretudo, por *influencers* digitais e *coaches* motivacionais, que se apresentam como exemplos de sucesso. Em suas narrativas, valorizam trajetórias individuais caracterizadas por esforço pessoal e autossuperação, desconsiderando as desigualdades estruturais que condicionam as oportunidades sociais.

Esta pesquisa deu enfoque especial ao influenciador digital Pablo Marçal, dada a sua crescente repercussão nacional, especialmente após sua candidatura à prefeitura de São Paulo, nas eleições de 2024, pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). O "ex-*coach*" e empresário se consolidou como uma figura central na propagação do discurso empreendedor, cujas falas atingem grande público e possuem alto potencial de influência social. A ampla repercussão e o alto engajamento gerados por suas falas nas mídias sociais fazem de Marçal um caso exemplar para compreender de que maneira o discurso do empreendedorismo se articula, se fortalece e disputa espaço com a noção de educação como instrumento legítimo de ascensão social.

Nesse cenário, torna-se relevante investigar como essas narrativas são construídas, disseminadas e legitimadas em espaços midiáticos, de modo a reforçar ou reconfigurar a percepção social acerca do papel da educação. Em virtude disso, a presente pesquisa teve por objetivo geral analisar e discutir como o discurso de Pablo Marçal contribui para a consolidação de um imaginário social em que a

educação tende a ser secundarizada diante da centralidade conferida ao empreendedorismo. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

1) identificar os sentidos que estruturam essa perspectiva, descrevendo de que forma essas formulações são legitimadas em sua fala, e

2) examinar os impactos dessa prática social na compreensão social do papel da educação na contemporaneidade.

O referencial teórico-metodológico deste estudo ancora-se na Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), que concebe o discurso como prática social, uma arena de disputas de poder e dominação e, ainda, um dispositivo de construção social da realidade. De caráter transdisciplinar, a ACD, nesta pesquisa, dialogou com os campos das Ciências Sociais (Sennett, 2015) e da Educação (Gentili, 2015), o que oportunizou desvelar pistas de manifestações discursivas naturalizadas e opressoras no discurso analisado de Marçal.

A escolha pelos cortes de vídeos publicados no TikTok, nos quais Pablo Marçal fala sobre temas ligados à educação, deve-se ao fato de que essa plataforma se consolidou, sobretudo durante e após a pandemia da covid-19, como um dos principais meios de circulação de conteúdo entre jovens e adultos. No entanto, a seleção desses cortes para esta pesquisa também está diretamente relacionada à ação de investigação judicial eleitoral movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que levou à suspensão das redes do candidato, sob a acusação de ter buscado a monetização de seus discursos por meio de terceiros interessados, ou seja, Marçal financiava a publicação desses cortes para

CC BY

ampliar sua visibilidade. Por isso, esta pesquisa busca analisar as falas propagadas pelo ex-candidato à prefeitura de São Paulo em 2024, Pablo Marçal, sobretudo no que se refere à sua concepção da educação como meio de ascensão social, considerando como esses enunciados, ancorados em valores neoliberais, desloca a centralidade da educação em direção a um ideal de sucesso empreendedor. Ao examinar esse movimento discursivo, busca-se compreender os efeitos dessa perspectiva sobre a função da educação, em um contexto em que seu papel emancipatório vem sendo progressivamente negado. Os recortes foram coletados na plataforma TikTok, a partir da busca com a palavra-chave "Pablo Marçal discorrendo sobre educação e empreendedorismo", contemplando conteúdos publicados entre 2023 e 2025.

Cabe destacar que os vídeos selecionados alcançaram entre 457,7 mil e 1,1 milhão de visualizações, além de registrarem milhares de compartilhamentos e curtidas, o que reforça o alcance e o potencial de influência dessas falas na esfera pública. Esse recorte amplia a relevância da investigação, ao evidenciar como práticas de impulsionamento digital e estratégias retóricas de empreendedorismo, condensadas em conteúdos curtos e de grande alcance, reforçam visões utilitárias da educação, influenciam a formação de opinião e se inserem em disputas ideológicas e políticas no espaço público – sugerindo que a circulação acelerada desses discursos pode favorecer leituras da educação mais alinhadas à lógica do desempenho utilitário do que ao seu potencial emancipatório.

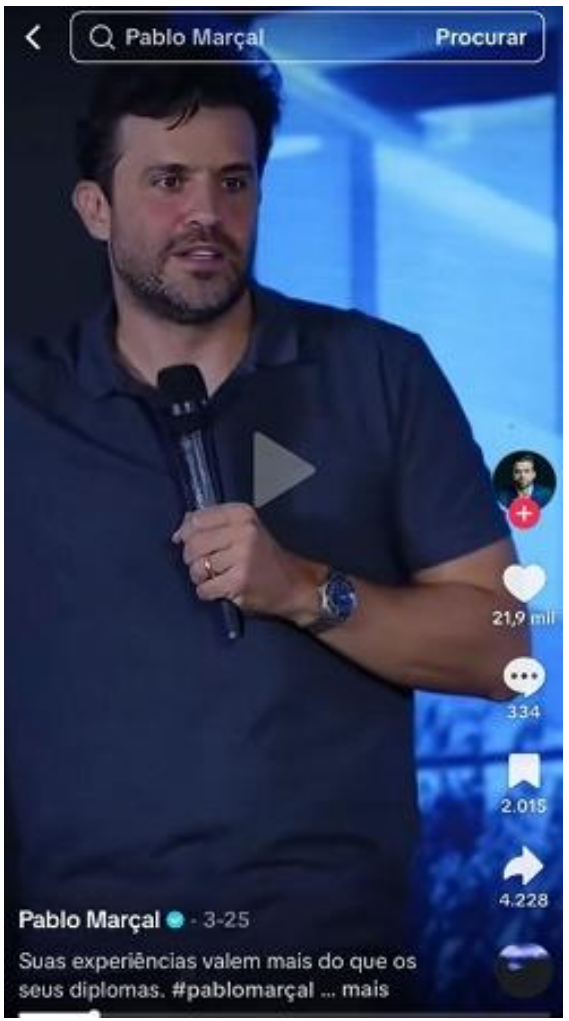
Para ilustrar os eventos discursivos analisados, apresentam-se a seguir as FIGURAS 1, 2 e 3, correspondentes aos vídeos selecionados para a análise.

FIGURA 1 – Captura de tela do vídeo disponível no TikTok.



Fonte: Toda Hora Motivado.

FIGURA 2 - Captura de tela do vídeo disponível no TikTok.



Fonte: Perfil oficial de Pablo Marçal.

FIGURA 3 - Captura de tela do vídeo disponível no TikTok.



Fonte: Talk Tok Cortes.

CC BY

Para além desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: a primeira seção aborda o discurso neoliberal na contemporaneidade; a segunda seção apresenta o referencial teórico e as categorias metodológicas da Análise Crítica do Discurso, seguida da análise do corpus extraído dos discursos de Pablo Marçal; por fim, a última seção traz as reflexões finais da pesquisa.

1. O discurso neoliberal na contemporaneidade

O discurso neoliberal, intensificado pela globalização e pelos avanços tecnológicos, constitui-se como uma racionalidade que reorganiza práticas sociais e subjetividades. Ao apropriar-se de vocábulos como inovação, flexibilidade e empreendedorismo, produz efeitos de sentido que naturalizam a lógica da competição permanente. Como observa Sennett:

> A expressão 'capitalismo flexível' descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. [...] Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (Sennet, 2015, p. 13).

Nesse processo, a figura do "sujeito-empresa", isto é, sujeito concebido como empresário de si, categoria desenvolvida por Foucault para definir o *homo oeconomicus*[1] neoliberal (Vasconcelos, 2015), emerge como central: o indivíduo passa a ser designado como responsável exclusivo por gerir riscos e otimizar rendimentos, o que desloca para a esfera pessoal problemas que têm origem em contradições estruturais.

De acordo com Sena e Gusman (2020), outro traço relevante do discurso neoliberal na contemporaneidade é reconhecer que o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como um conjunto de políticas econômicas. Como afirmam Dardot e Laval (2016, p. 7), "trata-se de um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações

1. O *homo oeconomicus*, na concepção foucaultiana, é uma forma de subjetivação produzida pelo neoliberalismo na qual o indivíduo passa a ser entendido não mais como um sujeito de troca ou de consumo, mas como uma empresa em si mesmo. Em vez de agir como um trabalhador ou cidadão dotado de direitos, ele é convocado a se comportar como um agente de investimento permanente, orientado por cálculos de risco, desempenho, produtividade e retorno (Foucault, 2008 *apud* Silva, 2022, p.38).

CC BY

sociais e a todas as esferas da vida". Nessa perspectiva, a Análise Crítica do Discurso permite revelar como o neoliberalismo se sustenta menos pela imposição direta e mais por estratégias de persuasão, que produzem consensos e moldam percepções sociais.

No plano simbólico, esse discurso reconstrói noções fundamentais de cidadania e liberdade. Como afirma Sennett (2015), atualmente, a flexibilidade é vista como uma forma de aliviar a pressão e o controle exercido pelo capitalismo. Ao reduzir estruturas rígidas e permitir que as pessoas assumam riscos, ela promete dar mais autonomia para que cada indivíduo decida como conduzir sua própria vida.

Da mesma forma, ao transformar liberdade em sinônimo de concorrência, esta concepção institui um sujeito autogerido (Foucault, 2008) que deve investir continuamente em si mesmo e adaptar-se às exigências do mercado. Nesse movimento, o neoliberalismo mascara desigualdades estruturais ao apresentá-las como falhas individuais, reforçando a lógica da meritocracia. No entanto, essas disparidades não resultam apenas de escolhas individuais, mas de estruturas sociais desiguais [2] historicamente construídas (Silva & Ferreira, 2020).

Feito esse breve preâmbulo, a próxima seção busca compreender como o neoliberalismo e a educação se entrelaçam na contemporaneidade.

1.1. Neoliberalismo e educação

Segundo Gentili (1996), a educação constitui-se hoje como um dos principais espaços de materialização da lógica neoliberal. Nesse sentido, a crise educacional não é atribuída à desigualdade de acesso, mas à suposta "ineficiência" das instituições. A educação passa a ser representada como incapaz de responder às exigências do mercado de trabalho e, portanto, deve ser reconfigurada

2. De acordo com Oliven (2007), as ações afirmativas, como as cotas, por exemplo, buscam proteger grupos discriminados no passado, buscando corrigir desigualdades produzidas por essas estruturas, e não por apenas esforços ou méritos individuais, propagados amplamente nas mídias sociais.

CC BY

segundo padrões empresariais. Assim, Gentili (1996, p.4-5) expõe que "os sistemas educacionais contemporâneos não enfrentam, sob a perspectiva neoliberal, uma crise de democratização, mas uma crise gerencial".

Esse cenário revela uma contradição central: se a educação é reduzida à mera preparação para o mercado, por que as elites brasileiras continuam investindo para que seus filhos frequentem as melhores escolas e universidades, nacionais e internacionais? A resposta sugere que a educação, para além de sua dimensão econômica, continua sendo espaço de produção de capital cultural (Bourdieu, 1998) e de reprodução de privilégios. Esse paradoxo convida a uma reflexão crítica: o que se perde quando a educação é esvaziada de seu caráter emancipatório e reduzida à ferramenta de adaptação ao mercado?

Faz-se oportuna, portanto, uma análise acerca dessa questão. Para isso, é fundamental entender os espaços nos quais esse discurso empreendedor é disseminado como, por exemplo, por meio dos *influencers* digitais, que o propagam amplamente nas mídias sociais.

1.2. O discurso dos influencers e a relação com o empreendedorismo

O discurso dos influenciadores digitais e dos empreendedores se articula em um fenômeno típico da contemporaneidade, pautado pela valorização da imagem e da performance individual. Segundo Recuero (2014, p. 78 *apud* Costa, 2025, p. 4), esses agentes são "usuários que constroem uma audiência expressiva e engajada nas redes sociais, tornando-se referências em determinados nichos".

Os *influencers* são indivíduos que conquistam visibilidade e prestígio nas redes sociais por meio da produção constante de conteúdo. Seu poder está no capital simbólico (Bourdieu, 2007) que

acumulam: seguidores, curtidas, engajamento e credibilidade. Esses elementos conferem autoridade discursiva, ou seja, permitem que suas falas circulem nas plataformas digitais com maior legitimidade e impacto social.

Como ressaltam Fiorini e Carvalho (2019), na prática, o discurso dos *influencers* está fortemente ligado à ideologia neoliberal e ao culto do "eu empreendedor". Eles não só vendem produtos, mas também estilos de vida, promovendo uma narrativa de sucesso individual, autossuficiência e meritocracia. De acordo com Costa:

> É essencial entender como suas mensagens impactam o comportamento econômico e político dos cidadãos, tendo em vista que essas narrativas podem servir não apenas como um guia para a gestão financeira, mas também como uma ferramenta de naturalização de determinados discursos políticos, como a liberdade econômica ou a meritocracia, por exemplo, que acabam por ocultar desigualdades e promover uma visão neoliberal da sociedade (Costa, 2025, p. 4-5).

Nesse contexto, a figura do empreendedor é apresentada como superior à do trabalhador assalariado, visto que representa liberdade, liderança e sucesso financeiro, ao passo que o "empregado" é associado à dependência e à subordinação (Lima, 2024).

Antes de proceder à análise do discurso de Marçal e identificar seus aspectos textuais, discursivos e sociais, é preciso tornar clara a base teórica e as categorias metodológicas nas quais se baseiam a ACD.

2. Análise Crítica do Discurso: teoria e categorias metodológicas

De acordo com Melo (2009), Fairclough não concebe a Análise Crítica do Discurso como um simples método epistemológico de descrição da língua, mas como uma ferramenta voltada para o enfrentamento das desigualdades sociais.

CC BY

Nesse sentido, o pesquisador não pode se colocar em uma posição de neutralidade, pois tal postura significa, de fato, alinhar-se às estruturas de poder que se deseja compreender. Assim, a ACD é assumida por ele como prática engajada, em que a parcialidade diante do objeto não é vista como falha metodológica, mas como posicionamento ético e político:

> Ela [a ACD] tem se apresentado como um instrumental teórico para a análise das práticas discursivas que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença, ou seja, "os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação" (Kress, 1990, p. 85 *apud* Melo, 2009, p. 9).

A partir dessa concepção, o discurso deve ser entendido como um modo de ação social capaz de produzir efeitos concretos sobre o mundo e sobre os sujeitos. Por isso, a tarefa da ACD é revelar como práticas discursivas podem tanto reproduzir relações de dominação quanto servir de espaço para resistência, contrapoder e contraideologia (Fernandes, 2014).

Essa perspectiva, de caráter qualitativo, se ancora na compreensão de que o mundo é constituído pela atribuição de significados produzidos pelos atores sociais em suas interações. Os sentidos não existem de forma objetiva e isolada, mas emergem da intencionalidade dos sujeitos e de sua prática discursiva (Fernandes, 2014). É nesse ponto que se explicita a dimensão da proposta de Fairclough (2001), segundo a qual compreender a linguagem como prática social implica reconhecer que a análise do discurso não pode prescindir da ação humana na produção de sentidos, nem da disputa política que atravessa a própria construção do conhecimento. Ou seja, quando dizemos que a linguagem é uma prática social, estamos afirmando que ela não é apenas um sistema abstrato de

regras gramaticais, mas algo que acontece na vida concreta das pessoas, dentro de relações de poder, instituições e contextos sociais. Isso significa que o discurso sempre envolve sujeitos que atribuem sentidos às coisas, e esses sentidos não são neutros, eles carregam intenções, interesses, posições sociais e ideológicas.

Em conformidade com Fernandes (2014), o modelo tridimensional de análise do discurso, proposto por Norman Fairclough, constitui o primeiro aparato teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso e marca uma das bases mais influentes dessa perspectiva de pesquisa. Esse modelo foi originalmente apresentado no capítulo "Teoria social do discurso", no livro *Discourse and Social Change* (Fairclough, 1992), e posteriormente reformulado e aprofundado, especialmente a partir da publicação de *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999), de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough. Essa reformulação representa uma mudança teórico-metodológica significativa na ACD, decorrente do aprofundamento do diálogo com a Teoria Social Crítica e, em relevância, com o Realismo Crítico (RC), reafirmando que:

> [...] o modelo tridimensional é fruto de seu objetivo de "reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o estudo da linguagem". Segundo o autor, o modelo tridimensional de análise é um recurso para o estudo da mudança social em pesquisas sociais" (Fairclough, 2001, p. 89 *apud* Fernandes, 2014 p. 92).

A partir desse diálogo, o conceito de discurso na ACD passa a ser compreendido não apenas como texto ou prática comunicativa isolada, mas como uma prática social que articula linguagem, poder e ideologia (Fairclough, 2016). Para dar conta dessa articulação, Fairclough (2016) propõe um modelo tridimensional que reúne a análise em três dimensões inter-relacionadas e superpostas: texto, prática discursiva e prática social.

CC BY

A dimensão textual corresponde à análise das escolhas linguísticas propriamente ditas, etapa que o autor identifica como o momento da "descrição", isto é, o exame formal do texto (Fairclough, 2016). Essa dimensão, no entanto, não se separa de forma nítida da dimensão da prática discursiva, que trata dos processos de produção, distribuição e consumo do texto, já que a forma como um texto é construído já carrega marcas de como ele é produzido e interpretado socialmente. Por isso, as três dimensões do modelo devem ser compreendidas não como categorias estanques, mas como um quadro analítico, no qual os se complementam. No plano textual, especificamente, a análise volta-se para aspectos como gramática, vocabulário e escolhas estilísticas, buscando compreender como tais elementos revelam práticas e rotinas sociais naturalizadas, nas quais valores e ideologias se manifestam de forma implícita. Nesse modelo o texto é visto como detentor de traços e pistas de rotinas sociais que, muitas vezes, passam despercebidas em consequência do processo de naturalização (Fernandes, 2014).

Já a dimensão da prática discursiva diz respeito a como o texto é gerado, colocado em circulação e recebido pelo público, aspectos cuja configuração varia conforme o tipo de discurso e os fatores sociais em jogo (Fairclough, 2016). Nessa dimensão, ganham relevância a interdiscursividade e a intertextualidade, que ligam a prática discursiva ao próprio texto por meio da presença de outras vozes e referências no interior do discurso, além da coerência, associada à forma como o texto é consumido e interpretado (Fairclough, 2016). Conforme Fernandes (2014), essa dimensão considera ainda o contexto comunicativo em que o discurso é produzido, analisando quem fala, para quem, em quais circunstâncias e com quais intenções, ao passo que a força e a coerência discursiva garantem a clareza e o impacto do texto. Assim, essa etapa da análise permite compreender como os textos circulam socialmente e como são reinterpretados em diferentes contextos (Fernandes, 2014).

Por fim, a dimensão da prática social situa o discurso em relação à ideologia e ao poder, compreendido este último como hegemonia, concepção segundo a qual a evolução das relações de poder se dá como luta hegemônica. Nessa dimensão, o discurso é examinado quanto ao modo como sustenta ou contesta relações de dominação, a partir de contribuições clássicas sobre ideologia, como a de que ela possui existência material nas práticas das instituições e de que essas instituições funcionam como marcos delimitadores na disputa pelo poder (Fairclough, 2016). Nessa fase, busca-se compreender como o texto, enquanto parte de uma prática discursiva, reflete e sustenta elementos ideológicos e hegemônicos presentes no contexto social. A investigação ultrapassa o nível linguístico e interpretativo, examinando como os sentidos produzidos estão vinculados a relações de poder, dominação e desigualdade, revelando de que modo a linguagem contribui para manter ou transformar as práticas sociais.

Assim, o modelo tridimensional propõe uma análise integrada, em que o discurso é simultaneamente texto, prática discursiva e prática social. Essa abordagem permite compreender como as formas linguísticas se articulam a processos sociais mais amplos, revelando as maneiras pelas quais o discurso produz e reproduz significados, relações de poder e identidades (Fernandes, 2014).

Ainda que essas três dimensões se expressem de forma conjunta no discurso, optou-se, para fins metodológicos, por apresentá-las separadamente e em uma ordem que privilegia a compreensão progressiva do objeto analisado: prática discursiva, textual e, por fim, prática social. Essa inversão em relação à ordem de apresentação do referencial teórico justifica-se pela necessidade de situar o vídeo em seu contexto de produção, circulação e consumo antes de se examinarem as escolhas linguísticas propriamente ditas, de modo que os traços textuais identificados já possam ser lidos à luz do contexto discursivo previamente estabelecido. A dimensão da prática social, por sua vez,

CC BY

encerra a análise, articulando os achados anteriores às relações de poder, ideologia e hegemonia mais amplas que atravessam o discurso investigado.

Sustentada, portanto, pela metodologia de análise tridimensional proposta por Fairclough, damos início à investigação do discurso de Marçal.

2.1. Analisando o discurso do ex-candidato à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal

Muito antes de sua candidatura à Prefeitura de São Paulo, em 2024, Marçal vem se destacando por proferir um discurso centrado no empreendedorismo, fortemente alinhado a ideias neoliberais. Nesse contexto, passou a lucrar milhões com a venda de cursos - de acordo com O Globo, em uma notícia publicada no dia 8 de setembro de 2024[3], Pablo Marçal teria acumulado uma fortuna de R$ 169, 5 milhões – e chegou a ser judicialmente proibido de monetizar terceiros para que divulgassem recortes de seus vídeos nas mídias sociais. Ademais, conforme noticiado pela Gazeta do Povo em 26 de agosto de 2024[4], suas contas foram suspensas por violar regras eleitorais que proíbem candidatos de pagar para que outros perfis promovam propaganda eleitoral em seu favor.

Como já mencionado na seção inicial deste artigo, os três vídeos transcritos para análise foram retirados da plataforma TikTok. A primeira transcrição mostra Pablo Marçal em pé, utilizando um microfone de cabeça preso à orelha e posicionado próximo à boca, em um ambiente que se assemelha a uma palestra ou curso. O enquadramento foca apenas no orador, que fala de forma contínua, enquanto não se ouvem outras vozes, sugerindo um modelo comunicativo centrado em sua fala, reforçando a postura de autoridade típica desse tipo de apresentação:

3. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/09/08/igreja-e-coaching-como-pablo-marcal-pavimentou-fortuna-de-r-1695-milhoes.ghtml

4. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/diogo-schelp/a-suspensao-das-redes-sociais-de-pablo-marcal-nao-e-censura-mas-efeito-e-pifio/

CC BY

> **1.º vídeo:** "A faculdade, com o Lula ganhando,vai ficar hypada de novo, vão aumentar os números de *campus*. Só pra você entender: um cara que não conhece nada de ensino, um cara que é analfabeto, foi o que mais criou faculdades no país. Vocês sabem o que está por trás do jogo da faculdade ou não? Criação de militantes! 'Pablo, me explica melhor.' Vou explicar, porque eu tenho clareza nisso, e você vai ficar escandalizado: a Austrália, que é um país de primeiro mundo, 70% do povo não quer fazer faculdade. Pergunta por quê. Porque a faculdade é um caminho mercadológico, não é um caminho de empreendedorismo. Então, 70% das pessoas na Austrália não vão para a faculdade. Mas o Lula voltando, infelizmente, vai continuar multiplicando recursos nisso. Parece bom demais, só que hoje a gente tem um déficit gigantesco de dez milhões de pessoas com diploma que não usam o diploma pra nada. Agora é engenharia: passou as obras da Copa, todo mundo está no Uber. O que significa isso? Isso vai virando um sonho dentro do inconsciente coletivo, e aí, por muitos anos, todo mundo fica pensando: 'eu tenho que fazer faculdade, eu tenho que pagar faculdade, eu tenho que morrer por causa dessa faculdade'. Terminou a faculdade? Você é um incompetente! Você não sabe vender, não sabe se comunicar, não sabe modelar, não tem *network*, não tem nada! Talvez eu crie uma faculdade ainda, mas vou te falar: lá eu vou ensinar tudo isso, contrariando tudo que qualquer faculdade ensina. Você pode fazer qualquer curso numa faculdade, que não te ensinam a empreender. É um modelo de negócio para manter o povo sempre com a mente passiva."

Dimensão discursiva

O vídeo foi publicado na plataforma TikTok, contando com 1,1 milhão de visualizações e alta taxa de engajamento, indicando que o público-alvo é majoritariamente jovem, conectado digitalmente e suscetível a formatos rápidos e persuasivos. O uso de jargões e gírias ("hypada", "cara"), portanto, reforça a identificação com esse público. O enunciador se posiciona como "aquele que esclarece" ("'Pablo, me explica melhor'. Vou explicar, porque eu tenho clareza nisso, e você vai ficar escandalizado"), estabelecendo autoridade didática sobre o tema, enquanto questiona outros atores sociais e políticos, como universidades e o atual presidente Lula ("a faculdade, com o Lula

CC BY

ganhando, vai ficar hypada de novo, vão aumentar os números de *campus*"). Há intertextualidade com debates sobre política educacional, expansão de universidades e relação entre educação e mercado, refletindo o entrelaçamento do que Fairclough (2016) chama de ordens do discurso (educação, política, economia) para legitimar a perspectiva do interlocutor. Conforme Silva, Maia e Muller (2020):

> pode se considerar uma ordem do discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e rearticulação de ordens do discurso são, consequentemente, um marco delimitador na luta hegemônica" (Fairclough, 2016, p. 129 *apud* Silva; Maia; Muller, 2020, p. 97).

O discurso faz uso de pressuposições ideológicas, isto é, ideias tomadas como já estabelecidas e que passam a ser tratadas como verdades evidentes. Como explica Fairclough (2001):

> pressuposições são proposições que são tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas ou dadas. Essas pressuposições deixam marcas nos textos que podem ser identificadas. [...] Um ponto a ressaltar quanto ao uso de pressuposições é que elas não apenas trazem outras vozes para o texto, mas também podem, ideologicamente, tratar aspectos do mundo social como 'senso comum', quando na realidade tais aspectos são apenas representações dotadas de intencionalidade específica (Fairclough, 2001, p.155 *apud* Fernandes, p. 114-115).

Assim, a narrativa analisa a expansão do ensino superior a partir de pressupostos que associam esse processo à manipulação política e à produção de "militantes", articulando tais ideias por meio de perguntas retóricas e respostas apresentadas como fatos ("vocês sabem o que está por trás do jogo da faculdade, ou não? Criação de militantes!"), sem base empírica ou fontes verificáveis.

Dimensão textual

No plano linguístico, o discurso apresenta modalização de certeza e autoridade, como em "vou explicar, porque eu tenho clareza nisso", reforçando a posição do enunciador como detentor do conhecimento exclusivo. Conforme já mencionado, observa-se o uso estratégico de gírias e jargões de internet ("cara", "hypada"), que funcionam como marcadores de proximidade e identificação com o público jovem, bem como atualizam o discurso para o formato midiático.

A estrutura é oral, fragmentada e conversacional, com alternância entre perguntas retóricas e respostas ("'Pablo, me explica melhor.' Vou explicar") proferidas pelo próprio enunciador, criando ilusão de diálogo e reforçando o controle interacional, assim como em "só para você entender". Observa-se, ainda, o emprego da repetição enfática em trechos como "um cara que não conhece nada de ensino, um cara que é analfabeto", reforçando a crítica e dramatizando a avaliação negativa do sujeito.

A polidez discursiva, entendida como "um conjunto de estratégias utilizadas pelos participantes do discurso para mitigar atos de fala potencialmente ameaçadores às suas próprias faces" (Fairclough, 2001, p. 55 *apud* Fernandes, 2014, p. 203) é quase inexistente, assumindo uma postura provocativa e assertiva, característica de uma hegemonia discursiva que não admite contestação, mesmo carecendo de argumentos consistentes e fundamentados. Essa ausência de polidez se evidencia, por exemplo, em: "Terminou a faculdade? Você é um incompetente! Você não sabe vender, não sabe se comunicar, não sabe modelar, não tem *network*, não tem nada!", em que o interlocutor é diretamente atacado e desqualificado, sem espaço para diálogo ou reconhecimento da alteridade.

CC BY

Dimensão social

O discurso de Marçal articula uma ideologia capitalista contemporânea, reinterpretando a educação formal sob o prisma da eficiência mercadológica e caracterizando a faculdade como um "modelo de negócio para manter o povo sempre com a mente passiva". De acordo com Sennett (2015), o "novo capitalismo" se apresenta como uma ruptura inédita em relação ao modelo fordista do século XX. Essa ruptura é sustentada por conceitos como flexibilização e competitividade que, sob a aparência de modernização, mascaram a substituição de vínculos estáveis por uma lógica de instabilidade.

A expansão do ensino superior é apresentada por Marçal como instrumento de dominação, enquanto o empreendedorismo é posicionado como única via legítima de emancipação. A análise evidencia relações de poder e hegemonia discursiva, naturalizando a ideia de que o conhecimento acadêmico é insuficiente e que o sucesso depende de habilidades práticas não ensinadas pelas universidades. Além disso, o discurso se insere no contexto político polarizado do Brasil pós-eleições, refletindo tensões ideológicas em torno do governo Lula e da educação, valendo-se dos recursos da cultura digital para maximizar alcance, viralidade e influência sobre o público-alvo.

O segundo vídeo, por sua vez, publicado em seu perfil oficial, também apresenta Pablo Marçal falando em pé, mas, diferentemente do anterior, ele segura o microfone com as mãos. O enquadramento permanece centrado no orador, sem participação de outras vozes, mantendo o modelo comunicativo unidirecional:

> **2.º vídeo:** "Por que tem um monte de gente que não terminou a escola e ficou muito rico, e os que terminaram não ficam de jeito nenhum? E os que terminam a faculdade? Deixa eu contar um segredo pra vocês: se você termina a faculdade, a cada etapa concluída dentro do formato de ensino desse século... terminou o ensino médio? Já diminuiu bastante a sua possibilidade de ser

> bilionário. Terminou a faculdade? Aí caiu drasticamente. Fazer mestrado? Vai só caindo... Doutorado? Não vai! Tô te falando, não vai! A não ser que você seja inventor ou tenha uma patente de alguma coisa. Fora essa possibilidade, esquece! Cada coisinha que você vai fazendo... 'Olha o Marçal exaltando a ignorância' — não, moço! É levar para o empreendedorismo, acessar lugares, viver experiências e se desafiar. Pega seus diplomas, coloca numa balança: vai dar dez gramas. Pega suas experiências: dez toneladas! Eu compraria experiências em vez de comprar um diploma. Eu compraria muitas experiências em vez de um diploma."

Dimensão discursiva

O vídeo foi distribuído no TikTok, com alto engajamento (464,2 mil visualizações, 22,2 mil curtidas e milhares de compartilhamentos), direcionado a um público jovem interessado em empreendedorismo e críticas à educação formal. O enunciador se apresenta como detentor do conhecimento verdadeiro e absoluto, novamente recorrendo à estratégia discursiva do controle interacional, qual seja: ele antecipa uma afirmação contra si mesmo ("'Olha o Marçal exaltando a ignorância' — não, moço!") para depois poder contra-argumentar e se defender, orientando o público a uma interpretação específica. O texto combina ordens do discurso distintas, nomeadamente educação formal versus experiência prática e empreendedorismo, e constrói pressuposições ideológicas de que diplomas acadêmicos reduzem a possibilidade de riqueza ("Se você termina a faculdade, a cada etapa concluída dentro do formato de ensino desse século... Terminou o Ensino Médio? Já diminiu bastante a sua possibilidade de ser bilionário. Terminou a faculdade? Aí caiu drasticamente. Fazer mestrado? Vai só caindo... Doutorado? Não vai!"), enquanto as experiências práticas são apresentadas como detentoras de maior peso e importância em relação ao sucesso financeiro ("Pega seus diplomas, coloca numa balança: vai dar dez gramas. Pega suas experiências: dez toneladas"). A estratégia argumentativa é causal e falaciosa, associando conclusão de etapas educacionais com limitação de riqueza, sem base empírica, mas reforçando uma narrativa ideológica. No entanto, um

CC BY

estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV)[5], mostrou que trabalhadores com ensino superior ganham mais que o dobro de profissionais menos escolarizados.

5. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trabalhadores-com-ensino-superior-ganham126-mais-que-menos-escolarizados-diz-pesquisa/

Dimensão textual

O discurso apresenta modalização categórica e certeza absoluta, como em "Tô te falando, não vai!", reforçando a autoridade do enunciador e a ideia de que suas afirmações são verdades universais. Essa estratégia discursiva se apoia em recursos linguísticos que intensificam a força argumentativa do enunciador; como afirmam Castilho e Castilho (1993, p. 217), "diferentes mecanismos estão a serviço dessa ação argumentativa – modos verbais, verbos auxiliares, adjetivos, advérbios, entre outros".

O uso de perguntas retóricas ("Por que tem um monte de gente que não terminou a escola e ficou muito rico?") seguido de respostas imediatas engendra controle interacional, simulando diálogo com o público, mas mantendo o fluxo argumentativo sob o domínio do locutor. Além disso, Marçal utiliza verbos no imperativo, como em "pega seus diplomas [...] pega suas experiências", o que intensifica a função apelativa do discurso, convocando o interlocutor à ação e à adesão às ideias apresentadas.

Há, ainda, oposição simbólica e metáforas, reforçadas por uma gradação de ideias ("Eu compraria experiências [...] eu compraria muitas experiências"), que contrasta diplomas e experiências ("dez gramas" *versus* "dez toneladas"), amplificando o valor da experiência prática e diminuindo o valor simbólico da formação acadêmica. De acordo com Martin e White (2005), a gradação é um tipo de modalização que classifica os fenômenos conforme sua intensidade:

> Esse recurso linguístico pode se dar tanto em termos de força, expressando um tipo de avaliação de grau de intensidade ou quantidade; ou, em termos de foco, expressando um tipo de avaliação segundo critérios de precisão ou atenuação (Carvalho & Santos, 2025, p. 50).

O discurso também utiliza pronomes indefinidos ("um monte de gente", "cada coisinha") para gerar efeito de intensidade e proximidade emocional, enquanto dilui a responsabilidade da argumentação e comprovação. A linguagem é informal, oral e digital, reforçando o engajamento e a identificação com o público jovem.

Dimensão social

O discurso de Marçal naturaliza uma ideologia neoliberal e meritocrática, valorizando o empreendedorismo e as experiências de vida em detrimento da educação formal ("É levar para o empreendedorismo, acessar lugares, viver experiências e se desafiar"). A metáfora da balança ("dez gramas" *versus* "dez toneladas") reconfigura o valor simbólico da educação como mercadoria de baixo impacto. Socialmente, o enunciado legitima uma visão de mundo em que o sucesso é atribuído à iniciativa individual, enquanto diplomas e títulos acadêmicos são vistos como símbolos de pouca relevância social.

Essa construção reforça a hegemonia discursiva que naturaliza valores e crenças de caráter ideológico, convertendo-os em verdades aparentemente "neutras" e universais. Nesse sentido, é importante destacar que "tornar-se hegemônico significa conseguir uma posição de supremacia na sociedade, passando a dominá-la através da força, das instituições do Estado e do governo político" (Brunello, 2007, p. 1).

Já o terceiro vídeo, embora igualmente publicado no TikTok, foi retirado de um *podcast* e apresenta, a princípio, uma forma comunicativa mais dialogal. No recorte analisado, entretanto, aparece apenas Marçal, que está sentado durante a fala:

CC BY

> **3.º vídeo:** "Cara, se o ensino fosse de verdade para a pessoa desenvolver inteligência emocional, várias — desculpa falar isso, mas vai ser assustador — várias pessoas jamais chegariam ao final da escola! Aí você fala: mas por quê? Pergunte se o Bill Gates chegou, pergunte se o Mark Zuckerberg chegou, pergunte se os maiores expoentes da tecnologia chegaram. Eles perceberam, encontraram algo maior, com inteligência emocional, e disseram: 'mesmo estudando em Stanford, mesmo estudando em Cambridge, mesmo estudando em Harvard, eu vou parar por aqui, porque o negócio já explodiu. Pra que vou terminar essa faculdade?'. Foi isso que aconteceu. A maioria dos bilionários hoje não terminou a faculdade e, se você terminar, a chance de se tornar um é quase zero. Ou seja, porque aquilo formata seu cérebro para chegar em um X. Agora, imagine se a gente tivesse uma faculdade de empreendedorismo, uma faculdade de investimento, uma faculdade de programação neurolinguística... você imagina no que esse povo iria se transformar! Só que ninguém entende o que eu estou falando..."

Dimensão discursiva

O vídeo em questão foi originalmente reproduzido em um *podcast,* mas recortado para o TikTok, direcionado a público interessado em empreendedorismo, inovação e sucesso financeiro. Marçal se posiciona como detentor de conhecimento exclusivo, antecipando incompreensão do público ("Só que ninguém entende o que eu estou falando...") e reforçando a própria autoridade.

O discurso articula interdiscursividade e ordens do discurso, associando bilionários da tecnologia, inteligência emocional, empreendedorismo e investimento, em oposição às faculdades mais conceituadas do mundo, criando uma narrativa que legitima o sucesso fora do contexto acadêmico. As pressuposições ("A maioria dos bilionários hoje não terminou a faculdade e, se você terminar, a chance de se tornar um é quase zero") estruturam o discurso, direcionando o público a aceitar como verdadeira a ideia de que a educação formal limita o potencial de riqueza e inovação.

Dimensão textual

O discurso de Pablo Marçal evidencia como escolhas linguísticas estruturam e naturalizam valores neoliberais. A interdiscursividade com o sucesso de empresários da tecnologia, como Bill Gates e Mark Zuckerberg, articula o empreendedorismo e a inteligência emocional em oposição à educação formal, sugerindo que o sucesso depende exclusivamente de competências individuais.

Marçal utiliza pressuposições ("a maioria dos bilionários hoje não terminou a faculdade"), e modalização assertiva ("foi isso que aconteceu"), conferindo autoridade ao enunciador e limitando espaço para questionamento. A presença de gírias e marcas de oralidade aproximam o locutor do público, enquanto estratégias de polidez ("desculpa falar isso, mas vai ser assustador") suavizam afirmações controversas. Pronomes indefinidos ("várias pessoas", "esse povo") generalizam experiências, conferindo intensidade e universalidade ao discurso. Essas escolhas linguísticas, reforçam a naturalização ideológica e o individualismo característico do neoliberalismo.

Dimensão social

Marçal reproduz uma visão competitiva de mundo, ao associar o sucesso individual à inteligência emocional como fator determinante de ascensão. Ao citar Bill Gates e Mark Zuckerberg, magnatas e empresários norte-americanos do ramo tecnológico, ele constrói modelos simbólicos de sucesso, legitimando a ideia de que a educação formal limita o potencial criativo e econômico do sujeito.

Por meio de pressuposições ("se o ensino fosse de verdade"), pronomes indefinidos ("algo maior"), modalizações assertivas ("vai ser assustador", "várias pessoas jamais chegariam ao final da

CC BY

escola"), polidez estratégica ("desculpa falar isso"), controle interacional ("eu vou parar por aqui") e marcas de oralidade ("cara"), o locutor estabelece uma forma de discurso que contribui para naturalizar as relações de poder e legitimar valores econômicos, ideológicos e políticos.

Socialmente, essa construção sustenta a crença de que o êxito depende exclusivamente da iniciativa individual e da inteligência emocional, enquanto títulos acadêmicos são desqualificados como símbolos de passividade e conformismo, reforçando uma visão de mundo centrada na lógica de mercado e na responsabilidade individual sobre o sucesso.

Uma vez analisados sob a ótica da ACD os três vídeos propostos, o último capítulo discorre sobre as principais tendências discursivas produzidas por Pablo Marçal, bem como as conclusões resultantes da pesquisa ora desenvolvida.

Reflexões finais

Retomando a reflexão que orientou este estudo - o que se perde quando a educação é esvaziada de seu caráter emancipatório e reduzida à ferramenta de adaptação ao mercado -, a análise dos três vídeos em voga nesta pesquisa evidencia uma regularidade discursiva e, até mesmo, repetitiva, na estrutura e no conteúdo, revelando uma narrativa alinhada com a ideologia neoliberal que orienta a atuação de Pablo Marçal. Esse resultado confirma o objetivo geral desta pesquisa, ao evidenciar como o discurso de Marçal contribui para a consolidação de um imaginário social em que a educação tende a ser secundarizada diante da centralidade conferida ao empreendedorismo.

Em todas as dimensões analisadas - textual, discursiva e social –, prevalece a construção de uma imagem de autoridade baseada na experiência e na suposta detenção do saber, em oposição à educação formal, qualificada como obsoleta e manipuladora por Marçal. Trata-se de uma estratégia

neoliberal, pois naturaliza a ideia de que o sucesso depende exclusivamente do esforço individual, negando as desigualdades estruturais, ao mesmo tempo em que tenta se desvincular das grandes instituições de ensino, como forma de continuar produzindo mão de obra barata para manutenção do sistema capitalista. Esse achado responde diretamente ao primeiro objetivo específico deste trabalho, ao evidenciar de que modo tais sentidos se legitimam discursivamente.

Nos três vídeos, observa-se a recorrência do controle interacional, carregado de coloquialidade e gírias, apoiado por modalizações categóricas intensificadas por gradações, recursos que também favorecem sua aproximação e interação com o público jovem e compõe um estilo de fala assertiva, exagerada, impositiva e, amiúde, imediatista. Desse modo, Marçal elabora afirmações imprecisas, sem base empírica, e fundamentadas em um discurso meritocrático que reforça a lógica neoliberal.

Ademais, vale-se de perguntas retóricas e da falta de polidez discursiva para reforçar a hierarquia entre o saber prático e o conhecimento acadêmico. E, ainda, ataca a universidade e os atores sociais políticos associados a ela, como o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que Marçal associa a vitória de Lula nas eleições de 2022 à ampliação de *campi* universitários e ao redirecionamento de recursos para a educação, interpretando tais medidas como algo negativo para a sociedade.

A estrutura comunicativa é apelativa, centrada na figura do orador que se apresenta como "aquele que revela a verdade", o que denota uma hegemonia discursiva sustentada por pressuposições ideológicas enviesadas apresentadas como fatos. Socialmente, o discurso de Marçal reitera valores meritocráticos e de responsabilização individual, naturalizando a exclusão estrutural e despolitizando o debate sobre o papel da educação no desenvolvimento crítico e social do cidadão. Esse conjunto de achados atende ao segundo objetivo específico desta pesquisa, evidenciando os impactos dessa prática discursiva na compreensão social do papel da educação na

CC BY

contemporaneidade: ao deslegitimar o saber acadêmico e exaltar a performance individual, Marçal reproduz uma visão de educação reduzida à formação técnica e utilitária, voltada à "empregabilidade" e não à emancipação. Como observam Gentili (1996) e Benevides (1996), essa lógica compromete o sentido democrático da educação, convertendo-a em instrumento de reprodução das desigualdades sociais. Nesse contexto, a figura do "empreendedor de si mesmo" emerge como representação central do sujeito neoliberal: um indivíduo flexível, competitivo e sempre insatisfeito, movido pela convicção de que o sucesso é resultado único de seu próprio esforço, desconsiderando as estruturas sociais (Sennett, 2015).

A principal limitação desta pesquisa decorre das próprias características do *corpus* e do ambiente digital em que os discursos circulam. De acordo com Pereira Neto *et al.* (2022), no Brasil, o crescimento da plataforma TikTok foi notável entre 2020 e 2022, passando de 7 milhões de usuários ativos para 73,5 milhões, um salto de 1050%. Sua base de usuários é majoritariamente composta por jovens entre 16 e 24 anos, o que reforça o impacto da rede sobre as novas formas de socialização e construção discursiva. Seu formato, com vídeos de até um minuto, reforça o consumo fragmentado de informações e a superficialidade das interações, o que impõe desafios significativos à Análise Crítica do Discurso. Por ser um espaço de circulação rápida e de difícil controle autoral, o TikTok carece de regulamentação clara: qualquer usuário pode criar perfis anônimos, recortar contextos e distribuir conteúdos sem responsabilidade direta sobre autoria do material. Essa situação de “terra sem lei” impossibilita a transparência dos dados e fragiliza a noção de autoria. Apesar dessas limitações, os resultados alcançados reforçam a relevância da Análise Crítica do Discurso como instrumento capaz de tornar visíveis mecanismos ideológicos que, de outro modo, permaneceriam naturalizados e, portanto, imperceptíveis ao público. Ao articular categorias linguísticas concretas, como modalização, pressuposição e estratégias interacionais, a processos sociais mais amplos, a ACD permite compreender que a linguagem não apenas descreve a realidade social, mas atua

ativamente em sua construção e legitimação. É justamente por tornar esse funcionamento visível que o estudo do discurso se configura como ferramenta necessária para o exercício da crítica: compreender como determinadas narrativas se naturalizam é o primeiro passo para que se possa contestá-las, e não apenas reagir a elas, o que responde, em última instância, à reflexão que motivou esta pesquisa sobre o que se perde quando a educação é reduzida a uma ferramenta de mercado.

Referências

Araújo, M. L. (2024, October 17). Trabalhadores com ensino superior ganham 126% mais que menos escolarizados, diz pesquisa. *CNN Brasil*. https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/trabalhadores-com-ensino-superior-ganham-126-mais-que-menos-escolarizados-diz-pesquisa/

Benevides, M. V. de M. (1996). Educação para a democracia. *Lua Nova*, (38), 223–237. https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011

Bourdieu, P. (1998). Os três estados do capital cultural. In M. A. Nogueira & A. Catani (Orgs.), *Escritos de educação* (9ª ed.). Vozes.

Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico* (11ª ed.; F. Tomaz, Trad.). Bertrand Brasil.

Brunello, Y. (2007). Hegemonia. In *Mais definições em trânsito*. FACOM/UFBA. https://cult.ufba.br/wordpress/publicacoes/outras-publicacoes/mais-definicoes-em-transito/

Carvalho, F. F., & Santos, D. F. dos. (2025). "Você já inspirou o mesmo átomo que Gandhi": Uma análise das estratégias de popularização da ciência no TikTok pelo prisma da avaliatividade. *Matraga, 32*(64), 46–56.

Castilho, A. T., & Castilho, C. M. M. de. (1993). Advérbios modalizadores. In R. Ilari (Org.), *Gramática do português falado* (2ª ed.). Editora da Unicamp.

Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh University Press.

Costa, L. R. (2025). Que discursos políticos permeiam o conteúdo dos maiores influenciadores digitais de finanças do Brasil em 2025: Uma análise de discurso difundido por influenciadores digitais. *SciELO Preprints*. https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13317

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Polity Press.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (1ª ed.). UnB.

Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social* (2ª ed.). UnB.

Fernandes, A. (2014). *Análise de discurso crítica: Para leitura de textos da contemporaneidade*. Intersaberes.

Fiorini, B. J., & Carvalho, L. M. (2019). A legitimação dos digital influencers no ecossistema de mídia social: Capital social envolvido no canal do YouTube de Marcos Piangers. *Revista Sociais e Humanas, 31*(3).

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1978–1979).

Gentili, P. (1996). Neoliberalismo e educação: Manual do usuário. In Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Org.), *Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo* (pp. 9–49). CNTE.

Lima, J. C. (2024). Sobre empreendedorismo e cultura do trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 39*, e39010. https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7MsRpT6mdpmYDBpTLcrfNkz/

Martin, J., & White, P. (2005). *The language of evaluation: Appraisal in English*. Palgrave Macmillan.

Melo, I. F. (2009). Análise do discurso e análise crítica do discurso: Desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, 5*(11). https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Melo_ADeACD.pdf

Oliven, A. C. (2007). Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma

comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*.

Pereira Neto, J. de S., Santos, I. M. dos, & Mota, M. P. (2022). TikTok: Qual o impacto do crescimento da plataforma? In *Anais do XIII Workshop sobre Aspectos da Interação Humano-Computador na Web Social* (pp. 56–62). Sociedade Brasileira de Computação. https://doi.org/10.5753/waihcws.2022.226367

Schelp, D. (2024, August 26). A suspensão das redes sociais de Pablo Marçal não é censura, mas efeito é pífio. *Gazeta do Povo*. https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/diogo-schelp/a-suspensao-das-redes-sociais-de-pablo-marcal-nao-e-censura-mas-efeito-e-pifio/

Sena, E., & Gusman, J. M. e R. (2020). Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento. *Contracampo, 39*(1), 151–166.

Sennett, R. (2015). *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record.

Silva, F. D. B. da, Maia, K. W. de M., & Muller, R. G. (2020). Hegemonia. In L. M. Irineu et al. (Orgs.), *Análise de discurso crítica: Conceitos-chave* (pp. 85–105). Pontes Editores.

Silva, L. F. O. A. da, & Ferreira, A. (2021). Neoliberalismo e a reprodução de práticas discursivas anti-cotas nos grupos historicamente discriminados: Uma análise crítica. *Revista de Estudos Sociais, 22*(45). https://doi.org/10.19093/res10559

Silva, N. P. R. da. (2022). O poder político da sociedade civil ao Estado e o Homo. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, (41).

Teófilo, S., Sorima, J., Queiroz, G., & Lima, S. (2024, September 8). Igreja e coaching: Como Pablo Marçal pavimentou fortuna de R$ 169,5 milhões. *O Globo*. https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/09/08/igreja-e-coaching-como-pablo-marcal-pavimentou-fortuna-de-r-1695-milhoes.ghtml

Vasconcelos, V. D. (2015). *O empreendedorismo de si e o novo homo oeconomicus: Discussões sobre trabalho, subjetividade e clínica* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/135411/000988568.pdf

CC BY

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a10

As discursividades na instância da sala de aula virtual durante a pandemia: uma análise da produção de sentidos

REJANE DE FREITAS TORRES SANTOS

rejane.santos@ufnt.edu.br

Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil.
Professora no Instituto Federal do Maranhão, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0003-5604-9671

AURÍLIO SOARES DA SILVA

auriliosoares@hotmail.com

Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0002-6817-4472

PALAVRAS-CHAVE:

Formulações Discursivas
Ensino Remoto
Análise de Discurso.

ARTIGO RECEBIDO A:

13/08/2025
ARTIGO APROVADO A:

08/01/2026

Resumo: O acontecimento histórico de natureza pandêmica, a COVID-19, impactou o cenário mundial no qual o sistema de ensino foi grandemente afetado. A adoção do ensino remoto constituiu-se uma medida para atender as especificidades do ensino, considerando a viabilidade no momento. Logo, as condições do ensino, bem como as inquietações deste, contribuem para problematizar as relações discursivas na aprendizagem pelo viés da (re)significação da aula pelos sujeitos, o que pode abrir para deslizamentos de sentidos. Ocorre que a análise da discursivização na sala virtual, instância enunciativa, possibilita observar a relação discursiva que acontece em certas condições, ao lançar luzes sobre o funcionamento da prática discursiva remota, que pouco se assemelha com a presencial. Assim, observamos como os sujeitos significam, pela discursivização, sua posição nas aulas remotas, focalizando o docente no fazer pedagógico, ato que sofre coerções de tempo/espaço onde ocorre, aventando a discussão acerca de uma (re)identificação do sujeito nas novas condições de trabalho. Para tanto, mobilizamos a teoria da Análise de Discurso (AD), de vertente materialista, que toma o texto e as condições de produção para analisar as materialidades, na qual edificamos os procedimentos analíticos ancorados nos pressupostos teóricos da perspectiva pecheutiana. Para tanto, construímos nosso dispositivo de análise alicerçado no referencial teórico-metodológico, selecionando o arquivo de aulas ministradas no período e definindo o *corpus*, pelo recorte de sequências discursivas de cenas enunciativas. Assim, esperamos que a pesquisa contribua para o conhecimento e discussão sobre a discursivização na instância sala de aula no fazer discursivo docente em ambiente escolar, seja ele presencial, seja ele remoto, para estudos sobre discurso.

Discursivities in the virtual classroom during the pandemic: an analysis of meaning production

REJANE DE FREITAS TORRES SANTOS

rejane.santos@ufnt.edu.br

PhD candidate in Letters at Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brazil.
Professor at Instituto Federal do Maranhão, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0003-5604-9671

AURÍLIO SOARES DA SILVA

auriliosoares@hotmail.com

PhD candidate in Linguistics and Literature at Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0002-6817-4472

KEYWORDS:

Discursive Formulations
Remote Teaching
Discourse Analysis.

ARTICLE RECEIVED ON:

08/13/2025
ARTICLE ACCEPTED ON:

01/08/2026

Abstract: The historical pandemic event, COVID-19, impacted the global scenario, and the education system was greatly affected. The adoption of remote teaching was a measure to meet the specificities of education, considering its feasibility at the time. Therefore, teaching conditions, as well as their underlying concerns, contribute to problematizing discursive relations in learning through the lens of the (re)signification of the class by the subjects, which may allow for shifts in meaning. The analysis of discursivization in the virtual classroom—an enunciative instance—makes it possible to observe the discursive relationship that occurs under certain conditions, shedding light on the functioning of remote discursive practice, which bears little resemblance to face-to-face teaching. Thus, we observe how subjects signify, through discursivization, their positions in remote classes, focusing on the teacher's pedagogical practice—an act subjected to the time/space constraints of its occurrence, suggesting a discussion regarding the (re)identification of the subject within new working conditions. To this end, we mobilize the theory of Discourse Analysis (DA), from a materialist perspective, which considers the text and the conditions of production to analyze materialities; our analytical procedures are anchored in the theoretical assumptions of the Pêcheutian perspective. We constructed our analytical apparatus grounded in this theoretical-methodological framework, selecting an archive of classes taught during the period and defining the corpus by cutting discursive sequences from enunciative scenes. Ultimately, we expect this research to contribute to the knowledge and discussion of discursivization within the classroom instance and the teacher's discursive practice in the school environment—whether face-to-face or remote—for the field of discourse studies.

1. Introdução

Pensar o ensino, em especial o de Língua Portuguesa, no país durante o estado pandêmico é, antes de mais nada, pensar na circulação de sentidos na esfera educacional na era digital. O ambiente de ensino, evidenciado nas relações experienciadas na instância da sala de aula remota, ou em diferentes condições e aparatos, conforme verificamos em alguns estudos (Leite, 2015; Freitas, 1999), constitui-se como um importante espaço de interesse investigativo em que as formações discursivas pedagógico-educacionais são, essencialmente, heterogêneas. Ocorre que as práticas discursivas realizadas em ambiente presencial não são as mesmas práticas discursivas realizadas no ambiente virtual, mesmo que, em alguma medida, elas se assemelhem.

As condições de produção do ensino, tanto em sentido restrito quanto em sentido amplo (Orlandi, 2016), afetam o sujeito enunciativo que está em constante movimento de tomada de posição (Pêcheux, 2006; Orlandi, 2015). Logo, o sujeito em ambiente virtual é afetado em suas relações enunciativas, na construção dos sentidos e na própria significação dos discursos em circulação. Por essa razão, nos interessa observar como as formações discursivas, próprias da relação discursiva que ocorre no gênero aula remota síncrona, implicam para a existência de comportamentos discursivos distintos, dadas as especificidades do espaço de interação.

Assim, observamos a discursivização do sujeito na posição sujeito-docente nas aulas remotas durante a pandemia, em turmas do ensino médio do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), focalizando-o no fazer pedagógico, posição que convoca, pela formação discursiva, o lugar imaginário didático e pedagógico, e que lança luz sobre a significação e a identificação que o sujeito realiza ao se subjetivar nas novas condições de trabalho.

CC BY

Para tanto, mobilizamos a teoria da Análise de Discurso (AD) de viés materialista, a qual toma o texto em articulação com as condições de produção para a análise das materialidades linguístico-discursivas no funcionamento da linguagem. Nessa direção, edificamos os procedimentos teóricos e analíticos do estudo a partir dos pressupostos da AD na perspectiva pecheutiana, tal como formulada por Michel Pêcheux (2006), e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi (2015), cuja produção teórica é fundamental para a consolidação e a circulação desse campo no contexto brasileiro.

Tendo isso em mira, este estudo encontra-se organizado, além da introdução e das considerações finais, em três tópicos que versam sobre a sala de aula remota enquanto instância discursiva que figura um lugar de interação, em seguida uma breve incursão teórica na linha de análise de discurso pecheutiana e orlandiana, e, por fim, realizamos um movimento de análise da discursividade, pelo recorte de sequências discursivas, do sujeito-docente em espaço virtual que serão apresentadas em cenas enunciativas.

2. A sala de aula remota: instância socioideológica e discursiva virtual

Neste estudo, assumimos a posição, pelo viés da AD materialista, de que a sala de aula pode ser vista como lugar discursivo socio-historicamente determinado, no qual a ideologia se manifesta por meio da linguagem. Ressalvadas as condições de produção do discurso, a sala de aula remota se inscreve nessa mesma perspectiva, podendo ser compreendida como uma instância discursiva marcada pelas condições sociais e discursivas na qual se efetiva e onde os sentidos que se evidenciam em função da interação entre os sujeitos – professores e alunos – no desenvolvimento das práticas pedagógicas (Leite, 2015).

Nessa medida, é preciso entender, alicerçados em Libâneo (1994), que a aula é um ato pedagógico que se baseia na assimilação consciente e ativa dos conteúdos pelos alunos e que também pode ser entendida como um conjunto de meios e condições que o professor utiliza para estimular e dirigir o processo de ensino. Além disso, a aula é, por assim dizer, o lugar onde ela acontece (Santos; Inforsato, 2011; Libâneo, 1994). Santos e Inforsato (2011, p. 80) expandem a definição de aula para além das fronteiras do espaço físico, asseverando que:

> Na educação atual, salvas pequenas exceções, as aulas acontecem nas salas de aula, espaços limitados e limitadores, herméticos, fechados em um cômodo que foi construído ou adaptado para este fim. Primeiro engano! Se levarmos em conta que sala de aula pode ser chamada de espaço de aprendizagem, precisamos repensar sua estrutura física também. A sala de aula como espaço de aprendizagem será todo o espaço físico onde ocorre a aprendizagem.

Nessa direção, a configuração universal da sala de aula, enquanto espaço social de aprendizagem, reconhecido pela formação imaginária coletiva, já vem, há algum tempo, sofrendo atualizações históricas e discursivas. Trata-se da ressignificação da colocação espacial, do lugar físico/presencial, para a configuração do lugar de encontro e de interação, em que ainda prevalece "o processo de ensino que possibilita o encontro entre os alunos e a matéria de ensino, preparada didaticamente no plano de ensino e nos planos de aula" pelo professor (Libâneo, 1994, p. 45), porém, agora em diferentes suportes, a saber: no ambiente remoto e na educação à distância, modalidades de educação realizadas via internet.

De modo geral, é importante salientar que a aula, nas novas condições de funcionamento do ensino, precisa ser compreendida a partir de dois aspectos centrais: a não presença física dos sujeitos e a interação mediada pela web. Esses elementos alinham-se às transformações tecnológicas que vêm redefinindo a educação, na medida em que buscam superar as barreiras impostas pelo tempo e pelo

CC BY

espaço geográfico, abrindo novas possibilidades para o ensino e para a aprendizagem (Rosa; Melo, 2018). Diferentemente das práticas da Educação à Distância (EaD), que começaram a ser pensadas bem antes do advento da internet e que contam com um modelo de ensino que dispõe de materiais didáticos que são utilizados nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), devidamente regulamentados pelo Ministério da Educação (MEC), o ensino em ambiente remoto resulta da articulação do ensino com novos modos de educação que surgiu como um experimento para atender uma demanda específica e urgente.

Sendo assim, buscamos entender a sala de aula, na condição de espaço de interação e discussão, como embate do poder político, pela atuação de forças que operam formações ideológicas distintas, intercruzadas por formações discursivas diversas, constituindo um ambiente de ampla heterogeneidade discursiva. Dentre essas discursividades, destacam-se as diretrizes pedagógicas, as normas institucionais, as políticas educacionais e os dispositivos tecnológicos que, juntos, mobilizam sentidos específicos, constitutivos desse contexto histórico e ideológico. Dessa forma, levando em consideração que todo sujeito é atravessado pela ideologia, podemos dizer que tanto o professor quanto o aluno produzem e interpretam discursos a partir de posições de sujeito historicamente estabelecidas, que também são formadas e limitadas por seu lugar no sistema educacional, que os permitem significar a instância da sala de aula.

Por conseguinte, na sala de aula, de forma geral, as relações de poder e os mecanismos de controle estão presentes de maneira visível e invisível. Contudo, na sala de aula remota, tem-se que a interface tecnológica, que possibilita a interação entre os sujeitos enunciadores desse ambiente, impõe também uma série de regras discursivas que determinam quem pode falar, como se deve falar e de que forma o conhecimento será avaliado pelo professor. O próprio formato das plataformas digitais

pode ser visto como um dispositivo ideológico, que reflete e (re)funcionaliza práticas educativas historicamente ligadas ao ensino presencial, mas agora adaptadas e ampliadas pelo ambiente virtual.

O que queremos dizer com isso é que a mediação tecnológica, de certo modo, altera profundamente as condições de produção e circulação do discurso pedagógico. Se, no ensino presencial, a presença física dos indivíduos – professor e aluno – é tida como fundamental para estabelecer uma dinâmica comunicativa imediata na constituição dos sujeitos, impingindo a ilusão necessária de controle do dizer, a sala de aula remota impõe novos regimes de visibilidade do indivíduo e para sua dimensão como sujeito, que ressignificam as práticas de ensino-aprendizagem. Por exemplo, a relação entre o discurso verbal e o não-verbal é significativamente transformada: câmeras, microfones, *chats*, emoticons, dentre outros, criam novas formas de interação e novas limitações, tanto na produção quanto na interpretação dos enunciados.

3. Análise de Discurso: circunscrição teórico-metodológica

As discursividades na instância da sala de aula remota constituem o objeto de análise deste estudo. Conforme discutido na seção anterior, que compreende esse espaço como lugar de ressignificação das práticas de ensino-aprendizagem, circunscrevemos o trabalho nos postulados da AD de viés materialista. Interessa-nos, nesse sentido, observar as relações discursivas que se instauram no ambiente remoto em um momento atípico do ensino nacional, marcado por condições históricas e ideológicas específicas.

Partimos do reconhecimento, à luz dos postulados de Pêcheux ([1985] 2014), desenvolvidos no Brasil por Orlandi (2015, 2021), de que a prática discursiva presencial não se equivale à prática discursiva virtual. Nessa perspectiva, concordamos que não é possível acessar um sentido "real" do discurso, uma vez que, na inscrição teórica da AD, o sentido é sempre concebido como efeito,

CC BY

produzido a partir das confluências que constituem o sujeito e o afetam em sua discursividade, em dadas condições de produção do dizer. Desse modo, o que se torna possível observar é o funcionamento do discurso, isto é, "como" ele produz sentidos em determinadas condições (Orlandi, 2015; Pêcheux, 2014).

Nessa direção, recorremos à AD materialista, teoria desenvolvida inicialmente por M. Pêcheux, e adensada por sua principal e mais importante comentadora no Brasil, Eni Orlandi, especialmente pelo trato dado pelos estudiosos ao assumirem o aspecto da "heterogeneidade irredutível", nos termos de Pêcheux ([1980] 2016), que constitui o sujeito. Assim, nesta seção, o nosso foco recai sobre os fundamentos teóricos e metodológicos circunscritos na perspectiva discursiva a que nos filiamos, para a constituição do *corpus* e sobre o procedimento teórico-analítico que sustentam o método e o alcance da análise.

Assim, nosso gesto de análise incide sobre um arquivo constituído a partir de uma aula ministrada durante o período pandêmico, em 13 de abril de 2021, em uma turma do ensino médio do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus Buriticupu. Tal recorte justifica-se por se tratar de uma materialidade discursiva produzida sob condições socio-históricas específicas, marcadas pela segunda onda da Covid-19 no Brasil, acontecimento que reconfigurou de modo significativo as práticas pedagógicas e as formas de enunciação no espaço escolar.

Inscrito nessas condições de produção, o período em que a aula foi ministrada coincide com um momento de intensificação dos casos de Covid-19 no país, conforme indicado por especialistas à época. Desse modo, a materialidade discursiva selecionada como corpus deste estudo foi produzida sob condições socio-históricas atravessadas por tensões e incertezas que incidiram diretamente sobre o funcionamento do ensino nacional. Tais condições mobilizam questões sensíveis, tanto no que concerne às preocupações e angústias de docentes e discentes, enquanto sujeitos históricos afetados

por uma experiência coletiva, quanto no que se refere às determinações de ordem sanitária que atravessaram o espaço escolar.

Ainda que as questões anteriormente mencionadas sejam relevantes para a compreensão do contexto analisado, estamos interessados nas discursividades do sujeito em posição docente, tal como se marcam no e pelo discurso. Nesse sentido, faz-se necessária uma incursão no arcabouço teórico-analítico que fundamenta a pesquisa, a fim de explicitar os dispositivos mobilizados no gesto de análise. Assim, delineamos algumas noções centrais para realização do procedimento analítico, tais como: a noção de Sujeito, em seus desdobramentos na tomada de posição, na forma-sujeito e na prática discursiva, bem como noções de efeitos de sentido e de condições de produção.

Inicialmente, mobilizamos a noção de Sujeito tal como formulada por Pêcheux ([1988] 2014), segundo a qual a forma-sujeito resulta de um processo de interpelação-identificação que produz um sujeito atravessado pela ideologia e constituído na ocupação de posições discursivas. Esse sujeito se marca pela identificação com a formação discursiva na qual se inscreve e é constituído por uma rede de memória discursiva que faz ressoar diferentes vozes sociais. Nessa perspectiva, o sujeito não é uno nem transparente a si mesmo, mas clivado e atravessado por uma heterogeneidade constitutiva, princípio que precipita do inconsciente nos espaços em que o desejo se articula, de modo indissociável, ao social, manifestando-se por meio da linguagem.

Os modos de formulação e constituição de sentidos que fundam o sujeito imbricam-se pela materialidade, inscritos em dada formação discursiva, e que significam em certas condições. As formações discursivas (FD), por sua vez, assinalam posições ideológicas nas quais se imbricam, em batimento com o inconsciente, as dimensões social, política e simbólica. Desse modo, o funcionamento do discurso estrutura-se no e pelo imbricamento com a ideologia, tornando visíveis

CC BY

as relações entre formações discursivas e condições de produção, nas quais os sujeitos se inscrevem a partir das relações de força que operam nos e pelos enunciados (Orlandi, 2023).

Assim, as FDs operam a memória discursiva por meio do já-dito e do interdiscurso, mecanismos que atuam tanto na estabilidade do dizer quanto na abertura para o deslize e para a dispersão dos sentidos, produzindo a instabilidade do dizer (Pêcheux, 1990). Nessa perspectiva, Indursky (2009) aprofunda a discussão sobre a noção de formação discursiva ao articulá-la à noção de forma-sujeito e à sua fragmentação em posições-sujeito, resultante do imbricamento e da reelaboração da noção de FD proposta por Pêcheux e Fuchs (1990).

Nessa direção, o discurso é sempre tomado pelo imbricamento com a ideologia, ao que Pêcheux e Fuchs (1990) denominam de "materialidade ideológica":

> Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligada**s** que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico (Pêcheux & Fuchs, 1990, p.166-7).

Nesse aspecto, o modo como se analisa o discurso, buscando evidenciar os efeitos de sentido possíveis, se faz pela relação do sujeito enunciador com os lugares por ele ocupados, na identificação com uma ou várias formações discursivas, de "saberes regulados", pela circunscrição de uma forma-sujeito, que apresenta certa unidade, revelando, assim, a noção de "tomada de posição" (Pêcheux & Fuchs, [1988] 1990). Assim, o funcionamento da tomada de posição resulta de um retorno do 'Sujeito' no sujeito, em que o

> "sujeito se separa daquilo de que ele 'toma consciência' e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus 'semelhantes' e com o 'Sujeito'. O 'desdobramento' do sujeito - como 'tomada de consciência" de seus 'objetos' - é uma reduplicação da identificação..." (Pêcheux; Fuchs, 1990, p. 172, grifos dos autores).

Nessa direção, conforme postula Orlandi (2015), é fundamental considerar, na constituição do sujeito, as condições de produção do discurso. Essas condições compreendem os sujeitos e a situação, bem como a memória discursiva, cuja forma de acionamento é decisiva para o funcionamento do dizer. A autora distingue, ainda, as condições de produção em sentido estrito, relativas às circunstâncias imediatas da enunciação, e em sentido amplo, que incluem o contexto socio-histórico e ideológico (Orlandi, 2015, p. 28-29).

Orientados por essas questões, conduzimos nosso gesto de análise de modo a evidenciar os sentidos que se produzem pela materialidade linguística, sem perder de vista aquilo que lhe é exterior, isto é, o discursivo. Nesse movimento, consideramos o sujeito como multifacetado e atravessado pelas condições de produção do dizer, pelo inconsciente e pela ideologia.

4. Análise das discursividades em sala de aula no espaço virtual: gestos de interpretação

Como já mencionamos, a aula que utilizamos para constituição de nosso *corpus* de análise foi ministrada na segunda onda da covid-19 no Brasil, no dia 13 de abril de 2021, centrada na temática intitulada *Leitura comparada: construção e desconstrução*, de uma turma de ensino médio do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), campus Buriticupu. A aula, ministrada pela plataforma *Google Meet*, teve duração de 1h39min42s, a qual contou com a participação de nove discentes, dentre os quais apenas a docente e uma aluna mantiveram as câmeras abertas durante a aula.

CC BY

Destacamos aqui que a materialidade discursiva na cena enunciativa em tela, aula virtual, engloba os sujeitos em um quadro analítico que se volta para o funcionamento discursivo pelo viés dos processos discursivos-ideológicos, nos quais é possível questionar a evidência dos sentidos e do sujeito no discurso em toda a cena tanto pelos aspectos das marcas linguísticas, nos ditos, quanto pelos pontos de deriva que oferecem lugar a interpretações que evidenciam os sentidos que ficaram à deriva no processo discursivo.

A esse respeito, destacamos, inicialmente, como ponto de deriva o fato de alguns alunos participarem da aula com as câmeras dos dispositivos que os conectam à aula estarem desligadas. De alguma forma, o comportamento desses alunos abre para a produção de efeitos de sentidos que fazem trabalhar a questão que motivou esse inquérito de análise pela pergunta heurística: como os sujeitos significam a aula em ambiente virtual?

Nessa direção, convém destacarmos que a aula em tela faz parte do programa regular da disciplina ministrada pelo docente, semelhantemente, como ocorre no ambiente presencial, assim como o previsto no plano semestral. Outro ponto de destaque das condições de produção em sentido restrito reside na forma como o docente parece conduzir a programação da aula: cumprimentando os alunos, rememorando o conteúdo trabalhado nas aulas anteriores, tentando garantir que todos estejam conectados a contento para que haja o bom andamento da aula. Contudo, algumas janelas se abrem para interpretações do momento da aula que, pelo batimento entre descrição e interpretação, produzem alguns sentidos.

Primeiro, é possível apreender que a forma como os sujeitos, na posição social de aluno, significam a aula no ambiente remoto remete muito à forma como eles se subjetivam por meio do uso da câmera. Logo, a deriva de sentidos ocorre nesse ponto porque a (in)disponibilidade da imagem que é projetada pela câmera produz efeitos de sentidos da presença física, do interesse em

participar, da exposição intencional do ambiente pessoal, bem como das condições de vivência familiar. Diferentemente disso, na aula presencial não é possível circularem esses sentidos, o que garante a salvaguarda, de certa forma, da intimidade do aluno.

Ocorre que é possível observar que os sentidos nesse caso não ocupam o mesmo lugar simbólico da aula presencial, em que a presença-imagem não é requerida para comprovar a presença, adesão ou atenção do sujeito-discente. Assim, ao deixar a câmera desligada durante a aula o sujeito, em posição-discente, enuncia do lugar de aluno engendrando um novo sentido, o que seria um não-sentido, *non sense*, na prática presencial, porque desloca a prática discursiva, própria da dinâmica pedagógica no ambiente remoto, pelo não-dito, discursivamente, porque está em uma posição legitimada tanto pelas discursividades (falas) proferidas, quanto pelas reações não-verbais, por meio dos *emojis*, significativamente.

Nessa linha, prosseguimos nossas incursões analíticas a partir de dois recortes distintos da referida aula, dimensionados em sequências discursivas (SD) que partem da cena enunciativa cujo foco de interesse recai sobre o conceito-análise *a priori* das discursividades no ambiente virtual, as quais consideramos (re)produzir os efeitos de sentido que a aula em ambiente virtual engendra na constituição do sujeito-professor e do sujeito-aluno no fazer pedagógico em período pandêmico, o que constitui nosso escopo de análise. Com isso, esperamos pensar o lugar simbólico, construído historicamente nas relações sociais, do docente e do discente na instância sala de aula e como esse espaço é significado, a depender das condições de produção, pelo uso da linguagem que é determinada pelas possibilidades de dizer, que por sua vez, é determinado pelas condições socio-históricas de produção.

Na primeira sequência que trazemos para análise, que na cena enunciativa acontece pouco tempo depois da aula ser iniciada, observamos o modo como o dizer do sujeito-professor é delineado por

CC BY

posições pedagógicas, constitutivas desse lugar social, ao mesmo tempo em que é atravessado por discursividades próprias do ambiente virtual, vejamos a seguir:

> **SD1:** Então, nesse período do romantismo, (2:36) nós temos lá três, três tempos, três grandes momentos do romantismo. O primeiro momento, que é mais, (2:46) mais nacionalista, voltado mais, assim, para uma questão de patriotismo, para enaltecimento da (2:53) terra, para enaltecimento do herói que foi escolhido na época, que foi o índio, então tem uma pegada (3:00) indianista, tudo isso voltado mais para um certo ufanismo. No segundo momento, ele se baseia num (3:09) sentimentalismo mais profundo ainda, então ele está mais passional, mais derretido, mais voltado (3:19) para as questões intimistas, cada vez mais individualista. E no terceiro período romântico, já no finalzinho, (3:29) quando a gente já está sentindo, assim, a proximidade do realismo, nós temos, assim, uma visão mais social, (3:36) uma visão mais, menos egocêntrica, e essa visão traz uma percepção da realidade diferente dos (3:49) momentos anteriores. E aí, em cada momento, você tem um poeta que representa aquelas características. (4:02) No primeiro momento, nós vamos ter aí, agora eu esqueci o nome do poeta, é o autor de Suspiros Poéticos e Saudades, (4:16) e o autor do nosso, de parte do nosso hino, né, um trecho da poesia dele, da Canção do Exílio, (4:25) bem, é isso, vocês lembram quem é esse autor? O autor de Canção do Exílio, **deixa eu ver se eu consigo subir esse negócio**, (4:39) **não estou conseguindo, consegui**. Representa, **deixa eu dar uma pesquisada aqui**, uma pescada para eu lembrar aqui quem é o autor. (00:02:36 - 00:04:52)

Do ponto de vista discursivo, a instância sala de aula apresenta efeitos da espessura do discurso dos sujeitos, nas práticas pedagógicas, pela significação que estes realizam do ambiente no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a tomada de posição dos sujeitos discursiviza a maneira como eles subjetivizam o lugar da aula, em dadas condições. Dito isso, ao fitarmos as formulações que escolhemos do momento em que a docente começa a aula apresentando uma síntese dos estudos das escolas literárias, didaticamente definidas para o ano/série em que está ministrando a aula, o sujeito articula a relação da língua com a história movendo sentidos didáticos-literários. De

início, no *corpus* destacado, resguardadas ao momento em que as formulações foram produzidas, observamos esse recorte de forma linear, abre para a possibilidade de pensar a forma como a aula de literatura é significada. De sorte que houve uma manutenção da prática discursiva equivalente aos sentidos estabilizados para esse tipo de aula.

Contudo, quando observamos mais de perto a SD1, é possível perceber a presença de marcas linguísticas, dêiticos discursivos, presentes na superfície linguística que marcam a embreagem das circunstâncias do lugar ("deixa eu dar uma pesquisada *aqui*"), do tempo ("em cada *momento*") e de pessoa ("*você* tem um poeta", "para *eu* lembrar aqui quem é o autor") de uma aula que poderia, tranquilamente, ocorrer nos dois ambientes, remoto e presencial. Todavia, o nosso enfoque discursivo recai sobre os elementos metaenunciativos que são (re)produzidos por intermédio de uma FD em que o sujeito está inserido e que condiciona seu modo de dizer. Ou seja, no lastro da historicidade e da ideologia que clivam o sujeito em posição-docente, no momento da aula virtual, faz funcionar uma memória discursiva concernente ao ambiente virtual pela relação transferencial de limitação do/no manuseio do aparato digital durante a aula ("deixa eu ver se eu consigo *subir esse negócio*, não estou conseguindo").

Não obstante, o sujeito, pelas formulações, faz trabalhar sentidos que produzem efeitos que colocam fronteira entre o que está manifesto em seu discurso e o que escapa à evidência. Simbolicamente, a depender da exterioridade que constitui o sujeito, ele é marcado por um modo de significar o lugar do digital como um "negócio", *nonsense*, que evidencia uma certa estranheza do docente com as (novas) condições do trabalho pedagógico com o qual precisa lidar. Dessa forma, a discursividade apresenta uma falha pela forma como a linguagem está funcionando e promovendo uma distinção ao construir uma significação do "universo digital" como não-sentido. A esse respeito, observa-se o engendramento de um pré-construído, que funciona em outras condições de

produção discursivas, fazendo evidenciar sentidos de que o aparato tecnológico é algo que é de difícil execução para o sujeito-professor e que pode, portanto, representar um possível dificultador das aulas em ambiente remoto.

De sorte que, pela via interdiscursiva, é possível dizer que entra em jogo, na enunciação docente, a formulação do sentido de rejeição do fazer pedagógico no ambiente digital, evidenciando, assim, preferir as aulas presenciais às aulas remotas. Assim, a formação social da docente deixa escapar, do ponto de vista do funcionamento da memória discursiva, pelo viés do lugar socioideológico, aquilo que toca o aparato digital, tais como: apresentar em tela algo que ela precisa rememorar sobre os literatos em estudo para a turma ou, mesmo, o ato de buscar uma informação, em tempo real, diante dos alunos, como algo que é novo e que produz efeitos de sentidos outros.

Com efeito, no fragmento "deixa eu dar uma pesquisada aqui, uma pescada para eu lembrar aqui quem é o autor", é possível perceber que o sujeito abre para sentidos de alguém que está atravessado, em certas condições, por uma subjetivação que vai na contramão, ou seja, na desconstrução do imaginário que se tem do sujeito em posição-docente daquele que é detentor de todo o saber colecionável. No imaginário coletivo, portanto, o sujeito-docente evoca o sentido de um sujeito que é constituído no lugar de quem tem todas as respostas e que é detentor do saber. Observa-se, portanto, um furo nesse pré-construído da imagem que se tem desse sujeito-docente, marcado por uma tomada de posição do sujeito por outro lugar discursivo que não é socialmente legitimado ao docente, visto que o lugar discursivo socialmente instituído para professor é o de sabedor de tudo.

Além disso, apesar do imaginário da figura do sujeito-docente parecer estar, logicamente, estabilizado na memória coletiva é possível perceber como esse sujeito é afetado, sob certas condições, a produzir certos sentidos e não outros. Desse modo, no atravessamento de uma

formação discursiva escolar, o sujeito, em posição docente, parece não subjetivar esse lugar social, evidenciando uma formação ideológica que o conduz à produção de sentidos diferentes do que, tradicionalmente, se espera de um professor. Notadamente, a formulação, pelo modo de individuação, destacada faz funcionar sentidos a respeito da tomada de posição do sujeito, e abre para possibilidades de se pensar a heterogeneidade do discurso docente em ambiente virtual, em uma dada formação discursiva.

Na direção de que o discurso docente-pedagógico, pelo imaginário, cumpre a função de amparar, por meio do didatismo, o fazer em sala de aula, partiremos agora, resguardadas as especificidades do momento em que foram formuladas as discursividades, para o segundo gesto de análise na SD2. Por meio do qual pretendemos observar que efeitos de sentidos se abrem na/pela forma como a sala de aula é significada pelo sujeito. Vejamos no destaque:

> **SD2:** Vamos aqui no material de sala, nas atividades. É esse material de literatura comparada. **Sinalizem** para mim **oralmente** se vocês **estão conseguindo ouvir** a música, tá bom? Vou botar só um trechinho dela, não vou colocar tudo não, porque senão pega muito tempo, tá? Beleza. Vou trazer aqui **o computador mais próximo** pra ver se sai. Tá, todo mundo tá conseguindo ouvir? Beleza (00:12:24).

Observamos que na SD2, no primeiro e no segundo período do texto em análise, há uma compatibilidade do fazer docente em ambiente virtual com o fazer docente das aulas presenciais. Esse efeito de permanência mantém o caráter pedagógico desse acontecimento, isto é, a aula remota, por mais que seja em ambiente virtual, ainda é uma aula com as características basilares de sua constituição. Entretanto, há algo que a distancia de uma aula presencial, como se vê pelas marcas linguísticas nos trechos sublinhados, em que o sujeito é interpelado por discursividades específicas do ambiente virtual.

CC BY

Nesse caso, as marcas linguísticas evidenciam como o processo discursivo do sujeito, na posição docente, abre para o efeito de sentido de um discurso já estabilizado no caráter pedagógico, quando conduz a turma didaticamente ("Vamos aqui no material de sala, nas atividades") e quando desenvolve o conteúdo programado ("É esse material de literatura comparada"). Contudo, o sujeito projeta certa preocupação com o aparato tecnológico de conexão que representa as condições de funcionamento da aula ("Sinalizem para mim oralmente se vocês estão conseguindo ouvir a música, tá bom?"). O que provoca uma movência dos sentidos autorizados para a instância sala de aula e que engendra um embate com relação aos sentidos da aula no ambiente virtual pela insegurança da eficiência do canal.

É sabido que o uso e manuseio de tecnologias em sala de aula presencial, tais como: computadores, projetores de imagem, telas digitais, TVs, entre outros, já fazem parte do imaginário coletivo no cotidiano de grande parte das escolas do país que fazem circular sentidos, logicamente, estabilizados sobre a instância de aprendizagem. Por isso, esses são aparatos que no âmbito escolar, geralmente, produzem sentidos compartilhados pelos sujeitos. Contudo, as condições de produção da aula remota, em sentido amplo, põem em circulação sentidos ideológicos que giram em torno da impossibilidade, da dificuldade, da (des)conexão, que é de responsabilidade do docente. Dito de outro modo, o sentido que circula sobre a figura do docente é o de que ele é quem deve organizar a aula ("Tá, todo mundo tá conseguindo ouvir?"). Assim, as formulações destacadas aventam a possibilidade de tensão no sentido da operacionalização da aula remota. Abrindo, pois, para possibilidade de pensar a forma como o sujeito, em posição docente, produz *non sense* em relação àquilo que não tem controle no ambiente da aula virtual.

Assim, como é possível observar, o discurso do professor na instância sala de aula remota joga entre unidade e dispersão de sentidos, por um lado, estabilizando o dizer no engendramento de

já-ditos, de pré-construídos, fazendo funcionar a memória sobre as condições universais da aula, marcada por determinações socio-históricas e ideológicas. Por outro lado, as novas condições do fazer pedagógico abrem para a dispersão dos sentidos, em que o sujeito, (des)identificado com certos sentidos, marca sua posição no discurso, no caso, pelo estranhamento com o lugar de professor na instância sala de aula remota.

Por fim, essa desidentificação com esse lugar social/virtual implica sua própria condição de professor no fazer pedagógico em período pandêmico, de um sujeito que parece não assumir essa posição, fazendo funcionar um desencaixe entre o papel social e a posição-sujeito-professor nessa conjuntura socio-histórica e ideológica.

5. Considerações finais

Neste estudo, focalizamos como objeto discursivo as formulações na instância da sala de aula remota durante a pandemia, pelas discursividades do sujeito em posição-docente. Tudo isso sem perder de vista o fio que evidencia o funcionamento do discurso em dadas condições de produção socio-histórica, conforme ocorreu no acontecimento desencadeador do estado pandêmico, a COVID-19.

A contingência das condições de produção impactou a grande área da educação nacional impondo-lhe o isolamento social, como medida necessária para garantir que os serviços educacionais continuassem em funcionamento, especialmente, por meio do uso de tecnologias digitais. Grosso modo, essas mudanças impingiram remodelamentos nas práticas educativas do ensino objetivando atender, pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs, a permanência da comunidade escolar, professores e alunos, apesar das condições do ensino.

CC BY

É certo que um acontecimento dessa natureza constitui-se um importante objeto de estudo, haja vista seu valor de registro material-histórico para as gerações futuras. Por essa razão, neste estudo observamos como houve a manutenção de alguns sentidos já compartilhados pelos sujeitos sobre a instância sala de aula e o surgimento de outros sentidos sobre foram significados. Produzindo, portanto, sentidos distintos que circunscrevem os sentidos de uma educação remota que requer habilidade no trato com o aparato tecnológico em função da conjuntura do suporte.

Por essa razão, é possível entrever a abertura da deriva de sentidos, uma vez que o sujeito em posição-docente, pela tomada de posição discursiva e pelas marcas textuais/discursivas, toma posição quanto ao que pode e deve ser dito dentro de uma formação social/ideológica, haja vista que os sentidos que se movem, no atravessamento, sempre podem ser outros, para além do que está estabelecido ou esperado por quem enuncia.

Por fim, a análise do funcionamento discursivo do sujeito, em posição docente, pela discursivização (re)significa sua posição-sujeito nas aulas remotas, no fazer pedagógico, de modo a assumir certos sentidos pelo afetamento dos sentidos que o interpelam a movimentar/produzir novos sentidos. Em outras palavras, o sujeito atravessado por sentidos e não-sentidos sobre a aula virtual faz circular outros sentidos ao se desidentificar com esse espaço social/virtual, o que reflete a condição do docente no processo pedagógico durante a pandemia, de um sujeito que parece não se reconhecer plenamente nesse papel. Isso gera um desajuste entre a função social e a posição de sujeito-professor dentro deste contexto socio-histórico e ideológico.

Referências

Freitas, A. F. de. (1999). *O diálogo em sala de aula: Análise do discurso*. HD Livros Editora.

Leite, J. de D. (2015). *Aula de língua portuguesa: Das identificações do professor à prática* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia].

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. Cortez.

Orlandi, E. P. (2023). *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso* (7ª ed., edição comemorativa de 40 anos). Pontes.

Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da Unicamp. (Trabalho original publicado em 1982).

Santos, R. A. dos, & Inforsato, E. C. (2011). Aula: O ato pedagógico em si. In Universidade Estadual Paulista, Prograd, *Caderno de formação: Formação de professores – Didática geral* (Vol. 9, pp. 80–85). Cultura Acadêmica.

Rosa, A. G. C., & Melo, É. G. de S. (2018, May). A identidade da aula virtual escrita na educação a distância. *CIET: EnPEE*. https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/830

Santos, J. S. (2012). Leitura numa perspectiva discursiva na formação docente: Alguns questionamentos. *Linguagem em (Dis)curso, 12*, 129–153. https://www.scielo.br/j/ld/a/VMwxr3BMVMJy773hcYnCd5G/

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a11

Entre dispositivos e governamentalidade: efeitos discursivos dos incentivos financeiros e metodológicos do Programa AlfaMais Goiás na formação docente

AGDDA BYANCA BORGES E SILVA

agdda.bbs@gmail.com

Mestranda em Língua, Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).
Número do processo: 88887.150278/2025-00.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0005-2962-2465

LUANA ALVES LUTERMAN

luana.luterman@ueg.br

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, Brasil (2014).
Professora Titular da Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0001-6491-4045

PALAVRAS-CHAVE:

Programa AlfaMais Goiás
Alfabetização
Construção do sujeito
Discurso
Dispositivos

ARTIGO RECEBIDO A:

09/12/2025

ARTIGO APROVADO A:

29/07/2026

Resumo: O artigo pretende analisar os incentivos financeiros e metodológicos no processo de alfabetização, por meio do *Programa AlfaMais Goiás*, implementado pelo governo de Goiás em 2021, visando descrever as práticas docentes para a formação do sujeito no processo de alfabetização, a partir da perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Foucault (1995) preconiza o dispositivo como um conjunto heterogêneo de elementos, como discursos, instituições, normas e saberes, que atuam na sociedade e participam da produção de subjetividades. No contexto da alfabetização, o *AlfaMais Goiás* pode ser compreendido como um dispositivo educacional que articula metodologias, conteúdos e normas com o objetivo de alfabetizar os estudantes de acordo com padrões estabelecidos. Utilizando conceitos foucaultianos de poder disciplinar e biopoder, o estudo observa como o programa articula dispositivos financeiros, como bolsas e premiações, para disciplinar e orientar práticas pedagógicas. Essas práticas visam aumentar a produtividade e a performance dos estudantes em avaliações internas e externas. Por meio de um monitoramento sistemático, o *AlfaMais Goiás* estabelece padrões de desempenho que avaliam o comportamento e o conhecimento dos discentes e docentes, introduzindo uma lógica de controle e normalização no ambiente educacional. Portanto, o incentivo financeiro deixa de ser visto apenas como uma ferramenta motivacional, assumindo um papel disciplinador que orienta práticas educativas para metas de eficiência e produtividade, ao invés de um desenvolvimento educacional crítico e inclusivo. Assim, destacamos também o processo de avaliação, por meio do qual os desempenhos dos estudantes são diferenciados em relação aos critérios estabelecidos, possibilitando problematizar essas práticas a partir da noção foucaultiana de normalização.

Between devices and governmentality: discursive effects of the financial and methodological incentives of the AlfaMais Goiás Program on teacher training

AGDDA BYANCA BORGES E SILVA

agdda.bbs@gmail.com

Master's student in Language, Literature, and Interculturality at Universidade Estadual de Goiás, Brazil.
CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) Fellow, Brazil.
Process No. 88887.150278/2025-00.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0005-2962-2465

LUANA ALVES LUTERMAN

luana.luterman@ueg.br

PhD in Linguistics from Universidade Federal de Goiás, Brazil (2014).
Full Professor at Universidade Estadual de Goiás, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0001-6491-4045

KEYWORDS:

AlfaMais Goiás Program
Literacy
Subject construction
Discourse
Devices

ARTICLE RECEIVED ON:

12/09/2025

ARTICLE ACCEPTED ON:

07/29/2026

Abstract: This article aims to analyze the financial and methodological devices in the literacy process through the AlfaMais Goiás Program, implemented by the government of Goiás in 2021, seeking to describe teaching practices for the formation of the subject in the literacy process, from the perspective of Foucaultian Discourse Studies. Foucault (1995) defines the dispositif as a heterogeneous set of elements, such as discourses, institutions, norms, and knowledge, that act in society and participate in the production of subjectivities. In the context of literacy, AlfaMais Goiás can be understood as an educational device that articulates methodologies, content, and norms with the objective of teaching students to read and write according to established standards. Using Foucaultian concepts of disciplinary power and biopower, the study observes how the program articulates financial devices, such as scholarships and awards, to discipline and guide pedagogical practices. These practices aim to increase the productivity and performance of students in internal and external assessments. Through systematic monitoring, AlfaMais Goiás establishes performance standards that evaluate the behavior and knowledge of students and teachers, introducing a logic of control and normalization into the educational environment. Therefore, financial incentives cease to be seen merely as a motivational tool, assuming a disciplinary role that guides educational practices towards efficiency and productivity goals, instead of critical and inclusive educational development. Thus, we also highlight the evaluation process, through which student performance is differentiated in relation to established criteria, making it possible to problematize these practices from the Foucauldian notion of normalization.

Introdução

Diversos programas são criados, com o objetivo de auxiliar professores com materiais didáticos e ferramentas de avaliação. No estado de Goiás, em 2021, foi lançado, como proposta de governo, o *Programa AlfaMais Goiás*, que atua diretamente com as turmas de 1° e 2°anos do Ensino Fundamental anos iniciais, tem como meta garantir que todas as crianças saiam alfabetizadas nos eixos de leitura e escrita até o 2º ano do Ensino Fundamental I. O *Programa AlfaMais Goiás* pode ser compreendido como dispositivo educacional que não apenas instrui, mas também participa da condução do processo pedagógico e das práticas docentes por meio da mobilização de ferramentas discursivas e metodológicas que operam na constituição da identidade e da subjetividade dos professores, além de participar da produção de posições de sujeito no processo de alfabetização.

Durante o processo de criação do *Programa AlfaMais Goiás*, foram implantadas leis e diretrizes que apresentam a alfabetização na idade certa como um direito a ser assegurado aos estudantes. Essa proposição insere-se em um campo mais amplo de políticas educacionais voltadas à alfabetização nos anos iniciais. Nesse sentido, o Ministério da Educação destaca:

> [...] grande investimento na criação de um ambiente alfabetizador, que possibilite às crianças não apenas ter acesso ao mundo letrado, como também nele interagir. É importante ressaltar, no entanto, que a alfabetização não pode ser o aspecto único nem tampouco isolado desse momento da escolaridade formal [...]. (Ministério da Educação, 2006, p. 22).

No âmbito específico da política educacional goiana, o *Guia do Programa AlfaMais Goiás* explicita os objetivos e as formas de colaboração previstas para sua implementação:

> O **Programa *AlfaMais Goiás*** propõe garantir a alfabetização, na idade certa, das mais de 200 mil crianças no Território Goiano, por meio do regime de colaboração com os municípios.

CC BY

> Esses, por sua vez, deverão garantir a oferta de apoio logístico e de materiais necessários à realização das atividades pertinentes ao *AlfaMais Goiás*, disponibilizar equipes técnicas para implementação das ações propostas pelo Programa, cooperar com a Secretaria de Estado da Educação em relação às demais questões educacionais direta ou indiretamente ligadas às ações do Programa *AlfaMais Goiás*, objetivando, dessa maneira, a ampliação da eficiência e a economia de recursos nas redes públicas de ensino do Estado de Goiás. (Goiás, 2022, p.19, grifos do autor)

Nesse enunciado, a garantia da alfabetização aparece articulada ao regime de colaboração entre Estado e municípios, à disponibilização de equipes, recursos e à implementação das ações propostas pelo Programa, estabelecendo uma relação entre objetivos educacionais, formas de organização institucional e critérios de eficiência.

Desta forma, é necessário destacar a importância do trabalho do professor em sala de aula, principalmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental I, pois ele é o responsável por formar sujeitos não apenas alfabetizados, mas também cidadãos críticos, ativos e reflexivos. Nesse sentido, Assolini afirma que:

> É pertinente afirmar que as crianças não chegam à escola, sem saber nada: ao contrário, elas possuem um saber sobre a escrita, mesmo que ainda não dominem o código escrito vigente na atual sociedade. Esse saber sobre a escrita ao qual nos referimos advém de sua (da criança) inserção em uma sociedade letrada. Portanto, mesmo que ainda não saiba ler e escrever, o educando possui saberes sobre a escrita, que é o letramento. (Assolini, 2010, p. 150).

O papel do docente como formador no processo de alfabetização inclui o uso de diversos materiais didáticos e de abordagens avaliativas que considerem os aspectos sociais, históricos e culturais. A subjetividade do estudante é heterogênea, e o ato de interpretar é singular. O Ministério da Educação enfatiza que:

> As estratégias pedagógicas devem evitar a monotonia, o exagero de atividades "acadêmicas" ou de disciplinamento estéril; as múltiplas formas de diálogo e interação são o eixo de todo o trabalho pedagógico que deve primar pelo envolvimento e pelo interesse genuíno dos educadores em todas as situações [...]".(BRASIL, 2006, p.15)

Para investigar as relações entre os incentivos financeiros, os dispositivos metodológicos, as práticas de avaliação e monitoramento mobilizadas pelo Programa *AlfaMais Goiás*, este artigo fundamenta-se nos Estudos Discursivos Foucaultianos, buscando compreender como esses elementos operam no campo pedagógico e participam da constituição dos sujeitos. Michel Foucault, por meio de suas obras, apresenta como o poder e o saber se articulam na constituição dos sujeitos. Para Foucault, o dispositivo é uma rede de relações entre elementos discursivos e não discursivos, tais como práticas, instituições, normas e formas de saber, que participam da regulação das condutas e dos processos de constituição dos sujeitos.

No contexto desta análise, o Programa *AlfaMais Goiás* é compreendido como dispositivo na medida em que articula elementos heterogêneos, como: normativas, incentivos financeiros, estratégias metodológicas, processos formativos, materiais pedagógicos e mecanismos de avaliação e monitoramento, que estabelecem relações entre saberes, práticas e formas de condução das condutas. Desse modo, os componentes financeiros e metodológicos não são tomados isoladamente como dispositivos autônomos, mas como elementos que integram essa rede de relações.

Nessa perspectiva, a noção de governamentalidade permite compreender o poder não apenas como imposição de normas ou exercício de autoridade sobre os indivíduos, mas a partir das formas de condução das condutas e das relações que os sujeitos estabelecem consigo e com os outros. Ao tratar dessa noção, Foucault afirma que:

CC BY

> [...] relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética (Foucault, 2004, p. 306-307).

A partir desse operador teórico, interessa-nos problematizar como os incentivos financeiros, as orientações metodológicas, as avaliações e os mecanismos de monitoramento mobilizados pelo Programa *AlfaMais Goiás* participam de formas de condução das práticas docentes e de produção de modos de relação dos sujeitos com as metas e os parâmetros de desempenho estabelecidos pela política educacional.

Diante dessa problemática, formulamos a seguinte questão de pesquisa: de que modo os incentivos financeiros e metodológicos, articulados às práticas de avaliação e monitoramento do *Programa AlfaMais Goiás*, operam na condução das práticas docentes e na constituição de posições de sujeito no contexto da alfabetização? Assim, o objetivo deste artigo é analisar, sob a perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, como esses elementos operam na condução das práticas docentes e participam da constituição de posições de sujeito no processo de alfabetização.

O corpus de análise é constituído por enunciados e materialidades vinculados ao *Programa AlfaMais Goiás*, compreendendo a Lei nº 21.071/2021, o *Guia do Programa AlfaMais Goiás* (2022), enunciados disponibilizados na página oficial do Programa referentes às ações e aos incentivos financeiros, bem como registros e interfaces das plataformas de avaliação e monitoramento mobilizadas no acompanhamento da alfabetização, entre elas o SIAM e a plataforma vinculada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/CAEd.

O recorte considera essas materialidades em razão de sua relação com os eixos investigados no artigo: incentivos financeiros, orientações metodológicas, avaliação e monitoramento. A análise

volta-se para o funcionamento discursivo desses enunciados e para as relações que estabelecem com práticas de condução, classificação, acompanhamento e produção de posições de sujeito, mobilizando, especialmente, as noções foucaultianas de dispositivo, poder disciplinar, biopoder e governamentalidade.

O artigo apresenta, inicialmente, a constituição do Programa *AlfaMais Goiás* no estado de Goiás, contextualizando-o em seu cenário histórico; em seguida, analisa o funcionamento discursivo dos incentivos financeiros e das estratégias metodológicas mobilizadas no processo de alfabetização. Por fim, explora as formas de avaliação e monitoramento e seus efeitos nas práticas docentes e nos modos de constituição dos sujeitos.

1. Programa AlfaMais: cenário histórico e objetivos

O processo de alfabetização constitui um dos desafios presentes nas políticas educacionais brasileiras, em torno do qual são formulados programas e ações destinados à alfabetização das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em âmbito nacional, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído em 2023, estabelece entre seus objetivos garantir a alfabetização das crianças brasileiras ao final do 2º ano do Ensino Fundamental. Organizado em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios

No Estado de Goiás, por meio da Lei nº 21.071, de 9 de agosto de 2021, foi instituído o *Programa AlfaMais Goiás* como um regime de colaboração pela criança alfabetizada, sob a coordenação da

CC BY

Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Diante dos dados das avaliações externas realizadas em 2019, constatou-se que mais de cinco mil estudantes não sabiam ler nem escrever até o 5º ano do Ensino Fundamental. Assim, conforme a referida lei, o *Programa AlfaMais Goiás* tem como objetivos:

> garantir e fortalecer a colaboração entre Estado e Municípios de modo a contribuir para o processo de alfabetização de todas as crianças do território goiano, assegurando o desenvolvimento de competências e habilidades que garantam a aprendizagem significativa e, consequentemente, a melhoria dos índices de alfabetização. (ALFAMAIS, 2021).

Os objetivos do *Programa AlfaMais Goiás* são apresentados no art. 3º, incisos I a III, da Lei nº 21.071, de 9 de agosto de 2021:

> I-garantir que todos os estudantes do sistema público de ensino do Estado de Goiás estejam alfabetizados, na idade certa, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
>
> II–reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente em séries avançadas; e
> –melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás –IDEGO e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –IDEB. (GOIÁS, 2021, p. 1).

Contudo, além de envolver habilidades relacionadas à leitura e à escrita, a alfabetização também se constitui em meio a práticas discursivas atravessadas por relações de saber-poder e por diferentes modos de constituição dos sujeitos. Nesse contexto, interessa compreender como os enunciados e as

práticas mobilizados por políticas educacionais, como o *Programa AlfaMais Goiás*, participam da produção de posições de sujeito no processo de alfabetização.

O *Programa AlfaMais Goiás* é voltado para a alfabetização de crianças nos primeiros anos do ensino fundamental. Implementado como política pública educacional, o programa tem o objetivo de assegurar que todos os estudantes adquiram as habilidades básicas de leitura e escrita até o final do 2º ano do ensino fundamental. Para alcançar esse objetivo, o *AlfaMais Goiás* oferece suporte pedagógico adicional às escolas, incluindo formação continuada para professores e gestores, distribuições de materiais didáticos específicos e acompanhamento pedagógico por meio de avaliações diagnósticas e formativas.

O *Programa AlfaMais Goiás* disponibiliza, por meio da página oficial da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, informações referentes às ações desenvolvidas no âmbito da política, incluindo materiais pedagógicos, processos formativos e mecanismos de avaliação e monitoramento. Essa página constitui uma das materialidades consideradas neste estudo, na medida em que reúne enunciados institucionais acerca das ações e das formas de acompanhamento do Programa. A Figura 1 apresenta a página oficial do *Programa AlfaMais Goiás*.

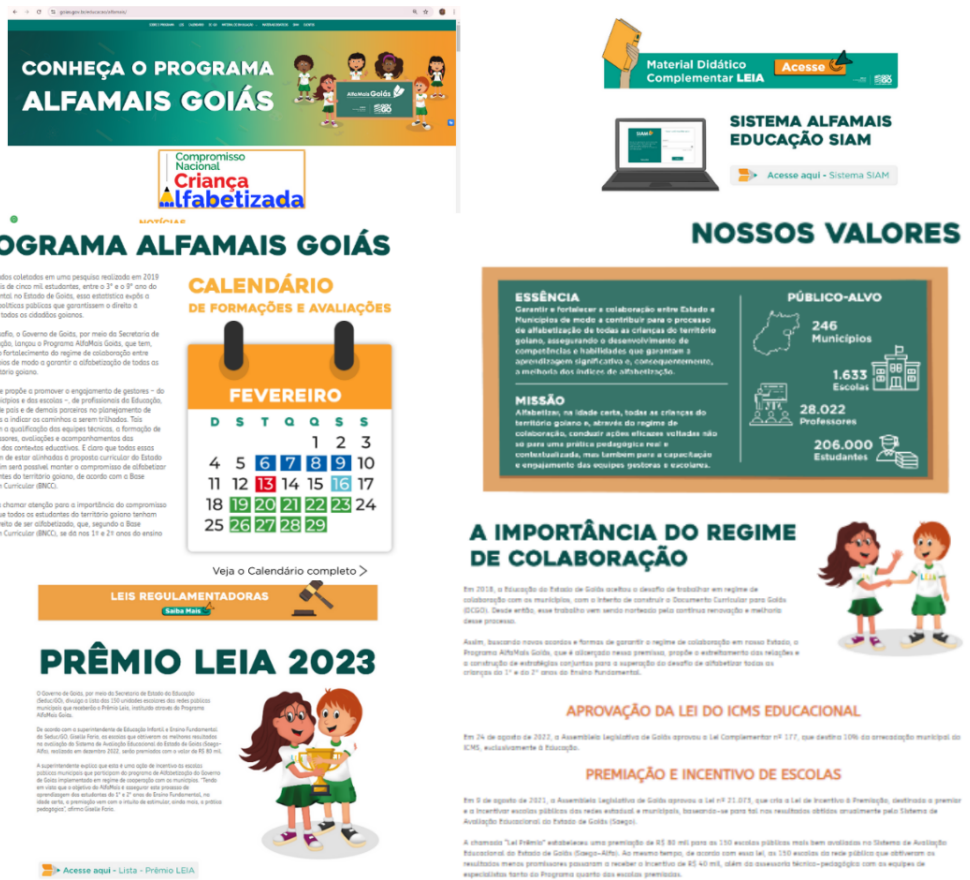
A plataforma reúne leis, documentos, normativas, resultados disponibilizados em sistemas como o SIAM[1], materiais pedagógicos e dados são apresentados por meio de gráficos (Power BI)[2], constituindo uma das materialidades consideradas na análise do funcionamento discursivo do *Programa AlfaMais Goiás*.

1. Sistema de Acompanhamento do Programa AlfaMais Goíás.

2. Power BI é uma ferramenta de coleta e visualização de dados de uma empresa, sendo uma plataforma de Business Intelligence (BI) desenvolvida pela Microsoft.

CC BY

FIGURA 1 – Página oficial do Programa Alfa Mais disponibilidada pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás



Fonte: Página oficial do Programa Alfa Mais Disponível pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. https://goias.gov.br/educacao/alfamais/. Acesso em 10 de out. de 2025.

3. Leitura, Escrita e Interpretação na Alfabetização.

Entre as ações que integram o funcionamento do *Programa AlfaMais Goiás*, encontram-se as avaliações externas e o Prêmio LEIA[3], articulados a mecanismos de acompanhamento dos resultados de alfabetização e de reconhecimento das unidades escolares segundo critérios estabelecidos pela política. A presença desses elementos permitem direcionar a análise para a articulação entre avaliação, desempenho e incentivos financeiros, aspecto que será abordado na seção seguinte.

Para a constituição do corpus, foram selecionados, entre as materialidades institucionais vinculadas ao *Programa AlfaMais Goiás*, os enunciados, documentos e imagens relacionados aos eixos investigados neste estudo: incentivos financeiros, orientações metodológicas, avaliação e monitoramento. O recorte contempla a Lei nº 21.071/2021, o *Guia do Programa AlfaMais Goiás* (2022), enunciados disponibilizados na página oficial do Programa e registros das interfaces das plataformas de avaliação e monitoramento mobilizadas no acompanhamento da alfabetização.

A análise não se orienta pela busca de conteúdos subjacentes às materialidades selecionadas, mas pelo funcionamento dos enunciados em sua materialidade e pelas relações de saber-poder que neles se estabelecem. Nesse percurso, as noções foucaultianas de dispositivo, poder disciplinar, biopoder e governamentalidade são mobilizadas como operadores analíticos para problematizar as formas de condução das práticas, de acompanhamento e classificação dos sujeitos e de produção de posições de sujeito no processo de alfabetização.

CC BY

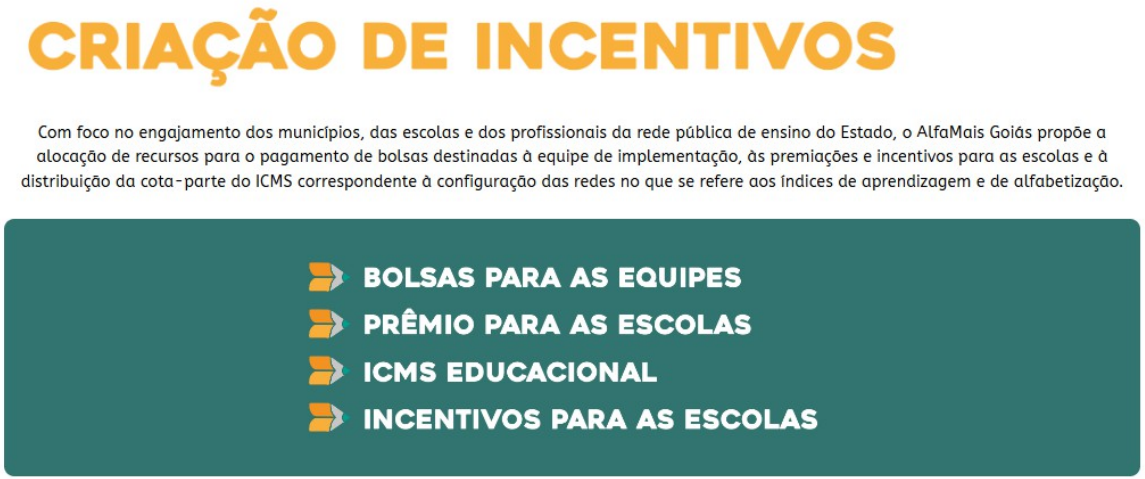
2. Articulação entre incentivos financeiros e estratégias metodológicas na alfabetização

No *Programa AlfaMais Goiás*, os incentivos financeiros, as ações formativas e os mecanismos de avaliação aparecem articulados em diferentes materialidades institucionais, entre elas a Lei nº 21.071/2021 e os enunciados disponibilizados na página oficial do Programa. Nesse conjunto, bolsas destinadas às equipes formadoras, premiações às escolas, avaliações externas e mecanismos de acompanhamento dos resultados integram as ações apresentadas pela política.

No âmbito dos incentivos financeiros, o Programa prevê bolsas destinadas às equipes formadoras estaduais e municipais, responsáveis por ações de formação e acompanhamento dos profissionais envolvidos na implementação da política. Esses incentivos integram o conjunto de mecanismos institucionais articulados às ações formativas e ao acompanhamento das práticas de alfabetização. O funcionamento discursivo dessa articulação será examinado a partir dos enunciados apresentados nas Figuras 2 e 3.

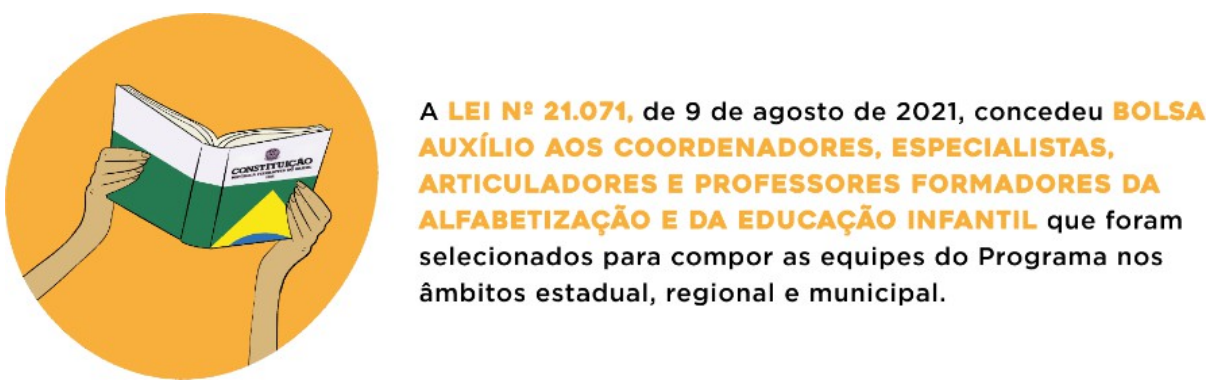
Os enunciados apresentados nas Figuras 2 e 3, extraídos da página oficial do Programa *AlfaMais Goiás*, materializam ações relacionadas aos incentivos financeiros destinados às equipes formadoras e às unidades escolares.

FIGURA 2 – Painel sobre incentivos financeiros



Fonte: Página oficial do Programa Alfa Mais Disponível pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. https://goias.gov.br/educacao/alfamais/. Acesso em 10 de out. de 2025.

FIGURA 3 – Lei Nº 21.071



Fonte: Página oficial do Programa Alfa Mais Disponível pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. https://goias.gov.br/educacao/leis-alfamais/ Acesso em 10 de out. de 2025.

CC BY

Nas Figuras 2 e 3, os incentivos financeiros são enunciados em associação ao engajamento dos municípios, das escolas e dos profissionais da rede pública de ensino. Na Figura 2, a formulação "criação de incentivos" é desdobrada em quatro modalidades: "bolsas para as equipes", "prêmio para as escolas", "ICMS Educacional" e "incentivos para as escolas", ao mesmo tempo em que o texto institucional estabelece relações entre esses mecanismos, o engajamento dos agentes educacionais e os índices de aprendizagem e alfabetização. A Figura 3 particulariza uma dessas modalidades ao apresentar a bolsa-auxílio destinada aos coordenadores, especialistas, articuladores e professores formadores selecionados para compor as equipes do Programa nos âmbitos estadual, regional e municipal. Desse modo, os enunciados permitem observar que os incentivos financeiros não aparecem isoladamente, mas articulados as determinadas funções institucionais, formas de participação e resultados educacionais previstos no funcionamento da política.

A junção entre incentivos financeiros, funções institucionais, avaliações e resultados pode ser compreendida no interior da noção foucaultiana de dispositivo, concebido como "um conjunto resolutamente heterogêneo, compreendendo discursos, instituições, arquiteturas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (FOUCAULT, 1979, p. 244). Assim, os incentivos financeiros constituem um dos elementos que integram a rede de relações do *Programa AlfaMais Goiás*, e não um dispositivo autônomo.

Desta forma, a articulação observada nesses enunciados permite problematizar os incentivos financeiros como elementos que integram a rede de relações do *Programa AlfaMais Goiás*. Perante à noção foucaultiana de governamentalidade, interessa compreender como a política associa recursos financeiros, engajamento dos agentes educacionais, funções institucionais e resultados de aprendizagem, compondo mecanismos de condução das condutas orientados pelos objetivos estabelecidos pelo Programa. Nessa perspectiva, os incentivos não são compreendidos isoladamente como dispositivos, mas como elementos de uma rede mais ampla de práticas, normas, avaliações e mecanismos institucionais que organizam possibilidades de ação dos sujeitos envolvidos na política educacional.

A referência, nos enunciados institucionais, aos índices de aprendizagem e de alfabetização permite deslocar a análise para outra escala das relações de poder. Ao distinguir a tecnologia disciplinar daquela que opera sobre a população, Foucault (2010, p. 204) assinala que esta última se dirige à multiplicidade dos homens na medida em que constitui uma "massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida". No âmbito da política analisada, índices, resultados agregados e metas de alfabetização tornam conjuntos de estudantes, escolas e redes objetos de acompanhamento e comparação. Assim, a dimensão biopolítica não é atribuída ao incentivo financeiro isoladamente, mas pode ser problematizada na articulação entre produção de indicadores, definição de resultados esperados e mecanismos institucionais mobilizados para a gestão da população escolar.

CC BY

Nesse funcionamento, merece atenção a associação estabelecida, na Figura 2, entre a "criação de incentivos", o "engajamento dos municípios, das escolas e dos profissionais da rede pública de ensino" e os índices de aprendizagem e alfabetização. A presença de modalidades como "prêmio para as escolas" e "ICMS Educacional" permite observar que os resultados educacionais não aparecem apenas como dados de acompanhamento, mas se articulam a mecanismos de reconhecimento e distribuição de recursos previstos pela política. Desse modo, mais do que atribuir isoladamente aos incentivos financeiros uma função determinante, interessa analisar as relações estabelecidas entre resultados, engajamento, reconhecimento institucional e mecanismos de incentivo no funcionamento do *Programa AlfaMais Goiás*.

A análise dessas materialidades permite compreender que os incentivos financeiros, no âmbito do *Programa AlfaMais Goiás*, não operam de forma isolada, mas se articulam a ações formativas, funções institucionais, mecanismos de acompanhamento e resultados educacionais. Nos enunciados analisados, a associação entre incentivos, engajamento e índices de aprendizagem permite observar uma organização da política em que recursos e formas de reconhecimento institucional se relacionam aos objetivos estabelecidos para a alfabetização. Desse modo, os incentivos financeiros são compreendidos como elementos de uma rede de relações que articula diferentes mecanismos institucionais na organização e na condução das práticas educacionais.

3. Avaliação e monitoramento no processo de alfabetização: práticas de acompanhamento e produção de posições de sujeito

No *Programa AlfaMais Goiás*, a avaliação e o monitoramento integram o conjunto de mecanismos institucionais utilizados para o acompanhamento dos resultados de alfabetização e para a organização das práticas pedagógicas. Nesta seção, esses mecanismos são analisados a partir de enunciados, registros e interfaces das plataformas utilizadas no acompanhamento da aprendizagem, com atenção às formas de visibilidade, classificação, comparação e registro do desempenho dos estudantes. O objetivo é problematizar como essas materialidades participam da organização das práticas de acompanhamento e da produção de posições de sujeito no processo de alfabetização.

A partir das formulações foucaultianas sobre poder disciplinar, exame e normalização, possibilita problematizar determinadas práticas de avaliação e monitoramento presentes no *Programa AlfaMais Goiás*. Essas categorias não são mobilizadas como descrições previamente dadas do processo de alfabetização, mas como operadores analíticos para examinar como os estudantes e suas performances apresentam visíveis, registráveis, classificáveis e comparáveis no interior da política educacional.

No âmbito do *Programa AlfaMais Goiás*, as práticas de avaliação e monitoramento produzem registros sobre o desempenho dos estudantes a partir de critérios estabelecidos pelos instrumentos de acompanhamento. Esses registros possibilitam acompanhar resultados, identificar desempenhos e organizar informações relativas ao processo de alfabetização. Para compreender como essas operações se materializam, a análise volta-se, a seguir, para os registros e interfaces das plataformas utilizadas no acompanhamento dos estudantes, observando especialmente as formas pelas quais as informações relativas ao acompanhamento e à avaliação são registradas, organizadas e tornadas visíveis.

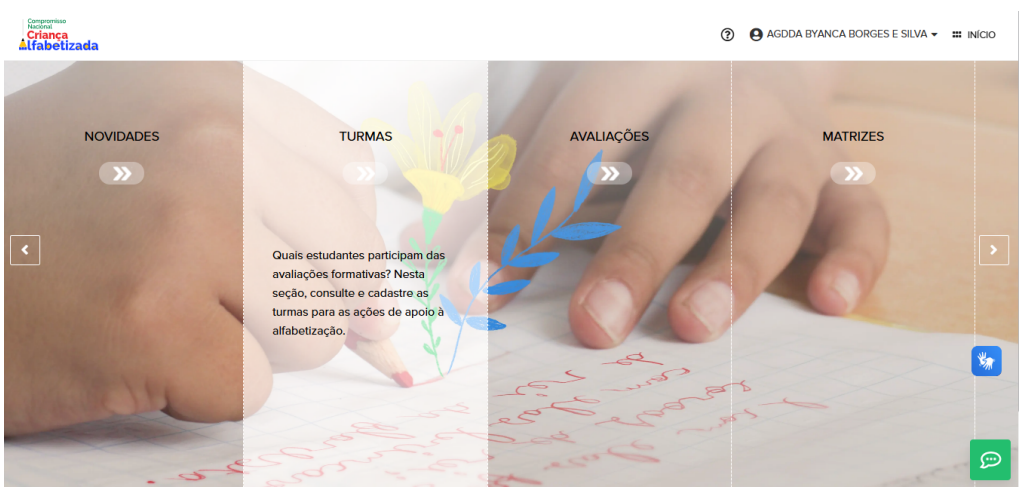
CC BY

FIGURA 4 – Página do SIAM



Fonte: Login da professora no Portal do SIAM. Disponível em: https://siam.educacao.go.gov.br/login. Acesso em 10 de out. de 2025.

FIGURA 5 – Acompanhamento no site do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada



Fonte: Plataforma do Criança Alfabetizada disponibilizada pelo Governo Federal. Disponível em: https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#!/minhapagina. Acesso em 10 de out. de 2025.

Nas Figuras 4 e 5, as interfaces das plataformas organizam diferentes procedimentos relacionados ao acompanhamento e à avaliação. Na Figura 4, o SIAM apresenta diferentes situações das ações de acompanhamento, organizadas nas categorias "Não Iniciados", "Em Andamento", "Completos" e "Validados", materializando formas de registro, diferenciação visual e acompanhamento dessas ações. Na Figura 5, a plataforma vinculada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada apresenta campos destinados a "Turmas", "Avaliações" e "Matrizes" e possibilita consultar e cadastrar turmas participantes das avaliações formativas e das ações de apoio à alfabetização. Essas materialidades permitem observar formas de registro, acompanhamento e organização das informações produzidas no âmbito das práticas avaliativas.

No caso do SIAM, notamos que a lógica de organização da plataforma apresenta as informações por meio de recursos gráficos e categorias visualmente diferenciadas por cores, como "Acompanhamentos Não Iniciados", "Acompanhamentos Em Andamento", "Acompanhamentos Completos" e "Acompanhamentos Validados". Essa organização torna visíveis diferentes situações do acompanhamento e sistematiza as informações registradas na plataforma. Nesse funcionamento, a interface organiza a leitura dos dados a partir de categorias previamente estabelecidas, por meio das quais as ações de acompanhamento podem ser registradas, diferenciadas e visualizadas. Assim, a visualidade da plataforma não é neutra: ela sustenta modos específicos de interpretar a aprendizagem, marcando aquilo que merece atenção e silenciando aspectos menos quantificáveis, como o ritmo singular do estudante, seu percurso subjetivo ou as condições socioculturais que atravessam sua escolarização.

De modo semelhante, a plataforma nacional vinculada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada organiza, em sua interface, diferentes campos relacionados ao acompanhamento da

CC BY

alfabetização, entre eles "Turmas", "Avaliações" e "Matrizes". No campo destinado às turmas, a própria plataforma enuncia a possibilidade de consultar e cadastrar aquelas que participam das avaliações formativas e das ações de apoio à alfabetização. Desse modo, a interface articula, em um mesmo ambiente, informações referentes às turmas, às avaliações e às matrizes, tornando esses elementos acessíveis às práticas de acompanhamento desenvolvidas no âmbito da política educacional.

Essas materialidades digitais, ao trabalharem com representações visuais e comparativas, introduzem novas formas de temporalidade na prática alfabetizadora: acompanhar continuamente, intervir rapidamente, ajustar imediatamente. O tempo escolar, que tradicionalmente abria margem para o percurso gradual da aprendizagem, passa a ser reconfigurado em um ciclo acelerado de monitoramento. Desse modo, o monitoramento deixa de ser um instrumento secundário e se torna uma força que organiza o ritmo e a estrutura da rotina pedagógica.

As práticas de monitoramento e avaliação podem ser problematizadas, a partir das formulações foucaultianas, em sua relação com processos de normalização, considerando as operações de registro, acompanhamento e diferenciação produzidas pelos mecanismos avaliativos. Nesse funcionamento, a norma não corresponde necessariamente a uma classificação explícita dos estudantes como "normais" ou "anormais", mas constitui uma referência a partir da qual os resultados podem ser diferenciados e acompanhados segundo os critérios estabelecidos pelos instrumentos de avaliação.

Desta forma, o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir, estabelecendo

sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado.

Ao considerar as práticas avaliativas a partir das formulações foucaultianas sobre o exame, interessa observar como os mecanismos de avaliação tornam os desempenhos dos estudantes passíveis de registro, diferenciação e classificação. Nesse funcionamento, os resultados produzidos pelos instrumentos avaliativos permitem situar os sujeitos em relação aos critérios estabelecidos, tornando visíveis aproximações e distanciamentos em relação aos parâmetros de desempenho mobilizados pela política. Desse modo, mais do que compreender a avaliação apenas como instrumento de verificação da aprendizagem, interessa problematizar os efeitos de diferenciação e classificação produzidos por essas práticas.

A articulação entre essas práticas de avaliação e monitoramento e os mecanismos de incentivo analisados na seção anterior permite compreender que os diferentes elementos do *Programa AlfaMais Goiás* não operam isoladamente. Incentivos financeiros, ações formativas, avaliações, registros e mecanismos de acompanhamento integram uma rede de relações na qual os resultados educacionais são produzidos, registrados e acompanhados no âmbito da política. É nessa articulação que a governamentalidade, anteriormente mobilizada como operador analítico, permite problematizar como diferentes mecanismos institucionais participam da condução das condutas dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, as plataformas de avaliação e monitoramento não são tomadas isoladamente como dispositivos, mas como elementos que integram a rede heterogênea de práticas, normas, incentivos, avaliações e mecanismos institucionais que compõem o funcionamento do Programa.

CC BY

Em suma, a análise das práticas de avaliação e monitoramento no *Programa AlfaMais Goiás* permite observar que o acompanhamento da alfabetização se articula a operações de registro, diferenciação e organização das informações produzidas pelos mecanismos avaliativos. Nas materialidades analisadas, as interfaces das plataformas tornam visíveis diferentes situações de acompanhamento e organizam informações relativas às turmas e às avaliações, possibilitando problematizar, a partir das formulações foucaultianas sobre exame e normalização, os modos pelos quais resultados e desempenhos se tornam registráveis e diferenciáveis. Articuladas aos incentivos, às ações formativas e aos demais mecanismos institucionais do Programa, essas práticas integram uma rede de relações que participa da organização e da condução das práticas educacionais no âmbito da política de alfabetização.

Considerações finais

As análises realizadas ao longo deste artigo demonstram que o Programa *AlfaMais Goiás* não se limita a um conjunto de estratégias metodológicas e incentivos voltados à alfabetização, mas pode ser compreendido, no sentido foucaultiano, como um dispositivo que articula saberes, relações de poder e formas de governamentalidade. Ao articular incentivos financeiros, estratégias metodológicas e mecanismos de avaliação e monitoramento, o Programa constitui uma rede de relações que participa da condução das práticas docentes e discentes e da produção de posições de sujeito no âmbito da política de alfabetização.

Nessa perspectiva, observamos que os incentivos financeiros não atuam de forma isolada, mas se articulam às ações formativas, aos mecanismos de acompanhamento e aos resultados educacionais que integram o funcionamento do Programa.

De forma semelhante, os mecanismos de avaliação e monitoramento, como as plataformas digitais e os instrumentos avaliativos, podem ser problematizados, a partir das formulações foucaultianas sobre o exame, em sua relação com operações de registro, diferenciação e normalização dos desempenhos. Nesse funcionamento, os resultados produzidos pelos instrumentos avaliativos permitem diferenciar os desempenhos dos estudantes em relação aos critérios estabelecidos pela política.

O funcionamento discursivo do Programa permite observar a presença de uma racionalidade associada à produção e ao acompanhamento de resultados educacionais, na qual metas, índices e mecanismos de monitoramento adquirem visibilidade. Nesse contexto, esses elementos participam das formas pelas quais o processo de alfabetização é organizado e acompanhado no âmbito da política. Com isso, o discurso oficial produz efeitos sobre os modos de organização das práticas e sobre as posições ocupadas pelos sujeitos envolvidos nesse processo.

Assim, o *Programa AlfaMais Goiás* articula materiais, ações formativas, mecanismos de acompanhamento e objetivos educacionais a uma racionalidade política que participa da orientação das práticas educativas. Nessa perspectiva, sua compreensão como dispositivo permite problematizar como diferentes mecanismos de regulação se articulam às formas de condução das práticas e à constituição de posições de sujeito no âmbito da política de alfabetização.

Ao final desta análise, reafirmamos a necessidade de que políticas públicas de alfabetização sejam pensadas não apenas a partir de metas e resultados, mas considerando a complexidade das práticas educativas, a singularidade dos sujeitos e o caráter múltiplo da leitura e da escrita. Nesse horizonte, compreender o *AlfaMais Goiás* como dispositivo é fundamental para problematizar seus efeitos de

CC BY

verdade, suas práticas de poder e os modos pelos quais participa da produção de posições de sujeito no interior da escola contemporânea.

Referências

Assolini, F. E. P. (2010). Interpretação e letramento no ensino fundamental: Dificuldades e perspectivas para a prática pedagógica escolar. In L. V. Tfouni (Org.), *Letramento, escrita e leitura: Questões contemporâneas* (pp. 143–162). Mercado de Letras.

Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. (2006). *Ensino fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. MEC/SEB.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (16ª ed.). Paz e Terra.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975–1976)* (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes.

Foucault, M. (2004). *A hermenêutica do sujeito*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2005). *A história da loucura na Idade Clássica*. Perspectiva.

Foucault, M. (2008a). *A arqueologia do saber* (7ª ed.; L. F. B. Neves, Trad.). Forense Universitária.

Foucault, M. (2008b). *O nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.

Goiás. (2021, 9 de agosto). *Lei nº 21.071, de 9 de agosto de 2021: Institui o Programa AlfaMais Goiás, que dispõe sobre o regime de colaboração pela criança alfabetizada e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Goiás. https://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/2021/lei_21071.html

Goiás, Secretaria de Estado da Educação. (2021). *Programa AlfaMais Goiás: Pela criança alfabetizada*. https://www.alfamaisgoias.go.gov.br

Goiás, Secretaria de Estado da Educação. (2022). *Guia do Programa AlfaMais Goiás*. Secretaria de Estado da Educação.

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a12

“Vagabunda petista”: violência política de gênero como efeito de formações sociodiscursivas

ROBERTA BEZERRA DA SILVA

silva.roberta@unemat.br

Mestranda em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil.
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).
Número do processo: 88887.995122/2024-00.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0008-9717-5291

VANESSA FABÍOLA SILVA DE FARIA

vanessafabiola@unemat.br

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil (2015).
Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-5930-2674

PALAVRAS-CHAVE:

Violência política de gênero
Representação discursiva
Análise Textual dos Discursos
Interdiscursividade
Antipetismo

ARTIGO RECEBIDO A:

04/09/2025

ARTIGO APROVADO A:

12/02/2026

Resumo: Este artigo analisa a violência política de gênero direcionada à ex-vereadora Graciele Marques dos Santos, a partir de enunciados que circularam nas redes sociais e em manifestações públicas entre 2022 e 2024, referenciando-a como “vagabunda petista”, “imundície” e “câncer”. O estudo ancora-se no quadro teórico da Análise Textual dos Discursos (Adam, 2011), mobilizando as operações de referenciação, predicação, modificação e localização para compreender como se constroem discursivamente imagens desqualificadoras da mulher no espaço político. Os resultados mostram que tais enunciados não constituem insultos isolados, mas práticas discursivas que se articulam a formações sociodiscursivas misóginas e antipetistas, legitimando a exclusão de mulheres da esfera pública. Além disso, a análise evidencia a interdiscursividade entre discursos misóginos tradicionais, discursos de ódio contra partidos de esquerda e metáforas biomédicas de higienização social. Ao mostrar como essas práticas linguísticas naturalizam a violência e fragilizam a democracia, o artigo reforça a urgência de políticas públicas, marcos legais e contradiscursos que enfrentem a hostilidade direcionada a mulheres em cargos políticos.

“Petista slut”: gender-based political violence as an effect of socio-discursive formations

ROBERTA BEZERRA DA SILVA

silva.roberta@unemat.br

Master’s student in Letters at Universidade do Estado de Mato Grosso, Brazil.
CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) Fellow, Brazil.
Process No. 88887.995122/2024-00.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0008-9717-5291

VANESSA FABÍOLA SILVA DE FARIA

vanessafabiola@unemat.br

PhD in Linguistics from Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brazil (2015).
Professor at Universidade do Estado de Mato Grosso, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-5930-2674

KEYWORDS:

Gender-based political violence
Discursive representation
Textual Discourse Analysis
Interdiscursivity
Anti-Workers’ Party discourse

ARTICLE RECEIVED ON:

09/04/2025

ARTICLE ACCEPTED ON:

02/12/2026

Abstract: This article analyzes gender-based political violence directed at former councilwoman Graciele Marques dos Santos, focusing on enunciations circulating on social media and public demonstrations between 2022 and 2024, such as “petista slut,” “filth,” and “cancer.” The study is grounded in the theoretical framework of Textual Discourse Analysis (Adam, 2011), mobilizing the operations of referentiation, predication, modification, and localization to understand how disqualifying discursive images of women in politics are constructed. Findings reveal that such expressions are not isolated insults, but discursive practices embedded in misogynistic and anti-Workers’ Party socio-discursive formations that legitimize the exclusion of women from the public sphere. Furthermore, the analysis highlights the interdiscursivity among traditional misogynistic discourses, hate speech against the left, and biomedical metaphors of social cleansing. By demonstrating how these linguistic practices naturalize violence and undermine democracy, the article emphasizes the urgency of public policies, legal frameworks, and counter discourses to confront the hostility directed at women in political positions.

Introdução

Longe de ser um fenômeno novo, a violência política de gênero assume hoje contornos alarmantes, pois, em meio à crescente polarização da vida pública e à expansão de espaços digitais que amplificam vozes e discursos, torna-se cada vez mais difícil garantir que mulheres em posições de poder possam exercer seus mandatos ou candidaturas em condições de igualdade. Essa violência se manifesta não apenas em agressões físicas ou em ameaças diretas, mas sobretudo em estratégias linguísticas que visam à desqualificação moral, intelectual e profissional, incidindo, portanto, sobre a própria possibilidade de reconhecimento da autoridade feminina no espaço político.

Dados da União Interparlamentar (2022) e da ONU Mulheres (2023) indicam que, em diferentes partes do mundo e de maneira particularmente aguda no Brasil, as agressões verbais e digitais são hoje as mais recorrentes formas de violência. Embora a legislação nacional tenha avançado com a promulgação da Lei 14.192/21, que estabelece normas para prevenir e reprimir a violência política contra a mulher, é inegável que subsistem inúmeras lacunas, já que práticas simbólicas e digitais escapam com frequência ao escopo jurídico, perpetuando um cenário de impunidade e naturalização dos ataques.

Nesse contexto, é preciso observar que a violência dirigida a mulheres petistas, como se verá ao longo deste trabalho, ganha contornos específicos, pois se articula a um duplo eixo: o da misoginia tradicional, que insiste em reduzir mulheres a corpos sexualizados, histéricos ou inaptos para a vida pública, e o do antipetismo radical, que associa o Partido dos Trabalhadores (PT) à corrupção, ao atraso e ao mal a ser extirpado, o que resulta em enunciados que operam simultaneamente a desqualificação de gênero e a exclusão ideológica. É nesse ponto que a perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Ribeiro, 2017) se revela particularmente pertinente, uma vez que possibilita compreender como gênero, ideologia partidária e contexto regional se cruzam,

intensificando o caráter excludente da violência política. No caso em análise, o fato de a ex-vereadora Graciele Marques dos Santos atuar em Sinop, cidade localizada no interior conservador de Mato Grosso[1], acrescenta uma dimensão local que não pode ser negligenciada, pois coloca a parlamentar não apenas como alvo em função de sua condição de mulher e de petista, mas também como representante de uma pauta progressista em território marcado pela hegemonia de valores sociais e culturais tradicionalmente alinhados a posturas conservadoras.

Assim, ao lançar mão do quadro teórico da Análise Textual dos Discursos (Adam, 2011), este artigo propõe examinar os mecanismos linguísticos e discursivos que, por meio de operações como a referenciação, a predicação, a modificação e a localização, constroem imagens hostis da ex-vereadora, naturalizando sua exclusão e desqualificação política. Mais do que identificar insultos isolados, importa compreender como esses enunciados, ao circularem em redes sociais e manifestações públicas, se ancoram em formações sociodiscursivas que tornam a violência inteligível e legítima para determinados grupos sociais. Tal perspectiva permite evidenciar que a prática discursiva contribui para a manutenção de estruturas de desigualdade que fragilizam a presença feminina nos espaços institucionais e, em última instância, a própria democracia.

Desse modo, partindo da compreensão de que a violência política de gênero não se reduz a manifestações episódicas de agressividade, configurando-se como prática discursiva historicamente situada, este artigo tem por objetivo analisar enunciados de violência dirigidos à ex-vereadora Graciele Marques dos Santos, no município de Sinop (MT). Busca-se evidenciar como estas manifestações se sustentam em formações sociodiscursivas que naturalizam a exclusão de mulheres do espaço político, sobretudo quando vinculadas a partidos de esquerda e a trajetórias sociais populares.

1. A fim de situar o leitor, esclarecemos que o Estado de Mato Grosso, situado na região centro-oeste brasileira, é um dos maiores produtores agropecuários do país, caracterizado por sua pujança econômica relacionada ao agronegócio e com predominância de um eleitorado fortemente conservador, tanto no que diz respeito às pautas econômicas quanto às pautas de costumes.

CC BY

Como eixo teórico-metodológico de base, mobiliza-se a Análise Textual dos Discursos, conforme proposta por Adam (2011), particularmente no que se refere às operações de análise textual e à construção da representação discursiva. No plano da problematização das formações discursivas e das condições de produção, o estudo dialoga, ainda, com contribuições de Pêcheux (1995) e Maingueneau (2015), reconhecendo as especificidades epistemológicas de cada autor, mas articulando-os naquilo que convergem quanto à historicidade, à não transparência do discurso e à sua inscrição em formações ideológicas e institucionais.

O aporte dos estudos sobre violência política de gênero, especialmente em Krook (2020) e Bardall (2020), bem como da interseccionalidade, a partir de Crenshaw (1989; 2002), Carneiro (2003) e Akotirene (2019), permite compreender como gênero, classe e posicionamento ideológico atravessam a produção e a circulação desses enunciados.

O percurso metodológico adotado é de natureza qualitativa e interpretativista, combinando a análise textual-discursiva dos enunciados, segundo as operações propostas por Adam (2011), com uma leitura interseccional das condições de produção. Organizado em quatro seções, o artigo, após esta introdução, apresenta a fundamentação teórica, em seguida expõe a metodologia e, na terceira parte, realiza a análise dos enunciados à luz do modelo teórico-metodológico adotado, concluindo, por fim, com as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados e se apontam caminhos para o enfrentamento da violência política de gênero.

1. Formação discursiva e formação sociodiscursiva: deslocamentos teóricos e implicações analíticas

A noção de formação discursiva é formulada inicialmente por Foucault (1969), em *A Arqueologia do Saber*, portanto antes e fora da conformação da Análise do Discurso francesa. Nesse quadro, os discursos são compreendidos como práticas reguladas por regras históricas de formação, que definem os objetos, conceitos e posições enunciativas possíveis em determinada conjuntura. Posteriormente, a categoria é incorporada e reformulada por Pêcheux ([1975]1995) no processo de constituição da Análise do Discurso de orientação materialista, em diálogo crítico com Foucault (1969). Ao inscrevê-la em uma teoria das formações ideológicas e das relações de classe, Pêcheux ([1975]1995) desloca o conceito, enfatizando sua articulação com o interdiscurso e com a produção de posições-sujeito determinadas historicamente.

Pêcheux ([1975]1995), por sua vez, na sua proposta de desenvolvimento da Análise do Discurso em diálogo estreito com o Marxismo e a Psicanálise, radicaliza esse entendimento ao enfatizar que as formações discursivas não apenas delimitam o campo do dizível, mas também produzem posições de sujeito, de modo que cada enunciador, ao falar, ocupa uma posição já pré-configurada pelo interdiscurso. Assim, podemos compreender que é na e pela formação discursiva que se inscrevem as palavras e os sentidos, isto é, que os sujeitos não são livres para dizer qualquer coisa, mas falam a partir de um lugar que é determinado por relações de força, por ideologias e por memórias discursivas que antecedem e excedem o ato enunciativo. Tal compreensão dialoga diretamente com aquilo que o autor denomina segunda ilusão discursiva, pela qual os sujeitos creem ser a origem de seus dizeres, quando na realidade apenas atualizam posições e sentidos já pré-construídos no interior de uma formação discursiva. Assim, a formação discursiva não deve ser entendida como um conjunto de normas externas ao discurso, mas como sua própria condição de possibilidade, aquilo

CC BY

que permite que enunciados sejam reconhecidos como inteligíveis dentro de uma conjuntura histórica específica (cf. Pêcheux, [1975]1995)[2].

Essa perspectiva será retomada e reformulada por Maingueneau (2015), que redefine a formação discursiva como um sistema de restrições de boa formação semântica, deslocamento que abre caminho para a proposta de Adam (2011), ou seja, é a partir dessa matriz foucaultiana e pecheuxtiana, que Maingueneau (2015) propõe uma redefinição da formação discursiva, entendida não apenas como um conjunto abstrato de regras, mas como um sistema de restrições semânticas que delimitam, em cada conjuntura, a especificidade de um discurso, de modo que o sujeito só pode enunciar em conformidade com tais restrições, que lhe prescrevem o campo do dizível. A formação discursiva deve ser vista, portanto, como uma instância que articula condições históricas, instituições e gêneros de discurso, determinando aquilo que, em um dado contexto, pode ser reconhecido como pertinente, legítimo ou aceitável (cf. Maingueneau, 2015). Nessa perspectiva, mais do que um limite externo, a formação discursiva funciona como princípio de regularidade que atravessa os enunciados e define suas possibilidades de sentido, mostrando que a Análise do Discurso deve necessariamente considerar tanto a historicidade do dizer quanto as formas institucionais e interacionais que o sustentam.

No quadro da Análise Textual dos Discursos (cf. Adam, 2011), o conceito é retomado sob a denominação de formação sociodiscursiva, não como simples renomeação da formação discursiva clássica, mas como deslocamento teórico que a insere num modelo no qual texto e discurso são concebidos como dimensões complementares de análise. Nessa perspectiva, a formação sociodiscursiva é definida como um conjunto de regras e restrições que delimitam o que pode ser dito em determinado contexto histórico e institucional, uma vez que tais regras se vinculam às

2. Embora partilhem a preocupação com as condições históricas de produção do dizer, as perspectivas de Foucault e Pêcheux não são epistemologicamente equivalentes. A noção será aqui mobilizada considerando-se seus deslocamentos sucessivos: de sua formulação arqueológica à sua reelaboração no interior da AD materialista e, posteriormente, à sua reinscrição na Análise Textual dos Discursos, conforme proposta por Adam.

posições de sujeito disponíveis e às condições que regulam os valores, os pontos de vista e os gêneros passíveis de circulação em cada prática discursiva.

Essa definição converge com a formulação apresentada por Charaudeau e Maingueneau (2008), que, ao retomarem a tradição da Análise do Discurso, descrevem a formação discursiva como:

> (...) uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971, p. 102 *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2008, p. 241).

Embora Adam (2011) reformule a noção pecheuxtiana de formação discursiva ao propor o conceito de formação sociodiscursiva, deslocando o foco para a articulação entre os níveis textual, discursivo, interdiscursivo e sociodiscursivo, a crítica de Pêcheux (1995) às ilusões do sujeito permanece produtiva para compreender o funcionamento da linguagem em contextos de violência política. Isso porque, se para Adam (2011) os sentidos não são produzidos de maneira livre, mas emergem em textos que atualizam memórias discursivas e regras próprias de cada formação sociodiscursiva, em Pêcheux ([1975] 1995), a chamada ilusão nº 2 formula, em outro registro teórico, a mesma problemática, ao evidenciar que os enunciadores se percebem como origem de seus dizeres, embora apenas reatualizem sentidos pré-construídos. no interior de uma formação discursiva. A aproximação entre essas duas perspectivas nos possibilitou a compreensão de que a noção de formação sociodiscursiva, não chega a romper com a crítica ideológica de Pêcheux (1995), reconfigurando-a em uma outra chave analítica voltada para o texto e para os mecanismos linguístico-discursivos, sem que se perca de vista o fato de que todo dizer é atravessado por memórias e determinações que antecedem o sujeito.

CC BY

Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que conserva da tradição foucaultiana e pecheuxtiana a ênfase nas condições históricas de produção e com os efeitos ideológicos que delimitam o dizível, e incorpora de Maingueneau (2015) a ênfase no papel das restrições semânticas e institucionais, Adam (2011) também herda da Linguística Textual a atenção ao funcionamento interno dos textos, propondo um modelo que integra essas duas dimensões de maneira produtiva. Esta integração abre caminho para compreendermos que, ao lado dessa genealogia conceitual, o autor propõe também uma arquitetura analítica mais detalhada, composta por níveis ou planos de análise, em que se inscrevem noções como gênero discursivo, interdiscursividade, sequências textuais, responsabilidade enunciativa, orientação argumentativa e representação discursiva, que merecem ser exploradas no ponto seguinte.

É desta forma que o autor amplia o alcance do conceito de formação sociodiscursiva, inserindo-o em um sistema de níveis analíticos, textual, discursivo, interdiscursivo e sociodiscursivo, que permitem compreender como cada enunciado se organiza em sua materialidade linguística ao mesmo tempo em que reflete práticas sociais e políticas mais amplas. Situando a formação sociodiscursiva na intersecção entre texto e discurso, com foco distinto da Análise do Discurso Francesa, o autor não concebe uma separação entre texto e discurso, antes, uma sucessão de abordagens, uma vez que todas se dedicam ao estudo da linguagem em seu contexto social, como se pode observar:

> Diferentemente da ADF que visa ao discurso e tem o texto como a materialidade para investigar o discurso, seu objeto de estudo, a LT tem o texto como objeto de estudo. Seu objetivo é a compreensão da composicionalidade, das redes de sentido constituídas pelos conectivos, das operações referenciais que engendram a trama textual, enfim, da própria textualidade, ou seja, do que faz texto. (Adam, 2011, p. 61)

Segundo Emediato (2022), definir o discurso ultrapassa os limites da comunicação, pois é um fenômeno que está intrinsecamente ligado às práticas sociais e cada discurso carrega marcas de identidade, crenças, posições sociais que são influenciadas a partir de um determinado contexto. É neste sentido que o autor discute como:

> Discurso é algo que emerge de uma prática social, em forma de linguagem, carrega traços das identidades de sujeitos, das práticas e dispositivos de comunicação, de rituais e normas, de representações mentais e sociais diversas, como as ideologias, os imaginários, os estereótipos, as opiniões. (Emediato, 2022, p. 8).[3]

Comparando-se a Análise do Discurso de orientação materialista, tal como formulada por Pêcheux (1995), com a Análise Textual dos Discursos proposta por Adam (2011), observa-se que outra grande diferença repousa na mobilização do conceito de gêneros discursivos, pois para Adam (2011), a noção de gênero é relevante na distinção entre o textual e o discursivo, oferecendo um parâmetro estruturador para compreender como diferentes tipos de textos operam como atos discursivos contextualizados.

O quadro de níveis ou planos na obra de Adam (2011) apresenta a análise dos discursos como prática que se articula à compreensão dos gêneros discursivos. Nesse modelo, a investigação das práticas discursivas envolve a consideração de aspectos históricos e institucionais que as configuram enquanto gêneros de discurso. A análise não se restringe à descrição interna do texto, pois inclui a interdiscursividade, entendida como a relação entre discursos que, ao longo do tempo, participa da constituição e da estabilização desses gêneros, conforme se observa no quadro a seguir.:

3. Importa ressaltar que as perspectivas mobilizadas neste artigo não são tomadas como equivalentes nem como pertencentes a um mesmo horizonte epistemológico. A noção de formação discursiva tem origem na formulação de Foucault (1969), em um quadro arqueológico que não se inscreve na Análise do Discurso de orientação materialista. Pêcheux ([1975]1995), ao incorporá-la, a reinscreve em uma teoria das formações ideológicas, articulando-a ao interdiscurso e às relações de classe. Maingueneau (2015), por sua vez, redefine o conceito em termos de restrições de boa formação semântica, com ênfase nas condições institucionais de produção do discurso. Adam (2011), no âmbito da Análise Textual dos Discursos, desloca o foco para a articulação entre níveis textual, discursivo, interdiscursivo e sociodiscursivo, integrando a herança da Análise do Discurso e da Linguística Textual. Já Emediato (2022) contribui para a delimitação do estatuto do discurso como prática social, sem que isso implique adesão integral ao seu quadro teórico. A articulação dessas perspectivas obedece, portanto, a um critério de complementaridade analítica: de Pêcheux

CC BY

QUADRO 1 – Níveis ou planos da análise de discurso



Fonte: Adam (2011, p. 61)

3. (cont.) preserva-se a crítica às ilusões do sujeito e a inscrição ideológica do dizer; de Maingueneau, a centralidade das restrições institucionais e semânticas; de Adam, a arquitetura textual-discursiva; e de Emediato, a ênfase na dimensão social do discurso. Não se trata de síntese teórica, mas de delimitação de instrumentos conceituais distintos, mobilizados conforme as exigências do objeto.

O quadro evidencia que a análise proposta por Adam (2011) não separa a materialidade textual das condições de produção do discurso, pois os gêneros em vez de aparecem como molduras externas, se apresentam como formas historicamente estabilizadas de organização do dizer, cuja

constituição depende da interdiscursividade, isto é, da relação que cada enunciado mantém com outros discursos que o antecedem e o atravessam.

Neste quadro também se desenvolve a ideia de que os textos são analisados em níveis ou planos distintos, entre os quais se encontra a representação discursiva como uma ferramenta para analisar como os discursos constroem imagens e significados de realidades sociais, pessoas e objetos de modo dinâmico e contextualmente situado. Esse conceito está embasado na ideia de que o discurso não é um reflexo neutro do mundo, mas sim uma construção ativa que organiza e negocia sentidos a partir de posicionamentos ideológicos, culturais e sociais.

A perspectiva analítica da Linguística Textual (LT) demanda a compreensão do texto como unidade de grande complexidade, cuja análise não pode ser dissociada das operações discursivas que o constituem. Ao considerar as práticas que contextualizam e atravessam esses discursos, impõe-se a necessidade de um quadro teórico capaz de "teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui o texto" (Adam, 2011, p. 63). Compreender o texto nesses termos implica reconhecer que sua materialidade organiza múltiplas camadas de significação, inscritas em práticas sociais e interdiscursivas que situam sujeitos e objetos em redes historicamente configuradas de sentido. Tais camadas não se limitam à expressão de conteúdos, pois participam da constituição de modos de ver e de dizer o mundo. Desse modo, torna-se necessário examinar as estratégias responsáveis pela produção de imagens e significados, a fim de explicitar como o texto se articula a contextos sociais e culturais específicos por meio das operações discursivas que, como se vê na sequência, sustentam a formação de representações complexas do mundo e dos sujeitos.

CC BY

A representação discursiva é constituída por diferentes operações que formam imagens complexas do mundo e dos sujeitos, organizadas principalmente por meio destas quatro subcategorias. Neste contexto é necessário considerar os componentes da representação discursiva, ou seja, os mecanismos linguísticos responsáveis pelas operações discursivas de criação de imagens mentais ou formas de representação de objetos do discurso. Entre esses recursos, Adam (2011) seleciona a referenciação, a predicação, a modificação e a localização. Iniciamos, então, a discussão destes recursos linguísticos pela referenciação, que consiste numa atividade discursiva de criação e recriação de objetos do discurso, enfatizando que, ao enunciar, os enunciadores além de identificar ou nomear objetos, também os constroem e os definem de maneiras específicas, sendo desta forma que Mondada e Dubois (2003) consideram a referenciação como uma "construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo." (Mondada; Dubois, 2003, p. 18).

Outro recurso linguístico identificado como uma unidade de análise na definição da representação discursiva é a predicação, que se refere às qualificações e atribuições feitas ao objeto discursivo. Por meio da predicação, o enunciador atribui características, valores, ou juízos de valor ao referente, estabelecendo, por exemplo, qualidades positivas, negativas ou neutras. Neves (2000) afirma que este é o mecanismo pelo qual se estabelece a relação fundamental entre sujeito e predicado, configurando o núcleo proposicional de qualquer enunciado. Além da referenciação e predicação, ainda se destacam a modificação e localização. A modificação refere-se às operações linguísticas e discursivas que alteram, qualificam ou especificam a forma como os objetos de discurso são representados, envolvendo os adjetivos e qualificações adicionais que detalham ou

intensificam as características do referente. Isso pode ocorrer por meio de intensificadores ou moderadores, que ajustam a intensidade das predicações.

Desta forma, pode-se dizer que os modificadores desempenham um papel muito importante, em termos de representação discursiva, na medida em que são mobilizados para a na criação de nuances e construção de imagens mais complexas, podendo, por exemplo, suavizar ou acentuar percepções sobre o objeto discursivo. Por fim, o último elemento definido em Adam (2011) como unidade analítica da Rd é a localização, mecanismo que trata de como o discurso situa o referente no tempo e no espaço, o que confere um sentido de contextualização ao objeto discursivo. A localização define as coordenadas temporais e espaciais, aproximando o referente de eventos específicos ou de espaços simbólico.

Embora frequentemente vistas de forma isolada em suas definições, essas unidades de análise funcionam em conjunto, ou seja, os quatro elementos que compõem as unidades de análise da representação discursiva (referenciação, predicação, modificação e localização) atuam de forma solidária para estruturar e significar o nível de representação discursiva, organizando as relações entre os elementos textuais e o mundo discursivamente construído, num trabalho de interligação dos aspectos referenciais, descritivos, qualificativos e situacionais. Em outras palavras, a referenciação estabelece os referentes discursivos, criando um elo entre o texto e os elementos do mundo ao designar, introduzir ou retomar objetos; a predicação, por sua vez, atribui características essenciais ou circunstanciais a esses referentes, delineando o que eles são ou fazem. A modificação complementa a predicação ao detalhar, restringir ou ampliar os aspectos semânticos do objeto,

contribuindo para sua especificação. Por fim, a localização situa os referentes em coordenadas temporais, espaciais ou contextuais, ancorando-os no enunciado e no interdiscurso. Juntas, essas categorias articulam o texto, produzindo objetos de discurso que são construções complexas, multifacetadas e situadas em relação ao espaço textual e ao universo discursivo.

Se na tradição francófona a noção de formação sociodiscursiva (cf. Adam, 2011) permite compreender a constituição da violência como prática significativa, a literatura internacional recente reforça sua dimensão estrutural. Krook (2020) define a violência contra mulheres na política como um fenômeno global que ameaça os fundamentos da democracia, enquanto Bardall (2020) a caracteriza como forma de violência simbólica, cujos insultos e estigmas discursivos não são incidentais, mas fulcrais na exclusão das mulheres da esfera pública. No entanto, reduzir tais práticas à variável de gênero seria insuficiente. Como já argumentava Crenshaw (1989, 2002), as mulheres experienciam a opressão de formas e níveis muito variados e que se articulam de maneira interseccional.

No contexto brasileiro, Akotirene (2019) sistematiza a noção de interseccionalidade a partir de uma perspectiva crítica que denuncia como os atravessamentos de gênero, raça e classe estruturam as desigualdades sociais. Sua leitura atualiza o quadro de Crenshaw (1989, 2002) para a realidade brasileira, oferecendo uma chave analítica para compreender como ataques políticos a mulheres negras ou de origem popular não podem ser reduzidos a apenas uma categoria de opressão. Da mesma forma Carneiro (2003) ressalta que raça, classe e gênero não podem ser isolados, pois funcionam de forma imbricada, de modo que ataques como "vagabunda petista" não apenas

marcam o corpo feminino, mas também o atravessam com sentidos de origem social, posição política e pertencimento de classe.

2. O percurso metodológico

A presente pesquisa inscreve-se no campo dos estudos qualitativos, de caráter documental e bibliográfico, uma vez que analisa enunciados coletados em redes sociais digitais e manifestações públicas, interpretando-os à luz de referenciais teóricos da Análise Textual dos Discursos (ATD). O corpus é constituído por três enunciados direcionados à ex-vereadora Graciele Marques dos Santos: 1) "vagabunda petista", proferido durante um protesto em 30 de outubro de 2022 na BR-163 (Sinop/MT) e registrado em vídeo publicado no Instagram da própria vereadora; 2) "essa imundície não se cria em terra que o povo trabalha" e 3) "livrarem-se desse câncer", todos coletados em comentários online relacionados ao pleito municipal de 2024, quando a ex-vereadora buscou a reeleição. A seleção dos enunciados obedeceu ao critério de recorrência de ataques verbais de caráter misógino e político-partidário, considerando expressões que condensam representações de gênero e ideologia em contextos de disputa política.

Do ponto de vista teórico, a análise pauta-se no quadro de Adam (2011), que propõe a identificação de operações linguísticas e discursivas na constituição da representação discursiva: referenciação, predicação, modificação e localização. Essas categorias permitem compreender como os enunciados constroem imagens desqualificadoras da ex-vereadora, articulando dimensões de gênero e de ideologia política. Complementarmente, mobilizamos a noção de formação

CC BY

sociodiscursiva, entendida como conjunto de condições de possibilidade que delimitam o dizível em determinados contextos históricos, e de interdiscursividade, isto é, a circulação de enunciados que articulam discursos misóginos tradicionais, antipetistas e de higienização social. Além desses, mobilizamos a noção de interseccionalidade (cf. Creenshaw, 1989, 2002; Akotirene, 2019).

2.1. Procedimento analítico

O procedimento analítico adotado nesta pesquisa ocorreu em três etapas:

1) Coleta e organização do corpus: os enunciados foram extraídos de publicações e comentários em redes sociais e de registros audiovisuais de manifestações. Foram selecionados aqueles que condensam insultos misóginos e político-partidários, com alta circulação e impacto no debate público local;
2) Identificação das operações discursivas: cada enunciado foi decomposto segundo as quatro operações propostas por Adam (2011) – referenciação, predicação, modificação e localização. Essa etapa permitiu descrever os mecanismos linguísticos que constroem a imagem discursiva da ex-vereadora;
3) Interpretação interseccional: a análise foi ampliada pela perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019), permitindo compreender como gênero, ideologia partidária e contexto regional se entrecruzam nos insultos. Assim, ser mulher, petista e atuante em uma região marcada por forte conservadorismo emerge como combinação que intensifica a violência política sofrida.

3. Vagabunda petista! Representação discursiva e intersecção na violência política de gênero

Esta seção trata da análise dos enunciados que compõem o corpus desta pesquisa, os quais, ainda que à primeira vista possam parecer simples insultos lançados em contextos de disputa política, revelam, quando observados a partir das operações propostas por Adam (2011), um funcionamento discursivo mais complexo, em que a referenciação, a predicação, a modificação e a localização articulam-se à formação sociodiscursiva que autoriza tais dizeres, de modo que a análise desses elementos nos permite compreender não apenas como se constrói a imagem discursiva da ex-vereadora Graciele Marques dos Santos, mas também como gênero, ideologia partidária e contexto regional se cruzam na intensificação da violência política de gênero.

Os enunciados foram destacados de três postagens distintas em redes sociais. Destas postagens recuperamos 3 referências para o referente "vereadora Graciele Marques": 1) a referência "vagabunda petista", em que vagabunda é o termo referencial para o referente e petista é um modificador que nos dá pistas importantes, 2) imundície e 3) câncer.

As referências mencionadas em 2 e 3 são comentários a um post acerca das eleições municipais ocorridas no município de Sinop (MT) em 2024, em que a ex-vereadora pleiteava reeleição, mas, embora tenha obtido expressiva votação, não se elegeu em função do coeficiente. A primeira referência surgiu num embate bastante acalorado com manifestantes bolsonaristas que naquela

CC BY

ocasião fechavam a BR-163, no município de Sinop (MT), após a eleição do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 30 de outubro de 2022. Este episódio foi gravado em vídeo e postado no perfil da rede social Instagram da ex-vereadora, na época em que ainda estava no exercício de seu mandato. Os demais enunciados foram postados em comentários, conforme se vê nos prints de tela:

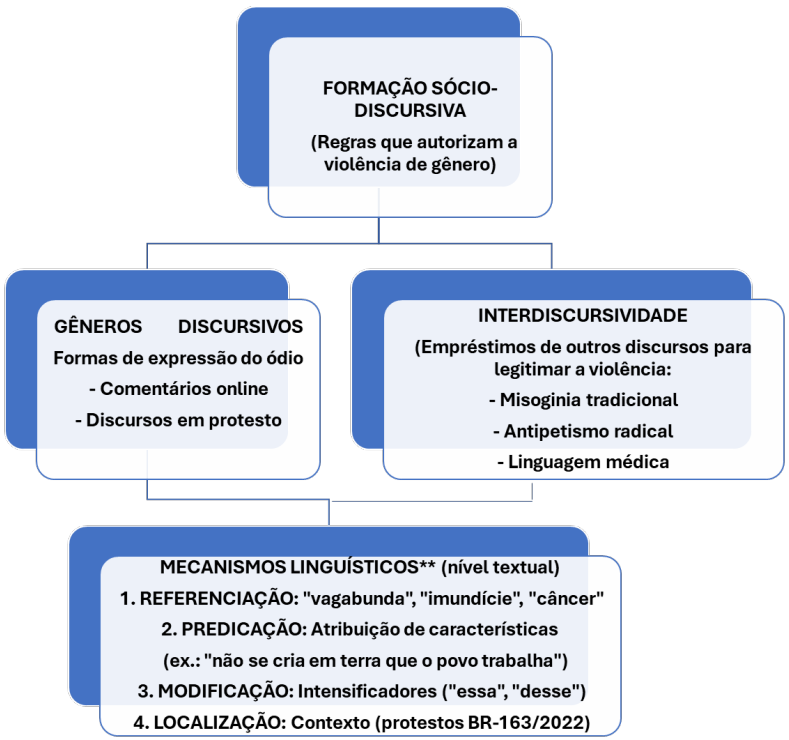
FIGURA 1 – Publicação e comentários nas redes sociais



Fonte: capturas de tela do corpus apresentado pelas autoras.

Antes de adentrar a análise dos enunciados, apresentamos a seguir a arquitetura teórico-metodológica que orienta este estudo, inspirada em Adam (2011), de modo a sistematizar os níveis de funcionamento discursivo mobilizados na violência política de gênero. O esquema abaixo sintetiza tal arquitetura, considerando-se os conceitos-chave de Adam (2011):

FIGURA 2 – Arquitetura teórico-metodológica do estudo "Vagabunda petista: violência política de gênero como efeito de formações sociodiscursivas"



Fonte: elaboração própria

Esse esquema nos permite, portanto, organizar a análise dos enunciados em diferentes níveis, conforme desenvolvido nas subseções 3.1, 3.2 e 3.3. A partir desse quadro, é possível observar que os enunciados não funcionam de maneira isolada, mas apenas porque se inscrevem em uma formação sociodiscursiva que lhes confere inteligibilidade. É nesse nível mais amplo que se estabelece, por exemplo, a associação histórica entre mulheres em espaços de poder e desvio moral, ou ainda entre

petismo e ameaça social, de modo que insultos como "vagabunda petista" não soam como aberrações individuais, mas como enunciados reconhecíveis em uma conjuntura específica. No nível intermediário, essa formação se concretiza em gêneros discursivos distintos, dos protestos de rua aos comentários em redes sociais, e se alimenta de interdiscursos que a reforçam, tais como o discurso médico que associa o adversário a um câncer, o discurso misógino que reduz a mulher pública a vagabunda e o discurso antipetista que a trata como inimiga da ordem. Finalmente, no nível inferior, temos as operações textuais que materializam essa violência: a referenciação que desumaniza, a predicação que atribui improdutividade, desvio ou conduta ética imprópria, a modificação que intensifica o insulto e a localização que ancora o ataque em um tempo e espaço precisos, conferindo-lhe legitimidade discursiva. Nas subseções seguintes, seguiremos com a análise detalhada de cada um destes três enunciados.

3.1. Análise do enunciado "vagabunda petista"

O primeiro enunciado, proferido em manifestação pública na BR-163, em outubro de 2022, condensa, em apenas duas palavras, um conjunto de operações discursivas que revelam a potência da violência simbólica em contextos de disputa política. No quadro abaixo sistematizamos a categorização deste referente:

TABELA 1 – Sistematização dos mecanismos linguísticos de representação discursiva no enunciado 1

Operação (Adam, 2011)	Descrição da ocorrência	Interpretação discursiva
Referenciação	"Vagabunda" nomeia a ex-vereadora por meio de termo pejorativo	Sexualiza e desqualifica a mulher, reduzindo-a a estereótipo moral
Modificação	"Petista" qualifica o referente com marcador político-ideológico	Associa a ofensa ao pertencimento partidário, intensificando o ataque
Predicação	Implícita: atribui desvio de conduta, preguiça, promiscuidade	Coloca a mulher em posição de ilegitimidade política e moral
Localização	Não há ocorrência	

Fonte: elaboração própria

Designando a ex-vereadora como "vagabunda", o enunciador aciona um termo de referenciação saturado por estereótipos de gênero que reduzem a mulher à suposta disponibilidade sexual e à falta de valor moral, apagando qualquer dimensão de sua atuação pública e transformando a figura política em corpo a ser controlado e ridicularizado, enquanto o modificador "petista", por sua vez, agrega a indexação ideológica, de modo que não se trata de qualquer mulher, mas de uma mulher identificada a um partido que, no imaginário antipetista, é associado à corrupção e à ameaça à ordem.

Reconstrói-se, assim, a predicação subjacente ("X é vagabunda petista"[4]), em que predicação e modificação funcionam articuladamente para instituir um duplo desvio — moral e político — que pretende justificar a violência verbal como mecanismo de exclusão, sem que, nesse gesto, se reconheça a atualização de uma memória discursiva consolidada no interior de uma formação

4. Esta fórmula pode ser compreendida desta forma: X aqui no nosso estudo é a vereadora Graciele Marques dos Santos, mas em outros contextos poderia ser qualquer outra mulher associada a este partido político.

CC BY

discursiva misógina e antipetista. É precisamente aqui que se evidencia a ilusão nº 2 descrita por Pêcheux (1969/1975): os sujeitos tomam-se como origem do que dizem, quando na verdade apenas reatualizam posições e sentidos pré-construídos que antecedem e excedem a enunciação, falando a partir — e não fora — da formação discursiva que os constitui. Na perspectiva da ATD, no plano da formação sociodiscursiva, esse enunciado só é possível porque se ancora em discursos anteriores, já sedimentados, que legitimam a associação entre mulheres públicas e a ideia de promiscuidade, e entre petistas e a figura do inimigo social. Essa interdiscursividade confere ao insulto a aparência de naturalidade, como se fosse evidente que uma mulher do PT só poderia ser "vagabunda". A análise interseccional torna ainda mais claro esse processo: a ex-vereadora não é atacada apenas por ser mulher ou apenas por ser petista, mas por ser mulher, petista e representante política em um contexto marcado pelo conservadorismo regional, o que potencializa o efeito de rejeição e faz com que a violência dirigida a ela seja, ao mesmo tempo, de gênero, de classe e de ideologia.

Se nesse primeiro enunciado prevalece a articulação entre gênero e ideologia, o segundo mobiliza outro recurso, o da localização, que igualmente funciona como operador de exclusão, conforme apresentamos no próximo subitem.

3.2. Análise do enunciado "Essa imundície não se cria em terra que o povo trabalha"

Neste tópico, demonstramos como o enunciado, aparentemente um simples xingamento, extrapola a esfera do que se poderia chamar de ofensa e apresenta contornos da virulência dos ataques virtuais. Além disso este enunciado mostra como o discurso de moralização do trabalho (trabalhador *versus* vagabundo) é mobilizado contra mulheres petistas: o vocabulário da sujeira ("imundície") ecoa formações discursivas ligadas à higienização social e naturaliza a exclusão.

O quadro abaixo sistematiza a categorização feita neste enunciado:

TABELA 2 – Sistematização dos mecanismos linguisticos de representação discursiva no enunciado 2

Operação	Descrição	Interpretação discursiva
Referenciação	"Imundície" nega a condição humana da ex-vereadora	Constrói imagem abjeta, de sujeira, descartável
Predicação	Exclui do grupo "povo trabalhador"	Estabelece oposição moral entre "trabalhadores" e "petistas"
Modificação	"Essa" intensifica o desprezo, marcando proximidade pejorativa	Reforça o efeito de rejeição total
Localização	"Em terra que o povo trabalha"	Retoma a discussão xenofóbica que opõe CO ao NE.

Fonte: elaboração própria

Neste enunciado, publicado em comentário online, observa-se um processo discursivo de desumanização e de exclusão radical. A ex-vereadora é referida como "imundície", expressão que retira dela a condição de sujeito e a transforma em resíduo a ser eliminado. A predicação se dá pela sentença "não se cria em terra que o povo trabalha", que constrói uma oposição moral entre, de um lado, aqueles que se identificam como trabalhadores, legítimos e produtivos, e, de outro, aqueles que são associados à sujeira, à vagabundagem e à improdutividade. O uso do demonstrativo "essa" atua como modificador que intensifica o desprezo e confere proximidade degradante ao referente, reforçando a repulsa.

CC BY

A localização é aqui decisiva: situando a enunciação "em terra que o povo trabalha", o comentário não apenas associa Sinop (MT) a uma identidade coletiva positiva, mas também, de forma implícita, contrapõe essa terra produtiva às regiões tradicionalmente identificadas como redutos eleitorais do Partido dos Trabalhadores, em especial o nordeste do país, frequentemente representadas, em discursos xenofóbicos, como espaços de preguiça, dependência e clientelismo político. Assim, o insulto dirigido à ex-vereadora inscreve-se em uma interdiscursividade que articula, ao mesmo tempo, misoginia, antipetismo e xenofobia regional, ressignificando em escala local um estigma nacional que associa o PT à "vagabundagem" e o nordestino ao não-trabalho. Dito de outra forma, o enunciado reatualiza um discurso que emerge em quase todas as eleições: a ideia de que o PT se sustenta no voto de "vagabundos nordestinos" beneficiários de programas sociais, contra o "povo trabalhador" das regiões mais ricas. Assim, o enunciado não só situa a ex-vereadora no espaço de Sinop (MT), mas também a insere num imaginário mais amplo que associa o petismo à preguiça, à dependência e à falta de dignidade moral.

Ainda sobre a predicação "não se cria em terra que o povo trabalha", entendemos que ela mobiliza um mecanismo discursivo de localização que ultrapassa a desqualificação individual, inscrevendo a ex-vereadora em um campo simbólico atravessado por gênero, classe e região, estabelecido pela oposição entre "trabalhadores" e "petistas", o enunciado sugere que o pertencimento partidário não apenas desqualifica moralmente, mas também expulsa do universo do trabalho legítimo, reservado a um "povo" implícito, homogêneo e conservador. Trata-se de uma

violência interseccional, pois, como argumenta Crenshaw (1989, 2002), a exclusão de mulheres não se dá por um único marcador, mas pela sobreposição de categorias. Nesse caso, a interdição política recai sobre uma mulher que, além de ocupar uma posição de gênero minoritária no campo político, é também identificada como representante de um partido associado às classes populares e aos redutos eleitorais do Norte e Nordeste, regiões estigmatizadas historicamente como territórios da "vagabundagem" e do atraso. Nessa perspectiva, Akotirene (2019) lembra que gênero, raça e classe não funcionam isoladamente, mas produzem, em conjunto, opressões específicas: ser mulher petista de origem popular, em um espaço hegemonicamente conservador como Sinop (MT), é ocupar simultaneamente múltiplas posições de vulnerabilidade. O enunciado, assim, não apenas nega à vereadora a condição de trabalhadora, mas projeta sobre ela uma carga simbólica que a torna figura ilegítima no espaço público, combinando misoginia, antipetismo e preconceito de classe.

Nesta referência à vereadora como "imundície", o enunciador constrói uma imagem abjeta da vereadora, configurando-se um caso típico de violência simbólica que busca naturalizar a exclusão de mulheres da política (cf. Bardall, 2020). Mas entendemos que vai além do fato de ser mulher: quando lido sob a perspectiva da interseccionalidade (cf. Creenshaw, 1989), esse enunciado mostra que a violência política não funciona num único eixo: ser mulher, petista e representante de um projeto político em território conservador torna a ex-vereadora um alvo privilegiado dessa gramática da exclusão, na qual gênero, ideologia e região se entrelaçam. Ao mesmo tempo, o insulto revela como discursos locais se alimentam de narrativas mais amplas de ódio político, reproduzindo

CC BY

estereótipos que circulam no debate nacional e se materializam em ataques direcionados a sujeitos específicos. Já no terceiro enunciado, a violência discursiva assume a forma de metáfora biológica, conferindo ao ataque um tom de ameaça social absoluta, como discutimos no subitem a seguir.

3.3. Análise do enunciado "Parabéns a todos os sinopenses (menos os petistas) por nos livrarem desse câncer"

O terceiro enunciado, publicado em redes sociais após a não-reeleição da ex-vereadora, recorre à metáfora patológica ao designá-la como "câncer". Neste enunciado referenciação e predicação compõem um *framework* metafórico e patológico que compara a ex-vereadora a uma doença muito grave: a referenciação é acionada por meio de uma metáfora biomédica que substitui o sujeito político por uma doença mortal, expansiva e ameaçadora, cuja única solução é a erradicação. A predicação se realiza pela atribuição da condição de "doença social", cujo afastamento significaria uma cura coletiva, enquanto o determinante "desse" intensifica o efeito de proximidade degradante, sugerindo que o mal estava presente na cidade e, por meio da eleição, foi finalmente expurgado. A localização temporal — o pós-eleição de 2024 — reforça esse sentido, pois a derrota eleitoral é narrada como uma vitória sanitária, uma forma de profilaxia política que devolve à cidade sua suposta saúde.

O quadro abaixo sistematiza a categorização feita neste enunciado:

TABELA 3 – Sistematização dos mecanismos linguisticos de representação discursiva do enunciado 3

Operação	Descrição	Interpretação discursiva
Referenciação	Vereadora nomeada como "câncer"	Redução a não-humano; imagem de ameaça biológica.
Predicação	Necessidade de extirpar implícita	Legitimação da eliminação como solução política.
Modificação	O adjetivo demonstrativo contraído com a preposição "desse" refere-se a algo próximo do interlocutor, mas, para além disso, modifica-o	Intensificação da percepção de perigo coletivo.
Localização	Referência indireta à cidade por meio da referência aos moradores.	Confere legitimidade ao ódio como "defesa social".

Fonte: elaboração própria

Quando alguém é comparado a um câncer, podemos compreender que há várias camadas de sentido se entrelaçando e revelando pistas de suas formações discursivas, pois a doença pode ser vista por inúmeros prismas. Em primeiro lugar, porque em muitos casos é incurável, invasiva e com altas taxas de letalidade. Assim, o câncer é visto como uma enfermidade que cresce silenciosamente, infiltra-se em órgãos saudáveis e, se não for contido, destrói o corpo inteiro. Ao chamar uma pessoa de "câncer", o enunciador a apresenta como uma ameaça que corrói a coletividade por dentro. Além disso, a metáfora aciona a ideia de um corpo social como um organismo, na medida em que parte da concepção do corpo político como um corpo orgânico (ideia que vem desde a Antiguidade: *corpus politicum*). Nesse imaginário, um sujeito ou grupo pode ser tratado como "tecido doente" que precisa ser removido para preservar a saúde da comunidade. E, assim como o tumor maligno

CC BY

necessita de extirpação, ao contrário de doenças passageiras, o câncer é entendido como algo com que não se pode apenas conviver: é preciso cortar, eliminar, exterminar. Estende-se esse sentido à vereadora: sua exterminação é necessária para a sobrevivência da ala conservadora na região. Logo, a metáfora naturaliza a exclusão radical: não basta criticar ou discordar do outro, é preciso extirpá-lo, como um tumor. A necessidade de exclusão radical daquilo que nos assusta é o resultado do estigma e medo que cerca a doença (e, por extensão, os objetos referenciados desta forma): culturalmente, o câncer é cercado de tabus, medo e silêncio, afinal carrega uma carga semântica de horror, de algo que é ao mesmo tempo impuro e perigoso, de modo que transferir isso a uma pessoa significa associá-la a algo que deve ser rejeitado com repulsa e urgência.

Assim, quando um adversário político é chamado de "câncer", o que se pretende dizer é que essa pessoa não é apenas diferente, mas destrutiva e/ou disruptiva, com a qual não cabe, portanto, nenhuma negociação ou convivência tolerante, mas sim a remoção violenta e radical, pois sua presença ameaça a saúde de todos, e sua exclusão é, então, comemorada como cura (tal como no post). Nesse gesto, o enunciador crê estar produzindo uma formulação original, quando apenas reinscreve um repertório de sentidos já cristalizado em formações discursivas que associam o corpo político feminino e de esquerda a uma ameaça social a ser eliminada. Trata-se da ilusão nº 2, conforme descreve Pêcheux (1995), segundo a qual o sujeito se percebe como origem do dizer, ignorando que fala a partir de memórias discursivas que o antecedem.

Desta forma, entendemos que, no caso da ex-vereadora, o insulto não só a desumaniza, mas também justifica discursivamente sua eliminação do espaço político, como se isso fosse um ato de

autopreservação da coletividade. A interdiscursividade aqui é múltipla, pois o discurso médico legitima: i) a exclusão ao apresentar o outro como corpo doente, que precisa ser extirpado em benefício do corpo social; ii) o discurso antipetista, que constrói os militantes do PT como inimigos a serem eliminados, reforça a ideia de que não há convivência possível; e iii) o discurso misógino, que atravessa a percepção das mulheres como corpos frágeis, perigosos ou descontrolados, acrescenta à metáfora biomédica a marca de gênero. Na perspectiva da formação sociodiscursiva, o enunciado ganha força por circular em meio a uma conjuntura histórica que legitima discursos de ódio contra a esquerda e contra mulheres políticas, tornando a metáfora do câncer inteligível e socialmente aceitável.

Sob a lente da interseccionalidade, o insulto revela ainda mais camadas: ser mulher, ser petista e ser representante de um partido de esquerda em um município conservador transforma a ex-vereadora em alvo privilegiado dessa retórica de higienização social. O efeito simbólico é duplo: de um lado, a vereadora é expulsa da cena política local como corpo indesejado; de outro, o eleitorado é exaltado como agente da "cura", reforçando a ideia de que a política é espaço a ser purificado e que a exclusão de certos corpos é condição para a saúde da coletividade. Por fim, entendemos que tais metáforas coletivas são justamente os mecanismos pelos quais a violência é naturalizada como defesa da sociedade (cf. Krook, 2020). No entanto, também ponderamos que esse entrelaçamento de discursos, ao mesmo tempo que ecoa práticas globais de exclusão (Krook, 2020; Bardall, 2020), também se ancora em estruturas institucionais, como aponta Sacchet (2020), ao demonstrar que os partidos perpetuam desigualdades de gênero na competição eleitoral.

CC BY

Considerações finais

Ao longo deste artigo, partiu-se da questão orientadora sobre como se configuram discursivamente as manifestações de violência política de gênero dirigidas contra a ex-vereadora Graciele Marques dos Santos (PT), tendo como objetivo central compreender de que maneira tais enunciados, que a reduzem a "vagabunda petista", "imundície" ou "câncer", inscrevem-se em formações sociodiscursivas mais amplas e se concretizam em práticas discursivas legitimadas por determinados grupos sociais. Para responder a essa questão, adotou-se a perspectiva da Análise Textual dos Discursos, articulada aos conceitos de formação sociodiscursiva, interdiscursividade e representação discursiva, de modo a evidenciar como o funcionamento da linguagem, longe de ser neutro, participa ativamente da produção e da manutenção de uma ordem política excludente.

Esta articulação não prescinde do diálogo com a tradição foucaultiana, no que concerne às condições históricas que delimitam o campo do dizível, nem com a formulação pecheuxtiana da formação discursiva, especialmente no que se refere à crítica das ilusões do sujeito e à inscrição ideológica dos enunciados, elementos que permitem compreender que os sentidos identificados na análise não decorrem de iniciativas individuais, mas se inscrevem em formações discursivas historicamente determinadas.

Em nossa análise pontuamos que a violência política de gênero não pode ser entendida apenas como um desvio comportamental ou manifestação isolada de hostilidade, mas como prática discursiva sistêmica, sustentada por formações sociodiscursivas que naturalizam a exclusão das mulheres dos espaços de poder. A delimitação dos autorizados a falar (homens brancos, cis, heteros,

conservadores que se posicionam como guardiões da ordem), o que pode ser dito (ataques que articulam gênero e ideologia) e onde pode ser dito (redes sociais e protestos de rua) demonstram que essas formações não apenas refletem, mas constituem os enunciados, convertendo a agressão em ato político legítimo no interior de determinados grupos sociais. Nesse processo, a linguagem mostrou-se uma tecnologia de exclusão, cujos mecanismos, referenciação, predicação, modificação e localização, foram mobilizados para desqualificar a adversária: termos como "imundície" e "câncer" funcionam como dispositivos de desumanização; predicações que associam a ex-vereadora à improdutividade reiteram estigmas sociais; modificadores como "essa vagabunda" intensificam a carga de ódio; e a localização espaço-temporal ancora a violência em contextos específicos, conferindo-lhe legitimidade.

No entanto, percebemos também que essa gramática da violência, longe de se restringir a Sinop (MT), se reproduz continuamente em ataques dirigidos a outras mulheres da política nacional, como as deputadas Gleisi Hoffmann e Erika Hilton, o que evidencia tratar-se de um repertório organizado e reiterado de desqualificação discursiva. A interdiscursividade desempenha aqui um papel decisivo, pois articula distintos repertórios, tais como o discurso misógino, que historicamente restringe a presença das mulheres no espaço público; o antipetismo radical, que demoniza a esquerda e associa seus representantes à corrupção e ao caos; e o discurso médico, que recorre a metáforas de higienização como "extirpar o câncer". Essa confluência produz efeitos de verdade que apresentam a violência não como crime, mas como defesa social, atualizando no presente estratégias históricas de exclusão que já foram mobilizadas contra mulheres, comunistas e outras minorias políticas.

CC BY

As implicações políticas dessa constatação são claras: se a violência é discursivamente constituída, seu enfrentamento exige mais do que a responsabilização jurídica de indivíduos. Por esta razão consideramos necessário desestabilizar as formações sociodiscursivas que legitimam a exclusão, o que implica tanto combater a naturalização de repertórios violentos quanto fomentar contra gêneros discursivos capazes de disputar os mesmos espaços de circulação. Isso significa, por exemplo, investir em campanhas que desconstruam metáforas de caráter biológico ou moralizante, criar narrativas alternativas em redes sociais de ampla difusão e, sobretudo, ampliar a legislação vigente, como a Lei 14.192/21, de modo a incluir a violência digital como modalidade específica e exigir das plataformas digitais não apenas a exclusão pontual de conteúdos, mas a identificação de padrões discursivos que configuram violência política de gênero.

Por fim, reiteramos a ideia de que a cada vez que "vagabunda petista" é gritado em um protesto ou digitado em uma rede social, o que se perpetua não é um insulto ocasional, mas a atualização de uma ordem simbólica que insiste em expulsar as mulheres dos espaços de poder, de forma que romper com essa lógica é, ao mesmo tempo, disputar a linguagem e disputar o futuro da política brasileira.

Referências

Adam, J.-M. (2011). *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. Cortez.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Bardall, G. (2020). Symbolic violence as a form of violence against women in politics. *Journal of Feminist Scholarship, 11*(1), 1–19.

Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49–58). Takano Editora.

Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2008). *Dicionário de análise do discurso*. Contexto.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum, 1989*(1), 139–167.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas, 10*(1), 171–188. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011

Emediato, W. (2022). *Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática* (1ª ed.). Pontes.

Krook, M. L. (2020). *Violence against women in politics*. Oxford University Press.

Maingueneau, D. (2015). *Gênese dos discursos*. Parábola.

Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (3ª ed.). Editora da Unicamp.

Sacchet, T. (2020). A culpa dos partidos: A sub-representação das mulheres e as barreiras partidárias às candidaturas femininas. *Revista Brasileira de Ciência Política, 33*, 1–39. https://doi.org/10.1590/0103-335220203301

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a13

Entrevista à Professora Doutora Maria Aldina Marques: Revisitando 35 anos de docência e investigação científica

MARIA ALDINA MARQUES

mamarques@elach.uminho.pt

Professora Catedrática, Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos, Universidade do Minho, Portugal
Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM).
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3263-1977

SOFIA MENESES-SILVA

asmsilva@letras.up.pt

Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.
Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Portugal (FCT). Ref. 2023.00589.BD
ORCiD: https://orcid.org/0000-0001-7519-6966

ENTREVISTA

TEXTO RECEBIDO A:

14/10/2025

TEXTO APROVADO A:

02/07/2026

Apresentação: Nesta entrevista, que teve lugar a 7 de março de 2025 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e foi preparada, realizada e transcrita por Sofia Meneses-Silva, temos a oportunidade de percorrer trinta e cinco anos de docência e de investigação da Professora Doutora Maria Aldina Marques e, com eles, de reconstituir a consolidação da Análise do Discurso no espaço académico português. Da descoberta da Linguística de Texto e da Pragmática, nos anos oitenta, ao trabalho mais recente sobre discurso político parlamentar, discursos presidenciais, géneros do oral e populismo, a entrevistada partilha connosco os caminhos de um percurso e as condições institucionais que o tornaram possível, com destaque para a criação de centros de investigação e o trabalho em rede entre eles. Fala-nos ainda de questões que continuam em aberto: a constituição e o tratamento de *corpora* orais, as regras de género que regulam o debate parlamentar e o papel dos linguistas na literacia política dos cidadãos. Ao publicá-la, a *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* prossegue uma tradição que tem vindo a acolher, a de documentar a construção do próprio campo dos Estudos do Discurso em Portugal. A Professora Doutora Maria Aldina Marques é Professora Catedrática no Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM).



Interview with Professor Maria Aldina Marques: Revisiting 35 years of teaching and scientific research

MARIA ALDINA MARQUES

mamarques@elach.uminho.pt

Full Professor, Department of Portuguese and Lusophone Studies, Universidade do Minho, Portugal.
Centre for Humanistic Studies of Universidade do Minho (CEHUM).
ORCiD: https://orcid.org/0000-0003-3263-1977

SOFIA MENESES-SILVA

asmsilva@letras.up.pt

PhD candidate in Language Sciences at Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.
Centre for Linguistics of Universidade do Porto (CLUP), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.
PhD Fellow of the Foundation for Science and Technology – Portugal (FCT). Ref. 2023.00589.BD.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0001-7519-6966

INTERVIEW

TEXT RECEIVED ON:

10/14/2025

TEXT ACCEPTED ON:

07/02/2026

Introduction: This interview, which took place on 7 March 2025 at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto and was prepared, carried out and transcribed by Sofia Meneses-Silva, gives us the opportunity to look back over thirty-five years of teaching and research by Professor Maria Aldina Marques and, through them, to retrace the consolidation of Discourse Analysis in Portuguese academia. From her discovery of Text Linguistics and Pragmatics in the 1980s to her more recent work on parliamentary political discourse, presidential addresses, spoken genres and populism, she shares with us the paths of a career and the institutional conditions that made it possible, in particular the creation of research centres and the collaborative work between them. She also speaks to us about questions that remain open: the compilation and processing of spoken *corpora*, the genre rules that govern parliamentary debate, and the role of linguists in citizens' political literacy. In publishing it, *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* continues a line it has been welcoming, that of documenting the making of the field of Discourse Studies in Portugal itself. Professor Maria Aldina Marques is Full Professor in the Department of Portuguese and Lusophone Studies at the University of Minho and a researcher at the Centre for Humanistic Studies of the University of Minho (CEHUM).

Nota biográfica académica - Maria Aldina Marques

A Professora Aldina Marques concluiu a sua licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (Português e Francês) em 1980 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Já na Universidade do Minho, concluiu em 1990 o mestrado em Ciências da Educação e, em 2000, o doutoramento em Ciências da Linguagem, ramo de Linguística Portuguesa, já sob a orientação do Professor Joaquim Fonseca. É Professora Catedrática no Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da Universidade do Minho, onde leciona há cerca de 35 anos; à data desta entrevista era Professora Associada com Agregação na mesma instituição. Pertence ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM) e colabora ativamente com o CLUP. Dedica-se eminentemente à Análise de Discurso, com especial destaque para o discurso político e os discursos orais do quotidiano.

Nota biográfica académica - Sofia Meneses-Silva

Sofia Meneses-Silva é doutoranda em Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), mestre em Português Língua Estrangeira e pós-graduada em Linguística Forense pela mesma instituição. É bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e, na sua tese, dedica-se à análise do discurso oral presente em chamadas de emergência, no âmbito da Linguística Forense e da Análise Conversacional. Foi na Universidade do Minho que teve o seu primeiro contacto com a Linguística, em particular com a Pragmática, justamente com a Professora Aldina Marques, no primeiro ano da licenciatura em Línguas Aplicadas.

CC BY

Entrevista

SOFIA MENESES-SILVA

Nesta entrevista, comecei por revelar que o meu primeiro contacto com as Ciências da Linguagem, particularmente, com a Linguística, foi com a Professora Aldina e eu creio que, além de ser pergunta da "praxe", faz todo o sentido iniciar a nossa conversa perguntando à Professora qual foi o seu primeiro contacto com a Linguística. Foi uma opção imediata? O que é que a motivou a enveredar por este caminho? E, já agora, aproveito para perguntar: porquê o discurso político parlamentar, em específico?

MARIA ALDINA MARQUES

Obrigada, Sofia. É um gosto estar aqui. Respondendo à sua pergunta, eu descobri a Linguística como a Sofia: na universidade. O meu curso era diferente, começou por ser de Filologia Românica, depois, chamou-se Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas na variante de Português/Francês e, portanto, havia todo um conjunto de cadeiras da área da Linguística. Foi aí que eu tive contacto com a Linguística. Não pensei, enquanto decorreu a licenciatura, que estava aí o meu futuro, que eu queria dedicar-me ao estudo da Linguística. Eu acabei a licenciatura, fiz estágio no secundário e dei aulas no secundário durante 10 anos. O que eu sempre senti foi uma falta, porque eu tinha conhecimentos sobre a língua que iam até ao nível da frase, mas eu trabalhava com textos com os alunos e a questão era: e agora? Tem de haver mais qualquer coisa para além da frase. A única área que, curiosamente, me dava algum apoio era a Literatura, que me dava algumas pistas. Depois, surgiu a oportunidade de fazer mestrado nas Ciências da Educação, que era o único mestrado que existia. Tinha a ver com o ensino do português e foi aí que eu descobri a Linguística de Texto e a Pragmática.

SOFIA MENESES-SILVA
Foram vários caminhos até chegar lá...

MARIA ALDINA MARQUES
É verdade. Foi com o Professor Amadeu Torres, que era meu professor na Universidade do Minho, mas era da Católica de Braga. Uma pessoa fantástica. E, a partir daí, foi assim uma revelação. Eu estava a aprender, estava a entrar por um caminho de que eu sentia falta, enquanto alguém apaixonada, efetivamente, pela língua. Daí ter, depois do mestrado, entrado na universidade como Assistente e ter feito, depois, o Doutoramento em Ciências da Linguagem com o Professor Joaquim Fonseca, aí já com um enquadramento discursivo ou pragmático, completamente diferente.

SOFIA MENESES-SILVA
A Professora ainda estava a fazer o doutoramento, ainda não tinha concluído o doutoramento, e já estava com o cargo de Assistente na Universidade do Minho?

MARIA ALDINA MARQUES
Sim, sim. Eu entrei como Assistente em 1990...

SOFIA MENESES-SILVA
Portanto, na conclusão do seu mestrado, não é?

MARIA ALDINA MARQUES
Sim e, depois, fiz já o doutoramento enquanto Assistente.

SOFIA MENESES-SILVA
Falando dessa transição da vida académica para a vida profissional, considera que, desde que

CC BY

concluiu o seu doutoramento, há mais de 25 anos, essa transição era mais fácil do que é agora? Quais eram os desafios?

MARIA ALDINA MARQUES

Eram completamente diferentes. Não é mero saudosismo, mas eu tenho muita pena que a carreira de Assistente tenha acabado, porque eu entrei como Assistente com umas funções bem delimitadas, com professores catedráticos que me acompanhavam, nomeadamente, o Professor Azevedo Ferreira e fui fazendo o meu percurso, fui desenvolvendo a minha investigação e fui aprendendo com os colegas a ser professora na universidade. Quando acabei o doutoramento, fiquei com autonomia para lecionar e para criar novas unidades curriculares (UC), quando possível. Eu conhecia a universidade, eu conhecia muito bem a escola, eu conhecia quais eram os princípios, quais eram os objetivos da escola, eu estava perfeitamente enquadrada e então tudo foi efetivamente mais fácil.

SOFIA MENESES-SILVA

Conhecia bem a máquina, como se costuma dizer!

MARIA ALDINA MARQUES

É verdade! E, foi, portanto, um andar muito apoiado. Acho que, agora, as pessoas são assim largadas e têm que se arranjar. Tenho pena, porque eu ganhei muito com essa experiência.

SOFIA MENESES-SILVA

Portanto, teve essa oportunidade que agora, se calhar, é mais difícil, não é?

MARIA ALDINA MARQUES

Sim.

SOFIA MENESES-SILVA

A Professora concluiu a sua licenciatura em Coimbra e depois vem fazer o mestrado ao Minho, acabando por ficar até agora. Houve alguma razão ou foi uma questão de oportunidade?

MARIA ALDINA MARQUES

Na verdade, foram questões familiares que me trouxeram para Braga. Eu sou do Norte, eu não sou natural de Coimbra. Eu sou natural de Lousada, distrito do Porto. O ter ido para Braga foi por questões familiares e o fazer o mestrado na Universidade do Minho foi algo que eu trouxe de Coimbra. Eu cheguei efetivamente a tentar inscrever-me no mestrado em Coimbra, mas tive que optar, porque ou fazia o mestrado ou fazia o estágio. Optei por fazer o estágio no ensino secundário, que durava dois anos, chamada profissionalização em exercício. Então aí desisti do mestrado, mas fiquei sempre com aquela ideia de "quero continuar a estudar, eu preciso de continuar a estudar". No Minho, surgiu este primeiro mestrado em 85 e eu concorri, fiquei, e, portanto, vem daí a minha ligação à Universidade do Minho.

SOFIA MENESES-SILVA

Recuando a setembro de 2016, e já lá vão quase 10 anos desde a altura em iniciei a minha licenciatura em Línguas Aplicadas, o que é que a Professora mais sente que se tem alterado ao longo destes anos de docência? Que balanço faria da sua experiência? Tem assistido a várias gerações nestes anos todos. Encontrou desafios?

MARIA ALDINA MARQUES

Eu sempre senti que ser professora na universidade implicava vários desafios e eu posso, e digo com muito orgulho que, ao longo destes quase 35 anos na universidade, tenho uma experiência muito positiva da relação com os alunos, da relação docente. Não significa que tudo correu bem "sobre rodas" em todos os momentos, mas isso faz parte. Acho que consegui sempre estabelecer uma boa

relação com os alunos, que também era mais fácil quando tínhamos cadeiras anuais, unidades curriculares anuais, porque havia um tempo de contacto, de amadurecimento da relação, o que era muito positivo. O que eu sinto agora de mais desafiante é a falta de tempo, é ser tudo muito rápido, muito a correr, não dá para parar um pouco e dizer "então vamos ver este aspeto, vamos fazer esta experiência, vamos aplicar, vamos tentar ver como" e, não dá, porquê? Porque o semestre está a acabar. A loucura é efetivamente essa. O que é assim de mais positivo é que eu tenho encontrado gente fora de série, alunos fantásticos, que vão desenvolvendo depois a sua carreira e me deixam absolutamente orgulhosa.

SOFIA MENESES-SILVA

Exatamente! Olhando aqui para a lista de projetos de doutoramento que orientou, eu reconheço facilmente alguns nomes por me serem bastante familiares como é o caso da Professora Sílvia Araújo, a Professora Conceição Varela, que aliás também foram minhas professoras na Universidade do Minho e, portanto, é curioso que a Professora numa dada altura está a orientar estudantes de doutoramento e, mais tarde, tornam-se suas colegas no Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos. Reconheço também outras investigadoras, umas mais próximas da academia, como é o caso da Isabel Fuzeta Gil, Ana Braz, Micaela Aguiar e, num contexto mais profissional, a Daniela Braga, que também estudou cá na FLUP, acho que fez a sua licenciatura aqui. Nos últimos anos, a Daniela tem dado imenso que falar a nível internacional levando a Linguística e o Processamento da Linguagem Natural cada vez mais longe e, portanto, a Professora já descreveu um pouco este sentimento, mas deve ser realmente muito gratificante olhar para estas carreiras e ver que acompanhou estas investigadoras e docentes e que estão a fazer um trabalho bastante produtivo. Como descreveria melhor esse sentimento?

MARIA ALDINA MARQUES

Ver pessoas que nos chegam como alunos e que depois se tornam colegas faz parte de sentir que a

nossa vida vale a pena, em termos profissionais, estou a falar da dimensão profissional. Eu sempre aprendi com todos, não apenas com os mais velhos. Algumas tornam-se colegas, desenvolvem a sua carreira de uma forma que me leva a querer ver, a querer aprender com aquilo que estão a fazer porque, efetivamente, são pessoas muito válidas, que trabalham, que fazem a universidade andar para a frente. A Daniela ocupa aí, obviamente, um lugar particular. Fui professora dela no mestrado, orientadora da dissertação e coorientadora do doutoramento, que fez na Corunha. A Daniela, desde sempre, é aquilo que se chama de força da natureza. Tem uma capacidade, uma confiança, um desejo de trabalhar e de fazer coisas que é absolutamente fantástica. É dela. Aprendeu também aqui no Porto, com certeza, ela já trazia daqui muitos projetos, muitas perspetivas de futuro interessantes e, realmente, tenho muito orgulho. Mas também tenho muito orgulho em todos os outros.

SOFIA MENESES-SILVA
Claro, eu só mencionei aqui alguns nomes...

MARIA ALDINA MARQUES
Existe uma outra dimensão que é: começo a ter alunos de licenciatura que, no primeiro dia de aulas, me dizem assim: "Professora, foi professora da minha mãe, foi professora do meu pai..." e é, assim, um orgulho muito grande. Já tenho encontrado mãe e filha! Estou a pensar na Inês, que foi a última que me disse isso. Já tenho encontrado mãe e filha que me fazem ambas uma festa muito grande, porque foram ambas minhas alunas.

SOFIA MENESES-SILVA
Isso é muito engraçado!

MARIA ALDINA MARQUES
É... é a idade!

CC BY

SOFIA MENESES-SILVA

E esta colaboração com o Centro de Linguística aqui da Universidade do Porto, o CLUP, recorda-se quando é que começou? Foi através da orientação do Professor Doutor Joaquim Fonseca? Naturalmente, o Senhor Professor deve ter constituído aqui uma porta de entrada. Além disso, também publica ativamente com a Professora Isabel Margarida e com a Professora Alexandra Guedes Pinto. Recorda-se como é que começaram estas colaborações?

MARIA ALDINA MARQUES

Já foi há alguns anos. Eu creio que foi o Professor Joaquim Fonseca que, efetivamente, me trouxe para aqui. Ele foi-me proposto como orientador pelo Professor Azevedo Ferreira do Minho. Quando eu lhe disse a área em que gostaria de trabalhar, ele disse-me "então, tem que ter como orientador o Professor Joaquim".

SOFIA MENESES-SILVA

E era possível fazer isso mesmo na Universidade do Minho?

MARIA ALDINA MARQUES

Era possível. Agora também ainda é possível, sobretudo com coorientação, mas na altura nem se falava em coorientação, portanto, foi ele, efetivamente, o meu único orientador. Abriu-me as portas aqui da Faculdade de Letras e do CLUP. A Professora Isabel Margarida, pelo menos, naquilo que me lembro, eu conheci-a no *Quid Novi* de 2001. Eu vim aqui apresentar a minha tese, que tinha defendido no ano anterior, e a Professora Isabel Margarida também estava. Pelo menos, nesta altura, eu sei que a conheci e fomos nos encontrando em congressos, em eventos variados, criando afinidades linguísticas... e criando afinidades pessoais também! A certa altura demos por nós a trabalhar em conjunto. Surgiu naturalmente, eu não sei exatamente em que momento e porque apareceu, mas só fazia sentido trabalharmos em conjunto. A Professora Alexandra foi também

orientada pelo Professor Joaquim Fonseca e lembro-me, talvez seja a minha recordação mais antiga, de estar à conversa com ela no dia em que foi feita a homenagem ao Professor Joaquim Fonseca quando ele se reformou. E esse também é o momento que eu recordo. É muito importante encontrarmo-nos em congressos, em eventos científicos porque é uma oportunidade não só para mostrarmos aquilo que estamos a fazer, mas também para ver o que os outros andam a fazer e daí surgem necessariamente aproximações e ideias.

SOFIA MENESES-SILVA

Aproveito a ocasião então para falar de eventos científicos, pois é nestes eventos que normalmente conhecemos investigadores que apreciamos. A Professora recorda-se de ter conhecido alguém, assim uma figura da Linguística, de que se orgulha?

MARIA ALDINA MARQUES

Conheci. Eu acho que corro o risco de me esquecer de uma série de gente, mas o Professor Joaquim Fonseca é daquelas figuras centrais, não só por ser meu orientador, mas pelo que produziu, pelo que publicou. São textos riquíssimos, onde ainda hoje eu volto com muito proveito e, por isso, deixo já esse lugar ocupado. Lembro-me, ainda Assistente, de ter ido a um encontro em Antuérpia e estar à conversa com o Professor Van Dijk, que eu conhecia dos livros, é aquela expressão de "eu estou a ver a minha bibliografia entrar na sala". Foi um orgulho enorme poder estar a conversar com o Professor Van Dijk. Depois, em outros, em França, conheci o Professor Christian Plantin, o Professor Jacques Brès, o Professor Rabatel de quem eu falo tanto... A Professora Kerbrat-Orecchioni. Tantos, tantos! A Professora Ruth Amossy. Tantos que fui conhecendo, com quem tive a oportunidade de conversar e que contribuem efetivamente para criar um sentimento de comunidade, sabe? De comunidade linguística... que é muito importante, porque o isolamento é algo que nos pode travar.

CC BY

SOFIA MENESES-SILVA

Eu ia precisamente por aí... Então, a Professora concorda que estas colaborações como as que tem com o CLUP, e com outros centros de investigação no resto do país, contribuem mesmo para evitar um sentimento de isolamento? Às vezes, parece-me haver um sentimento de que os outros centros de investigação são concorrência. Concorda que estas colaborações são essenciais para quebrar várias barreiras?

MARIA ALDINA MARQUES

Fundamentais! Sempre foi importante, mas atualmente o trabalho em rede, e não estou a falar no digital, o trabalho em rede de centros de investigadores de universidades é absolutamente fundamental.

SOFIA MENESES-SILVA

Eu lembro-me de que, há uns tempos, eu fiz uma entrevista também à Professora Isabel Margarida Duarte que me descrevia que na época em que terminaram o doutoramento este sentimento de isolamento era maior, porque não tinham um CLUP, não tinham um espaço físico até para conversar e conviver com os colegas. Não havia as bolsas nem os projetos que há agora e, portanto, acho que a Professora confirma isso, certo?

MARIA ALDINA MARQUES

Estou absolutamente de acordo, porque acho que foi um avanço. Porque mesmo para quem começa, há mais oportunidades de integrar grupos de investigação, de participar, o que vai dando uma experiência muito boa e muito rica. Eu não sei se sabe que, quando eu fiz o doutoramento, não era comum nós fazermos apresentações de partes do nosso trabalho porque o que nos era dito era "este trabalho é um trabalho original", ora, se eu for apresentar e publicar, quando for defender já não é original. Vejam como nós avançamos, é totalmente diferente agora.

SOFIA MENESES-SILVA

Agora eu acho que é totalmente o oposto: quanto mais divulgarmos Ciência, mais positivo é.

MARIA ALDINA MARQUES

É verdade e incentiva-se que os alunos de doutoramento, nomeadamente, façam a apresentação do seu trabalho, do que estão a fazer e isso vai valorizar.

SOFIA MENESES-SILVA

Claro que sim. Hoje em dia, no CLUP, temos várias sessões, os seminários do doutoramento, para fazer exatamente isso, para divulgarmos o plano em curso, dialogarmos com os colegas, enfim... Portanto, eu acho que é um paradigma totalmente oposto.

MARIA ALDINA MARQUES

É verdade, é verdade.

SOFIA MENESES-SILVA

Falando agora de projetos. Eu lembro-me de que, nas suas aulas, um dos aspetos que me chamava mais a atenção era quando a Professora falava do Projeto Sociolinguístico da Fala Bracarense. Era um projeto que, de facto, despertava, imediatamente, a minha atenção. Eu acho que a minha paixão pelo discurso oral vem um pouco daí e eu lembro-me de que eu pensava: "mas quem é que estuda a fala bracarense? Que interesse é que isso tem? Afinal não interessa só o Porto e Lisboa?" Na época, ainda era um projeto recente, de 2016, e a Professora foi integrante do projeto, aliás, uma parte da sua produção científica deriva daí. Tem vários artigos publicados sobre marcadores discursivos que ocorrem nesse corpus *e é um projeto realmente importante, a meu ver, porque não há muitos assim. Devem existir imensos desafios num projeto como este, especialmente, em ter que constituir um* corpus *oral. Eu gostava de saber especificamente quais é que são os desafios que se encontra quer no*

tratamento quer na constituição de um corpus *desta natureza, ou seja, de entrevistas orais, de dados autênticos.*

MARIA ALDINA MARQUES

Esse projeto eu integrei até numa fase mais tardia, foi realizado na Universidade do Minho, teve primeiro como investigadora principal a Professora Isabel Ermida e depois teve a Professora Pilar Barbosa, quando a Professora Isabel Ermida saiu. O objetivo era exatamente recolher um *corpus* de dados autênticos, que é sempre o nosso problema, sobretudo, na oralidade. Claro que havia já os grandes *corpora* do português oral e isso tudo, mas relativamente à região onde se situa a Universidade do Minho, nós não tínhamos assim nada de específico, então este *corpus* foi importantíssimo para podermos depois trabalhar, identificar, descrever e explicar uma série de funcionamentos da oralidade que nascia daí. Foi um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e tínhamos como entrevistadoras, creio, quatro ou cinco entrevistadoras, que eram nossas alunas de Mestrado, que foram treinadas para fazer essas entrevistas sociolinguísticas. Portanto, houve um trabalho inicial de preparação, porque se seguiu a proposta de Labov, e foi-se constituindo o *corpus*, ou tentando constituir, porque houve algumas falhas, não havia informantes que preenchessem aqueles critérios, mas foram tentando fazer com que houvesse entrevistas que respondessem a cada uma daquelas variáveis que tinham sido estabelecidas.

SOFIA MENESES-SILVA

Interessante, porque eu lembro-me de ler, talvez num artigo seu, que os participantes eram informados que estavam a ser gravados, mas, a certa altura, nota-se que dispersam e já não se recordam de que estão a ser gravados, então a conversa fica totalmente diferente. Acho muito curioso que realmente isso tenha acontecido, porque só o facto de os estarmos a informar que estão a ser gravados muitas vezes altera o tipo de discurso produzido tornando-se mais artificial, não é?

MARIA ALDINA MARQUES

Sim, sim, é verdade. Em termos de registo, considerando todas as gravações, nós vamos encontrar alguma variação. Eram combinadas as entrevistas, as pessoas eram contactadas previamente para, num determinado dia, numa determinada hora, muitas vezes na Junta de Freguesia, se reunir para o fazer. O microfone e o saber que se vai ser gravado têm alguma interferência. Como durava uma hora, era tempo suficiente. Lembro-me de uma senhora que dizia "Ah estão a gravar estas coisas..." e ela estava preocupada com a forma como estava a falar até porque tinha sido professora do primeiro ciclo. Depois temos, e eu creio que terei dado esse exemplo nas aulas, um informante da zona da Sé de Braga que usou uma linguagem muito colorida, com todos os palavrões que ele sabia, mas inicialmente com a preocupação também de não os dizer. É um momento muito interessante para trabalharmos sobre a consciência que os falantes têm sobre a sua língua, sobre o modo como usam e como devem usar a língua e ele diz "eu acho que ainda não disse nenhum" porque, e acrescenta, "eu é assim, é uns atrás dos outros, mas eu acho que não disse nenhum" e a entrevistadora ri-se e diz "ah, mas fale à vontade!". E ele responde: "mas eu não digo com rancor". E é muito interessante, ou seja, o facto de ele ligar o palavrão a situações de discórdia e de insulto. Ele dizia não é com aquele rancor, é assim: palavrões acima, palavrões abaixo. É a expressão dele e é interessante, porque ele descontraiu e até ao fim da entrevista disse todos os palavrões.

SOFIA MENESES-SILVA

Num artigo seu sobre este tipo de interações e que está publicado aqui numa das "revistas da casa", a REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, em que a Professora se dedica especificamente ao estudo de pregões e chamamentos em pequenos mercados e feiras ao ar livre (Marques, 2012), o que eu achei maravilhoso! À primeira vista, este tipo de interações parece-nos banal, porque quem é que se lembra de pegar num microfone ou num gravador e ir para o mercado e gravar como é que as pessoas falam, como é que realizam estas transações comerciais. Eu própria passo por essa experiência quando*

alguém me pergunta o que é que eu estudo e, quando eu digo que estudo chamadas de emergência, as pessoas perguntam porquê e para quê. Gostaria que a Professora comentasse qual é a importância de estudar este tipo de interações e de que forma é que são relevantes para contribuir para o estudo da compreensão das interações humanas?

MARIA ALDINA MARQUES

É uma pergunta interessante. Trata-se de valorizar os discursos do quotidiano. A análise linguística dos discursos, como eu dizia há pouco, interessa-se por todos os discursos. Estes discursos quotidianos foram de algum modo marginalizados durante muito tempo por serem considerados exatamente banais, sem nada de interessante. Estas gravações resultaram de um projeto que eu fiz com os meus alunos, pela primeira vez em 2007/2008 e que depois começou exatamente com uma UC que eu tinha, e tenho, de Análise Conversacional. Mas, antes disso, também com um projeto num curso de Estudos Portugueses que nós fizemos e que acabou rapidamente porque entrou Bolonha e que tinha um ramo de Artes e Humanidades. Este curso tinha um projeto integrado que funcionava no segundo semestre do quarto ano e eu fiquei responsável por esse projeto e tinha duas alunas a quem propus fazer esse tipo de recolha. Obviamente, foi durante muito pouco tempo, estávamos ainda a começar. Contudo, é mais interessante ainda porque me permite, por exemplo, agora nas aulas explicar uma série de questões que foram surgindo na altura. Nós reuníamos e discutíamos "e agora, como é que vamos resolver isto? E agora, como é que vamos fazer?". Porque íamos fazendo e tentando que funcionasse. Nessas interações, nós descobrimos coisas muito interessantes. O facto de ser em espaço aberto foi uma das primeiras dificuldades que elas tiveram. Onde é que começa e onde é que acaba uma interação nestes contextos? Porque estava o feirante, o vendedor, que estava a falar com o cliente, mas vinha outro que interferia e depois vinha outro que interferia. Eu lembro-me que a certa altura tínhamos cinco interações a acontecer ao mesmo tempo. Levantou-se a seguinte questão teórica: é uma interação só ou são interações diferentes? Estivemos a

analisar para poder responder a isso. Depois, vimos as formas de tratamento e as fórmulas de agradecimento, como "obrigadinha" ou "obrigadinha, minha santa", que acontecia muitas vezes. O humor, o "auto humor", como forma de socialização é muito usado em pequenas interações. Eles vão brincando, vão criando, não é a interação transacional pura, não é só com o ritual, introduzem sempre comentários jocosos, são pessoas bem-dispostas, são pessoas que vão muito falando de si próprias, do género "quero-me ir embora, a minha cabeça vai deitar fumo", comentam "e esse sapato, um preto e outro azul, assim é que eu vou bonita, agora é eu que eu vou ficar jeitosa". São estes comentários muito interessantes que vão aparecendo nesse tipo de interações.

SOFIA MENESES-SILVA

A Professora falou exatamente que o discurso oral quotidiano passou por um tempo em que era marginalizado. Eu lembro-me que a Professora menciona precisamente isto num artigo, num capítulo, aliás, que está publicado no Volume de Atas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do CLUP, onde comenta precisamente "a análise linguística, quase exclusivamente preocupada com o texto escrito" (Marques, 2002, p. 32). Sente que este paradigma se tem alterado de uma forma acentuada nestes últimos anos?

MARIA ALDINA MARQUES

Tem sido progressivo, ainda que pelas muitas dificuldades que se vão levantando na constituição destes *corpora*. Felizmente, começamos já a ter acesso a *corpora* variados e a ter muita gente a trabalhar nesta área. Na altura, Kerbrat-Orecchioni e Verónique Traverso para mim foram uma inspiração, pois efetivamente trabalharam sobre este tipo de interações. Lembro-me de estar a conversar com a Professora Catherine Kerbrat-Orecchioni e perguntei-lhe: "como é que fizeram estas gravações?" Porque eram gravações de comércio pequeno, espaço fechado, por exemplo, padarias, pastelarias, etc. e ela disse-me "muito simples, porque tornava-se difícil explicar exatamente o que é que queríamos e então as minhas doutorandas passaram a vender pão".

CC BY

SOFIA MENESES-SILVA

Fantástico! Lembra-se de algum projeto, com as suas doutorandas, por exemplo, e não necessariamente sobre estas interações, que a tenha marcado de uma forma especial?

MARIA ALDINA MARQUES

Ora bom, em termos de doutoramento é o dos discursos presidenciais.

SOFIA MENESES-SILVA

Pois, eu gostaria de falar um pouco sobre esse projeto...

MARIA ALDINA MARQUES

Fui dirigindo esse projeto ao longo de 10 anos, o que é muito tempo para um projeto. Mas fomos estendendo porque não tivemos financiamento da FCT e, portanto, alguns trabalhos que queríamos fazer não conseguimos e os outros que fomos fazendo foi de forma mais lenta, conforme podíamos. Mas deu um resultado ótimo, deu um resultado maravilhoso. Nós não tínhamos quase nada sobre os discursos presidenciais. Em termos das Ciências da Linguagem, tínhamos pouco sobre o discurso político, aliás, era sobretudo da Ciência Política e do Jornalismo, de gente que trabalhava nessa área e sobre o discurso político, mas os discursos presidenciais eram muito pouco trabalhados. Foi daí que surgiu a ideia e, sobretudo, de trabalhar os discursos presidenciais de comemoração. Nós trabalhámos sobretudo sobre o 25 de Abril, mas também chegámos a trabalhar sobre a mensagem de Ano Novo. Queríamos muito, e é um projeto que ficou de lado, fazer sobre os discursos presidenciais do 10 de junho, que achamos que valia a pena estudar e ficou um pouquinho para trás porque exigia andar à procura para constituir o *corpus*, como aconteceu com os discursos de Tomada de Posse, mas a Micaela Aguiar que era minha doutoranda, e fez uma tese belíssima, andou à procura e constituiu um *corpus* com todos os discursos de Tomada de Posse nos 100 anos da República. Alguns estão incompletos porque apenas foram divulgados excertos e foi ela que

recolheu. Demorou imenso tempo a fazer isso e depois, generosamente, colocou também os discursos presidenciais na Linguateca, onde estão agora disponíveis para quem quiser ver, com o nome *PRAbril*.[1]

SOFIA MENESES-SILVA

Foi um projeto, aliás, que fez em colaboração com a Professora Isabel Margarida, com a Professora Alexandra Guedes Pinto, com o Professor Rui Ramos, com a Professora Rosalice Pinto e com a Professora Isabel Seara, portanto, uma equipa ótima.

MARIA ALDINA MARQUES

Uma equipa ótima, de gente com conhecimento, com uma capacidade, com uma forma de relacionamento que ajudava e que dava ânimo para continuar. Encerrámos o projeto com as *Vozes que moldam Abril* (Marques et al., 2024). Uma equipa que eu espero e que, de certeza absoluta, não se vai desfazer, vamos continuar nesta tal rede de contactos, de colaboração, até a nível individual porque nalguns casos não temos um centro por trás. Claro, o que temos são investigadores que colaboram connosco numa continuidade que é absolutamente enriquecedora.

SOFIA MENESES-SILVA

Exatamente, eu diria que é um projeto excelente, aliás, publicaram um livro online, disponibilizaram o corpus *também na Linguateca, imprimiram alguns exemplares do livro, tudo sem financiamento. Acha que a falta de financiamento neste tipo de projetos é impeditiva para a sua realização? Eu sinto que este projeto prova o oposto, ou seja, que é possível fazerem-se projetos excelentes sem financiamento, mas isto deve exigir um trabalho inacreditável...*

MARIA ALDINA MARQUES

Não é impeditivo, pois como eu disse há pouco pode atrasar, pode impedir-nos de desenvolver mais um aspeto ou outro, mas não é impeditivo. Nós como professores universitários temos a dimensão

1. Os discursos presidenciais estão disponíveis na Linguateca, no DisPR, que reúne o PRAbril, com os discursos das comemorações do 25 de Abril entre 1977 e 2024, e o PRPosse, com os discursos de tomada de posse nos cem anos da República Portuguesa, compilado por Micaela Aguiar no âmbito da sua tese de doutoramento. Disponível em https://linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=DISPR

da docência e temos a dimensão da investigação. Fomos tendo algum apoio a partir do CEHUM, fomos tendo depois da UMinho Editora, a quem eu submeti o livro e que aprovou e, por isso, publicou. A parte da investigação física, em papel, foi o CEHUM, mais uma vez, que deu o seu apoio. Efetivamente, é possível, faz-se imenso. Pensar que o que se faz de boa investigação é aquela que é financiada a nível nacional pela FCT ou, a nível internacional pelos diferentes mecanismos que existem, não é verdadeiro. Há muito boa investigação que é feita pelo empenhamento dos docentes, dos investigadores, dos alunos de doutoramento e, ainda, dos alunos de mestrado, que agora também espero que comecem, progressivamente, a fazer parte dos grupos e com os quais eu espero criar uma dinâmica que eu acho que é efetivamente interessante.

SOFIA MENESES-SILVA

Agora uma pergunta assim "mais fora da caixa": entre Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva, em termos discursivos, com qual é que se identificou mais e porquê?

MARIA ALDINA MARQUES

Ora bom, é difícil essa pergunta. Eu não deixo de ter uma certa admiração pelo General Ramalho Eanes, no modo um pouco austero, porque é interessante de ver o texto, mas também ouvir e, com a abertura do Arquivo da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), nós temos acesso. Era um homem austero, extremamente jovem, mas com um *ethos* de autoridade, de liderança, que era efetivamente marcante. De um outro lado, sem desconsiderar os que ficam no meio, sem desconsiderar os outros, um *ethos* de sensibilidade, acho que se nota mais nos textos de Jorge Sampaio.

SOFIA MENESES-SILVA

Mas se tivesse que estudar os discursos de algum até ao resto da sua carreira, qual é que escolheria?

MARIA ALDINA MARQUES

Eu iria dizer: deixem-me estudar todos!

SOFIA MENESES-SILVA

É perfeitamente válido! (risos) Então, acho que agora consigo aqui abrir espaço para falarmos um pouco de discurso político. A sua tese de doutoramento intitula-se Funcionamento do discurso político parlamentar: a organização enunciativa no debate da interpelação ao governo *(Marques, 2000), portanto, eu não poderia mesmo deixar de dedicar aqui algum tempo a este tema, especialmente, considerando os tempos que vivemos, em concreto, na Assembleia da República Portuguesa. Retomando aqui uma reportagem que vi há algum tempo na televisão acerca das intervenções que temos vindo a assistir e sendo especialista neste tipo de discurso, pergunto-lhe: afinal o que é que se pode ou não dizer na Assembleia da República?*

MARIA ALDINA MARQUES

É uma pergunta sempre armadilhada, porque a liberdade de expressão é algo que tem que ser respeitada e em todo lado, nomeadamente, na Assembleia da República, mas como também nós já falamos, o modo como comunicamos não é caótico, é muito heterogéneo, muito diversificado, mas não é caótico. Nós comunicamos aplicando determinadas regras, desde logo, as regras do género. Bakhtin dizia que as regras do género eram tão fundamentais como as regras da sintaxe. Portanto, vamos aplicar essas regras. O Parlamento é um lugar de discursos que tem as suas próprias regras e não são restritas. O regulamento e o estatuto do deputado fazem referências um pouquinho vagas, eu acho que propositadamente vagas a esta questão do modo de falar, mas preveem, e aí é interessante, que o Presidente retire a palavra a um deputado, a um membro do governo, por considerar inadequada a linguagem, prevê a defesa da honra e consideração, onde entraria exatamente a possibilidade de contradizer quem fez uma série de afirmações que não eram adequadas. Curiosamente, essas defesas da honra e consideração, normalmente, são utilizadas como um refúgio para que o partido que entretanto esgotou o tempo de que dispõe possa falar mais um bocadinho. Vai mais nessa direção. Encontramos, depois, na própria construção discursiva,

momentos metadiscursivos onde essas questões aparecem, quer pela parte do Presidente, que tem essa função, de advertir quem está a usar a palavra de que está a usar linguagem que não é parlamentar.

SOFIA MENESES-SILVA

Havendo uns presidentes mais tolerantes do que outros...

MARIA ALDINA MARQUES

Exatamente, por exemplo, o uso do "você" sempre mereceu as chamadas de atenção e, agora, nem sempre, aliás, cada vez menos, o que me leva a pensar que está em curso uma mudança nessas regras, nomeadamente, das formas de tratamento, muito mais tolerante. Porque até a forma de tratamento "tu" começa a entrar. Lembro-me de, pouco depois do 25 de Abril, haver um caso de alguém que tratou por "tu", também em momentos de muita tensão, mas absolutamente esporádico; agora eu consigo encontrar vários exemplos desse uso da segunda pessoa do singular, portanto, o que me leva efetivamente a pensar que estas regras estão a mudar. O que me parece é que, em termos da relação com o outro, os deputados têm também muito presente o facto de eles estarem ali num determinado papel sociodiscursivo, numa determinada função, estão ali como deputados, como representantes do povo português e isso obriga, por respeito ao povo português, por respeito aos outros também, a um tratamento formal e um tratamento cortês. Por outro lado, estamos num lugar de dissenso, ninguém está ali para concordar com o outro, pelo contrário, está ali para discordar do outro e, por isso, os ataques são de algum modo expectáveis. Há, efetivamente, uma forma linguística de circunscrever o insulto: não chamando "mentiroso", mas dizendo que é mentira ou dizendo que é politicamente incompetente. Este "politicamente" vai delimitar um universo discursivo e, por isso, evita que seja um ataque pessoal, um ataque *ad hominem* ou *ad personam*, que efetivamente pode acontecer. O que temos assistido nos últimos tempos e quando se torna efetivamente notícia de telejornal, sempre pelos maus motivos, é um não respeito desse

estatuto. É daí que tem que partir o modo como cada deputado, cada membro do governo, vai usar a língua, sabendo que está numa instituição nacional importantíssima, sabendo que está lá como no papel sociodiscursivo de deputado, de representante do povo português, e é assumindo esse papel que tem que falar.

SOFIA MENESES-SILVA

Eu lembro-me de ler num artigo publicado no Correio do Minho (Cordeiro, 2013), que também foi publicado no Público, creio eu, em que a Professora afirma precisamente que "o discurso político está cada vez mais agressivo". Considerando aquilo que me explicou até agora e tendo em conta que estamos em 2025, utilizaria o mesmo adjetivo, isto é, agressivo, para descrever a realidade atual da Assembleia da República?

MARIA ALDINA MARQUES

Utilizaria. Efetivamente, está a atingir um nível de agressividade que é inaceitável. Não é por acaso que o Presidente da Assembleia da República pediu uma vez que os líderes das diferentes bancadas se reunissem, debatessem e refletissem sobre essa questão, porque se trata de usar um registo de língua que é inaceitável, que é incongruente com esse papel e com essa função. Não é a pessoa A ou a pessoa B que está ali, mas é o deputado A ou o deputado B. Relativamente à pessoa A, eu não estou interessada, como cidadã, em saber a opinião da pessoa A necessariamente, mas estou muito interessada em saber a opinião do deputado A, porque aquilo que ele diz, aquilo que ele faz no Parlamento, vai ter consequências na minha vida e na vida dos cidadãos.

SOFIA MENESES-SILVA

A Professora publicou também em 2019 um capítulo intitulado "Especificidades do discurso político parlamentar em A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco" (Marques, 2019). Este capítulo foi publicado no âmbito de um evento sobre estudos camilianos em Famalicão e, a meu ver, foi um artigo*

CC BY

que lhe "assentou com uma luva", pois parece que há temas que estão à nossa espera para serem explorados e este foi um caso bastante nítido. Eu sou muito suspeita porque eu gosto imenso de Camilo e da sua obra. A Professora estabelece aqui uma análise contrastiva entre uma simulação de subgénero debate parlamentar que está presente na obra A Queda dum Anjo *e alguns excertos mais contemporâneos do Diário da Assembleia da República. Eu gostaria de saber como é que surgiu esta ideia.*

MARIA ALDINA MARQUES

Eu também gosto de Camilo, estudei *A Queda dum Anjo*, fez parte dos livros que eu trabalhei quando estava na universidade em Coimbra e, depois, fizeram-me um convite para participar nesse encontro e eu lembrei-me logo de juntar aquilo que é a minha investigação, portanto, o discurso político e foi um gosto porque eu gosto imenso d'*A Queda dum Anjo*. Foi um gosto explorar a obra a partir desta perspetiva, ou seja, de olhar para o que naquela obra era uma simulação de um Parlamento no século XIX e, a partir daí, fui ver, porque está disponível, felizmente temos acesso a todo esse acervo, alguns exemplares de verdadeiros debates parlamentares e contemporâneos dos anos de Calisto Elói e, depois, vi também na atualidade. O que é que Camilo traz do debate parlamentar? Exatamente esta diatribe entre os deputados que, na altura, se ameaçavam de bengaladas, quando discordavam uns dos outros. Mas é algo que, sendo parcelar, nos traz muitas semelhanças com o que efetivamente acontecia na altura e, depois, com o que acontece agora. Essa agressividade, essa forma de usar estes argumentos quando falham os outros é algo que se mantém até à atualidade.

SOFIA MENESES-SILVA

Mesmo após estes 150 anos que separam as cenas simuladas do texto camiliano e os discursos mais contemporâneos, existe realmente a permanência de várias características, não é? Quer dar alguns exemplos?

MARIA ALDINA MARQUES

Eu iria só relembrar uma questão: é um género discursivo, como eu dizia há pouco, e os géneros discursivos não são estáticos, vão alterando com a sociedade, mas vai permanecendo algo que nos permite dizer que ainda é o mesmo género, que já não é um género diferente. Ora, esta relação com o adversário, por vezes, a atingir um grau de agressividade que pode ser considerado desadequado, que não se pode tolerar, é algo que permaneceu. Como eu dizia, no século XIX, ofereciam-se bengaladas e prometia-se duelos e outras coisas, agora não, felizmente, mas continua-se a agredir o adversário quando o que está em causa é o debate de ideias ou deveria ser. António Damásio dá-nos uma ajuda: razão e emoção não são a dicotomia cartesiana, antes estão embricadas. Logo não é possível afastar a emoção, a questão é o controlo dessa emoção e, a certa altura, ela extravasa e fica como a única dimensão em palco porque aquilo parece um teatro.

SOFIA MENESES-SILVA

Falando de dicotomias... A Professora marcou recentemente presença numa conferência na Universidade do Minho, intitulada "Discurso político: entre persuadir e manipular". Foi uma conferência no âmbito do lançamento de um livro de Manuel José de Paiva e do professor José Teixeira. Charaudeau (2007, 2009) explica que "manipulação" é um contexto sempre conotado com uma má intenção, já "persuasão" pode ser tanto para o bem como para o mal. O autor acrescenta ainda que "persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predispõe a partilhar o ponto de vista do orador" (Charaudeau, 2007, p. 242). Eu queria saber se foi nesse sentido e, partilhando esta perspetiva de Charaudeau, que idealizou o título desta conferência.

MARIA ALDINA MARQUES

Sim. Nós sempre falamos porque queremos alguma coisa. Nesse sentido, nós manipulamos, num sentido amplo, neutro, nem positivo, nem negativo. Manuseamos a língua para dizermos aquilo que nos é favorável. Ora bom, esta é uma característica da língua e, por isso, eu hoje insistia tanto no

CC BY

conceito de escolha que é efetivamente fundamental. Queremos que aqueles ou aquelas para quem falamos adiram ao nosso ponto de vista e entra aí o domínio da persuasão, mesmo pensando no par persuasão-convicção, fazemo-lo usando argumentos, usando emoções, usando pontos de vista, usando posicionamentos. A manipulação, em sentido negativo, é o usar essa potencialidade da língua para, de forma escondida, levar o outro a fazer algo que é em nosso favor e não tanto em favor do outro. Portanto, está aqui efetivamente uma dimensão de esconder o objetivo para que o outro se persuada sem dar conta de que o estivemos a manipular. Portanto, é um par que nós não podemos efetivamente separar, como diz Charaudeau e, neste sentido, manipular é obviamente negativo.

SOFIA MENESES-SILVA

Então podemos afirmar que está relacionado com o título de um artigo que também publicou na editora Springer sobre o conceito de "linguagem contagiosa e simples" que caracteriza os discursos populistas (Marques, 2024).

MARIA ALDINA MARQUES

Essa expressão eu fui buscá-la a alguns autores que têm falado sobre o populismo e que o caracterizam, nomeadamente, em termos de linguagem e de ideologia. Há diferentes abordagens. O populismo ou a linguagem populista é uma estratégia que faz parte das democracias e temos que entender que, por exemplo, o discurso eleitoralista, o discurso de campanha eleitoral, é um discurso onde nós vamos encontrar o que eu chamo de "gestos de populismo". Está sempre presente e temos que, efetivamente, entender isso, porque o discurso eleitoral está naquilo a que Charaudeau chama o "domínio do desejável", aquilo que nós desejamos. Nós desejamos o mundo perfeito. Então, quando se passa para a governação, tem que se abandonar esta dimensão do desejável e passar para o possível, daí a distinção que nós vamos encontrar entre um discurso de campanha eleitoral e um discurso já como governantes, onde entram efetivamente outras responsabilidades. Então, com

traços diferentes, mais ou menos visíveis, nós podemos encontrar aí essa dimensão. O populismo nesta expressão que eu usei, efetivamente, parece ter – e tem - uma linguagem contagiosa. Neste modo de levar outros partidos a aderir a este modo de falar, a aderir, por exemplo, e eu considero que é uma dimensão de populismo, aderir às redes sociais e a passar a comunicar com os cidadãos através das redes sociais. Em formatos onde se reduz o número de caracteres possíveis a uma linguagem que pretende ser simples, mas que não é nada simples naquilo que deixa implícito e que naquilo que não permite explicar. É tudo em doses, em doses de medicamento: vai uma pílula agora, vai outra pílula a seguir. Funciona um pouco assim e, por isso, é que eu falava, indo buscar exatamente outros autores desta linguagem "pseudosimples", mas contagiosa.

SOFIA MENESES-SILVA

Para fecharmos esta entrevista com "chave de ouro", lanço a seguinte questão: que papel é que os linguistas têm em desconstruir este tipo de discursos? Ainda agora a Professora acabou de demonstrar que, afinal, não são assim tão simples quanto nós achamos que são...

MARIA ALDINA MARQUES

É exatamente mostrar como se constroem os discursos e mostrá-lo não alinhados ideologicamente um partido ou o quer que seja, mas a partir da tal construção teórica, a partir de uma teoria, mostrar efetivamente como é que estão construídos, como é que se interpretam os discursos a partir daquilo que é dito e do modo como é dito. E que isso não fique restrito aos investigadores, mas,

CC BY

nomeadamente, através da docência e de outros canais também de divulgação científica possa passar para a sociedade contribuindo para uma literacia política.

SOFIA MENESES-SILVA

Isto não se faz de uma forma imediata, mas de uma forma gradual, progressivamente, não é?

MARIA ALDINA MARQUES

Sim, gradual, mas que tem de ser feita. É ideal que os cidadãos sejam capazes de ser interlocutores à altura dos políticos e de outros. Serem interlocutores à altura na capacidade exatamente de interpretar o que é dito, dar atenção a estes modos de dizer e ao que eles revelam.

SOFIA MENESES-SILVA

Este conhecimento não pode ficar circunscrito à Academia, tem de sair destas portas, não é? Professora, temos que terminar por aqui, muito obrigada novamente por todos os seus contributos e por esta troca de conhecimentos linguísticos riquíssima. Acredito que continuará a inspirar muitas gerações de estudantes, investigadores e docentes e por isso agradeço-lhe mais uma vez. Agradeço também ao Centro de Linguística da Universidade do Porto por esta oportunidade.

Referências

Charaudeau, P. (2007). *Pathos* e discurso político (E. Mendes, Trad.). In I. L. Machado, W. Menezes, & E. Mendes (Eds.), *As emoções no discurso* (Vol. 1, pp. 240–251). Lucerna.

Charaudeau, P. (2009). Le discours de manipulation entre persuasion et influence sociale. *Acte du colloque de Lyon*, 1–14. https://www.patrick-charaudeau.com/Le-discours-de-manipulation-entre.html

Cordeiro, A. D. (2013, 27 de maio). Pelo menos na forma, "discurso de Passos Coelho é o oposto do de Sócrates". *Público*. https://www.publico.pt/2013/05/27/politica/noticia/debates-na-assembleia-da-republica-estao-mais-agressivos-e-musculados-1595625

Marques, M. A. (2000). *Funcionamento do discurso político parlamentar: A organização enunciativa no debate da interpelação ao governo*. Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.

Marques, M. A. (2002). Conectores fáticos e construção da relação interlocutiva. In I. Duarte, J. Barbosa, S. Matos, & T. Hüsgen (Eds.), *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* (Vol. 2, pp. 31–39). Centro de Linguística da Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/18447

Marques, M. A. (2012). Géneros do oral: Pregões e chamamentos. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso, 1*, 99–118. https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/3602

Marques, M. A. (2019). Especificidades do discurso político parlamentar em *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco. In *Encontros Camilianos 3* (pp. 125–146). Casa de Camilo-Centro de Estudos. https://hdl.handle.net/1822/63331

Marques, M. A. (2024). The simple and contagious language of populism: Portuguese parliamentary debates. In I. Íñigo-Mora & C. Lastres-López (Eds.), *Discourse approaches to an emerging age of populist politics* (pp. 103–120). Springer Nature Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-97-1355-4_6

Marques, M. A., Ramos, R., Duarte, I. M., Roboredo Seara, I., Pinto, A. G., & Pinto, R. (2024). *Vozes que moldam Abril: Os discursos presidenciais na celebração da Revolução*. UMinho Editora. https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153